Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Rodrigo Fialho Silva

Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831)

Rio de Janeiro
2011

Rodrigo Fialho Silva

Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Marco Morel

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

S586 Silva, Rodrigo Fialho.
Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831) / Rodrigo Fialho Silva. – 2011.
308 f.

Orientador: Marco Morel
Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Imprensa - Minas Gerais – 1823 – 1831 - Teses. 2. Brasil – História – Primeiro Reinado, 1822-1831 - Teses. I. Morel, Marco. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 070 (815.1)”1823/1831”

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

_____ _____
Assinatura Data

Rodrigo Fialho Silva

Nas Minas... por entre "typos", jornais e tintas:

sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais

(1823-1831)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Aprovada em: 20 de junho de 2011.

Banca Examinadora:

_____
Prof. Dr. Marco Morel – Orientador
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

_____
Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata
Instituto de Ciências Humanas da UFJF

_____
Prof. Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile
Instituto Multidisciplinar da UFRRJ

_____
Prof. Dra. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

_____
Prof. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Suplentes

_____
Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo
Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP

_____
Prof. Dra. Andréa Slemian
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNIFESP

_____
Prof. Dra. Lúcia Maria Paschoal Guimarães
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

A memória de Carmelita Marques de Oliveira e Francisca de Souza...minhas avós.
Exemplos de vida!!!...

AGRADECIMENTOS

Terminada essa importante fase de minha vida, cabe agora, agradecer àqueles que fazem parte da minha História! Ao professor Dr. Marco Morel, que aceitou prontamente acompanhar essa empreitada, se dispondo a orientar-me. O meu muito obrigado e gratidão pela atenção dispensada ao longo desses anos, pela orientação, pelas valiosas discussões, indicações bibliográficas e por ter podido desfrutar de seus vastos conhecimentos, quando cursei a disciplina Sociabilidades e Práticas Culturais no Brasil do século XIX ministrada pelo professor, juntamente com a professora Tânia. Igualmente agradeço à professora Dra. Tânia Bessone. Seu carisma é contagiante e suas aulas muito saborosas. Foram momentos agradáveis e de estimulo intelectual, não me esquecerei... Obrigado também pela atenção e apoio! Ao PPGH/UERJ, por ter me recebido em seu quadro discente e pelo constante apoio. Ao professor Dr. Alexandre Mansur Barata pelos valiosos comentários quando da qualificação da Tese. A professora Dra. Lúcia Guimarães, pelas aulas de Historiografia. Aos amigos e familiares, meu muito obrigado pelo apoio e pela torcida! Esses, sempre por perto e indagando-me: como anda a Tese, já acabou? E a resposta, sempre a mesma... as pesquisas estão caminhando, ainda não!!! Sempre me dando força para concluir essa etapa em meio às inúmeras aulas e viagens semanais que me tomavam quase todo o tempo. Agora digo a todos: acabei! A minha mãe Irene pelo estímulo, por compreender minhas ausências nos encontros familiares e por ser responsável direta por esta conquista! Ao meu pai Walter, por ter se esforçado em proporcionar a mim e à minha irmã, oportunidades de estudar e, também, pela torcida. A Elis, minha companheira, pelo cumplicidade de sempre e por ter me deixado “isolado” junto aos livros e jornais, concentrando-me na pesquisa, sem cobrar minhas ausências!!! O meu muito obrigado pela paciência em acompanhar a minha trajetória desde a graduação e pelo irrestrito apoio!!! A minha querida irmã Deléia, que hoje busca seu caminho em lugares distantes, voando e trabalhando para realizar seus sonhos... sei que em breve, trilhará os mesmos passos do mano! Ao meu grande amigo e parceiro Agilton Berizonzi, pela amizade incondicional, pelo companheirismo e por compartilhar sonhos e histórias!!! Agradeço-lhe, profundamente pelo apoio e por acreditar, assim como eu, que na vida temos de lutar, às vezes vencer, mas saber que, o importante é não desistir!!!

Valeu Delêra, por tudo!!! Minha sobrinha Ísis, que um dia foi a fofurinha do tio, hoje está uma moça estudiosa! Muito bem!! Obrigado por me proporcionar momentos de descontração e carinho, sempre! Você foi muito importante, quicá, essencial nesta caminhada... A Irenilda Cavalcanti, querida e fraterna amiga, pelas conversas constantes, pelo zelo com as questões teóricas e por ter lido a Tese, contribuindo e muito, para torná-la melhor, meu agradecimento profundo e de coração! A Jorge Prata de Sousa, pelo estímulo e pelas sábias palavras! Com você aprendi muito e pude encontrar o caminho das pedras... Acredito que, junto com minha mãe, você também é responsável pelo meu caminhar... Você tornou-se uma das pessoas mais importantes da minha vida!!! A madrinha Aurora, pessoa que admiro e gosto tanto! Muitas pessoas estiveram ao meu lado e corro o risco de esquecer alguém...Gostaria de agradecer então àquelas mais presentes: A Tonha, simplesmente por gostar de mim e me acolher como um filho; Tiago (Martigo), meu amigão, por estar sempre zelando pelas nossas amizades; ao Demiro por gostar tanto dos viajantes e ter me emprestado suas preciosas coleções; ao Zé Botafogo, pela alegria de viver!!! Tia Maria, Pedro, PH e Cecilinha pela grande amizade e torcida! André, Tia Ruti, Tia Dorcília, Rita e Totõe pela amizade. A Françoise, amiga do “Face”!!!! A Mário Dias e Marta Viviene, amigos (do coração) desde os tempos de Mestrado. A Marcos Vinícius de Oliveira Ferreira pelas elocubrações teóricas e divertidas conversas na sala dos professores. Aos amigos da FAFI-PRONAFOR, Artur, Maria Aleteia Carvalhaes, Marcela D’Ángela, Marilene e João Armando Cunha. A minha coordenadora na FAFI-PRONAFOR, Anna Rita Sant’Anna obrigado pelo apoio e por confiar em meu trabalho, um agradecimento especial! A Yone Fortes Binato, diretora da FAFI-PRONAFOR pelo apoio! À Ir. Christina Maria Pastore, diretora da FAFISM, por acreditar no meu trabalho e à Ir. Carmem, pela recente amizade e apoio. A Marcos Veroneze, amigo, companheiro da história e coordenador do Curso de História da FAFISM, valeu pela força!! Aos amigos da FAFISM. À Odete Valverde, pela amizade e torcida, sempre! A Mariana Cândida e Gláucia Siqueira, por terem acreditado em mim, dando-me oportunidade de mostrar meu trabalho, quando do início da carreira docente. Outros professores marcaram e muito minha trajetória. Carla Anastasia: uma inspiração. Lusia Ribeiro Pereira: uma amizade preciosa, obrigado Lusia!!! Marly de Almeida Vianna, admiração!!!! A Márcia Amantino pela amizade. Lincoln Penna pelos ensinamentos e Maria Yedda Linhares pela convivência, quando do tempo do Mestrado. A Surama Conde Sá, quando de

minha defesa de Mestrado, por ter cogitado possibilidades analíticas que tentei evidenciar na Tese. A Josi Schettini, por entender minhas ausências escolares!!! A Tetela, Laurinha (meu chamego da história), Karla, Delma, Andréa, Juscélia, Maria Emília, Soninha, pela amizade constante! Aos meus alunos do Ensino Fundamental da rede municipal de Leopoldina e da graduação na FAFISM e FAFI-PRONAFOR por entenderem minhas ausências e falhas! Foi por uma boa causa! A uma grande amiga que conheci há oito anos e desde então percebi que tenho outra irmã! É difícil dizer o quanto tenho a agradecer a Vitória Fernanda Schettini de Andrade! Acho melhor defini-la: uma grande parceira, guerreira, deslumbrada com a História e com todas as possibilidades de suas interpretações. Tem sede de conhecimento e contagia os seus! Aproveito para parabenizá-la pela Tese e registrar que nós, somente nós, sabemos o quanto lutamos nestes últimos anos, contra nossas angústias e o quanto vibramos com as nossas conquistas! O meu muito obrigado!

A Deus, razão de toda existência!!!

OS DEGRAUS

Não desças os degraus do sonho
Para não despertar os monstros.
Não subas aos sótãos - onde
Os deuses, por trás das suas máscaras,
Ocultam o próprio enigma.
Não desças, não subas, fica.
O mistério está é na tua vida!
E é um sonho louco este nosso mundo...

Mario Quintana

RESUMO

SILVA, Rodrigo Fialho. **Nas Minas... por entre "typos", jornais e tintas:** sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831). 2011. 308 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Durante a década de 1820, a província de Minas Gerais assistiu ao surgimento da imprensa periódica, em algumas de suas vilas e cidades. Dentre elas podemos destacar Ouro Preto e São João d'El-Rey, que assistiram ao nascimento dos periódicos *O Universal* e os *Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade*, respectivamente. O primeiro veio à luz em 1825, e teve com principal responsável, o político e estadista Bernardo Pereira de Vasconcelos. Por sua vez o *Astro de Minas* surge dois anos depois em 1287. O político e comerciante Baptista Caetano d'Almeida esteve a frente de sua implementação e impressão, contribuindo também como redator. Em 1829 foi a vez do *O Amigo da Verdade* que teve como colaborador, o vigário da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em São João d'El-Rey, Luís José Dias Custódio. Esses periódicos foram responsáveis pela mobilização de opiniões públicas, retratando a realidade de acordo com as visões de mundo de seus redatores e responsáveis, além de funcionarem como importante agente histórico e instrumento político de grupos letrados na província de Minas Gerais. A partir da apreciação dos periódicos citados, o presente estudo tem como objetivo identificar e analisar a existência de uma rede de sociabilidade impressa entre os periódicos mineiros, além de perceber a imprensa como espaço do debate político, forjado pelas elites letradas mineiras, ao longo do Primeiro Reinado.

Palavras-chave: Imprensa mineira. Sociabilidade impressa. Debate político.

ABSTRACT

During the 1820's, the province of *Minas Gerais* saw the emergency of the periodical press in some of its villages and cities. Among them we may highlight *Ouro Preto* and *São João d'El-Rey*, which attended the birth of the newspaper *O Universal* and *O Astro de Minas* and *O amigo da Verdade*, respectively. The first one was made in 1825 and the person responsible for it was the politician and statesman Bernardo Pereira de Vasconcelos. The periodical *Astro de Minas* was created two years later in 1827. The politician and salesperson Baptista Caetano d'Almeida was in charge of its implementation and printing, contributing as editor. In 1829, the newspaper *O Amigo da Verdade* was created with the supervision of the *Matriz de Nossa Senhora do Pilar*'s priest, in *São João d'El-Rey*, Luís José Dias Custódio. These periodicals were responsible for the mobilization of public opinion, portraying the reality according to the world views of their writers and people responsible for them, in addition to acting as an historic and important policy instrument of literate groups in the province of *Minas Gerais*. From the assessment of journals cited, this study aims at identifying and analyzing the existence of a network of sociability among the *mineiros* journals printed, and realizing the press as a political debate space, manipulated by *mineiras* cultural elites along the First Reign.

Keywords: *Mineira* press. Sociability press. Politic debate.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das principais localidades de Minas Gerais, no início do século XIX 56

Figura 2 – Retratos do Governador da Província de Minas Gerais e da Viscondessa 63

Figura 3 – Ouro Preto 75

Figura 4 – Pouso de uma tropa. 81

Figura 5 – Tropa de negociantes a caminho do Tijuco. 82

Figura 6 – Frontispício do Jornal O Astro de Minas. 115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Levantamento comparativo entre as populações e a quantidade de periódicos por continente 112

Tabela 2- Relação dos periódicos disponíveis na Biblioteca Pública 135

Tabela 3 - Eleitores paroquiais em São João d'El-Rey - 1828 185

Tabela 4 - Deputados eleitos em Minas Gerais em 1828 186

Tabela 5 - Resultado final da eleição de 1828, publicado em 1829 187

Tabela 6 - Pseudônimos dos Correspondentes do O Amigo da Verdade durante o ano de 1829. 204

Tabela 7 - Pseudônimos dos Correspondentes do Astro de Minas durante o ano de 1829. 207

Tabela 8 - Pseudônimos dos Correspondentes do O Universal durante o ano de 1829. 210

Tabela 9 - Disfarces fraternais nos pseudônimos dos periódicos 216

Tabela 10 - Lista de periódicos e suas respectivas tendências políticas 243

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação direta do Redator por Jornal 212

Gráfico 2 - Jornais citados pelo *Compilador Mineiro*. 229

Gráfico 3 - Periódicos citados pelo *Abelha do Itaculumy.* 231

Gráfico 4 - Periódicos citados pelo *O Universal*. 232

Gráfico 5 - Periódicos citados pelo *Astro de Minas*. 233

Gráfico 6 - Relação estabelecida entre os periódicos a partir das citações recíprocas.....241

Gráfico 7 - Periódicos citados pelo *O Amigo da Verdade.* 241

ABREVIATURAS

APM	Arquivo Público Mineiro.
BN-SOR	Biblioteca Nacional-Sessão de Obras Raras.
SIA-APM	Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro.
AEAM	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
AHUC	Arquivo Histórico da Universidade de Coimbra.
MRSJDR	Museu Regional de São João Del Rei.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

1 **A HISTORIOGRAFIA "IMPRESSA": ALGUNS APONTAMENTOS**..... 25

1.1 **O século XIX e a imprensa: percursos historiográficos.** 28

1.2 **Na virada do século**... 33

1.3 **Apontamentos historiográficos sobre a imprensa mineira**... 43

1.4 **"Compondo" as primeiras letras: percursos, iniciativas impressas e atores sociais na Província de Minas**. 50

1.5 **Precursores da arte impressa em Minas Gerais**. 59

1.6 **A viagem do Príncipe Regente a Minas e as primeiras letras impressas**... 66

1.7 **A cidade de Ouro Preto e a Vila de São João d'El-Rey: paisagens urbanas e cosmopolitas** 74

2 **O DISCURSO INAUGURAL DOS PERIÓDICOS MINEIROS: PRIMEIRAS PALAVRAS IMPRESSAS**. 85

2.1. **Compilador Mineiro**..... 88

2.2. **Abelha do Itaculumy** 89

2.3. **O Universal** 103

2.4. **Astro de Minas** 113

2.5. **O Amigo da Verdade**..... 120

3 **"HOMENS DAS LETRAS NEGRAS": ASPECTOS BIOGRÁFICOS E SOCIAIS**. 126

3.1 **O redator estadista: educação, imprensa e política**. 128

3.2 **O mecenas das letras: comércio, política, livros e imprensa**. 132

3.3 **O pároco facinoroso: religião, política e imprensa**. 143

3.4 **A imprensa como artefato político: espaço de representação**. 151

4 **DAS PENAS... ÀS TINTAS: UMA LEITURA DAS CORRESPONDÊNCIAS IMPRESSAS.** 159

4.1 **Instruções impressas**. 160

4.2 **Ao abrir um periódico ... letras oficiais**. 162

4.3 **Virando as páginas ... cartas públicas.**..... 164

4.4 **Virando as páginas ... rumores e contendas eleitorais**. 170

4.5 **Tramas eleitorais e atores ocultos**. 174

4.6 **Os disfarces impressos** 200
4.7 **Tipologias dos disfarces: uma leitura possível ?** 213
5 **ENTRE OS PERIÓDICOS, AUTORES E TEXTOS: AS REFERÊNCIAS POLÍTICAS DOS REDATORES MINEIROS**. 219
5.1 **Nas páginas... as palavras que saltam aos olhos**. 219
5.2 **A sociabilidade impressa: a "composição" dos discursos**. 225
5.3 **Discursos cruzados: interlocuções e interferências impressas.** 228
5.4 **Imprecisões políticas: a razão de cada um.** 235
5.5 **Expressões e sentidos no discurso impresso: palavras de ordem e palavras da ordem**. 244
5.6 **Homens constitucionais na província mineira**. 257
5.7 **Leituras cruzadas: reflexões de referência.** 263
5.8 **Liberais por referência e constitucionais por convicção**. 272
6 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 280
REFERÊNCIAS 284

INTRODUÇÃO

Pelos idos de 1860, Richard Francis Burton[1] fez uma viagem a Minas Gerais, percorrendo suas principais cidades como Ouro Preto, Mariana e São João d'El-Rey[2]. Dentre seus relatos sobre os hábitos dos mineiros, um em especial, nos chamou a atenção: o costume de ler jornal. De acordo com o viajante inglês, o jornal era o mais importante "alimento literário"[3] em toda província. Burton observou a semelhança dos mineiros com a sociedade europeia e assinalou que aqui também era mais comum a leitura de jornais do que a de livros, pois era mais fácil de manusear, transportar e mais acessível, pois o "jornal representa o progresso, é a literatura do futuro"[4].

Em Minas Gerais, a história registra a presença da imprensa desde o início do século XIX, décadas antes da estada de Burton na província. Foi graças aos esforços de alguns atores sociais que a imprensa surgiu no cenário mineiro, meses depois da Independência, se fazendo presente na vida social, cultural e política da província. Coube aos seus responsáveis e redatores a utilização da imprensa periódica para instruir, analisar, criticar, informar e, principalmente, formar opiniões sobre a realidade brasileira, no tocante aos aspectos políticos.

De maneira geral, a imprensa periódica oitocentista assume um tom político de acordo com as visões de mundo de seus redatores e editores, se tornando porta-voz de grupos sociais e políticos, dotados de uma intencionalidade civilizadora, como nos ensina Tânia Bessone, ao assinalar que "o sentido de civilizar passou a ser uma noção muito presente na ação dos intelectuais do século XIX"[5]. Ler as correspondências e selecioná-las, ler outros periódicos e discutir seus temas e assuntos, escolher e compilar as principais notícias, ordenar os "typos" nas fôrmas,

---

[1] BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Itatiaia: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

[2] Usamos a forma como a atual cidade era escrita na imprensa do século XIX.

[3] BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro* .... op. cit., 1976. p. 336.

[4] Ibid., p. 337.

[5] FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

checar a tinta, imprensar e distribuir: essas eram as tarefas de quem se dedicava à arte da imprensa no século XIX brasileiro. Provavelmente, e pela periodicidade semanal dos jornais, estes afazeres eram divididos entre os letrados, responsáveis pela manutenção e circulação de seus periódicos, não sendo, portanto, tarefa de um homem só, como acenou Nelson Werneck Sodré[6]. Era uma tarefa que exigia atenção, dedicação e tempo, além de reuniões periódicas para estabelecer, selecionar e discutir os editoriais, os anúncios, as cartas dos leitores e as "anedotas", ou seja, a composição do "repertório" do periódico. Data de 1822, a criação das primeiras tipografias mineiras. A primeira delas foi estabelecida pelo governo provincial e administrada pelo major Luiz Maria da Silva Pinto no mesmo ano. Em segundo lugar foi implementada a "Typographia Patrícia de Barbosa & Cia" por Manoel José Barbosa, responsável pela edição do primeiro periódico mineiro *O Compilador Mineiro.*

Anos depois, *O Universal* também foi impresso na mesma tipografia[7], e mais tarde em São João d'El-Rey são constuídas as "Typographia do Astro" e "Typographia de J. Maximiano & Comp.", onde eram impressos o *Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade*, respectivamente. As tipografias, ou "officinas", como também eram chamadas, além de constituírem em espaços de elaboração técnica e mecânica de um periódico, eram lugares de encontros, convivência e diálogos entre os responsáveis pelo periódico. Era a ante-sala das letras impressas que se tornaram públicas a partir de 1823, em Minas Gerais.

Nesta época, a então capital mineira assistiu ao surgimento do primeiro jornal da província. O *Compilador Mineiro* veio a público para descortinar uma prática ainda inexistente entre os habitantes de Minas Gerais e a partir dessa atitude inicial, outros periódicos, vieram à baila passando a compor a paisagem social e cultural da província. A imprensa periódica já era uma prática em muitas regiões do Brasil, principalmente na Corte, desde 1808[8]. Porém, somente a partir de 1820, em função da Revolução do Porto, observa-se o surgimento de jornais de cunho político, que vão discutir temas e assuntos referentes ao destino do Brasil e de Portugal, além de

---

[6] Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

[7] Anos mais tarde, a tipografia muda o nome para "Officina Patricia do Universal".

[8] Cf. VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869).* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa .... op. cit.,* 1999.

terem sido importantes veículos de informação e formadores de opiniões públicas na época[9].

Assim, ao traçar uma "geografia" da imprensa deste período10, se observa em Minas Gerais que tal instituição foi implementada num momento posterior às efervescentes discussões inter-regionais e internacionais estabelecidas entre os anos de 1820 e 1822, pelos redatores no Brasil e esses com os de Portugal e vice-versa.[11] Dessa maneira, a partir da circulação do *Compilador Mineiro*, muitos foram os jornais surgidos em datas e tempos diferentes nas vilas e cidades mineiras. Em 1824 surge o *Abelha do Itacolomy* (1824-1825) e no ano seguinte *O Universal* (1825-1842).

Em 1825, outros três jornais vieram à luz, a saber: *O Companheiro do Conselho*, *O Patriota Mineiro* e *O Diário do Conselho do Governo da província de Minas Gerais.* Ainda na capital da Província, poucos anos depois um importante jornal é impresso e passa a circular com o objetivo de informar e formar os eleitores mineiros através de seus temas acerca das eleições. *O Precursor das Eleições* foi um periódico de ampla circulação dentro e fora da Província.

A partir de 1827 e seguindo a tendência da capital, a Vila de São João d'El-Rey passa a contar com a presença do *Astro de Minas* (1827-1839) e tempo depois, em 1829, do *O Amigo da Verdade* (1829-1831) e, em seguida com *O Mentor das Brazileiras* (1829-1832), periódico responsável pela instrução das mulheres.

Nos anos finais do Primeiro Reinado, surge na vila do Príncipe, norte da província *A Sentinela do Serro*[12], redigido por Theóphilo Ottoni e o *Echo do Serro* (1828) no Arraial do Tijuco, futura Diamantina; e ao sul, na mesma época, o *Pregoeiro Constitucional* (1830-1831), em Pouso Alegre. A cidade episcopal de

---

[9] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcunda e constitucionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

[10] Sobre os jornais surgidos no Brasil no início do século XIX ver: SODRÉ. Nelson Werneck. *História da imprensa .... op. cit.,* 1999; LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcunda e constitucionais*.... op. cit., 2003; MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder:* o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

[11] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcunda e constitucionais.... op. cit.,* 2003.

[12] Muitos foram os periódicos intitulados de Sentinelas, no período imperial. Sobre o assunto ver: MOREL, Marco. *As Sentinelas devem multiplicar-se: redes* de sociabilidade impressa e formação nacional nos anos 1820 – 1830 no Brasil. Texto gentilmente cedido pelo autor, a quem agradeço. De acordo com Regina Horta Duarte, *A Sentinela do Serro* se destacava por seu suposto republicanismo e pela sua orientação americanista e jeffersoniana. DUARTE, Regina Horta, O Aventureiro da Filadélfia: Theóphilo Ottoni e a Conquista do vale do Rio Mucuri. *Locus*, Juiz de Fora: UFJF, v.4, n. 2, 1998. p.10.

Mariana conta, entre os anos de 1830 e 1832, com a circulação do *Estrella Marianense.*

Além de estabelecerem um intenso diálogo dentro da própria província, os periódicos mineiros também mantinham contatos com outros periódicos fora de Minas, ou seja, sua circulação não se restringia somente às localidades onde eram impressos, antes ultrapassavam os limites das vilas e cidades, configurando um intenso trânsito cultural[13] entre os seus leitores. Embora não fosse o único espaço de sociabilidade, era um dos principais, onde o pensamento político se manifestava, passando a compor e a formar em Minas, um espaço público moderno, como acentua Alexandre Mansur Barata[14].

Embora Hélio Vianna tenha caracterizado a imprensa referente ao Primeiro Reinado como uma "pequena imprensa", esse foi um dos períodos onde se manifestou uma intensa disputa pelo poder, seja no âmbito municipal[15], provincial ou nacional e uma das principais arenas para essa disputa, segundo Marcello Basile, foi a imprensa[16] responsável pelo aparecimento, nas palavras do autor, da politização das ruas[17]. E em Minas não foi diferente.

Para Ana Rosa Cloclet da Silva, o clima político da província mineira, nos anos iniciais da década de 1820, além de se fazer representar nas Câmaras, nas Juntas de Governo e no Conselho da Província, encontra no periodismo, "um veículo formador da opinião pública e [...] um novo canal de "contiguidade" com a corte do Rio de Janeiro, já precedida pelas conexões comerciais e políticas"[18].

---

[13] Cf. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

[14] BARATA, Alexandre Mansur. Sociabilidades, cidadania e identidade na Província de Minas Gerais durante o Primeiro Reinado, 1822-1831, In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14: 2004 jul. Juiz de Fora, MG. *Caminhos da história: desafios da historiografia em Minas Gerais: anais eletrônicos*. Juiz de Fora: ANPUH-MG, 2004.

[15] SILVA, Rodrigo Fialho. *Por ser voz pública*: intrigas, debates e pensamento político na imprensa mineira (Vila de São João d'El-Rei, 1827-1829). Vassouras, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.

[16] BASILE, Marcello O. N. de C. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (org). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 2000. p. 209.

[17] Ibid., p. 204.

[18] SILVA, Ana Rosa Cloclet da. De comunidades a nação: regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). *Almanack Braziliense*, São Paulo: USP, n. 2, nov, 2005. Ver também: LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

Ao observar a história política brasileira nos anos vinte do século XIX, em Minas Gerais, nota-se a presença de discussões, algumas de tom conservador[19], outras de tom liberal, nos periódicos publicados nesse período. Sendo assim, a partir do movimento de independência e sua efetivação em 1822, o Brasil e, especificamente Minas Gerais, se tornaram campos de disputas políticas entre suas elites que, de acordo com Richard Graham, "tinham opiniões ambivalentes sobre o governo central"[20].

Ao longo do Primeiro Reinado, existiam, de maneira geral, grupos favoráveis ao centralismo monárquico, chamados de conservadores[21], e os que desejavam a descentralização do poder da Monarquia e maior autonomia política das províncias, denominados liberais. Esses viam tanto na Assembleia Legislativa, como na imprensa, as oportunidades de atuação e difusão de seus princípios políticos. Entendiam que estes mecanismos representativos, eram capazes de aproximá-los da arena de discussões públicas acerca das questões políticas[22]. Esses grupos políticos eram formados por proprietários de terras e de escravos, profissionais liberais, comerciantes e eclesiásticos, cuja participação na imprensa era de significativa importância, devido à facilidade que tinham em comunicar-se pela escrita[23] e em publicar suas opiniões[24].

Dessa maneira, muitos foram os atores sociais que acumulavam vários cargos públicos ou políticos e que viam a imprensa como um instrumento agregador de suas vontades em divulgar seus pensamentos e projetos, acerca de uma Nação em construção. Alguns redatores eram bastante conhecidos dentro e fora da província, como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Baptista Caetano d"Almeida, políticos mineiros que estiveram à frente do *O Universal* e do *Astro de Minas*

---

[19] Aqui usamos o conceito formulado por Tiziano Bonazzi no Dicionário de Política, organizado por Norbert Bobbio et al., quando afirma que "a palavra conservadorismo designa ideias e atitudes que visam a manutenção do sistema político existente e de seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras". BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norbert et al. *Dicionário de política*. Brasília: UnB/Imprensa Oficial, 2000. p. 242.

[20] GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 67.

[21] Cf. SILVA, Rodrigo Fialho. *Por ser voz pública* .... op. cit., 2006.

[22] Cf. IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

[23] SILVA, Wlamir. *"Liberais e Povo":* a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. p. 106

[24] Cf. SILVA, Rodrigo Fialho. *Por ser voz pública* .... op. cit., 2006.

respectivamente, bem como o vigário Luís José Dias Custódio, um dos redatores do *O Amigo da Verdade*. Vasconcelos foi um estadista do Império, conhecido por sua atuação política em momentos significativos da história brasileira ao longo da primeira metade do século XIX. Ao contrário, outros nomes como Caetano d'Almeida e o vigário Custódio ainda são desconhecidos da historiografia.

Dentre suas atividades profissionais, assim como Vasconcelos, dedicavam um tempo a redação e supervisão de seus periódicos, por isso tinham uma característica comum: a de empreender e utilizar a imprensa como um instrumento pedagógico e político. Nela se faziam imprimir e representar suas visões de mundo, percepções da realidade e entendimentos políticos. Implementaram uma nova maneira de sistematizar o conhecimento, tornando-o impresso e público, além de terem sido capazes de discutir e debater questões pertinentes ao cotidiano seja de Minas, do Brasil e, até mesmo, de outros países. Esses redatores, articulavam as palavras e, em conjunto com outros atores, fizeram delas as principais substâncias para mobilizar as opiniões de seus leitores. Valiam-se de metáforas, de expressões e conceitos, textos, excertos de outros periódicos e cartas de seus leitores para "compor" as edições semanais de seus periódicos.

Nos últimos anos, os estudos[25] sobre a imprensa periódica mineira têm aumentado significativamente, em função de percebê-la não só como fonte, mas como objeto em torno do qual se podem rastrear os caminhos das elites políticas e intelectuais e reconstruir o seu papel no campo das ideias e das representações políticas. A imprensa periódica tem sido objeto de análise de alguns pesquisadores que buscam, sejam embasados na história cultural ou política, enveredar pelos discursos produzidos pelos agentes sociais capazes de reproduzir suas realidades, pois de acordo com Robert Darnton e Daniel Roche, a palavra impressa é entendida não apenas como registro dos fatos, mas, sobretudo, como ingrediente e agente decisivo dos acontecimentos[26].

Dessa maneira, propomos, com o presente estudo, analisar as redes de sociabilidade imprensa e perceber, através dos debates na imprensa mineira, os periódicos como instrumentos políticos de grupos divergentes no interior da

---

[25] Trataremos deste assunto no primeiro capítulo.

[26] Cf. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa*: a imprensa na França 1775 - 1800. São Paulo: Edusp, 1996.

província. Defendemos a hipótese de que existia uma preocupação dos redatores em promover o progresso e as “luzes”, através da palavra escrita, e divulgá-las pela imprensa periódica como projeto de grupos que se relacionavam, criando assim, uma rede de debates e interlocução de ideias, que caracterizavam um posicionamento heterogêneo acerca da realidade política.

Assim, após o levantamento do “corpus” documental27, analisamos três periódicos a saber: *O Universal*, o *Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade.* A baliza temporal se define entre o ano de1823, marcado pelo aparecimento do primeiro periódico mineiro, e 1831, quando se encerra o Primeiro Reinado e ocorre o desaparecimento do *O Amigo da Verdade*, principal opositor do *O Universal* e do *Astro de Minas*. Como dito anteriormente, *O Universal* era impresso na capital Ouro Preto e o *Astro de Minas* e O Amigo *da Verdade*, na vila de São João d’El-Rey. A escolha desses periódicos se deve pelos constantes diálogos entre seus redatores, nem sempre amigáveis, e por representarem a vontade de seus responsáveis, a partir de dois importantes pólos urbanos de Minas Gerais. Seus redatores, tomaram a imprensa como um espaço do debate político e, principalmente, pessoal. Conduziram suas “folhas” de maneira a evidenciar os conflitos cotidianos entre eles e a demonstrar certas tendências de pensamento e alinhamento editorial ao citarem outros periódicos, configurando uma rede de “discursos cruzados”.

Dessa maneira a presente tese está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo se inicia com uma discussão historiográfica sobre o estudo da imprensa nos últimos anos no Brasil, em geral, e em Minas, em particular. Esse exercício evidencia como a imprensa, antes relegada como mera reprodutora de fatos, tem sido analisada, em diferentes perspectivas, como objeto e também como fonte, em pesquisas recentes. Apresentamos ainda a “geografia da circulação impressa”, ou seja, os caminhos por onde os impressos circulavam ao saírem do Rio de Janeiro, em direção a capital província mineira, bem como os primeiros esforços para se implementar a imprensa nas Minas. As “paisagens urbanas” – Ouro Preto e São

[27] Dentre os periódicos mineiros apontados anteriormente, muitos se perderam ou não possuem as edições completas. Dessa maneira, a escolha de alguns a serem analisados ao longo desse trabalho se justifica pela sua continuidade editorial e pelo aprofundamento de questões cogitadas, quando da elaboração de minha Dissertação de Mestrado. As edições do *O Universal*, *Astro de Minas* e do *O Amigo da Verdade* podem ser encontradas tanto na Sessão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Público Mineiro. No caso, específico do *O Universal*, pode ser pesquisado pelo Sistema Integrado de Acesso do APM, disponível no sítio: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/

João d'El-Rey – onde os periódicos eram impressos também são abordadas como espaços cosmopolitas, dotados de uma dinâmica vida social.

No segundo capítulo tratamos de apresentar os periódicos, por meio dos seus "discursos inaugurais", ou seja, a forma como se apresentavam ao público leitor. Ao serem lançados a público, pela primeira vez, os periódicos traziam logo na primeira página, um texto introdutório e explicativo que tinha por finalidade informar os seus objetivos e intenções. Nesta apresentação, é possível identificar suas tendências de pensamento e perceber também, além de seus propósitos, o "para que veio". Essa prática era bastante comum na época e não se restringia a uma atitude somente dos redatores dos periódicos mineiros.

Em seguida, no terceiro capítulo, são apresentados os perfis biográficos dos redatores, com o objetivo de desvelar suas funções, atividades e profissões, paralelas ao trabalho impresso. Foram homens envolvidos com as mais variadas atividades. Eram chefes de família, comerciantes, religiosos e políticos. Porém, seus envolvimentos com a imprensa deixam entrever que eram homens preocupados e comprometidos com a causa pública, podendo ser classificados como parte integrante de uma elite letrada e intelectual.

O quarto capítulo se refere ao estudo das correspondências publicadas pelos periódicos. Observou-se que as cartas se constituíam em uma seção bastante característica nos periódicos, que as publicavam em menor, ou maior intensidade. Era uma forma de participação direta dos assinantes e leitores, em geral, que se manifestavam publicamente, muitas vezes valendo-se do uso de pseudônimos, como artifício para esconder sua verdadeira identidade. As cartas tratavam de assuntos diversos, porém, em sua maioria discutiam as contendas ocorridas na sociedade local tanto em Ouro Preto, quanto em São João d'El-Rey, principalmente em épocas que, normalmente, suscitavam rumores públicos, como as eleições para juiz de paz e deputado, por exemplo. Os rumores na imprensa eram bastante comuns. Os correspondentes se "disfarçavam" e escreviam para os periódicos, alimentando novas discussões, além de contribuírem para a manutenção do periódico, pois pagavam pelas cartas publicadas. Com o objetivo de traçar um perfil social dos correspondentes, por meio da análise dos pseudônimos, elaboramos algumas tipologias dos "disfarces", pois acreditamos serem capazes de revelar algo sobre os aspectos sociais, políticos e culturais de seus autores, também agentes participativos da cultura impressa.

No quinto e último capítulo, a pesquisa se volta para a análise das referências intelectuais dos redatores mineiros. Os periódicos *O Universal*, *Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade* citavam com frequência outros periódicos e textos diversos de seus redatores, e até mesmo de teóricos conhecidos da história, de acordo com suas conveniências. Além de estabelecerem uma interlocução constante entre si, os periódicos mineiros davam voz a outros periódicos impressos fora da província mineira como os fluminenses, por exemplo. Essa prática evidencia uma preocupação em reverberar os discursos daqueles que tinham os mesmo propósitos políticos e de pensamentos, o que configura a existência de certo alinhamento editorial entre os periódicos, criando assim, uma rede de sociabilidade impressa através dos “discursos cruzados”. Para perceber a inserção dos periódicos citados pelas três “folhas” mineiras, fizemos um levantamento ao longo de um ano, para quantificar os periódicos mais citados. A partir desse procedimento, procuramos evidenciar as tendências políticas veiculadas pela imprensa mineira e destacar alguns conceitos e expressões próprias dos reflexos liberais que passaram a compor o vocabulário político da época.

Ao fim desse trabalho esperamos atingir alguns objetivos principais: conhecer os principais atores sociais envolvidos diretamente com a imprensa periódica mineira ao longo da década de vinte do oitocentos brasileiro e compreender a imprensa como agente histórico, capaz de mobilizar as opiniões públicas a favor de grupos políticos que se faziam representar por meio dela, inseridos, assim, no processo de consolidação do Estado Imperial brasileiro.

1 A HISTORIOGRAFIA "IMPRESSA": ALGUNS APONTAMENTOS

Nos últimos anos, a imprensa oitocentista vem recebendo uma atenção especial por parte dos historiadores do político e da cultura. Em momentos significativos e decisivos de nossa história, a imprensa não só esteve presente na cena política, como também foi capaz de formar e mobilizar as opiniões[28], além de contribuir para transformar os espaços públicos[29].

Em contextos e contingências temporais e históricas distintas, a imprensa teve seu papel social e lugar de destaque em meio à vida pública, mediando o "trânsito cultural" entre os redatores e seus respectivos leitores. De acordo com Peter Burke, o seu surgimento *facilita a interação entre diferentes conhecimentos ao permitir que as pessoas em lugares diferentes lessem os mesmos textos* [30].

Cabe definir, porém, a que tipo de imprensa estamos nos referindo, pois a palavra, na sua contemporaneidade, carrega variados sentidos. Falamos da imprensa periódica, ou seja, jornais assim chamados devido à sua periodicidade, que poderia ser efêmera ou ter uma maior duração, de acordo com os propósitos e características de seus redatores e idealizadores.

---

[28] Cf. MOREL, Marco. *Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção*. Anais do Colóquio História e Imprensa**,** Rio de Janeiro, UERJ/IFCH, 1998.

29 MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005; SILVA, Virgínia Rodrigues da*. O Revérbero Constitucional Fluminense, constitucionalismo e imprensa no Rio de Janeiro na independência.* PPGH/UFF, 2010. (Dissertação de Mestrado em História). Outros trabalhos que atentam para a relação da imprensa no processo de independência em outras partes do Brasil, ver: GALVES, Marcelo Cheche. *"Ao público sincero e imparcial": imprensa e independência no Maranhão (1821-1826).* PPGH/UFF, 2010. (Tese de Doutorado em História); CABRAL, Flávio José Gomes. *Conversas reservadas: "vozes públicas", conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil.* UFPE/PGH, 2008. (Tese de Doutorado em História); NUNES, Tassia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*, USP/PPGHS, 2010. (Dissertação de Mestrado em História); RODRIGUES, Alfredo F. *Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul (1828-1845).* Rio Grande do Sul: Liv. Americana, 1899. Sobre outras abordagens que dizem respeito à atuação da imprensa em movimentos de independência na América Hispânica, França e Estados Unidos, ver: GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independências, ensayos sobre las revoluciones hispânicas.* Madri: Mapfre, 1992. E principalmente a introdução do livro "Los espacios públicos em Iberoamérica" escrito por François-Xavier Guerra e Annick Lempérière, onde os autores discutem o conceito de esfera pública de Jurgen Habermas. Ver: GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. *Los espacios públicos em Iberoamérica. Ambiguedades y problemas. Siglo XVIII-XX.* México: Fondo de Cultura Econômica, 1998. E também BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. De maneira mais aprofundada e original Robert Darnton e Daniel Roche, apresentam a imprensa na órbita da Revolução Francesa, analisando o papel que a tipografia desempenhou na Revolução francesa. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa .... op. cit.,* 1996.

[30]BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 19.

Diferentemente de hoje, no século XIX, principalmente na primeira metade, período em que vieram à luz os primeiros periódicos no Brasil, não tinham apenas a função e objetivo de noticiar e informar, mas, sobretudo, a de formar e "civilizar" seus leitores, irradiando, por assim dizer, sabedoria através de doutrinas filosóficas e políticas, divulgadas semanalmente.

Seus autores, ou melhor, redatores se viam como sábios[31], responsáveis pela instrução pública e, sobretudo política. De certo, esta era uma característica que merece ser destacada no campo cultural, porém, observa-se que a imprensa também foi um instrumento político capaz de refletir e servir de instrumento para as aspirações de determinados grupos sociais que se faziam representar junto ao público leitor por meio deste eficaz artefato político.

Durante muito tempo, a imprensa oitocentista brasileira foi vista com certa reserva pela historiografia. A ela foi atribuída uma concepção descolada de sua realidade, pois considerada como fonte tradicional seria, então, responsável por registrar os "fatos" e a "verdade", promovidos pelas elites, não sendo passível de ser tomada pelos historiadores como fonte nem como objeto de pesquisa e, tão menos, como agente histórico.

Entendida como porta-voz de pequenos grupos, geralmente, pertencentes à Boa Sociedade[32], seria responsável somente por reproduzir os fatos nas páginas impressas. Como artifício propagador das ideias de uma minoria, a imprensa foi percebida como elemento integrante de uma superestrutura e, portanto, apenas como um reflexo daqueles que detinham o poder econômico e político, o que lhes facilitaria o acesso ao mundo das letras.

A virada epistemológica se dá, a partir do momento em que a noção de fonte se amplia. Proposições estas apontadas pelos historiadores da terceira geração do movimento de "Annales", cujos ensinamentos "atravessam" o Atlântico, aportando no Brasil na década de 1980, onde, coincidentemente, se iniciavam os programas de Pós-Graduação em História em algumas universidades brasileiras, como a USP e UFRJ, por exemplo.

A partir de então, novos vieses interpretativos, somados a uma avalanche de temáticas, objetos e aportes teóricos advindos das ciências vizinhas se

---

[31] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005.

[32]MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema.* Rio de Janeiro: Acess, 1994.

enriqueceram, ao mesmo tempo em que realçaram as pesquisas na área de História.

Assim, alarga-se a noção de fonte e outra apreciação é lançada sobre a relegada imprensa periódica. Neste sentido, a imprensa, antes reduzida a um mero veículo de informação e compilação das elites, se torna um valioso e significativo "manancial" para os historiadores, principalmente, para os que enveredaram pela vertente política e cultural da história.

Além de ser também um "lugar de memória", a imprensa foi o veículo de informação mais eficaz na sociedade brasileira, quando de sua implementação e difusão nas primeiras décadas do século XIX e, em conjunto com a cultura oral e auditiva, compôs e ajudou a transformar os aspectos sociais do Brasil monárquico. Mesmo considerada um objeto de uma minoria letrada, a imprensa foi, também um "espaço" de produção de ideias e exposição dos discursos políticos acerca da realidade observada pelos seus redatores.

Nos últimos vinte anos, a imprensa vem sendo considerada, fonte imprescindível para se estudar e compreender as contingências políticas e estruturas mentais dos atores que contribuíram, seguramente, para a formação do Estado e da Nação brasileiros.

Considerada hoje, salvo algumas exceções, uma "literatura de circunstância", devido ao seu caráter temporário e por vir a público tratar das "negociações" sociais e políticas, a imprensa como fonte e objeto de pesquisa é capaz de retratar, não somente os fatos como um dia se quis, mas, sobretudo os anseios, desejos, convicções e conveniências de determinados grupos sociais, que imprimiram seus pensamentos e paixões. Sabe-se, porém que a imprensa não funcionava como uma "esponja" que absorvia a realidade tal qual havia acontecido. Foi, ao contrário, a representação[33] de uma ou de várias realidades.

A concepção reducionista em relação à imprensa periódica se deve, talvez às interpretações economicistas de décadas precedentes a 1980. A partir desta época, buscou-se considerar, destacadamente, as motivações e subjetividades de interesses dos atores responsáveis tanto pela tarefa tipográfica, quanto pela redação

---

[33] Sobre a análise do conceito de "representação", ver: FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA Jurandir (orgs). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 41-80.

dos periódicos, pois como bem advertiu Jean-François Sirinelli[34], ao discutir o retorno da história política na França, que esta se deu, dentre outros fatores pela necessidade de "humanizar" a história e no Brasil, não foi diferente.

Desta forma, ao se analisar a imprensa e seu repertório de notícias, ideias e visões de mundo, é indispensável reler aquele(s) que está(ão) por trás da cena impressa, como uma via de mão dupla. Percebê-lo(s) em um contexto temporal específico, que lhe(s) permitia cotejar a realidade social e registrar suas subjetividades nas páginas dos periódicos, publicando-as e interagindo assim, com o público leitor.

Nessa perspectiva, existe um esforço por parte de muitos historiadores, nacionais e estrangeiros, em desvelar este "objeto" não apenas como fonte, mas, principalmente como agente histórico ou, nas palavras de Robert Darnton, "ingrediente decisivo dos acontecimentos"[35].

Dessa maneira, *v*erifica-se que nem sempre a imprensa foi alvo de análises históricas e imergir no mundo impresso oitocentista requer um exercício prévio. Tal tarefa não seria outra senão o exercício historiográfico.

De maneira geral este texto propõe, fazer um levantamento e análise das principais obras de historiadores que escreveram sobre a imprensa periódica ao longo do Primeiro Reinado.

1.1 **O século XIX e a imprensa: percursos historiográficos.**

Depois de aproximadamente três anos entre pesquisas e viagens, o Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen publica "História Geral do Brasil". O ano era o de 1857 e o Brasil havia passado por significativas mudanças desde a sua emancipação política em 1822 e os intelectuais brasileiros procuravam *avant la lettrê*, institucionalmente[36], discutir a formação do Brasil independente[37].

---

[34] Cf. SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora: por une histoire culturelle du politique. In: BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Axés e méthodes de l'histoire politique*. Paris: PUF, 1998. p. 381-398.

[35] Cf. ibid., p. 381-398.

[36]COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-31, 2000.

Neste sentido, muitas foram às interpretações acerca da independência e sua relação com a imprensa[38]. Porém, de maneira geral e tradicional concordava-se que fora um feito realizado pelos portugueses, que além de colonizar, aproximando o "americano" da "civilização", através dos contatos seculares constituídos ao longo da colonização, lhe "concedeu" a liberdade política.[39]

Dentre os temas tratados por Varnhagen em sua "História Geral do Brasil", encontra-se a imprensa periódica surgida então, há algumas décadas na capital do Império. Podem-se considerar tais escritos como um dos primeiros registros sobre a imprensa no Brasil, em uma obra de cunho histórico.

Surpreende a forma como a imprensa é analisada. Longe de julgamentos tendenciosos e adjetivações características dos estilos de pensamento e escrita da época, os periódicos são descritos como um significativo artefato político nos momentos precedentes e subsequentes à Independência. Dessa maneira, Varnhagen buscou mapear os periódicos de maior relevância política e cultural da época e os comentou de forma cronológica. Primeiramente, é apresentada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo surgimento se deu em 1808 e em seguida o *Patriota*[40], periódico científico, cujos exemplares já se encontravam perdidos na época da publicação de "História Geral do Brasil". Posteriormente, apresenta o jornal baiano *Idade d'Ouro*[41], e depois os polêmicos periódicos publicados na Inglaterra: o *Correio Braziliense*[42] e o *Investigador Português*[43].

---

[37]REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen, o elogio da colonização portuguesa. In: ____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 23-50.

[38] De acordo com o professor Marco Morel, "O papel da imprensa, como agente histórico, foi decisivo para a Independência na medida em que significou e ampliou espaços de liberdade de expressão e de debate político, que formaram e interferiram no quadro da separação com Portugal e de início de edificação da ordem nacional". MOREL, Marco. A independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÒ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, p. 636.

[39]VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

[40] De acordo com VARNHAGEN, o Patriota, "Jornal Literário, Político, Mercantil [...] do Rio de Janeiro [...] durou a publicação dois anos completos; no primeiro saia mensalmente e no segundo de dois em dois meses. Foi fundado e redigido pelo brigadeiro Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, nascido na Bahia, e teve colaboração de Domingos Borges de Barros (visconde de Pedra Branca), Francisco de Borja Garção Stockler, Mariano Laje, Ildefonso José da Costa Abreu, João José Ferreira de Sousa, Pedro Xavier de Brito, Antonio de Saldanha da Gama, Fr. Arcanjo de Ancona, Gaspar marques, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, José Bonifácio de Andrada e Silva, Silvestre Pinheiro Ferreira, José Saturnino da Costa pereira e outros". VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil* .... op. cit., 1975, p, 224. Ainda sobre O Patriota ver: KURY, Lorelai (org). *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814).* Rio de Janeiro: Ed. da FIOCRUZ, 2007.

[41] Sobre as redes de sociabilidades em torno do periódico, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A idade d'ouro do Brasil e as formas de sociabilidades baianas. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA,

O texto traz informações sobre o surgimento e circulação, bem como esclarecimentos sobre dados pessoais e profissionais de seus redatores em notas enriquecedoras. Interessante, porém é perceber que a *Gazeta do Rio de Janeiro*[44] aparece como o primeiro jornal brasileiro, mesmo carregado por características oficiais.

No entanto, para alguns autores, o primeiro jornal brasileiro surgiu na Inglaterra e a diferença entre o surgimento de um e outro é de um curto espaço de tempo. A *Gazeta do Rio de Janeiro* veio à luz em setembro de 1808 e o *Correio Brasiliense*, três meses antes.

Carlos Rizzini, Nelson Werneck Sodré e Isabel Lustosa[45] dentre outros, atribuem à Gazeta do Rio de Janeiro um caráter oficial, enquanto que o periódico de Hipólito da Costa seria o grande crítico do governo português.

Porém, Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros enfatizam que, embora alguns estudos estabelecem tal contraposição, ambos os periódicos se comparados, podem apresentar pontos de aproximação no campo das ideias políticas. De acordo com os autores:

> [...] não se registram ataques de Hipólito à Gazeta do Rio de Janeiro – ainda que o jornalista criticasse outros veículos. Ao contrário, em vários momentos, o redator do Correio Braziliense transcreve, na íntegra, passagens da Gazeta do Rio de janeiro sem contestá-la, fosse no conteúdo, fosse na autenticidade das informações [...] Em outro plano de comparação, podemos concluir que tanto a Gazeta do Rio de Janeiro quanto o Correio Braziliense defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração [...][46]

Tânia Maria Bessone da C. (orgs). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.* Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006.

[42] Sobre Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense, consultar as principais obras: CASTRO, Therezinha de. *Hipólito da Costa: ideias e ideais.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder .... op. cit.,* 2003; LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos .... op. cit.,* 2000; MOREL, Marco. Entre estrela e satélite. In: DINES, Alberto (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / Correio Braziliense, 2002, v. 30, p. 269-320.

[43] Assim como o Correio Brasiliense, o Investigador Português também era publicado na Inglaterra. Circulou entre 1811 e 1819. Servia, de acordo com Varnhagen, para "contrabalançar a influência do Correio Brasiliense". VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil* .... op. cit., 1975, p, 225; AZEVEDO, Moreira de. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro, *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico, e Ethnographico do Brasil,* 1865. p 182.

[44]. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822).* Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

[45] RIZZINI, Carlos. *A tipografia no Brasil; 1500-1822.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa .... op. cit.,* 1999.

[46] MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder .... op. cit.,* 2003, p. 18-19.

Tais proposições abrem novas veredas sobre a indistinção de pensamentos que pairavam sobre a mente dos respectivos redatores, sendo, inclusive difícil definir uma única tendência política dos periódicos. O que leva a crer que a análise dos discursos impressos, se confrontados, deixa transparecer as idiossincrasias, além dos distanciamentos de doutrinas e aproximações na maneira de pensar.

Por iniciativa da Imprensa Oficial, recentemente, o *Correio Braziliense* foi reproduzido e publicado[47] em forma de uma coleção, cujos volumes trazem o seu conteúdo na íntegra e ainda conta com estudos de especialistas sobre o periódico londrino e, seu redator, Hipólito da Costa[48].

Dois anos depois da publicação de Varnhagen, o Cônego Fernandes Pinheiro[49], primeiro secretário do IHGB na época, publica na Revista Popular, o artigo "A Imprensa no Brazil"[50]. Neste pequeno artigo, Fernandes Pinheiro procura discorrer inicialmente sobre o surgimento da imprensa na Europa, destacando o seu aparecimento em Portugal. Para autor:

> Foi Portugal uma das nações da Europa, que primeiro acolheu a arte typographica, dando-lhe entrada pelos annos de 1464 a 1465, segundo affirma um douto acadêmico, antes que a França, a Inglaterra e a Hespanha gozassem d'esse útil invento. Multiplicadas edições sahirão de seus prelos, rivalizando algumas em perfeição, com o que de melhor se conhecia na Allemanha e na Hollanda. Erão porem os Judeus, que se ocupavam n'este mister, e quando a intolerância não lhes embargava a industria, concorrião para o florescimento das letras lusitanas, diffundindo os primores de Gil Vicente, Sá de Miranda e Ferreira.[51]

O texto trata da imprensa no Brasil e, por isso, Fernandes Pinheiro se remete ao período colonial para informar sobre as iniciativas e ensaios impressos em

---

[47] DINES, Alberto (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense .... op. cit.,* 2002.

[48] Ver também: PAULA, Sérgio Goes de (org.). *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Ed. 34, 2001; RIZINNI, Carlos de Andrade. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957; SOBRINHO, Barbosa Lima. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1977.

[49] Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (Rio de Janeiro, RJ, 17.06.1825; 15.01.1876). Secretário particular do bispo, conde de Irajá. Lecionou no Seminário Episcopal do Rio de Janeiro, cônego da Capela Imperial; doutorou-se em Teologia, em Roma. Vice-reitor e capelão do Instituto dos Meninos Cegos (1854). Sócio correspondente (1854) e primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1859); membro do Instituto de França, da Academia de Ciências de Madri e de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Paris e da de Nova York. www.ihgb.org.br [acesso em 07 jan. 2008]

[50] De acordo com Marcella dos Santos, a Revista Popular circulou no Brasil entre os anos de 1859 e 1862 e foi publicada pela editora Garnier. SANTOS, Marcella dos. *Patrimônio e Memória.* São Paulo, Unesp/FCLAs/CEDAP, v.1, n.1, 2005, p.1.

[51]PINHEIRO, Cônego Fernandes. *Revista Popular*. Rio de Janeiro, 1859.

Pernambuco na época do governo do Conde Maurício de Nassau[52] e, posteriormente, no Rio de Janeiro sob a administração de Gomes Freire de Andrade[53].

Sem qualquer menção aos periódicos publicados na Inglaterra, escreve ligeiramente sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o *Idade d'Ouro* e sobre a revista literária denominada "*Patriota*" e informa que em 1821, no Brasil "existião oito periódicos; dos quais erão os mais notáves a Aurora Pernambucana, o Semanário Cívico da Bahia e o Conciliador do Rio de Janeiro [...][54] para, em seguida, citar a criação do *Jornal do Comércio*, do *Spectator Brazileiro*, do *Aurora Fluminense*, *Astrea* e do *Malagueta*[55], sem desviar, contudo, o olhar para os periódicos surgidos em outras partes do Império.

Porém, oito anos após a publicação de "História Geral do Brasil", a "Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil" trouxe um artigo intitulado "Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro" de autoria de Dr. Moreira de Azevedo, sócio efetivo do IHGB.

Seu texto se apresenta como um arrolamento dos periódicos e revistas que surgiram no Rio de Janeiro até a década de 1860. Destaca-se, porém, a sua importância no que diz respeito às tipografias e, principalmente, por revelar também os nomes dos redatores e dos periódicos fluminenses, como se pode perceber na citação abaixo:

> Em 10 de Setembro de 1808 appareceu o periodico Gazeta do Rio, impresso por ordem do governo. Foi o primeiro periodico publicado no Brasil; era em 4 e sahia ás quartas e sabbados; a princípio foi redigido por frei Tiburcio José da Rocha, depois pelo coronel Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, e na vaga d'este pelo cônego Francisco Vieira Goulart. Publicava a Gazeta do Rio os actos, decisões e ordens do governo, a noticia dos dias natalícios da família real e das festas da corte, os

---

[52] Diferentemente da opinião de Fernandes Pinheiro, que afirma ser Pernambuco a primeira Capitania a ter uma tipografia, o jornalista mineiro José Pedro Xavier da Veiga, considera a tipografia implementada no Rio de Janeiro por Gomes Freire de Andrade no século XVIII, como a primeira do Brasil. VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III, 1898, p. 170.

[53] PINHEIRO, Cônego Fernandes, *Revista Popular*. Rio de Janeiro, 1859, p. 219-221.

[54] Ibid., p. 223.

[55] De acordo com Fernandes Pinheiro, os respectivos responsáveis pelos periódicos citados, com exceção do Jornal do Comércio foram: o francês Pedro Plancher dono de uma tipografia localizada na rua do Ouvidor, número 203 e os políticos: Evaristo Ferreira da Veiga, Antonio José do Amaral, José Joaquim Vieira Souto e Luiz Augusto Mayer. Ibid., p. 224.

> acontecimentos principaes da guerra que Napoleão fazia a Portugal, e odes e panegyricos ás pessoas reaes".[56]

É característico do fazer histórico oitocentista, a busca pelos indícios biográficos, na medida em que os estudos focavam o particular e a cronologia. Assim, os textos de Fernandes Pinheiro e Moreira de Azevedo se aproximam, pois se preocuparam em inventariar a imprensa da época, mesmo fornecendo informações de maneira imprecisa.

Nota-se através dos autores citados, que a imprensa periódica já havia despertado o interesse de escritores atentos às transformações sociais no Brasil ainda na primeira metade do século XIX e que os discursos advindos das tipografias, destacavam-se no âmbito da esfera pública, cujas maneiras de pensar de grupos engajados com a novidade de se "imprimir as ideias" davam um novo tom à forma de imposição perante o mosaico social do Brasil, no início do século XIX.

1.2 Na virada do século...

No alvorecer do século passado, a Revista do IHGB publicou um tomo especial em comemoração ao primeiro centenário da imprensa brasileira. Nesta ocasião, veio a público o artigo do engenheiro e poliglota pernambucano Alfredo de Carvalho sobre os primórdios da imprensa periódica. De acordo com Marco Morel, Alfredo de Carvalho coordenou uma série de pesquisas sobre a imprensa de alguns estados brasileiros e que muitas ainda permanecem incompletas.[57] Ainda na primeira metade dos novecentos, pode-se destacar os trabalhos de Hélio Vianna[58] que foi um dos primeiros estudiosos da imprensa no Brasil, cuja obra *"Contribuição à história da imprensa brasileira"* é uma das mais densas e rigorosas em termos de informações sobre os jornais que foram surgindo ao longo do século XIX.

Minuciosamente, Hélio Vianna tece uma pesquisa ímpar até então sobre a imprensa, destacando ao mesmo tempo o aparecimento de algumas revistas

---

[56] AZEVEDO, Moreira de. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro .... op. cit., 1865, p. 178.

[57] MOREL, Marco. A independência no papel .... op. cit., 2005, p. 632.

[58] VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa .... op. cit.,* 1945.

literárias, de economia, agricultura e jornais estudantis. O autor destaca também a atuação dos principais jornalistas, como: Visconde de Cairu, Cipriano Barata, Luís Augusto May e Antônio Borges da Fonseca[59].

Um ano após o lançamento do referido livro, em 1946, Carlos Rizzini[60] publica "O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)". Pode-se caracterizá-lo como o primeiro autor a dedicar-se ao estudo da fase da independência, que é chamada por ele de "jornalismo provinciano", quando algumas províncias como o Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão se envolvem na prática e na arte impressa.

Vinte anos depois, Nelson Werneck Sodré[61] publica "História da imprensa no Brasil" uma obra de viés marxista, cuja leitura é obrigatória. O autor reconstrói o quadro de atuação da imprensa em momentos decisivos nas conjunturas políticas do Brasil como na Independência, nas Regências, na Era Vargas e na Ditadura Militar de 1964, sempre baseando sua análise nos aspectos ideológicos dos redatores dos jornais. Apesar de algumas imprecisões, sua análise sobre os primórdios da imprensa brasileira é valiosa na medida em que fornece informações pormenorizadas sobre os redatores dos periódicos, bem como local de circulação e publicação dos mesmos.

Publicado originalmente no Jornal do Brasil,[62] em agosto de 1972, o artigo "Independência: historiografia" de José Honório Rodrigues é um daqueles textos surpreendentes, pois trata dos aspectos ideológicos da emancipação política, além de comentar determinadas fontes sobre o tema e alguns arquivos, quando de repente o leitor se depara com um subtítulo denominado "Os Jornais". Embora conciso, o texto demonstra sua preocupação com a preservação da imprensa enquanto fonte, em um período em que a mesma se encontrava relegada pelos historiadores,

> A Biblioteca Nacional possui a coleção completa ou quase completa dos jornais desses anos decisivos, quando o jornalismo foi um agente poderoso da revolução da

[59] Sobre Antônio Borges da Fonseca ver: SILVA, Carolina Paes Barreto da. *A trajetória d'O Repúblico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830 - 1832).* Rio de Janeiro. PPGH/UFF, 2010. (Dissertação de Mestrado em História).

[60] RIZZINI, Carlos. *A tipografia no Brasil; 1500-1822*.... op. cit., 1988.

[61] SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa .... op. cit.,* 1999

[62] RODRIGUES, Leda Boechat. *José Honório Rodrigues: ensaios livres*. São Paulo: Imaginário, 1991.

> Independência [...] Para nossa sorte, e sorte do Brasil, este patrimônio, separado até 1840 na Seção de Livros Raros da Biblioteca Nacional, está em bom estado.[63]

Ainda no mesmo ano, um artigo publicado na Revista "Histórica", chama a atenção pela sua originalidade. Trata-se de um estudo feito pro Lincoln de Abreu Penna[64] sobre o Brasil retratado na imprensa de Toulouse, entre os anos de 1815 e 1848. Dentre as principais notícias, as revoltas e insurreições populares, juntamente com o comércio internacional, receberam maior destaque. Tais preocupações se devem ao "fato das revoltas causarem a reação natural de um país que vivia sob a Restauração monárquica e a filosofia retrógrada da Santa Aliança".[65] A seu ver, a independência do Brasil teve pouca repercussão em Toulouse, pois "tendo sido proclamada pelo príncipe-regente português, foi encarada como desdobramento normal do sistema de Reino Unido, proposto, aliás, pelo Congresso de Viena."[66] Ana Maria de Almeida Camargo, também na década de 1970, inovou, ao se dedicar ao estudo da imprensa como artefato e ferramenta de trabalho para história.[67]

A partir da década de 1980, nota-se que os estudos sobre a imprensa no Brasil se tornam mais frequentes. Um pouco antes, em 1979, Arnaldo Daraya Contier apresenta "Imprensa e ideologia em São Paulo".[68] O autor pode ser considerado o precursor na apreciação da imprensa por meio da análise do discurso. Embasado em estudos teóricos da linguística, Contier traça uma história pautada no vocabulário político e social, com o objetivo de diagnosticar os matizes ideológicos dos agentes sociais paulistas, entre os anos de 1822 e 1842.

Cecília Helena Oliveira, uma das primeiras estudiosas sobre os correspondentes da imprensa periódica, na época da Independência, apresenta por meio de pesquisa criteriosa, interessantes contribuições sobre as contextura dos

---

[63] RODRIGUES, Leda Boechat. *José Honório Rodrigues: .... op. cit.,* 1991.

[64] PENNA, Lincoln de Abreu. O Brasil na imprensa de Toulouse (1815-1848), *Histórica*, n. 3, set-dez, ano I, 1972. Agradeço ao professor Lincoln Penna por ter cedido o texto.

[65] Ibid., p. 72.

[66] Ibid., p. 72.

[67] CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa periódica como objeto e instrumento de trabalho.* São Paulo. FFLCH/USP, 1975. (mimeo). (Tese de Doutorado).

[68] CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo 1822/1842*. Petrópolis: Vozes, 1979.

interesses socioeconômicos dos correspondentes e redatores.[69] Era comum entre os próprios redatores e autores de cartas publicadas pelos periódicos, se valerem de pseudônimos e ocultarem sua verdadeira identidade. Assim, de acordo com a autora,

> o anonimato permite a participação política sem implicar sanções diretas e sem comprometer a posição social do autor ou suas eventuais ligações com pessoas de prestígio, seja pelo fato de desfrutarem uma determinada condição econômica seja por ocuparem cargos administrativos importantes.[70]

A respeito da prática dos correspondentes em não revelar o verdadeiro nome, José Murilo de Carvalho informa que muitos dos jornalistas eram políticos e, por isso, "escreviam em jornais onde o anonimato lhe possibilitava dizer o que não ousariam na tribuna da Câmara ou do Senado"[71].

Em "Insultos impressos" [72], Isabel Lustosa apresenta a trama política da época da independência protagonizada pela "guerra dos jornalistas". Dentre muitos, os mais ativos incendiários, segundo a autora, foram nomes conhecidos pela história como: José Bonifácio, Hipólito da Costa, Luís Augusto May, Soares Lisboa e o próprio D. Pedro, protagonistas da política nacional, são aqui apresentados como colaboradores dos periódicos fluminenses. A autora destaca que, entre os anos de 1820 e 1823, a linguagem popular dos jornalistas tendia a se diferenciar da linguagem literária, pela escrita rebuscada dos redatores. Dessa forma, Lustosa mostra que nos discursos impressos, a linguagem popular se distinguia da literária pelo uso da gíria e de afrontas, uma das marcas características da imprensa na época da Independência.

Tantos os elementos da cultura popular quantos os da cultura erudita estavam presentes e imbricados no discurso da imprensa, onde era preciso não só fazer compreender, como também despertar as identidades. Assim, a imprensa também se configurava como palco onde se faziam presentes as disputas políticas e os debates dos redatores.

---

[69] OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *O disfarce do anonimato: o debate político através dos folhetos (1820 - 1822)*. São Paulo. USP, 1979. (Dissertação de Mestrado em História).

[70] Id. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 55-65, 1984.

[71] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial.* Brasília: UnB, 1981, p. 44.

[72] LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos .... op. cit.,* 2000.

Ao buscar entender os reflexos da Revolução do Porto sobre as contingências políticas que levaram à independência do Brasil, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves se dedicou ao estudo da imprensa, principal veículo de informação da época, na tentativa de restabelecer os diálogos impressos entre Brasil e Portugal e vice-versa. Assim, em "Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência",[73] Lúcia Bastos analisa os diferentes discursos que foram se configurando acerca dos aspectos eminentemente políticos, entre os anos de 1821 e 1823.

A autora caracteriza o surgimento de uma cultura política pautada nos discursos da imprensa lusa e brasileira com o intuito de aprofundar um estudo sobre a Revolução do Porto e seus reflexos no Brasil. Para isso, apresenta uma história política pautada numa abordagem dos conceitos, inspirada nos trabalhos da chamada Escola de Cambridge, representada por Q. Skinner, J.G.A. Pocock e A. Pagden, tomando os periódicos, folhetos e panfletos brasileiros e portugueses como fontes principais em seu trabalho.

No tocante à metodologia, Lúcia Bastos estabelece um diálogo entre os folhetos e jornais buscando identificar na literatura de circunstância, os conceitos lançados pelos redatores, configurando um vocabulário eminentemente político. Lúcia Bastos destaca também as metáforas mais frequentes, estabelecendo as correlações mais significativas em torno de quatro conceitos básicos articuladores da cultura política da Independência: despotismo, liberalismo, constitucionalismo e separatismo.

Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros em "Palavra, imagem e poder" fazem um percurso pelo século XIX brasileiro até o início do século XX, tendo como foco de estudo a imprensa, em uma maior duração. Os autores analisam os momentos iniciais da imprensa periódica no Brasil, procurando evidenciar aspectos do aparecimento da noção de uma opinião pública. Numa abordagem enviesada pela história cultural, os autores apresentam uma leitura das imagens contidas em alguns periódicos como o foto-jornalismo, a caricatura, a imprensa feminina, além de identificarem elementos do comércio e da escravidão, além de estabelecer as relações entre redatores e escritores.

---

[73] NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais .... op. cit.,* 2003.

Os autores também chamam a atenção para a existência de jornalistas formadores de opinião como Evaristo da Veiga, que produzia artigos e notas sobre os acontecimentos políticos, comentando-os e analisando-os, contribuindo, dessa forma, para o aparecimento de uma escrita literária. Juntamente com Evaristo da Veiga, Hipólito da Costa, Frei Caneca e Araújo Guimarães são apontados, pelos autores, como os representantes dos principais momentos na formação de uma literatura brasileira, ou melhor, de "uma literatura de circunstância"[74], fazendo uma conexão entre literatura e jornalismo.

Uma das últimas publicações sobre a imprensa fluminense no século XIX é o livro "As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)" do professor Marco Morel. Influenciado pelos estudos e eixos teóricos de historiadores como, François-Xavier Guerra, Arlette Farge, Maurice Agulhon, Jurgen Habermas, Koselleck, Pierre Rosanvallon, Roger Chartier e Daniel Roche, Marco Morel apresenta um estudo sobre os atores envolvidos com a imprensa e com as associações surgidas no Rio de Janeiro, a partir da década de 1820, como a maçonaria, por exemplo. Não obstante, Morel demonstra como foram capazes de formar uma opinião pública, noção cara aqueles que se dedicam ao estudo da imprensa oitocentista.

O estudo da trajetória histórica da expressão opinião pública pode evidenciar o seu uso como recurso para legitimação de práticas políticas, cujas operações simbólicas, transformam as opiniões individuais ou setoriais em opiniões gerais. Morel destaca como precursores dos estudos sobre opinião pública, situada na gênese da modernidade política, as reflexões de Habermas e Koselleck e no campo da historiografia, destacam-se as proposições de Roger Chartier e Keith M. Baker.

De acordo com o autor, "considera-se que a opinião pública remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII".[75] Aos poucos, porém, a opinião politiza-se diante da crise da monarquia francesa e passa a se identificar com a formação de um espírito nacional,

---

[74] MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder .... op. cit.,* 2003. p. 53.

[75] Antes deste período, Morel recomenda a leitura das obras de BAKER, Keith. *Au tribunal de l'opinion* : essais sur l'imaginaire politique au XVIIIe siècle, e FARGE, Arlette. *Dire et mal dire*: l'opinion publique au XVIIIe siècle, ambas publicadas em Paris no início da década de 1990. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005. p. 201.

onde a legitimidade desloca-se do poder do Rei para um tribunal, o “Tribunal da Opinião Pública”.

Assim, esta posição define a opinião pública em suas características principais: fruto da comunicação entre os homens e do progresso social das Luzes, materializada na expansão da imprensa periódica e se traduzindo numa força que desse maior publicidade dos negócios públicos. Ao se basear nas proposições de Chartier, Morel aponta que tais transformações na concepção de opinião pública se tornam mais nítidas no período revolucionário francês. Segundo Morel, o fio condutor das análises de Chartier é a apreensão das lutas simbólicas, a concorrência de representações ou símbolos elaborados pelos protagonistas na perspectiva de construção do mundo social.

Dessa maneira, Chartier sugere duas linhas principais de análise. A primeira constitui “os julgamentos particulares e as práticas da República das Letras como resultado da elaboração comum, mas abstrata, das ideias e palavras que se difundiam mediante os escritos e os impressos”[76]. A segunda linha “mostra uma opinião pública coletiva e integradora, resultado não de relações abstratas e distantes, mas de práticas de sociabilidade política”.[77] Existe então, a contraposição de uma opinião pública “ilustrada” com outra normativa e coletivista, porém, Chartier aponta para a “interpenetração dessas duas concepções [...] Apesar de suas diferenças, traços comuns: a constituição de mecanismos de persuasão para trazer legitimidade aos protagonistas envolvidos numa luta simbólica”.[78]

Morel leva em conta a imprensa periódica do Rio de Janeiro nos anos 1820-40, para realizar um encontro entre a origem da opinião pública e o processo de independência nacional. O estudo situa-se no quadro da imprensa periódica artesanal que caracterizou, de acordo com o autor, a primeira metade do século XIX no Brasil. Morel faz um questionamento perante a existência cronológica da imprensa no Brasil, que remonta a 1808, período que antecede seu estudo, porém, adverte que “a existência de uma imprensa periódica não implica necessariamente no aparecimento de uma opinião pública, no sentido crítico do termo”.[79] Por isso,

---

[76] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005, p. 203.

[77] Ibid., p.203.

[78] Ibid., p. 203.

[79] Ibid., p. 203-204.

dado o perfil da Gazeta do Rio de Janeiro, “é difícil caracterizá-la constituidora de uma opinião pública dentro da definição de modernidade política proposta por Habermas [...]”[80], por exemplo.

Morel informa que o momento decisivo para a formação de uma opinião pública, bem como para a gênese de um movimento de independência no Brasil, começa nos anos 1820/1821, cujos movimentos internacionais marcaram:

> Mudanças significativas na estrutura política da Península Ibérica e de seus domínios na América. Em 1820, como é sabido, ocorreram as revoluções constitucionalistas na Espanha e em Portugal, inspiradas no modelo liberal da Constituição de Cádis (1812). Estes acontecimentos teriam impactos importantes nos domínios portugueses e espanhóis na América. Uma das principais medidas das Juntas de Governo da revolução constitucional portuguesa foi o decreto estabelecendo a liberdade de imprensa, datado de 21 de setembro de 1820. Em seguida, a 13 de outubro, as mesmas autoridades liberam a circulação dos impressos portugueses fora de Portugal. [...] Estas iniciativas tocavam diretamente o Brasil [...] e não querendo perder terreno, o monarca assina, por sua vez, um decreto de 2 de março de 1821 suspendendo provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral [...].[81]

No entanto, mesmo formalizada a liberdade de imprensa no Brasil o que se observa, de acordo com Morel, não é uma linha ascendente de crescimento desta liberdade, mas antes, uma sinuosidade em relação ao controle da mesma. É, a partir deste momento,

> que começa a se fazer de maneira mais consistente, no Brasil, a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas do Antigo Regime [...] para um espaço público onde se consolidavam debates através da imprensa (que nem sempre estava vinculada ao poder oficial do Estado).[82]

O autor ressalta, no entanto, que as formas antigas de comunicação como as leituras coletivas, os bandos, pregões e proclamações em alta voz, continuaram presentes, “caracterizando assim um hibridismo entre o arcaico e os primeiros passos de modernidade política, nos espaços públicos na capital brasileira.”[83]

O decreto sobre liberdade de imprensa contribui para o aumento de periódicos, de um em 1820 para onze em 1821. Cresce também o número de outros tipos de impressos. O repertório de notícias era variado. Discutia-se o destino da família real, bem como concepções acerca do Brasil e de Portugal, através de

---

[80] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005, p. 204.

[81] Ibid., p. 205.

[82] Ibid., p. 205.

[83] Ibid., p. 206.

combates pessoais e inflamados, configurando o que Morel considerou como "zoologia política", em outro de seus trabalhos.[84]

Entra em cena, a partir das nuances apresentadas pelo autor, a opinião pública. Para uns a opinião pública é o Reinado da Razão e da sabedoria, cujos construtores são os esclarecidos, considerados "ilustrados". Nesta perspectiva, defendiam-se a ordem e a moderação, componentes centrais do repertório típico dos liberalismos do início do século XIX, em resposta aos princípios revolucionários e ao absolutismo contra-revolucionário que desde o final do século XVIII eram, de acordo com Morel, a referência fundamental nos embates políticos[85]. Para outros, protagonistas da cena pública do início do período regencial, a imprensa cujo crescimento fora notório, se torna o instrumento onde as discussões políticas apresentam-se num "tom mais alto", nas palavras do autor.

A opinião pública passa a ser entendida como um "tribunal", o "Tribunal da Opinião Pública" e defendido por alguns jornais que simpatizavam com o regime republicano, onde a aspiração da maioria é vista como a vontade legítima. Aos poucos, a opinião deixa de ser vista como "Rainha do Mundo" e vai sendo substituída pelo Tribunal, dispensando a mediação dos filósofos da "República das Letras", passando a expressar a vontade "da maioria dos membros de uma sociedade".[86]

Para Morel, a expressão opinião pública insinua, também a existência de um público que pode ser, ao mesmo tempo, receptor ou criador, utilizando a própria imprensa para obter alguma característica do próprio público[87]. Em primeiro lugar, o autor faz um levantamento quantitativo sobre o perfil sócio-profissional dos leitores e destaca a relação entre redatores e leitores. Estes se encontram invariavelmente marcados por um jogo de imagens: *espelho* e *miragem*. Espelho: onde se constroem identidades e posições a partir das próprias referências. Miragem, onde se busca, às vezes em vão, um público e uma opinião que só existem nas aspirações de quem lê ou escreve.

---

[84] MOREL, Marco. Animais, monstros e deformidades: a "Zoologia Política" no processo de construção do Império do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 24, 1999.

[85] Cf. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005.

[86] Ibid., p. 210.

[87] Cf. Ibid., 2005.

Para evidenciar os atores políticos responsáveis pela transformação dos "espaços públicos" da Corte, Morel recorre à metodologia da prosopografia com o objetivo de buscar informações pormenorizadas desses que compuseram uma "nobreza cultural". Portanto, aponta[88] que ser assinante de um periódico tinha significativa importância, pois configurava um jogo de interesse e tomada de posição política, sendo um "ato de opinião". De acordo com a análise baseada no levantamento do próprio redator da Gazeta do Brasil, comerciantes, militares e eclesiásticos formavam a base da opinião pública.

O autor faz uma transposição deste público para a sociedade do Antigo Regime e aponta a permanência de valores arcaicos. Em seguida, aparecem funcionários governamentais, médicos, deputados e senadores e, por fim, vem um grupo rotulado de "diversas classes" não definidas pelo redator que, de acordo com Morel[89], estava interessado em construir uma imagem de um determinado Público. Existiam ainda os leitores ativos e passivos.

Alguns periódicos priorizavam uma espécie de diálogo entre os membros da República das Letras e destes com os grupos dirigentes, formando uma camada de homens de letras. Tal posicionamento, segundo Morel, era uma espécie de nostalgia da República das Letras que brilhara no século anterior. Estes homens de letras buscavam uma integração com outros grupos de poder, que não necessariamente integrantes do campo cultural.

Por outro lado o público chamado de passivo situava-se fora das fronteiras da República das Letras. Era um público visto como rude, iletrado, pobre, sem instrução e miserável, porém, isso não quer dizer que eles não fossem capazes de criar movimentos políticos e sociais, ressalta Morel.

Assim como "Corcundas e Constitucionais", "As transformações dos Espaços Públicos" é um livro de referência para este trabalho, pois Morel também analisa as redes de sociabilidades[90], além das palavras e conceitos veiculados pela imprensa,

---

[88] Cf. MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos .... op. cit., 2005.

[89] Cf. Ibid., 2005.

[90] Marco Morel se baseia nas proposições de Maurice Agulhon ao discutir o conceito de "sociabilidade". "O que Agulhon propunha então era mais o tratamento das sociabilidades pela densidade da existência de associações constituídas e suas mutações num quadro geográfico e cronológico delimitado. Ou seja, uma história da vontade associativa com dados quantitativos e comparativos, com suas mudanças no tempo e no espaço". Ibid., p. 220. Outro autor que também trata do tema é o historiador espanhol Jordi Canal. O autor entende o termo sociabilidade como uma categoria analítica e "los estúdios sobre la sociabilidad han participado y contribuído, en uma outra forma, a la renovación de la historia política, social y cultural que há tenido lugar en España en la última década de siglo XX y en los primeros años del seguiente." Sobre uma

sendo capazes de configurar as preocupações dos redatores em "civilizar" e instruir o público leitor. Tendência que se confirma entre alguns redatores mineiros.[91]

1.3 Apontamentos historiográficos sobre a imprensa mineira...

Há tempos, o historiador mineiro Francisco Iglésias[92], chamou a atenção para o fato de Minas ser estudada somente durante o século do ouro e, posteriormente, na República Velha, saltando um longo e expressivo período de sua história. Tal afirmativa pode ser reavaliada pelos trabalhos que surgiram a partir da década de 1980[93] cujo principal objetivo, além de desvelar a "sociedade do ouro", foi o de refutar a tese de decadência da economia mineira na virada do século XVIII para o XIX.

Nos últimos anos os estudos têm avançado na perspectiva de preencher esta lacuna, porém, de acordo com Afonso de Alencastro Graça Filho são escassas as obras sobre o papel das suas elites em momentos cruciais da história da nação[94], principalmente no início do século XIX. Recentemente, alguns pesquisadores têm se preocupado em desvelar o universo político e social mineiro deste período. Nessa perspectiva, a imprensa tem sido abordada como fonte e objeto, por alguns estudiosos e tangenciada por outros.

No final do século XIX, foi fundado o Arquivo Público Mineiro, por iniciativa de José Pedro Xavier da Veiga[95], sobrinho de Evaristo Ferreira da Veiga, responsável

---

interessante discussão historiográfica sobre o termo, ver: CANAL, Jordi. Historiografia y sociabilidad em la España contemporânea: reflexiones com término, *Vasconia: Cuadernos de Historia-Geografia*, n. 33, p. 11-27, 2003.

[91] SILVA, Rodrigo Fialho. *Por ser voz pública .... op. cit.,* 2006.

[92] IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889).* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

[93] MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. São Paulo: Paz e Terra, 1995; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação.* .... op. cit., 1993; FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais.* São Paulo: Annablume, 2002.

[94] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro**.** *O mosaico mineiro oitocentista: historiografia e diversidade regional*, [on-line], 2002.

[95] Sobre José Pedro Xavier da Veiga, ver: MENDES, Jairo Faria. O precursor nos estudos sobre jornalismo em Minas, [on-line], *Observatório da Imprensa*, 2004 [capturado em 28/01/2008]. Do mesmo autor: *O "silêncio"*

pela redação de um dos mais expressivos jornais do Rio de Janeiro, o *Aurora Fluminense*. Um de seus projetos era criar uma revista, que circula até hoje, para que a história de Minas fosse divulgada e registrada. Dessa maneira, em 1896, surgiu o primeiro número da Revista do Arquivo Público Mineiro e dois anos depois, seu idealizador publicou um texto hoje clássico na historiografia mineira.

"A imprensa em Minas Gerais (1807 – 1897)"[96] é o texto fundador sobre a imprensa nas Gerais. Ao longo de suas oitenta páginas, destaca-se o inventário das publicações que surgiram neste recorte temporal, através de um texto meramente descritivo. No entanto, Xavier da Veiga inova ao levantar e apresentar dados significativos, embora descompassados, para a constituição do que hoje se pode considerar uma memória jornalística de Minas Gerais.

Xavier da Veiga faz uma digressão temporal e inicia o texto tecendo comentários sobre a invenção de Gutenberg, passando pelas técnicas desenvolvidas na Alemanha e nas Treze Colônias inglesas na América, para então chegar à América Portuguesa. Em seguida trata de inventariar os jornais surgidos nas províncias brasileiras, inclusive Minas, e sobre esta comete um equívoco que foi repetido posteriormente por Nelson Werneck Sodré. Em "História da Imprensa no Brasil", Nelson Werneck Sodré, chega a afirmar que o primeiro jornal surgido em Minas foi "A Abelha do Itacolomi", em 14 de janeiro de 1824.[97]

Mesmo que o autor tenha feito esta afirmação, se baseou nos ensinamentos de Carlos Rizzini e ressalvou em uma nota explicativa, que o primeiro periódico mineiro foi o *Compilador Mineiro*. De fato, Rizzini estava correto. Outro estudioso que também havia acenado para a falha foi Hélio Vianna,

> Apesar dos estudos de José Xavier da Veiga, contidos em A Imprensa em Minas (1807-1894), reproduzidos nas Efemérides Mineiras (1664-1897) e ampliados na Revista do Arquivo Público Mineiro, ano de 1898, e apesar de vários subsídios posteriores, ainda permanece nebulosa a história dos primeiros periódicos publicados em Minas Gerais, o que se deve, principalmente, à escassez de exemplares seus, nas principais bibliotecas da capital do país, como do próprio Estado interessado. Preliminarmente, já se pode considerar esclarecida a questão da prioridade, em que se enganaram, além daquele benemérito estudioso, diversos bibliógrafos. Atribuíam-na à Abelha do Itacolomi, cujo primeiro número saiu a 12 (e não a 14, com o tem sido repetido) de janeiro de 1824, em Ouro Preto, e não ao

---

das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros, (Tese em Comunicação Social), São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

[96] VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897) .... op. cit., 1898.

[97] SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa .... op. cit.,* 1999. p. 35

> Compilador Mineiro, que, tendo aparecido na mesma Imperial cidade, porém a 13 de outubro de 1823, tem inteiro direito àquela primazia. [98]

O texto de Xavier da Veiga, embora romântico e ufanista, chama a atenção para os detalhes, inclusive técnicos dos primeiros passos da imprensa em Minas. Segundo o autor, a primeira oficina tipográfica das Gerais começou a funcionar pelas mãos do português, residente em Villa Rica, Manoel José Barbosa Pimenta e Sal e do padre Viegas de Menezes, em 1821. O autor lembra, no entanto, que a tipografia só passou a funcionar a partir de abril de 1822, data da licença concedida pelo governo e que neste intervalo de tempo, mais precisamente dois meses antes, surge também na capital mineira outra tipografia, denominada de "provincial".[99]

De acordo com Xavier da Veiga, o padre Menezes foi o responsável pela tradução para o português de verbetes do *Diccionario de Sciencias e Artes*, obra preferida de Manoel José Barbosa que ensinava as técnicas para a montagem de uma tipografia. Sempre, no seguimento de suas descrições, Xavier da Veiga, na tentativa de assegurar a "veracidade" de sua pesquisa, arrola as fontes oficiais relativas aos empreendimentos impressos, que incluem valores – altos por sinal –, projetos e planos de trabalho das tipografias citadas, principalmente a do governo da Província, que em consequência da visita de D. Pedro I em abril de 1822 a Minas, imprime quinhentos exemplares da *"Falla que S. A R. fez ao Povo e Tropa desta província".*[100]

Xavier da Veiga percorre o "itinerário da imprensa" e configura uma espécie de "geografia impressa" ao citar e comentar os periódicos, ao destacar as datas de surgimento e circulação, além de informar suas respectivas localidades. Primeiro destacam-se os periódicos de Ouro Preto que foram: *Compilador Mineiro, Abelha do Itacolomi, o Universal, O Companheiro do Conselho, O Diário do Conselho do Governo da Província de Minas e O Patriota Mineiro.* Em relação aos redatores dos periódicos citados, é notória a atenção dada ao estadista Bernardo Pereira de Vasconcelos, que ficou à frente do *Universal* até o ano de 1833.

São João d'El-Rey foi a segunda localidade onde se implementou a imprensa. Veio à luz o *Astro de Minas* e, posteriormente, *O Amigo da Verdade*. O primeiro era

---

[98] VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa .... op. cit.,* 1945.

[99] VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897).... op. cit., 1898, p. 184.

[100] Ibid., p. 186.

de responsabilidade do rico comerciante e político Baptista Caetano d'Almeida a quem em nota explicativa, o autor acrescenta uma breve biografia. O segundo pelo padre Luís José Dias Custódio[101], figura importante do cenário político mineiro na primeira metade dos oitocentos e ainda pouco estudada, cuja relação com o periódico é omitida[102] por Xavier da Veiga[103].

Em seguida surge no Arraial do Tijuco pelas mãos de Manoel Sabino de Sampaio Lopes com ajuda de João Nepomuceno de Aguillar, o *Echo do Serro*. Na cidade episcopal e centro religioso das Minas, passar a existir o *Estella Marianense* e na Vila do Serro circula o *Sentinela do Serro*[104]*,* cuja iniciativa e autoria se deve ao político liberal Theophilo Ottoni e, por último, o *Pregoeiro Constitucional*, em Pouso Alegre, cuja responsabilidade é atribuída ao padre João Bento Leite Ferreira de Mello e a João Dias de Quadros Aranha.

Sobre o *Pregoeiro Constitucional*, recentemente foi publicado um interessante artigo. De acordo com François Jean de O. Souza, "o Pregoeiro Constitucional foi criado por José Bento com o principal intuito de discutir o governo de Dom Pedro I que, em 1830, encontrava-se profundamente abalado pelas críticas que punham em cheque a sua constitucionalidade".[105] Percebe-se que os periódicos não vinham a lume sem terem uma função pública e esta, era antes, uma necessidade política das elites mineiras ao ouvirem suas "vozes" ecoarem através da imprensa, do que um mero capricho.

Ao seguir uma linha cronológica dos trabalhos existentes sobre a imprensa mineira, destaca-se um breve texto de Eduardo Frieiro. Pequeno e instigante é o escrito sobre os primeiros prelos mineiros que compõe o clássico livro "O diabo na livraria do Cônego". Pioneiro em estudos que hoje podem ser identificados como

---

[101] Estudo pioneiro sobre Luís José Dias Custódio. SILVA, Rodrigo Fialho. *Por ser voz pública .... op. cit.,* 2006. (Dissertação de Mestrado em História).

[102] Figura polêmica do cenário político mineiro, Luís José Dias Custódio viveu maior parte de sua vida em São João d'El-Rei. Foi pároco da Matriz de Nossa Senhora do Pilar e responsável pela redação do O Amigo da Verdade e A Ordem. Ibid., 2006.

[103] A maioria dos estudos sobre a imprensa mineira, desconhece a participação de Luís José Dias Custódio na vida política mineira, através de sua atuação no *O Amigo da Verdade*.

[104] MOREL, Marco. *As Sentinelas devem multiplicar-se .... op. cit.* Texto gentilmente cedido pelo autor, a quem agradeço.

[105] SOUZA, Françoise Jean de Oliveira, Discursos impressos de um padre político: análise da breve trajetória d'O Pregoeiro Constitucional. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 5, 2007, p. 3. [on-line]

característicos de uma história de viés cultural, Frieiro baseia-se nos apontamentos do padre José Joaquim Viegas de Meneses[106].

De maneira incisiva, critica algumas afirmações de Viegas de Meneses sobre as informações acerca das tipografias mineiras. De acordo com Frieiro, o padre considerou que a primeira oficina tipográfica instalada em Minas, mais precisamente em Vila Rica, foi a "Patrícia de Barbosa & Cia", que passou a funcionar a partir da permissão concedida pelo Príncipe Regente em abril de 1822 e cujo responsável foi o português Manuel José Barbosa. Frieiro acrescenta que meses antes da autorização régia, o governo da Província havia instalado uma pequena tipografia que ficou conhecida, posteriormente, como tipografia provincial de responsabilidade do major Luis Maria da Silva Pinto.

O texto de Frieiro chama-nos a atenção para os detalhes como, por exemplo, a impressão de algumas páginas denominadas de "Trovas Mineiras" de autoria do padre Silvério da Paraopeba, bem como as iniciativas e habilidades de dois moradores de Minas, em fundir as letras que iriam compor as páginas do *Eco do Serro* e do *Liberdade do Serro*, respectivamente pelas mãos de Manuel Sabino de Sampaio Lopes e Geraldo Pacheco de Melo, ambos ourives de profissão.

Alcir Lenharo[107] em *As tropas da moderação* utiliza alguns periódicos como *O Universal* e o *Recompilador Mineiro* para buscar informações sobre preços, compras e vendas de produtos, cartas pessoais e subsídios sobre a elite econômica mineira envolvida pelas relações de mercado com a Corte.

Embora seja um trabalho dedicado ao papel das elites do centro-sul, principalmente as mineiras, em meio à articulação mercantil de abastecimento do Rio de Janeiro após 1808, Lenharo se vale da imprensa como meio de representação dessa mesma elite e sai na frente ao apontar a existência de um comércio de ideias, estabelecido entre as elites mineiras e fluminenses, paralelo ao comércio convencional de abastecimento.

Inspirada nas proposições de Norbert Elias acerca do processo civilizatório, Maria Augusta do Amaral Campos[108], estudou as Vilas de São José e São João d'

---

[106]VEIGA, José Pedro Xavier da. O fundador da imprensa mineira: Padre José Joaquim Viegas de Meneses. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 3, p. 240-249, jan./mar., 1898.

[107] LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. .... op. cit., 1993.

[108] CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João d'El Rey e São José do Rio das Mortes, 1810/1844*, (Dissertação de Mestrado) FAFICH/UFMG, 1998.

El-Rey, na primeira metade do século XIX. Ao se preocupar com as transformações sofridas em ambos os espaços pelos projetos propostos pelas elites locais, a autora analisa a imprensa local como um importante instrumento civilizatório, capaz de divulgar os anseios dessa elite, preocupada em informar e, principalmente, educar a população.

Wlamir Silva[109] por sua vez, analisa a construção da hegemonia liberal-moderada pela elite mineira nos anos iniciais da Regência e utiliza os jornais mineiros, do final da década de 1820 e início da seguinte para perceber o manejo, através da imprensa, do discurso de uma elite liberal moderada. Os periódicos são vistos como instrumento pedagógico da ação política desta elite. A imprensa funcionava, a seu ver, como um espaço de divulgação das ideias e convicções, além de ser um espaço de sociabilidade entre os grupos dominantes. Embora o autor tenha se valido da imprensa como parte significativa de seu *corpus* documental, a mesma não se caracteriza como objeto de estudo.

Alexandre Mansur Barata[110] tem demonstrado como os jornais foram importantes para a formação dos espaços públicos em Minas. Baseando-se nos estudos de François Xavier-Guerra e Marco Morel, o autor traça, dentro dos espaços das Minas, as formas de manifestação das sociabilidades nas tavernas, praças, biblioteca e na imprensa. Barata destaca a imprensa como pólo irradiador e catalisador de práticas e ideias que ajudaram a compor um espaço público moderno. Como Wlamir Silva, Alexandre Barata também apresenta o levantamento dos periódicos mineiros, ao longo do Primeiro Reinado, período que nos interessa.

Luciano Moreira[111], através de um estudo aprofundado sobre imprensa mineira, desde 1828 até 1842, além de apresentar, detalhadamente os jornais em circulação, aponta também os seus respectivos redatores. O autor inova tanto em resgatar significativos textos e fontes acerca das tipografias mineiras quanto ao mostrar o seu funcionamento, técnicas e dificuldades de manutenção. Ao discutir com Robert Darnton e Roger Chartier, entre outros, contribui com uma interessante

---

[109] SILVA, Wlamir. *"Liberais e Povo": .... op. cit.,* 2002. (Tese de Doutorado em História).

[110] BARATA, Alexandre Mansur. Sociabilidades, cidadania e identidade na Província de Minas Gerais .... op. cit., 2004.

[111] MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842.* Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2006. (Dissertação de Mestrado em História).

análise para as práticas de leitura na província mineira, além de se dedicar em estudar os papéis de importantes personagens da história política mineira, tais como: Bernardo Pereira de Vasconcelos, Teófilo Ottoni[112] e padre Marinho.

Recentemente, Raphael Rocha de Almeida[113] se dedicou a estudar a imprensa mineira, referente ao primeiro Reinado, com o objetivo de perceber tanto a afirmação de uma esfera pública de poder, quando a construção das identidades coletivas. O autor discute os usos dos periódicos, as práticas de leituras, além de apresentar os espaços de sociabilidade, e as estratégias impressas para difusão do ideário político liberal. O trabalho apresenta também uma análise das noções de patriotismo em contextos distintos. O primeiro em torno da Confederação do Equador e o segundo em momentos que antecedem a Abdicação de Dom Pedro I. Sobre os estudos de conceitos políticos, como monarquia e república, por exemplo, Elizabeth Seabra[114], estudou as relações e a veiculação destes conceitos através da imprensa, apontando a praça pública como "espaço" de construção de identidades políticas.

Sobre as identidades políticas, dois estudos se destacam pela formação pública da mulher através da imprensa, mais especificamente sobre o estudo de gênero. Gisele Ambrósio Gomes[115], estuda a imprensa feminina numa perspectiva da educação política e moral, trazendo à luz, novos questionamentos sobre a preocupação de alguns redatores com a educação da mulher. Além de mães e esposas, as mulheres deveriam contribuir para a construção da nacionalidade brasileira a partir de sua vivência no espaço privado do lar, de maneira politizada.

A autora traça um interessante panorama da "imprensa feminina", em seus primórdios, além de apontar *O Mentor das Brasileiras,* periódico de São João d'El-Rey, como um difusor de uma história do Brasil, tendo como referência o francês Alphonse de Beauchamp, autor de Histoire du Brésil, publicado em 1815. Dessa

---

[112] Sobre Teófilo Ottoni ver: ARAÚJO, Valdei Lopes de. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista.* Rio de Janeiro. PPGH/UERJ, 1998. (Dissertação de Mestrado em História).

[113] ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823 - 1831).* Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2008. (Dissertação de Mestrado em História).

[114] SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala: ideias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1999. (Dissertação de Mestrado em História).

[115] GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil do oitocentos (1827-1846).* Juiz de Fora. PPGH/UFJF, 2009. (Dissertação de Mestrado em História)

maneira, *O Mentor das Brasileiras,* estimulava o papel da mãe educadora de futuras gerações de patriotas[116].

Na mesma senda interpretativa, Mônica Yumi Jinzenji[117] analisou *O Mentor das Brasileiras* a partir de sua inserção como um instrumento educacional destinado às mulheres. A autora trabalhou com os artifícios utilizados pelo periódico, numa perspectiva da história da educação, pois a imprensa possibilita análises variadas aos muitos campos do conhecimento, seja a educação, história, sociologia, filosofia e ciência política.

Ana Rosa Cloclet da Silva[118] entende os jornais como instrumentos ideológicos das elites mineiras para respaldar a discussão em torno do período da Independência. Mesmo preocupados com problemas variados, os historiadores mencionados chegam a acenar para o fato da imprensa, ou melhor, de alguns periódicos, terem sido um espaço onde os grupos políticos se faziam representar.

Ao se observar tal empreitada, numa perspectiva historiográfica, percebe-se que os primeiros passos estão sendo dados em direção a um terreno ainda pouco explorado na história do Brasil. Fica explícita então, a renovação epistemológica com que a imprensa vem sendo tomada como objeto de estudo da História, em particular, e das Ciências Sociais, em geral, nos últimos anos e que as respectivas referências teóricas, partem de uma mesma linhagem historiográfica, evidenciando as afinidades entre a história política e cultural.

Buscou-se elencar e analisar os principais autores sobre a imprensa na primeira metade dos oitocentos e seus respectivos trabalhos, na tentativa de traçar um diálogo e estabelecer um “chão social” para nossa pesquisa sobre sociabilidade impressa e debate político na imprensa mineira ao longo do Primeiro Reinado.

1.4 “Compondo” as primeiras letras: percursos, iniciativas impressas e atores sociais na Província de Minas.

---

[116] Cf. GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado: .... op. cit.,* 2009. (Dissertação de Mestrado em História).

[117] JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829 - 1832).* FAE/UFMG, 2008. (Tese de Doutorado em Educação).

[118] SILVA, Ana Rosa Cloclet da. De comunidades a Nação .... op. cit., 2005.

Plus...l'instruction deviendra commune á tous lês hommes,
plus aussi lês delits seront rares dans la societè.
(Astro de Minas)

Corria-se o mês de janeiro de 1822, quando proprietários, comerciantes, padres e políticos, moradores da Comarca do Serro se reuniram sob as penas do Tenente-Coronel Manoel Vieira Couto para discutir e assinar uma representação endereçada ao governo da província mineira[119].

Tratava de um assunto que há tempos lhes incomodava. Inconformados estavam por não compartilharem ainda do universo das letras impressas, responsáveis por difundirem as notícias, anseios e visões de mundo tal como se fazia em outras partes do Império brasileiro, como no Rio de Janeiro, por exemplo.

O abaixo-assinado, a forma como se fizeram representar, é uma fonte significativa no tocante à participação ativa nas discussões públicas. Era necessário recolher inúmeras assinaturas de pessoas distintas da "Boa Sociedade", como nos ensina Ilmar Rohloff de Mattos[120], em um mesmo círculo de convivência social.

Dever-se-iam não somente estarem de acordo com a representação e objetivo do documento, mas também compartilharem da mesma opinião, o que configura certa solidariedade compartilhada para atingir e conseguir um objetivo comum. O abaixo-assinado[121] solicitava o estabelecimento de uma tipografia na capital da Província de Minas Gerais.

O objetivo dos "ilustres" moradores do Arraial do Tijuco era o de reafirmar, oficialmente, a necessidade de impressão nas Minas para "acquisição de conhecimentos públicos"[122], pois, provavelmente, este assunto se fazia presente nas conversas cotidianas e nos encontros pessoais tanto nos espaços públicos, quanto no âmbito privado. Resolveram, então, formalizá-lo através de um documento assinado por pessoas consideradas idôneas na sociedade local, somando cerca de

---

[119] De acordo com Valdei Lopes Araújo, no início do século XIX, a província de Minas Gerais estava dividida em cinco Comarcas, a saber: Serro Frio, Paracatu, Sabará, Vila Rica e Rio das Mortes. ARAÚJO, Valdei Lopes. *Teófilo Benedito Ottoni: .... op. cit.,*1998.

[120] Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. .... op. cit., 1998.

[121] Arquivo Público Mineiro-Casa dos Contos (doravante APM-CC), CC 10078, cx. 3, Rolo 501, p.1.

[122] APM-CC 10078, cx. 3, Rolo 501, p. 1.

trinta assinaturas.[123] Um ano antes, as Cortes lisboetas haviam decretado a liberdade de imprensa, medida também adotada do lado de cá do Atlântico e endossada por D. João VI.

Foi, durante este período, ou seja, entre os anos de 1821 e 1822, que o Brasil assistiu ao surgimento significativo das tipografias e de periódicos[124] que se espalharam de norte a sul pelas suas províncias, contribuindo para a mobilização de uma opinião pública no Brasil.[125]

A imprensa, mesmo que oficial, se fazia presente na Corte desde 1808, através da publicação e circulação da Gazeta do Rio de Janeiro e, em Londres, do Correio Braziliense. A partir desta data, a capital do Brasil, se configura, para a região centro-sul, como o palco principal, onde as relações políticas e econômicas são discutidas, estabelecidas, negociadas e acordadas. Torna-se também a principal referência cultural na América Portuguesa.

Pelos seus portos, além das mercadorias que alimentavam um intenso comércio, as notícias chegavam da metrópole, demais espaços coloniais e do restante da Europa e América, bem como dos longínquos recantos do Brasil, seja por meio dos periódicos e impressos nacionais e estrangeiros. Rapidamente, as informações, bem como ideias, visões de mundo, costumes e debates políticos veiculados pelos periódicos passaram a compor os diálogos cotidianos daqueles que estavam mais próximos dos locais de venda, impressão e distribuição dos mesmos.

Como o Rio de Janeiro era a principal porta de entrada para o Brasil, aos poucos, novos hábitos, como os de leitura e escrita impressas, passaram a fazer parte do cenário cultural dos espaços públicos e privados da Corte. A imprensa periódica suscitava discussões e interpretações variadas das notícias, ao mesmo tempo em que aproximava as pessoas e estreitava as ideias entre os diferentes

---

[123] Documento inédito encontrado no Arquivo Público Mineiro. Este abaixo-assinado demonstra que o desejo em se implementar um tipografia na capital mineira, era compartilhado pelos moradores, em geral, e não foi uma mobilização exclusiva das autoridades mineiras. Por mais que se tenham empenhado no recolhimento das assinaturas, o ato em si, deixa subentendido uma discussão pré-existente acerca do papel da tipografia e da imprensa, propriamente dita, em Minas Gerais.

[124] Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcunda e constitucionais* .... op. cit., 2003.

[125] François Xavier-Guerra associa o surgimento de impressos na América Espanhola à opinião pública. No caso específico do Brasil, ver: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005.

atores sociais em distantes regiões “continentais”, “alcançando circulação de âmbito nacional”, como informa o professor Marco Morel.[126]

Diferentemente daqueles que tinham que esperar dias e, às vezes, meses para ler e ter em mãos as notícias que tardiamente subiam as serras em direção à capital e Vilas mineiras, como foi o caso dos apreensivos habitantes da Comarca do Serro, aqueles que estavam na Corte tinham a vantagem de manter um contato mais direto com o mundo das letras impressas.

Para os subscritores do abaixo-assinado, a tipografia seria um expressivo artefato de comunicação, na medida em que os conhecimentos públicos seriam alcançados pela imprensa que, por sua vez, contribuiria para se tornarem “Cidadãons dignos do Governo Representativo”[127] que se anunciava...

Ao longo dos argumentos expostos no documento, ressaltavam ao governo provincial a necessidade de se estabelecer o mais rápido possível uma tipografia em Ouro Preto para que se pudesse reimprimir e espalhar pelo Povo[128] as notícias políticas “e juntamente as vigilantes, bem tornadas resoluções de V. Exª. a benefício da causa pública”.[129] Caso fossem atendidos, justificavam que todos poderiam se beneficiar dos melhoramentos que uma tipografia poderia trazer.

Entendiam que, somente pela “reprodução de papéis”, leia-se notícias, gradualmente a Província iria adquirir a civilização e a instrução que faltava aos mineiros. Interessante observar que não tratavam de instrução apenas para benefício próprio, mas sim se preocupavam com a difusão das ideias e sua propagação pelos diferentes espaços mineiros, ao mencionarem a Província com um todo.

Proferiam também que a falta de instrução em nada se associava com algum tipo de incapacidade ou “impossibilidade moral”[130], pois graças ao “Omnipotente”[131],

---

[126] MOREL, Marco. As sentinelas devem multiplicar-se .... op. cit.

[127] APM, CC 10078, cx 3, Rolo 501, p. 1.

[128] A palavra Povo é escrita com letra maiúscula e, de acordo com o professor Ilmar Rohlof de Mattos, designava a “Boa Sociedade”, elite proprietária de terras e escravos e não o povo comum. Anotações colhidas durante as aulas de Brasil Império do curso de Pós-graduação em História do Brasil do PREPES/PUC-Minas, no ano de 2000.

[129] APM, CC 10078, op. cit. , p. 1.

[130] Ibid., p. 1.

[131] Ibid., p.1.

isto não lhes carecia, mas por outro lado, a defasagem nos conhecimentos se devia a ineficiência do sistema de entrega das correspondências, ou em suas palavras dos "correios"[132], pois muitas correspondências particulares e públicas, inclusive os próprios periódicos vindos da Corte, demoravam muito para chegar até o Arraial do Tijuco, quiçá em outros arraiais e vilas mineiras.

A circulação dos periódicos nas Minas seguia os itinerários traçados há tempos e ziguezagueava por entre as serras e morros da Província. Os periódicos eram transportados, juntamente com outras "mercadorias" por antigas rotas de comércio. Sabe-se que os caminhos abertos em Minas foram consequência do processo de ocupação, povoamento e posterior colonização do território, quando do achamento dos primeiros veios auríferos e pedras preciosas.

Renato Pinto Venâncio salienta que no início do processo de colonização mineira "os esforços foram concentrados na criação de caminhos que possibilitassem os fluxos de mercadorias e de metal precioso entre o litoral e a região compreendida entre São João Del Rey, Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará e, posteriormente, o Tejuco".[133] Numa perspectiva da longa duração, Renato Venâncio analisa o Códice Costa Matoso e desvela os variados itinerários entre o Rio de Janeiro e a província mineira, desde o início da colonização da capitania.

O autor compara as datas de abertura destes caminhos e a sua efetiva utilização pelos comerciantes e tropeiros, envolvidos pelo comércio com a Corte[134], como também alguns viajantes. Conforme o autor; "a jornada do Rio às Minas dividia-se em várias etapas. O ponto de partida era a cidade do Rio de Janeiro, de onde parte-se de lancha e se entra pelo rio Iguaçu, e em uma maré se chega ao sítio do Pilar; e daqui em canoa pelo rio acima se vai ao couto".[135]

Ao saírem do Rio de Janeiro, o maior obstáculo seria transpor a Serra do Mar, cujas dificuldades encontradas poderiam causar prejuízo aos comerciantes e aos próprios tropeiros que ficavam suscetíveis aos ataques de bandidos e nativos

---

[132] APM, CC 10078, cx 3, Rolo 501, p. 1.

[133] VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*. Número especial. Códice Costa Matoso, Belo Horizonte: FFCH/UFMG, n. 21, jul. p. 181-189, 1999, p. 182.

[134] De acordo com Carla Anastasia, ao partir do Rio de Janeiro, o viajante deveria atravessar o rio Paraibuna, onde ficava o registro, primeiro posto fiscal, bem como as barcas para atravessarem os viandantes e seus carregamentos que conduziam do Rio de Janeiro para Minas Gerais. ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

[135] VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: .... op. cit., 1999, p. 182.

que rondavam o caminho. Do topo da Serra, na atual região de Miguel Pereira e Paty do Alferes, seguiam em direção a Juiz de Fora e de lá partiam para Vila Rica. Este percurso durava cerca de um mês e o calendário de correspondências que chegavam até Minas, exposto pelos assinantes do abaixo-assinado, demonstra que, ao longo do trajeto, existiam vários pontos de recebimento e distribuição de correspondências e impressos, bem como pequenas encomendas.

As fontes sobre o percurso dos pontos de entrega e recebimento dos correios são escassas. Baseamo-nos em um mapa datado de 1866[136], que traça o caminho dos correios na província mineira, para tentar vislumbrar o itinerário por onde circulavam os periódicos em Minas. A legenda existente no mapa evidencia os pontos de coletas e recebimentos das correspondências, o que facilita a sua compreensão. Geralmente, os pontos de coletas situavam-se nas cidades e, segundo Marcos Rodarte, "o correio tendia a ser mais regular à medida que se tratava das áreas mais centrais de Minas e da sua principal linha: Ouro Preto - Rio de Janeiro".[137] Reproduzimos abaixo um mapa explicativo, baseado no existente no Arquivo Público Mineiro:[138]

[136] APM, (Obras Públicas, OP), 013(01).

[137] RODARTE, Mario Marcos. *O caso das Minas que não se esgotam: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista*, Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR (Dissertação de Mestrado em Economia), p.67.

[138] Agradeço ao meu aluno da Graduação em História da FAFISM, Sérgio Antônio de Paula pela confecção deste mapa.

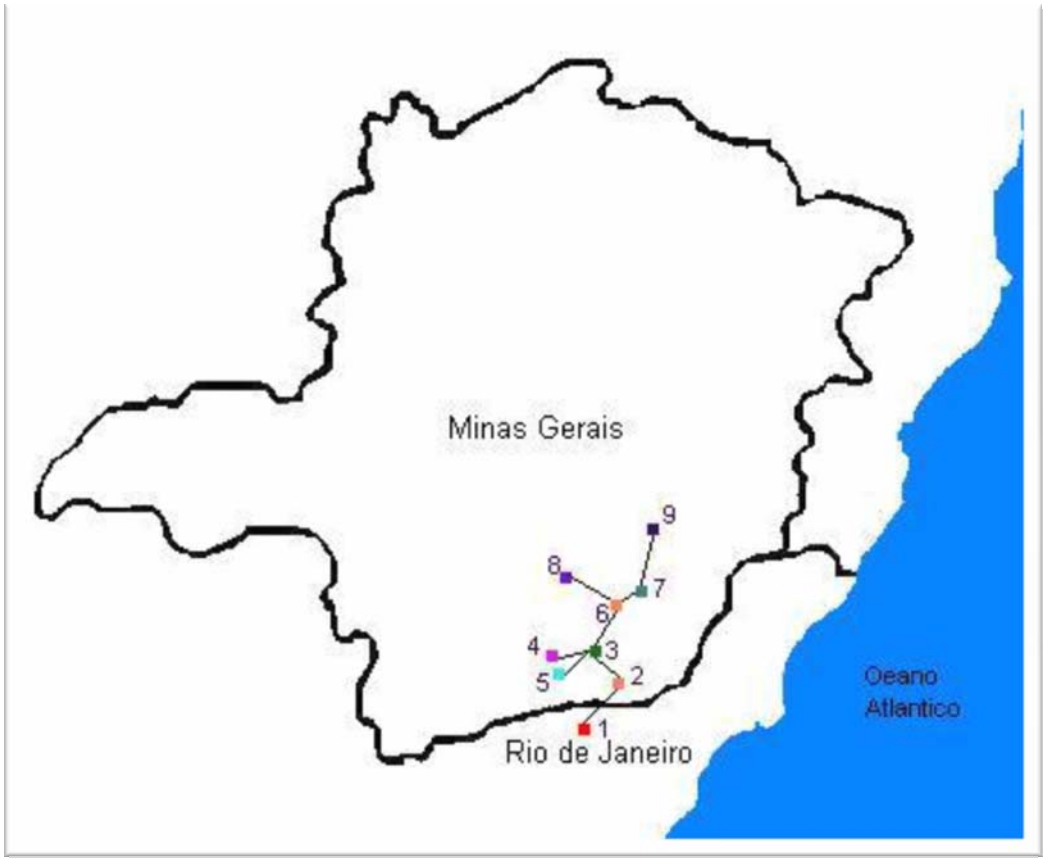

Figura 1 – Mapa das principais localidades de Minas Gerais, no início do século XIX
Legenda do mapa: 1) Rio de Janeiro; 2) Juiz de Fora; 3) Barbacena; 4) São João d'El-Rey; 5) São José d'El-Rey; 6) Ouro Preto; 7) Mariana; 8) Congonhas; 9) Diamantina.

Os periódicos e as correspondências, em geral, saiam do Rio de Janeiro, passando pela Ponte do Parahybuna[139] em direção a Juiz de Fora. De lá seguiam para Barbacena, passando pela Vila de Chapéu d'Uvas e João Gomes. Em Barbacena, a linha se desmembrava em duas: uma em direção a São José e São João d'El-Rey e outra se destinava para Ouro Preto. Da capital, partiam várias linhas para cidades e vilas próximas de Mariana e Congonhas. Neste ponto, a linha dos correios bifurcava-se igualmente e, de Mariana, seguia-se para a cidade do Serro e Diamantina, antigo Arraial do Tijuco.

Na Província, o órgão central e responsável pela distribuição das correspondências era a Administração Geral dos Correios sediada na capital. De Ouro Preto, eram distribuídas para as agências, ou seja, pontos de recebimentos. O serviço de distribuição entre vilas e cidades estava, geralmente, a cargo da iniciativa privada e os malotes eram transportados de várias maneiras. O trabalho era

[139] Levamos em consideração a data do mapa em análise.

realizado a cavalo e a pé, dependendo da movimentação e estado de conservação dos caminhos, ou “linhas”.

O transporte contava ainda com o auxílio de mulas, sendo conhecido e chamado de cargueiros. Os encarregados pelo translado de uma agência a outra eram denominados de “pedestres” ou “estafetas”, assim identificados pela forma como efetuavam o trabalho: a pé ou a cavalo, respectivamente. Na província mineira, a distribuição era entre as vilas e cidades e não feita diretamente nas residências. Saíam três vezes por mês de cada vila ou cidade em direção a capital e vice-versa. Como a distribuição não era feita a domicílio, ou diretamente nos “fogos”, para usar uma expressão da época, existia uma maneira bastante prática de avisar a população local quando da chegada das cartas, encomendas, documentos e, principalmente, dos periódicos: lançavam-se foguetes na própria agência.

Os periódicos seguiam para as lojas de secos e molhados para serem vendidos ou os seus assinantes iam buscá-lo nos postos de distribuição. Cabe aqui porém, uma reflexão pertinente quanto à circulação dos periódicos pelo sistema de correios.

Fica, praticamente, evidente que os mesmos deveriam ser entregues pelo sistema de assinatura, ou vendidos avulso. Não temos, no entanto, fontes que evidenciem a quantidade de edições distribuídas na Província, pelos correios e, tão menos, o número de assinantes.

Porém, através da leitura do abaixo-assinado é possível perceber que os periódicos chegavam, como as correspondências em geral, pelo mesmo sistema, pois não sem razão, reclamavam dos frequentes atrasos provocados pela precária distribuição dos correios. Por isso, gostariam que as entregas “por via de Correios se torne activa e menos abusiva e que se faça tão regular”.[140]

De acordo com os argumentos contidos no abaixo-assinado, existia uma regularidade a ser cumprida entre o Rio de Janeiro e Ouro Preto, ou seja, as correspondências tinham datas estabelecidas para saírem e atingirem seus destinos. De acordo com os moradores do Tijuco, suas encomendas chegavam a Ouro Preto três vezes por mês em malas lacradas e da capital eram distribuídas para o restante da Província.

[140] APM, CC 10018, cx 3, Rolo 501, p.1.

Cartas, ofícios, livros, ainda que poucos, folhas avulsas e os periódicos tinham dias certos para chegarem ao destino da Imperial[141] cidade mineira. Deveriam chegar todos os dias seis, dezesseis e vinte e seis de cada mês, ou seja, de dez em dez dias, respeitando certa regularidade. Irritados ficavam os moradores do Tijuco, pois antes de chegarem ao Arraial, as malas que continham as encomendas eram abertas anteriormente em outras vilas, como Sabará e Vila do Príncipe, seguindo o itinerário prescrito.

No entanto, recebiam com certo atraso, pois, ao saírem da capital para as demais localidades, os "pedestres" ou "estafetas" perdiam alguns dias, prejudicando os destinatários. Insatisfeitos, também reclamavam dos tributos cobrados pela entrada de livros e periódicos na Província, por isso pediam as autoridades mineiras que "hajão de alliviar de qualquer tributo de entrada todos os livros e Papéis públicos".[142]

Antes da data deste abaixo-assinado, sabia-se por "ouvir dizer" e "ser voz pública", que o governo mineiro estava se esforçando para implementar uma tipografia na capital. Talvez, por isso, o expediente da "Boa Sociedade" do Tijuco, em enviar-lhe um documento público para reafirmar a necessidade e, de certa forma, agilizar a implementação.

Paralelo às notícias que se espalhavam por Minas, sabia-se todavia, do esforço de alguns particulares em estabelecer uma oficina tipográfica na capital. Os primeiros passos em direção à impressão nas Gerais, se deram, anos antes, quando o Brasil ainda estava na condição de colônia, pelas iniciativas e curiosidade de dedicados estudiosos da arte tipográfica, muitos dos quais tiveram contato com essa arte, enquanto estudavam em Lisboa, como veremos em seguida.

---

[141] De acordo com o professor Marco Morel, as noções de "cidade" e "imperial" são referência que possuem significados antigos. Para o autor: "A cidade grega, como se sabe, era o local por excelência onde se reuniam os cidadãos, os homens livres, não submissos a um soberano. As famílias poderosas, as aristocracias oligárquicas, com oráculos, eram ao mesmo tempo governantes e súditos e o advento de um tirano não bastava para enfraquecer a organização e autonomia de uma cidade. A noção de império, sobretudo a partir da experiência latina, aparece ligada à expansão e à centralização de poderes. Indica submissão ou incorporação de territórios e centros de poder a um centro de poder, o Estado-Cidade. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005. p. 158.

[142] APM, CC 10078, cx 3, Rolo 501, p.1.

1.5 Precursores da arte impressa em Minas Gerais.

Ao longo da história mineira verifica-se que muitos foram os filhos de famílias abastadas que cruzaram o Atlântico com destino à complementação dos estudos nas Universidades europeias. Além de centro das decisões acerca do destino do Brasil, Portugal desponta também como cerne de formação das elites mineiras.

Estas enviavam os seus filhos e parentes para complementar os estudos na tradicional Universidade de Coimbra, responsável por formar os magistrados que compunham o corpo burocrático e administrativo na América Portuguesa.[143]

Porém, nem todos aqueles que para o outro lado do Atlântico se deslocaram em busca de conhecimento, tiveram a mesma sorte de compor o universo familiar e de convívio dos "homens bons" da capitania e, posteriormente, da província mineira. Por contingências da vida, o esforço pessoal impulsionou aqueles que, sem posses, quiseram se enveredar pelo mundo das letras e da academia.

E, este foi o caso de José Joaquim Viegas de Menezes[144]. Nascido em Ouro Preto no ano de 1778, Viegas de Menezes foi alfabetizado com onze anos de idade e prosseguiu nos estudos no arraial de Sumidouro, município da cidade Episcopal de Mariana.

Lá se matriculou e estudou em um colégio particular dirigido pelo padre Joaquim da Cunha Osório, conhecido letrado das Minas. Cursou língua latina e poética e após dois anos de aprendizado, se tornou professor dos seus próprios colegas[145], através do método monitorial-mútuo de ensino.[146]

---

[143] VALADARES, Maria Virgínia Trindade. *Elites mineiras setecentistas*: conjugação de dois mundos. Lisboa: Colibri, 2000.

[144] Guttenberg Brazileiro, assim José Pedro Xavier da Veiga se refere ao padre José Joaquim Viegas de Menezes em um artigo publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro. O texto tem dois objetivos a saber: resgatar a memória de Viegas de Menezes e ao mesmo tempo homenageá-lo. VEIGA, José Pedro Xavier da. O fundador da imprensa mineira: Padre José Joaquim Viegas de Meneses. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 3., p. 240-249. jan./mar. 1898.

[145] Id. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 629

[146] Proposto e difundido pelos ingleses Andrew Bell, pastor da Igreja Anglicana e Joseph Lancaster, da seita dos Quakers, o método mútuo, também chamado de monitorial ou lancasteriano, se baseava no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas. Embora esses alunos tivessem papel central na efetivação desse método pedagógico, o foco não era posto na atividade do aluno. Na verdade, os alunos guindados à posição de monitores eram investidos de função docente. O método supunha regras pré-determinadas, rigorosa disciplina e a distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos dispostos num salão único e bem amplo. De uma das extremidades do salão, o mestre, sentado numa cadeira alta, supervisionava toda a escola, em especial os monitores. Avaliando

Tempos depois seguiu para Mariana onde estudou Filosofia racional e moral, com o professor e padre Manuel Joaquim Ribeiro.[147] Ainda bem jovem, partiu para São Paulo e lá recebeu o subdiaconato, impulsionando-o a complementar os estudos eclesiásticos.

Não desistindo da vontade de tornar-se padre, o que a pouca idade lhe impossibilitava, decide-se viajar para Portugal e continuar seus estudos com a intenção de doutorar-se. Dessa maneira, no fim do século XVIII, mais precisamente em 1797, com dezenove anos, Viegas de Menezes viaja para Coimbra. A viagem durou cento e onze dias o que lhe custou incômodo e doenças.

Concluiu seus estudos por volta de 1800[148] e ordenou-se padre. Na capital Lisboa, fizera algumas amizades e dentre elas, a mais destacada foi com o também mineiro José Mariano da Conceição Veloso[149], primo de Joaquim José da Silva Xavier. Frei Veloso, que também era botânico, nesta época estava à frente da *Régia*

---

continuamente o aproveitamento e o comportamento dos alunos. Esse método erigia a competição em princípio ativo do funcionamento da escola. Os procedimentos didáticos tradicionais permanecem intocados. Busca-se, pois, no ensino mútuo proposto por Lancaster, o equacionamento do método de ensino e de disciplinamento, correlacionados um ao outro. Disponível no http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_monitorial_mutuo.htm [Acesso em 27/06/2008]. Retomaremos este assunto mais adiante.

[147] Dentre aqueles que assinaram a adesão á independência em 30 de setembro de 1822, estava presente o professor Manuel Joaquim Ribeiro. O mesmo que também era professor, em 1825, Manuel Ribeiro foi autor de um plano de loteria em prol da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. .... op. cit., 1982, p. 747-749

[148] Existem dúvidas quanto o ano de sua ordenação. De acordo com o padre José Pedro Xavier da Veiga, pode ter sido tanto em 1800 quanto em 1801. Ibid., p. 630.

[149] De acordo com o professor Caio César Boschi, José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) era "natural da vila de São José (hoje cidade de Tiradentes), na capitania de Minas Gerais, que tomara hábito eclesiástico a partir dos seus 19 anos de idade, recebendo as ordens próprias em 1766, no convento de São Boaventura de Macacu, no Rio de Janeiro, No interior da congregação religiosa de sua escolha, frei Mariano Veloso transitou entre as casas monásticas de São Paulo e do Rio de Janeiro, dedicando-se ao estudo da filosofia, da teologia, tornando-se professor de retórica (a partir de 1779) e sendo, finalmente, em janeiro de 1786, nomeado mestre em história natural, não obstante seu autodidatismo nessa área. Ciente das atividades de frei Veloso, D. Luís de Vasconcelos e Sousa intercedeu junto ao provincial dos franciscanos da província da Conceição, no Rio de Janeiro, no sentido de permitir que aquele frade pudesse afastar-se dos muros conventuais, a fim de desenvolver suas pesquisas e buscas no campo da história natural. Devidamente autorizado, frei Veloso embrenhou-se pelas matas do interior do Rio de Janeiro e, ao decidir aceitar o convite do vice-rei para acompanhá-lo a Lisboa, quando, em 1790, o administrador cessou seus encargos no Brasil, o capucho levava "consigo os originais dos textos e gravuras fitológicos – a Forae Fluminensis – além de outro material museológico contido em 70 caixões. Na capital portuguesa, Mariano Veloso interagiu, já agora pessoalmente, com o projeto científico do festejado pesquisador ítalo-português Domingos Vandelli (1735-1816), em particular no que dizia respeito à produção e edição de uma História natural das colônias. Pouco depois, foi admitido como sócio na Academia Real das Ciências, de onde seria posteriormente "excluído", por razões que ainda permanecem controversas. Os anos foram passando, as pesquisas de frei Veloso se desenvolvendo, sobretudo no campo da ictiologia, sem que cumprisse o objetivo principal de sua viagem, a edição de sua Florae, frustração a que veio somar a desilusão para com seus pares portugueses. BOSCHI, Caio César. Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição. o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII – XX.* São Paulo: Annablume, 2006, p. 496-497.

Oficina Tipográfica, calcográfica, tipoplástica e literária do Arco do Cego, principal órgão tipográfico da metrópole portuguesa na época.

A partir dessa amizade e convivência d'além mar, Viegas de Menezes teve tempo e oportunidade "para adquirir certos conhecimentos teóricos e práticos da arte de gravar e dos múltiplos trabalhos e complexo mecanismo de um estabelecimento tipográfico".[150]

Nas horas vagas buscava se aprofundar nos estudos das línguas e dedicava-se à leitura, o que lhe aguçava o interesse e a necessidade de fazer algumas traduções, para obter um conhecimento mais completo. Na prática, Viegas de Menezes traduziu e imprimiu na tipografia do Arco do Cego, o "Tratado da gravura a água-forte e a burril e em madeira negra, com o modo de construir as prensas modernas e de imprimir em talho doce"[151].

Praticamente dois anos após ter concluído os estudos e de convivência e trabalho com frei Veloso, o que lhe rendeu profícuos aprendizados da arte tipográfica, Viegas de Menezes retorna ao Brasil. De volta, se estabelece em Ouro Preto e dedica-se aos deveres sacerdotais e, nas horas de lazer, dedicava-se às artes plásticas como a pintura a óleo e aos trabalhos calcográficos, ou seja, a arte de gravar em cobre ou em qualquer metal.

Anos mais tarde, o padre foi o responsável pela primeira impressão e pela criação da primeira tipografia eminentemente mineira. Em 1807, Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, pai do futuro estadista, jurista e redator mineiro Bernardo Pereira de Vasconcellos, compôs um canto em homenagem ao então governador da capitania mineira Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo (1803-1810), conde de Condeixa.

O então governador que também exercia o cargo de capitão-general, ou seja, comandante militar, não hesitou em ver tal homenagem impressa, com intuito de registrá-la para a posteridade. Recorre então ao padre Viegas de Menezes, em quem se somavam os conhecimentos necessários para a impressão da homenagem, pois, se mandasse para Portugal, iria demorar.

Dessa maneira, tendo pressa em ver a obra registrada numa impressão, o governador resolve pedir ajuda ao *douto* padre Viegas, que, num primeiro momento

---

[150] VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. .... op. cit., 1982. p. 630.

[151] Cf. Ibid.

aceita a tarefa com certas restrições, pois, nesta época era proibido o uso de tipografias e impressões na América Portuguesa.

Este procedimento poderia causar-lhe incômodos e problemas com a Coroa. Desde 1747, uma carta régia proibia e informava as severas penas aplicáveis àqueles infratores que teimassem em imprimir em terras da América Portuguesa, intimidando aqueles que por desobediência transigissem tal lei[152].

Ao assumir inteiramente a responsabilidade, caso o padre viesse a sofrer alguma penalidade, o governador Pedro Maria acerta os detalhes da impressão e Viegas de Menezes se põe a trabalhar na encomenda do vaidoso governador das Minas. Aplainou, poliu e abriu cerca de onze chapas de metal[153] e com cerca de três meses de trabalho o padre concluiu o trabalho que foi o marco inaugural para a prática tipográfica nas Minas, como pode ser visto na reprodução iconográfica abaixo.

---

[152] Dom João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em África, senhor da Guiné, etc. "Faço saber a vos, governador e capitão general da capitania do Rio de Janeiro, que por constar que deste Reino tem ido para o Estado do Brazil quantidade de lettras de imprensa, na qual não é conveniente se imprimam papeis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, aonde as despesas são maiores que no Reino, do qual podem ir impressos os livros e papeis, no mesmo tempo em que delle devem ir as licenças da Inquisição e do meu Conselho Ultramarino, sem as quaes se não podem imprimir, nem correrem as obras; portanto, se vos ordena, que, constando-vos que se acham algumas lettras de imprensa nos limites de vosso governo, as mandei seqüestrar, e remeter para este Reino por conta e risco de seus donos, a entregar a quem lhes quizerem, e mandareis notificar os donos das mesmas lettras e aos officiaes da imprensa que houver, para que não imprimam nem consintam que se imprimam livros, obras ou papeis alguns avulsos, sem embargos de quaesquer licenças que tenham para a dita impressão comminando-lhes a pena de que, fazendo o contrario, serão remettidos presos para este Reino à ordem de meu Conselho Ultramarino, para se lhes imporem as penas em que tiverem incorrido, na conformidade das leis e ordens minhas, e aos ouvidores e ministros mandarei intimar da minha parte esta mesma ordem para que lhes dêm a sua devida execução e a faça registrar nas suas ouvidorias". "El-Rei nosso Senhor o mandou por Thomé Joaquim da Costa Côrte Real e desembargador Antonio Freire Barbosa Henriques, conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Caetano Ricardo da Silva a fez em Lisboa a 6 de Julho de 1747. O secretario Manoel Caetano Lopes de Gouvêa, a fez escrever. VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897) .... *op. cit.,* 1898. p. 170-171.

[153] De acordo com José Pedro Xavier da VEIGA, o trabalho com as chapas de metal era pesadíssimo e o padre Viegas chegou, inclusive, a polir e abrir chapas para fazer o frontispício da homenagem, onde se acham os retratos do governador e da viscondessa, sua esposa. Ibid., p. 632.

Figura 2 – Retratos do Governador da Província de Minas Gerais e da Viscondessa
Fonte: Arquivo Público Mineiro. SIA/APM

Descortinava-se, assim, nas Minas, uma nova prática arregimentadora e difusora de opiniões públicas, capaz de transformar a vida cultural e política na província das Gerais. No entanto, a tipografia ainda estava por ser construída. O empreendimento foi possível graças, mais uma vez, aos laços de amizade de Viegas de Menezes. Ao retornar de Portugal e após se estabelecer na capital da então capitania, o padre conheceu um chapeleiro e sirgueiro português, também morador de Ouro Preto, chamado Manoel José Barbosa Pimenta e Sal.

Era um curioso sobre os estudos mecânicos. Possuía um dicionário em francês de Ciências e Artes, porém não o conseguia ler por falta de conhecimento em tal língua, mas movido pela curiosidade que o aguçava, vivia então a folhear as páginas ilustradas, tentando imitar seus modelos.

A partir do contato com o padre Viegas, recorre aos seus conhecimentos vernáculos e lhe pede instrução. O mesmo se dedicou à tradução da obra que,

dentre outros ensinamentos, trazia as técnicas para a criação de uma tipografia[154]. Com dificuldades em relação à montagem, o mecânico amador se pôs a trabalhar construindo o prelo e as matrizes dos typos sob orientação do padre Viegas.

De acordo com José Pedro Xavier da Veiga, a tipografia "Patrícia de Barbosa & Cia." ficou pronta no final de 1821[155], coincidentemente, no mesmo ano em que foi concedida a liberdade de imprensa ao Brasil. O autor salienta, no entanto, que a tipografia só passou a funcionar a partir de abril de 1822, data da licença concedida pelo governo.

Neste intervalo de tempo, mais precisamente dois meses antes, surge também na capital mineira, outra tipografia, denominada de "provincial",[156] esta de cunho oficial e financiada pelas autoridades régias. Com o objetivo de "prestar expediente ao [...] Governo, e ao público"[157] representantes do governo provisório, expediram ofícios ao governo na Corte, com o objetivo de implementar a então "minúscula typographia provincial, que aliás se denominava pomposamente – nacional"[158].

A tipografia "provincial" fora trazida da Corte[159] no lombo de burros e seu funcionamento não foi tarefa fácil, pois, dever-se-ia investir significativos valores para sua manutenção. Assim recorre-se à Fazenda Pública, com o objetivo de sanar esta dificuldade.

Esta por sua vez reconhece a necessidade em ajudar no funcionamento da tipografia e lhe oferece, inicialmente, dez resmas de papel branco, que era importado, bem como ordena o pagamento de "seis contos mil reis" ao Capitão João Teixeira Soares para dispor na tipografia, mediante o recebimento da metade dos rendimentos líquidos anuais. Estes deveriam ser remetidos para o cofre da Fazenda.

A ajuda deveria ser constante, pois existia um plano audacioso referente à manutenção e funcionamento da tipografia oficial. De acordo com Xavier da Veiga, o

---

[154] VEIGA, José Pedro Xavier da, A imprensa de Minas Gerais (1807-1897) .... *op. cit.,* 1898.

[155] Ibid., p.182.

[156] De acordo com José Pedro Xavier da Veiga, esta tipografia viera do Rio de Janeiro e partes de seus tipos foram fundidas em Ouro Preto, enquanto que a tipografia do padre Viegas e Manoel José Barbosa fora inteiramente construída com os recursos disponíveis em Minas. Ibid., p.182.

[157] Ibid., p.184.

[158] Ibid., p.184.

[159] Ibid. De acordo com José Pedro Xavier da Veiga, parte de seus "typos"foi fundida em Villa Rica.

governo mineiro tinha a intenção de utilizar a tipografia para imprimir um “órgão”, leia-se periódico, denominado de *O Minas Gerais.*

De acordo com as pretensões, este seria um órgão oficial do governo e deveria circular cerca de seis mil exemplares.[160] Em março de 1822, o encarregado pela tipografia, o deputado do governo provisional, Luiz Maria da Silva Pinto, expediu um ofício destinado ao governo provincial pedindo auxílios financeiros: “recursos indispensáveis para que o estabelecimento venha corresponder aos fins para que fôra destinado”[161].

Neste ofício, foram solicitados seiscentos ou oitocentos mil réis, para a manutenção da máquina, pagamento dos operários, tais como o *director-machinista*, compositores e *redactor*, além da compras de artigos no Rio de Janeiro, como o papel, por exemplo, prometendo remeter aos cofres públicos a metade dos rendimentos anuais. Tal projeto não vingou e a publicação do periódico não se cumpriu. Xavier da Veiga suspeita que o insucesso do projeto e da publicação foi devido ao receio com os enormes encargos. A tipografia seguia então prestando serviços ao governo local e a particulares[162].

No entanto, em abril de 1822, em consequência da visita de D. Pedro I a Minas, a tipografia imprimiu cerca de quinhentos exemplares da “Falla que S. A R. fez ao Povo e Tropa desta província”.[163] E o fez circular pela província. Este impresso pode ser considerado o primeiro manifesto político, mesmo que oficial, impresso nas Minas.

Seu teor demonstra o objetivo da viagem do Príncipe Regente às Gerais, qual seja, o de alinhavar adesão política frente às pressões políticas do Porto. Assim, percebe-se que a tipografia “oficial” teve papel de destaque nos desdobramentos precedentes à Independência e nas discussões suscitadas em Minas *a posteriori*. Ao se enveredar pela historiografia tradicional, percebe-se que há um consenso em torno dos motivos da Viagem de D. Pedro a Minas.

---

[160] VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897) .... *op. cit.,* 1898. p.185.

[161] Ibid., p.185.

[162] No seguimento de suas descrições, Xavier da Veiga, na tentativa de assegurar a “veracidade” de sua pesquisa, arrola as fontes oficiais relativas aos empreendimentos impressos, contidos no Arquivo Público Mineiro, das quais fez uso em seu artigo publicado pela revista da mesma instituição, no final do século XIX.

[163] VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897) .... *op. cit.,* 1898, p. 186.

1.6 A viagem do Príncipe Regente a Minas e as primeiras letras impressas...

O Príncipe Regente veio a Minas Gerais com o objetivo de selar o apoio dos mineiros à causa da Independência. Por algum tempo se acreditou na hegemonia das opiniões do povo das Minas em relação ao apoio incondicional ao Príncipe Regente. Porém, novas pesquisas têm apontado para o clima de instabilidade, dicotomia de ideias e posicionamentos políticos nas Minas[164].

Como reflexo direto da Revolução do Porto e a fim de jurar as bases constitucionais lusas, as províncias brasileiras deveriam formar juntas provisórias de governo e enviar seus representantes às Cortes de Lisboa. Para Wlamir Silva,

> A Revolução do Porto, no ano de 1820, trouxe o liberalismo e suas possibilidades para o pólo americano do "Grande Império". O Constitucionalismo tornou-se uma opção real para a elite mineira. A face recolonizadora das Cortes de Lisboa tornava mais intrincada a prática do liberalismo. De toda forma, conviviam a afirmação do constitucionalismo e a opção monárquica: constituição e autonomia.[165]

Um clima de polarização política entre aqueles que apoiavam a autonomia pedrina e os que se queriam constitucionais tomou conta da província mineira que viveu dias de agitação política e pública, no final de 1821 e início do ano seguinte.

Do Porto provinham as determinações de se criar Juntas de Governo Provisório nas províncias brasileiras. Dessa maneira, assiste-se em Minas a resistência por parte do governador Manuel de Portugal e Castro em constituir um novo governo, buscando apoio nas autoridades originárias do Antigo Regime[166] para não alterar a estrutura política na província.

---

[164] Cf. SILVA, Ana Rosa Cloclet da. (Re) inventando a monarquia: o modelo de estado dinástico na transição para a modernidade política mineira (1821-1831). In: GONÇALVES, Andréa Lisly; ARAÚJO, Valdei Lopes de. *Estado, região e sociedade: contribuições sobre história social e política.* Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 71-94

[165] SILVA, Wlamir. *"Liberais e Povo" .... op. cit.,* 2002, (Tese de doutoramento), p. 74.

[166] Ibid., p. 75.

Como resultado dessa resistência de cunho absolutista[167], Joaquim Felício dos Santos descreve o clima de animosidade pública na capital mineira. Segundo o autor alguns oficiais do Regimento da Cavalaria foram os primeiros a começar uma insurreição contra o governador. Interrogados pelo motivo de intenção amotinadora e sediciosa, responderam que queriam promover o estabelecimento de um governo provisório, "como era vontade geral e a exemplo do que se passava nas demais capitanias do Brasil".[168]

Em seguida e com o objetivo velado de consultar as opiniões da "Boa Sociedade", o então governador mandou convocar uma comissão composta pelas autoridades militares e civis, juntamente com as principais pessoas da capital e da comarca. Estas decidiriam sobre a implantação ou não de um governo provisório em Minas. A maioria era composta por funcionários públicos cooptados pelo governador, e decide pela segunda opção que, imediatamente e através de ofício, foi comunicada ao Príncipe Regente.

A confecção e o envio deste ofício tiveram intenção de manobra política, tanto na Corte quanto em Ouro Preto, na medida em que Portugal e Castro qualifica os partidários do governo provisório, com intenções reformuladoras, como sendo "uns poucos de desordeiros que não cuidavam senão de amotinar o povo para seus fins particulares".[169] Verifica-se, prontamente a reação dos partidários do governador quando os mesmos saíram às ruas em comemoração a decisão em não estabelecer um governo provisório, o que num primeiro momento acenava falsamente para adesão geral ao governador.

A comoção durou um dia inteiro, pois, de acordo com Felício dos Santos, saíram gritando "vivas ao Governador" e à noite iluminaram suas casas como demonstração de satisfação ao mesmo tempo em que insultavam os constitucionais e,

---

[167] De acordo com Iara Lis Carvalho Souza, "A Junta tendia a governar com uma certa autonomia frente ao Rio e a Lisboa [...] As Cortes aproveitavam essa reformulação do poder provincial no Brasil promovida pelas Juntas, e transformaram-na em parte do seu projeto de reorganização do poder político-institucional, vinculando, assim, as províncias ao governo lisboeta norteado pelo liberalismo vintista e atenuando os elos entre as províncias, inaugurando um outro modo de relacionamento entre elas e o Rio de Janeiro". SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 117. Dadas as explicações sobre a nova configuração política a partir da implementação das Juntas governativas, percebe-se que a intransigência de Portugal e Castro enquadra-se perfeitamente na tentativa de manutenção do poder com tons absolutistas.

[168] SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 362.

[169] Ibid., p. 362.

> Como se não bastasse o burlesco, ajuntaram também a profanação: essa turba desenfreada ia cantando orações religiosas pelas ruas e praças públicas; pediam-se e rezavam-se, ou antes gritavam padre-nossos e salve-rainhas pela vida do Governador! Tal é o embrutecimento a que leva a escravidão! [170]

Automaticamente, com objetivo de estabelecer uma forma de poder próximo às aspirações constitucionais e ao mesmo tempo afastar velhos representantes do Antigo Regime das decisões políticas, D. Pedro endossa a instalação de um governo provisório em Minas, marcando as eleições para primeiro de outubro daquele ano. Porém, a decisão do Príncipe Regente alimentou novas manifestações públicas contrárias aos constitucionais, denominados, pejorativamente, pelos "absolutistas" de "provisórios". [171]

Contrários a um novo governo nas Minas, os absolutistas se puseram a gritar e cantar frases do hino constitucional, utilizando-se de paródias, onde se ouvia no lugar de "lusa constituição, a louca constituição".[172] Em contrapartida, os constitucionalistas também chamados de liberais, pediram providências ao governador, pois se sentiam ameaçados perante as indignações e manifestações de afrontas públicas.

Por simples formalidade, o governador, "ordenou que algumas patrulhas percorressem as ruas para restabelecer o sossego. Mas à noite continuaram os mesmos insultos à vista das patrulhas, que sofriam por terem recebido ordem de conservarem-se inertes".[173] Politicamente, a instalação de governos provisórios nas capitais das províncias brasileiras, representava a adesão destas ao Movimento Constitucionalista. Nessa perspectiva de adesão, algumas províncias como foi o caso do Pará, seguida pela Bahia, Pernambuco e Maranhão formaram governos provisórios, onde "a fidelidade a Portugal implicaria um desapreço ou um reconhecimento puramente formal do príncipe, após abril de 1821".[174]

---

[170] SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. ... op. cit., 1978, p. 363.

[171] Ibid., p. 362.

[172] Ibid., p. 364.

[173] Ibid., p. 364.

[174] SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Identidades políticas e a emergência do novo estado nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. Para a autora, "o contorno geral da adesão ao constitucionalismo no Norte e Nordeste não indica perfeita unissonidade de tendências e motivações, seja entre as várias províncias, seja nos próprios governos locais, onde, desde cedo, pulsavam disputas pelo controle da situação". p. 523.

Antes, no entanto, dever-se-iam convocar as eleições a fim de constituir o "corpo" de deputados mineiros com destino a Lisboa. As mesmas foram realizadas entre os dias 17 e 19 de setembro de 1821, quando os eleitores das comarcas elegeram os treze deputados por Minas. Um dia antes do início desta eleição, chegou em Ouro Preto, vindo do Rio de Janeiro, o Sargento-Mor José Maria Pinto Peixoto, com a incumbência de promover, de fato, a instalação do novo governo.

Esperou que se procedessem às eleições da deputação com destino a Portugal, para então colocar em prática "os projetos que trazia" [175] o mais rápido possível, antecipando as eleições para o novo governo, pois temia que os "amigos do Governador a fortificarem-se e urdirem tramas ocultamente com que se inutilizassem as vistas dos liberais"[176]. Neste curto espaço de tempo, mais precisamente no dia em que as eleições terminaram, Pinto Peixoto começa a agir.

Portugal e Castro estava na companhia de seus funcionários e demais pessoas que o apoiavam, assistindo a uma peça no teatro, enquanto o Sargento-Mor reunia as praças, ou seja, as tropas do Regimento de Linha e, às quatro horas da manhã, as praças se encontravam reunidas no Largo do Palácio.

Uma hora depois, de acordo com Joaquim Felício dos Santos, os eleitores foram despertados e convidados a se apresentarem na Câmara, com o objetivo de procederem à nomeação do governo provisório. Desconfiados ficaram os eleitores com o envolvimento das tropas neste episódio, pois, por ocasião do recebimento do ofício de D. Pedro, no início do mês, ao exigirem que se estabelecesse um novo governo nas Minas, os habitantes da capital testemunharam a circulação de pasquins, bem como a exposição de cartazes insultantes em lugares públicos. Diziam estar o povo e a tropa ora de acordo com o governo provisório, ora ao lado do governador. Logo a má impressão, foi posta de lado e

> pelas nove horas da manhã reuniram-se na Casa da Câmara todos os eleitores das comarcas, os vereadores e os homens bons da vila, a quem competia nomear os Deputados do Governo Provisório, não se podendo esperar a chegada dos Procuradores das mais Câmaras da capitania. [177]

---

[175] SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. ... op. cit., 1978, p. 366.

[176] Ibid., p. 366.

[177] Ibid., p. 368.

O processo de eleição foi lento e demorado, terminando às 21:00 horas e parecia que o tempo representava bem o clima de tensão, pois a capital estava encoberta por nevoeiro, onde uma fria e *abundante neblina* compunha o cenário do dia 20 de setembro de 1821. Apresentaram-se como candidatos à presidência do governo, o governador Portugal e Castro e o Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade, elegendo-se o primeiro, que, inclusive, ocupava o cargo de governador há sete anos, desde 1814. Em seguida, discutiu-se sobre o número de deputados que deveria compor o Governo Provisório, sendo a maioria contrária a Portugal e Castro. Chegaram ao consenso de dez deputados.

Em seguida, José Maria Pinto Peixoto foi aclamado Governador das Armas da província de Minas Gerais. No primeiro dia de trabalho, os representantes do novo governo se reuniram para tratar das atribuições conferidas ao governo e decidiram que seria deliberativo e executivo, simultaneamente.

Deveriam obedecer as bases da Constituição e, por seu turno às Cortes. Os avisos e ordens de Dom Pedro teriam validade "somente quando entendesse que eram a bem da província: senão, não".[178] Wlamir Silva chama a atenção para o fato de que a autonomia em relação a Dom Pedro se deu em um momento quando, os liberais, maioria no governo mineiro, não tinham porque desconfiar das Cortes Portuguesas, pois a busca de um caminho autônomo na conjuntura da Independência alimentou um movimento dos liberais envolvidos na criação do Governo Provisional"[179].

Em Minas, tais eleições não se fizeram tranquilas. O governo provisional de Minas teve sua primeira Junta formada por dez membros eleitos a vinte de setembro de 1821 e empossada no dia seguinte, tendo como presidente D. Manuel de Portugal e Castro que ocupava o cargo de governador das Minas há anos, o que revela a intenção fixada em manter-se no poder.[180]

Persistência esta que lhe custou forte oposição liberal, inclusive, a do próprio vice-presidente José Teixeira da Fonseca e Vasconcelos, Visconde de Caeté, que assume o governo quando do pedido de demissão de D. Manuel de Portugal e

---

[178] SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. ... op. cit., 1978, p. 368.

[179] SILVA, Wlamir. *"Liberais e Povo" .... op. cit.,* 2002, (Tese de doutoramento), p.74.

[180] SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Identidades políticas e a emergência do novo estado nacional: .... op. cit., 2005, p. 524.v

Castro, dias após a eleição. De acordo com Francisco Iglésias “a ação dedicada de alguns mineiros que moram no Rio e formam nas fileiras chamadas patrióticas, traduzindo-se em luta contra a tendência recolonizadora de certos grupos, que entravam o trabalho de D.Pedro, é notável e vai refletir-se em Minas”.[181]

O autor chama a atenção para a organização de clubes favoráveis à emancipação política do Brasil, como foi o caso do Clube da Rua da Ajuda, denominado posteriormente de Clube da Independência.

Este era liderado por José Joaquim da Rocha que, inclusive, enviou emissários para São Paulo e Minas Gerais, com o objetivo de pedir apoio das Câmaras a D. Pedro. Para Minas veio o tenente Paulo Barbosa da Silva. Chega a dezembro de 1821, “encontrando a situação ainda tensa das eleições de setembro” [182], o enviado ao longo de sua viagem recebe pronunciamentos de algumas câmaras como Queluz, Sabará, Vila Rica, Caeté e São João d’El-Rey.

Neste mesmo momento, ou seja, ainda no mês de janeiro de 1822 o vice-presidente em exercício viaja para o Rio de Janeiro, lá permanecendo por um longo período. Em seguida um clima de rebelião “com veleidades separatistas: nada de subordinação a Lisboa ou ao Rio” [183] se instala na província mineira. Porém, antes da formação da Junta as opiniões divergiam entre o apoio ao Príncipe Regente, ou seja, pela autonomia brasileira perante as Cortes e acerca da possibilidade de adesão do constitucionalismo luso.

Após a instalação do governo provisório ou Juntas governativas, o que acenava para certa autonomia política[184] e por conta da ausência do presidente em exercício, o cerne das discussões se afunilara e inclinava-se, naquele momento, a uma não aceitação nem da Constituição e nem do próprio D. Pedro. José Maria Pinto Peixoto, juntamente com Cassiano Espiridião de Melo Matos, João José Lopes Mendes Ribeiro e Manuel Inácio de Melo Sousa, membros da Junta, lideraram a “frouxa” [185] rebelião.

---

[181] IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLLANDA, Sérgio Burque de. *O Brasil Monárquico: dispersão e unidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 384-385.

[182] Ibid., p. 385.

[183] Ibid., p. 385.

[184] SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: .... op. cit.,* 1999, p. 117.

[185] Ibid., p. 117.

Os rebeldes demitiram magistrados e admitiram outros, chegando até mesmo a difundirem a ideia de uma "confederação de Estados Unidos independentes" com outras províncias brasileiras. De acordo com Francisco Iglesias a situação era perigosa e estrategicamente, D. Pedro decide viajar até Minas na tentativa de conseguir uma negociação política e não, simplesmente, selar a adesão, como quis a historiografia tradicional. [186]

De acordo com Iara Lis Carvalho Souza, D. Pedro partira, com sua comitiva a 25 de março[187] em direção a Minas, seguindo o Caminho Real e "durante a viagem, D. Pedro foi alinhavando os contatos políticos e conseguindo a adesão dos lugares que visitava e seus moradores. Foi bem recebido em Barbacena e em São João d'El-Rey, antes de chegar a Vila Rica".[188] Porém, não se pode estender esta receptividade à capital das Gerais, pois deveria esperar o seu reconhecimento como Príncipe Regente e de maneira cautelosa sem causar mais indisposições aguardou o pronunciamento do Governo Provisório, ao mesmo tempo em que mandou prender Pinto Peixoto.

O tão esperado dia chegou e a 9 de abril de 1822, D. Pedro é recebido na Câmara de Vila Rica, permanecendo na capital por cerca de doze dias[189], exercendo o governo mineiro por este tempo, fato pouco conhecido e discutido pela historiografia mineira referente ao período. Seu primeiro ato foi dissolver a Junta, convocando nova eleição com o propósito de se formar uma segunda Junta de governo.

Escrutinados os votos, a segunda Junta foi composta por sete membros, estando novamente à frente D. Manuel de Portugal e Castro que toma posse no mês de julho e tempo depois se afasta, "em 13 de outubro de 1822, por não lhe parecer conciliável o posto e suas ligações com Portugal".[190] No período em que esteve em Minas, D. Pedro se utiliza do principal meio de comunicação, para se aproximar e registrar sua "fala" perante os mineiros. Manda imprimir, na tipografia "provincial" um

---

[186] Iara Lis C. Souza afirma que D. Pedro e sua comitiva partiram para Minas em 25 de março, ver: SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: .... op. cit.,* 1999, p. 240.

[187] Francisco Iglésias afirma que o dia da partida de D. Pedro do Rio de Janeiro foi 23 de março e não 25, como informa Iara Lis Souza. Ibid., p. 385.

[188] Ibid., p. 241.

[189] De acordo com Francisco Iglesias D. Pedro governou Minas do dia 9 ao dia 21 de abril.

[190] IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. .... op. cit., 2004, p. 387.

documento em que buscava selar as relações políticas entre sua *persona* e a província de Minas.

No discurso, salta aos olhos a menção à constituição e, para Iara Lis Carvalho Souza, fazer referência ou falar do vínculo constitucional era uma forma de acordar um contrato social, pois, nas palavras da autora, "nascia aí um pacto que aliava o governante e o governado, mediando-os pela constituição, ou seja, um conjunto de leis que regravam e regulavam o universo social".[191] Assim o Príncipe Regente se dirigiu aos mineiros:

> Briosos Mineiros, os ferros do Despotismo começados a quebrar no dia 24 de Agosto, no Porto, rebentarão hoje nesta Província, sois livres. Sois constitucionaes. Uni-vos comigo e marchareis constitucionalmente. Confio tudo em vós: confiai todos em mim. Não vos deixeis illudir por essas cabeças que só buscam ruína da Vossa Província e da nação em geral,
>
> Viva El-Rey constitucional!
> Viva a Religião!
> Viva a Constituição!
> Vivão todos que forem honrrados!
> Viva os Mineiros em geral![192]

Interessante observar que, por contingências políticas, a tipografia do governo das Minas teve um papel "condescendente" no contexto da Independência em Minas Gerais. Foi através de seus "typos" que veio à luz um manifesto, cujo teor foi o resultado das negociações políticas entre as elites políticas mineiras e D. Pedro.

Seu teor servirá de tema para os redatores dos periódicos mineiros que não cessarão de discutir o tema "constituição" e seu papel na construção do Estado e da Nação, ao longo de suas páginas impressas, durante o governo pedrino.

Os periódicos tinham tendências políticas distintas umas das outras. Um periódico pode ser entendido como porta-voz de grupos que compunham a elite

---

[191] SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: .... op. cit.,* 1999, p. 246-247.

[192] VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897) *.... op. cit.,* 1898, p. 187.

intelectual mineira da primeira metade do século XIX. Pensar os periódicos como objetos investigativos requer, antes de tudo um cuidado: perceber a dinâmica social em que seus redatores, estavam inseridos. Investigar suas ocupações e trajetórias, antes de se envolverem na arte impressa.

Ouro Preto contava com homens letrados formados em Coimbra, e foram os mesmos os responsáveis, inicialmente, pela imprensa local. Pode-se perceber que em São João d'El-Rey os primeiros periódicos surgiram pelas mãos de uma elite letrada envolvida com o comércio de abastecimento e com a vida política e eclesiástica da Vila.

Dessa maneira, antes de apresentar os atores sociais que estiveram, diretamente envolvidos com a imprensa tanto na capital, quanto na Vila apresentar-se-á a atmosfera urbana, palco das tramas impressas mineiras.

1.7 A cidade de Ouro Preto e a Vila de São João d'El-Rey: paisagens urbanas e cosmopolitas

A constituição de um espaço urbano, ou vários espaços urbanos em Minas, desde o século XVIII até a primeira metade do século XIX foi um fator determinante na implementação de instituições que deram o tom cosmopolita às Vilas mineiras.

Primeiramente, instituições oficiais foram criadas a cargo da Coroa portuguesa na tentativa de normatizar a vida administrativa nas Minas, como as Câmaras, por exemplo. Sem contar com o aparato eclesiástico, típico do Antigo Regime, as principais Vilas mineiras assistiram o florescimento de instituições capazes de promover a vida cultural *in loco*.

Dentre elas podemos citar, em Ouro Preto, a criação de um Teatro a Casa Ópera[193] que remonta ao século do ouro e as aulas de primeiras letras que eram ministradas por professores particulares. Embora as elites tenham desfrutado dessas iniciativas, com a imprensa, a população menos favorecida também fora alcançada pelas discussões que se tornavam públicas.

---

[193] Sobre o papel do teatro em Minas no século XIX, ver: DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: .... op. cit.,* 2008. (Dissertação de Mestrado em História).

Percebe-se que a criação da imprensa, ou melhor, das primeiras tipografias estavam estreitamente ligadas à necessidade de transformação do espaço que se caracterizava cada vez mais público, a partir do Brasil independente. Momento em que as províncias discutiam o destino político da Nação que ainda estava por ser construída.

No entanto, poucas são as descrições dos espaços urbanos nas Minas Gerais no início do século XIX. Alguns trabalhos se remetem às origens das Vilas, nas primeiras décadas da ocupação e povoamento. E daí por diante, a formação do espaço urbano é associado às atividades ligadas a mineração que foram, sem dúvida, o chamariz para o processo de desenvolvimento das Gerais ao longo do século XVIII.

Figura 3 – Ouro Preto
Fonte: http://www.ouropreto.org.br/port/historia.asp

Valemo-nos dos registros e relatos de viagens de especialistas nas Ciências Naturais que aportaram no Brasil vindos da Europa com o objetivo de explorar, conhecer e estudar a fauna, flora, relevo, hidrografia, etnografia e populações locais do Brasil.

Auguste de Saint-Hilaire, botânico e naturalista francês esteve em Minas Gerais pela segunda vez, em 1822. Antes, porém, da vinda do Príncipe Regente a Minas, mais precisamente a 21 de fevereiro, Saint-Hilaire registrou em seu diário de viagem “os últimos acontecimentos que se deram na capitania de Minas”[194] e as desavenças entre D. Manuel de Portugal e Castro e outros políticos mineiros.

[194] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 69.

Como o seu olhar estava voltado para a observação das paisagens e os relatos dos elementos que compunham a ordem da natureza, pouca importância e espaço, tais conflitos tiveram nas anotações e no diário do viajante francês.

Por outro lado e apropriando suas observações pormenorizadas, percebe-se ao ler suas anotações que, aos poucos, a paisagem urbana das Vilas mineiras vai se configurando por entre as inúmeras informações contidas em sua obra. No momento da estadia de D. Pedro na capital, a mesma era composta por cerca de duas mil casas e "à medida, porém, que o metal foi se tornando raro ou de extração mais difícil, os habitantes foram pouco a pouco tentar fortuna em outros lugares",[195] explica Saint-Hilaire.

Algumas casas e ruas estavam quase abandonadas e, nesta época, a população girava em torno oito mil almas.[196] Quanto às construções religiosas informava que existia quinze ou dezesseis capelas e duas Igrejas paroquiais dedicadas a Nossa Senhora do Pilar e a Nossa Senhora da Conceição.

A Vila contava ainda com vários edifícios, sendo o mais notável, aquele que abrigava a residência do governador, *"a qual se dá o nome pomposo de palácio".*[197] Em frente se localizava a Câmara municipal e a cadeia que funcionava numa parte do prédio.

Existia ainda um hospital civil mantido pela irmandade da Misericórdia e outro militar, este, sustentado pelo governo de Minas. Após subir uma rua íngreme, deparava-se com uma casa simples, local de entretenimento, onde os espetáculos eram apresentados, ou seja, referia-se ao teatro local que segundo o viajante,

> a sala é bastante bonita, porém, pequena, e muito estreita. Tem quatro ordens de camarotes, cuja frente é fechada por balaustradas rendadas que não produzem mau efeito. Só os homens ficam na plateia, e aí se sentam em bancos. Até agora não se tentou iluminar a sala de outra maneira a não ser colocando velas entre os camarotes. A cortina apresenta as quatro partes do mundo pintadas do modo mais grosseiro; entre as decorações, que são variadas, há algumas suportáveis. Os atores tem o cuidado de cobrir o rosto com uma camada de branco e vermelho; mas as mãos traem a cor que a natureza lhes deu, e provam que a maioria deles é de mulatos. Não tem a menor ideia de indumentárias; e, por exemplo, em peças tiradas da história grega vi personagens vestidos à turca e heroínas à francesa. Quando esses atores gesticulam, o que raramente sucede, poder-se-ia pensar que são

[195] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias .... op. cit.,* 2000, p. 69.

[196] De acordo com o autor, a população já havia atingido vinte mil almas. Ibid., p. 69.

[197] Ibid., p. 70.

> movidos por molas, e o ponto, que lê as peças enquanto eles a declamam, fala tão alto, que frequentemente sua voz mascara completamente os intérpretes.[198]

Anos antes os doutores Johann Baptist von Spix e seu companheiro de viagens Carl Friedrich Philipp von Martius, visitaram Ouro Preto e fizeram as seguintes observações sobre a cidade, seu clima, ofícios nela praticados e o comércio.

> As casas são construídas de pedra, de dois pavimentos, cobertas de telhas, na maioria caiadas de branco, e, se não de bom aspecto exterior, todavia cômodas e adequadas à situação alta da cidade. Entre os edifícios públicos, distinguem-se dez capelas, duas vistosas igrejas paroquiais, à Tesouraria, o teatro com atores ambulantes, a Escola de Latim, a Câmara Municipal com Cadeia, cujos presos são, na maioria, assassinos por motivo de roubo ou por questões de amores.[199]

Surpreenderam-se com os ofícios existentes na cidade. Segundo os cientistas alemães "quase todos são praticados aqui" [200], dentre os quais se destacavam os seleiros, ferradores, funileiros. Nenhuma cidade do interior brasileiro tinha um comércio "tão animado" como o de Vila Rica.

> Daqui partem estradas para São Paulo, passando por São João d'El-Rey; por Minas Novas, para a Bahia; por São Romão, Tejuco, Malhada, para Paracatu, Goiás e Mato Grosso; porém nenhuma é tão movimentada, com o vaivém de tropas, como a estrada que leva ao Rio de Janeiro, sede do governo, distante setenta léguas. Quase que todas as semanas, ou cada mês do ano, seguem grandes caravanas, carregadas com os produtos da região: algodão, couros, marmelada, queijos, pedras preciosas, barras de ouro etc., para a capital voltam, trazendo sal, vinho, chitas, panos, presuntos, espelhos, artigos de ferro, novos escravos para a exploração das minas de ouro etc. O comércio com o mais longínquo sertão, que vai até Goiás e Mato Grosso, não é tão extenso, de fato, como o de São Paulo e Bahia; entretanto, expande-se até além do Rio São Francisco, quase que por toda a capitania, e abastece-a não só com as mercadorias europeias adquiridas no Rio de Janeiro, mas, também, com os produtos das imediações, como, por exemplo, os aqui fabricados: artigos de ferro, chapéus de feltro, louça de barro, queijo, milho, feijão, marmelada, carne de porco e toicinho; este é empregado em vez de manteiga e banha, e constitui grande artigo de comércio da província.[201]

Anos depois, outro viajante Alcide Dessalines d'Orbigny passou pela capital. Registrou e confirmou as informações descritas, inclusive, sobre o teatro como espaço "onde trabalhava uma companhia de comediantes ambulantes".[202]

---

[198] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias .... op. cit.,* 2000, p. 73.

[199] Ibid., p. 205.

[200] SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagens pelo Brasil: 1817-1820.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. v.1, p. 205.

[201] Ibid., v.1, p. 206.

[202] D'ORBIGNY, Alcide Dessalines. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 149

O paleontólogo francês acrescentou ainda em suas descrições sobre a paisagem urbana de Ouro Preto a existência de duas fábricas: uma de pólvora e outra de louça. Ironicamente escreve que a população local não era muito diferente de outros países da América, pois as mulheres gastavam somas enormes com o vestuário e os homens se entregavam ao jogo e ao prazer, se referindo aos homens e mulheres que compunham o universo indistinto da capital.

Em relação à economia e ao comércio local registrou:

> Embora situada em região montanhosa, cercada de gargantas, Vila Rica é um mercado bem frequentado. A população de toda a província de Minas, avaliada em meio milhão de habitantes para lá aflui, vinda de vários pontos. Todos os gêneros de comércio têm ali suas casas e seus representantes. As estradas do litoral e do interior ali se encontram. Vai-se para lá, de São Paulo, pela estrada de São João Del Rei; da Bahia, por São Romão, Tijuco e Malhada; penetra-se, também, por esse caminho, até as províncias de Goiás e Mato Grosso; mas é, sobretudo, entre o Rio de Janeiro e Vila Rica que as relações são mais frequentes a as comunicações mais fáceis. Quase todas as semanas, sai da cidade uma tropa, levando para o litoral os artigos da região, algodão, couro, pedras preciosas e lingotes de ouro, para trazer, em troca, sal, vinho, tecidos, espelhos, quinquilharias ou escravos comprados para o trabalho nas minas.[203]

Vila Rica, como se pode perceber tinha um comércio dinâmico impulsionado principalmente pela instalação da Corte no Rio de Janeiro, em 1808. A capital mineira estabelecia estreitos laços com a Corte. Não só econômico, mas político e, principalmente, cultural.

O Rio de Janeiro se torna referência para os mineiros nas primeiras décadas dos oitocentos. Os livros, folhetos e periódicos provinham dos portos fluminenses e abasteciam culturalmente a Província. Foi neste ambiente urbano e dinâmico que veio à luz a primeira tipografia e o primeiro periódico da província de Minas Gerais. A segunda localidade, onde a imprensa se faz presente, foi a Vila de São João d'El-Rey.

Ao contrário do que se pensava décadas atrás, Minas Gerais não entra em decadência econômica com o fim da mineração como atividade nuclear da capitania.[204] Pelo contrário, desponta, no início dos oitocentos como um "celeiro" cujas atividades pastoris e agrícolas passaram para um primeiro plano na economia regional.

---

[203] D'ORBIGNY, Alcide Dessalines. *Viagem pitoresca através do Brasil*. .... op. cit., 1976. p. 150.

[204] LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: SEMINÁRIO sobre cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979; FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais.* São Paulo: Annablume, 2002.

Sendo assim, destaca-se o papel de São João d'El-Rey e de seus comerciantes locais no cenário político do centro-sul. Erguida em devoção à Nossa Senhora do Pilar, no alvorecer do século XVIII, a capela representa a primeira marca do povoamento do que viria a se tornar São João d'El-Rey.

Surgido ao seu redor, o povoado foi nomeado e ficou conhecido, num primeiro momento, por Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar e, em 1713, foi elevado à Vila antes mesmo da criação da própria Capitania de Minas Gerais, que se fez em 1720[205].Tornou-se a quarta Vila do território mineiro, sendo-lhe o nome modificado para Vila de São João d'El-Rei, em homenagem ao rei de Portugal, feita pelo então governador de São Paulo e Minas do Ouro, d. Brás Baltazar da Silveira.

Ao longo do século XVIII, como característica das Vilas e arraiais mineiros, a Vila sanjoanense assiste à propagação das atividades econômicas paralelas à mineração como o comércio de secos e molhados e a agricultura de subsistência, baseada no trabalho escravo[206], além de se tornar uma das Vilas mais povoadas no século do ouro. No entanto, é na passagem dos tempos setecentistas para o século XIX que a Vila se dinamiza, em função dos fluxos comerciais e populacionais. Sobre o aspecto populacional no Rio das Mortes, João Fragoso destaca:

> [...] área baseada principalmente em uma agropecuária dirigida para o mercado interno. No período considerado (1776-1821), essa comarca passa de uma população de 82.781 para 213.617 pessoas. Esses números representam um crescimento demográfico da ordem de 158,0% da população de Minas [...].[207]

Sabe-se que no final do século XVIII houve uma mobilidade populacional em direção ao sul da Capitania, devido à crescente importância das atividades agrícolas e pastoris[208]. Tal deslocamento acentuou o aumento da população da Comarca do

---

[205] MAIA, Tom; MAIA, Thereza R. C; IGLÉSIAS; Francisco. *São João Del Rei na história de Minas e do Brasil.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1986, p. 23.; CAVALCANTI, Irenilda. R. B. R. Moreira. *O Comissário Real Martinho de Mendonça: práticas administrativas na primeira metade do século X VIII*. Niterói. ICHF/UFF, 2010. (Tese de Doutorado em História).

[206] LIBBY, Douglas C., Historiografia e a formação social escravista mineira. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, jan./jun., 1988.

[207] FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: .... op. cit.* 1998, p.125.

[208] SLENES Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, p. 449-495, set./dez. 1998; LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1988; ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana (1750 – 1850)*. ICHF/UFF, 1994. (Dissertação de Mestrado em História); CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. *Série Estudos*, nº 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999; PINTO, Francisco Eduardo.

Rio das Mortes, ao passo que, em outras sedes como Vila Rica, por exemplo, verifica-se uma retração populacional, pois "uma das condições possíveis para o aumento populacional da Comarca do Rio das Mortes foi a migração de áreas mineradoras decadentes à procura de trabalho em culturas de subsistência e na criação de gado".[209]

Dessa forma, para Kenneth Maxwell, que fez um estudo comparativo entre a capital da capitania e áreas adjacentes à administração da mesma, o declínio de Vila Rica e a ascensão do sul de Minas refletem a queda do papel dominante da mineração. Maxwell destaca que a Vila de São João d'El-Rey se transforma em um "distrito cerealista", ao produzir "milho, feijão e um pouco de trigo em suas terras férteis, além de exportar para o Rio de Janeiro e outras Comarcas mineiras, queijo, banha, aves, açúcar, algodão e cachaça".[210]

Nessa perspectiva, os viajantes Spix e Martius, que estiveram no Brasil entre 1817 e 1820 e passaram por São João d'El-Rey, descrevem o ambiente na Vila:

> Quanto é aqui animado o comércio, logo se vê pelo fato de fazerem quatro tropas, cada uma de cinquenta mulas cargueiras, contínuas viagens para lá e para cá da capital, anualmente, levando toicinho, queijos, algum tecido de algodão, chapéus de feltro, gado bovino, mulas, galinhas e barras de ouro para vender ali; pelo valor de seus produtos trazem de volta mercadorias europeias, sobretudo portuguesas e inglesas, como chitas, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja Porter, licores etc.[211]

Potentados e Conflitos nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes. Niterói. ICHF/UFF, 2010. (Tese de Doutorado em História).

[209] CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização .... op. cit.,* 1998. (Dissertação de Mestrado).

[210] MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.12.

[211] SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagens pelo Brasil: 1817-1820*. .... op. cit., 1981. v.1, p. 195.

Figura 4 – Pouso de uma tropa.
Fonte: RUGENDAS, João Maurício. Viagem pitoresca ao redor do Brasil. 8 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p. 172. Prancha 69

O fluxo comercial era desenvolvido pelo sistema de tropas, que foi responsável por dinamizar o comércio local. As tropas eram também responsáveis pela integração comercial com outras regiões. Transpunham a serras e percorriam os caminhos, principalmente o Caminho Novo[212], trazendo e levando mercadorias de São João d'El-Rey para o Rio de Janeiro e vice-versa e para o restante da província mineira. [213]

[212] Sobre o Caminho Novo ver: VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: .... op. cit., 1999.

[213] De acordo com Alcir Lenharo, São João Del Rei era servida por diferentes canais de escoamento: estrada do comércio, estrada da polícia, caminho novo que por uma variante chegava até Barbacena. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação.* .... op. cit., 1993, p. 75.

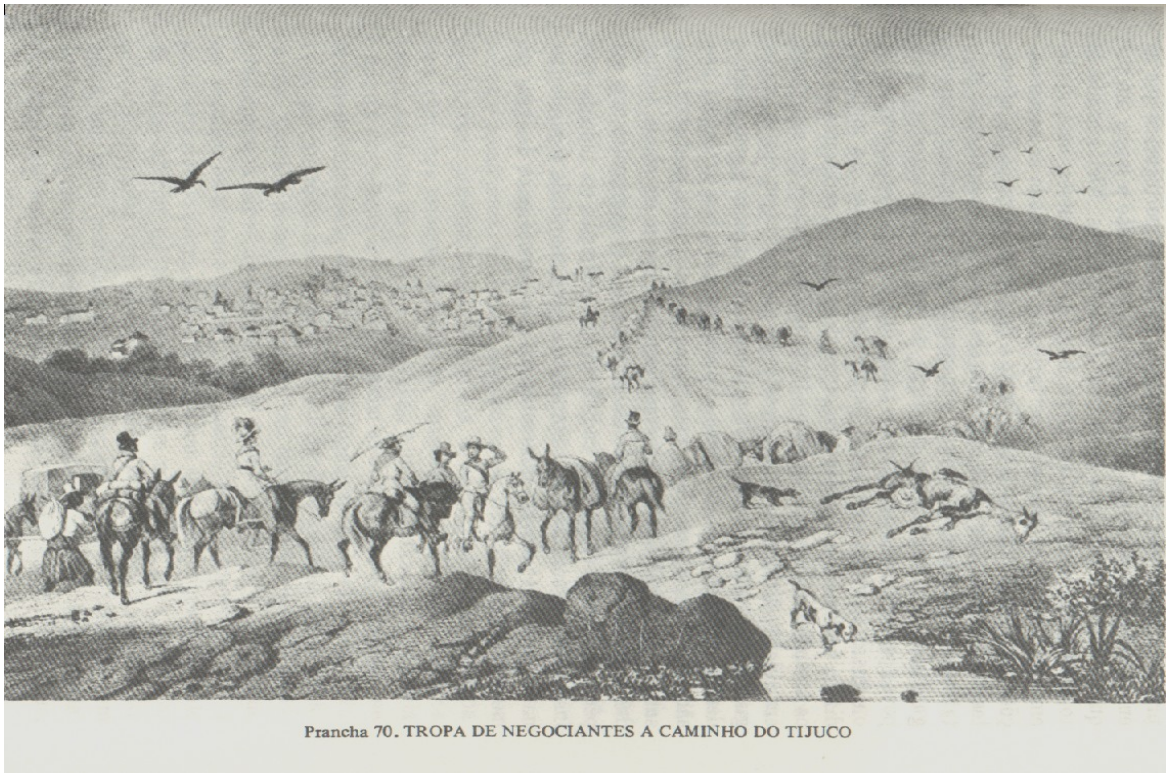

Figura 5 – Tropa de negociantes a caminho do Tijuco.
Fonte: RUGENDAS, João Maurício. Viagem pitoresca ao redor do Brasil. 8 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p. 175. Prancha 70

A Vila de São João d'El-Rey constituía-se, assim, no maior núcleo urbano da Comarca e, nas palavras de Alcir Lenharo, "o centro das exportações mineiras tinha sede na praça comercial de São João Del Rei, que, juntamente com Barbacena, constituíam os dois pólos do comércio atacadista, servindo de verdadeiros entrepostos regionais".[214]

Era uma Vila comercial, com ruas calçadas, belas igrejas, muitas lojas fornecidas de todos os artigos de luxo do comércio europeu e muitas oficinas também. Segundo Maria Augusta do Amaral Campos, "os viajantes que passaram por ela, em décadas diferentes do século XIX, são unânimes em relatar sobre seu aspecto progressista".[215]

No início dos oitocentos, São João d'El-Rey contava com cerca de seis mil habitantes, de acordo com Spix e Martius[216]. Porém, anos mais tarde, no final da década de vinte, o médico Johann Emanuel Pohl, registrou que o número de

[214] LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. .... op. cit., 1993, p. 75.

[215] CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização .... op. cit.* 1998. (Dissertação de Mestrado).

[216] SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagens pelo Brasil: 1817-1820*. .... op. cit., 1981. v.1, p. 194.

habitantes da Vila “sobe a 7.000”. Como o de costume, e influenciado por um prisma europeu, o viajante nos deixa também sua impressão ao chegar na Vila:

> Esta cidade figura entre as mais limpas e alegres que já encontrei no Brasil. Situada em clima suave, apresenta uma vista risonha com as suas 1.000 casas, na maioria de um só andar limpamente caiadas e com pomares verdes, exuberantes, em que se erguem belas bananeiras. As igrejas, inteiramente construídas de pedra, com torres bem proporcionadas, algumas ornadas com relógio, o que é uma raridade no país, ultrapassam os próprios templos da cidade do Rio de Janeiro.[217]

A Vila era um importante entreposto comercial da Comarca, quiçá da província. Além de ser ponto obrigatório de passagem das tropas, estava geograficamente localizada próxima ao Rio de Janeiro e São Paulo, daí supor a existência de uma rica paisagem urbana devido ao diversificado comércio, que contribuiu para que se tornasse um núcleo de referência na época.

A Vila congregava dezenas de casas comerciais como lojas e armazéns, escolas, cadeia. Além do convívio nas tradicionais festas religiosas e missas costumeiras realizadas aos domingos e dias santos, quando a população rural e urbana aproveitava o encontro para discutir os negócios, podia-se contar, a partir do ano de 1827 com uma tipografia e uma biblioteca pública.

Duas inaugurações marcaram o ano de 1827 e vieram enriquecer a vida cultural da Vila de São João d’El-Rey. Tanto as instalações da tipografia quanto da biblioteca vieram à luz pela iniciativa de Baptista Caetano d’Almeida, um rico comerciante e também político local. A tipografia se localizava na rua Direita, centro comercial da Vila. Foi responsável pela impressão e distribuição do *Astro de Minas*, o primeiro periódico sanjoanense.

Para seu funcionamento e manutenção Baptista Caetano d’Almeida pode contar com os serviços do padre Francisco de Assis Brasil, responsável pela redação do periódico, juntamente com as seguintes pessoas: o professor de latim José Alcebíades Carneiro; Francisco José Sales, diretor do periódico, advindo de Ouro Preto e o jovem e atuante tipógrafo José Maria Ferreira Garcia.[218]

---

[217] POHL, Johann Emanuel. *Viagem pelo interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 87.

[218] De acordo com Sebastião de Oliveira Cintra, José Maria Ferreira Garcia exerceu por mais de sessenta anos a profissão de tipógrafo, trabalhando, em épocas alternadas, no Amigo da Verdade e no Astro de Minas e também em outros periódicos de São João d’El Rei como: O Cinco de Janeiro, O Escolástico, O Clarim, O Povo, O S. Joanense, A Situação, O Imparcial Semanário, A Tribuna do Povo, O Luzeiro, O S. João Del-Rei, A Opinião Liberal e a Gazeta Mineira, todos posteriores aos periódicos tratados nesta pesquisa. CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. 2 v. p. 12. Retomaremos este assunto mais adiante.

Em 1829, os habitantes assistem ao surgimento da segunda tipografia local: a tipografia de *O Amigo da Verdade*. Este jornal será responsável por polemizar questões políticas com o *Astro de Minas,* entre os anos de 1829 e 1831, momento em que *O Amigo da Verdade* sai de cena. Como foi dito, os periódicos evidenciavam seus objetivos ao serem publicados pela primeira vez. Acreditamos que seus primeiros discursos podem informar sobre suas tendências no campo político e cultural, além de deixar transparecer os posicionamentos pessoais de seus responsáveis sobre os acontecimentos da época.

2 O DISCURSO INAUGURAL DOS PERIÓDICOS MINEIROS: PRIMEIRAS PALAVRAS IMPRESSAS.

C´est Le choc dês idées qui produit la veritê, comme te choc des corps durs produit la limière. Philosophic de la nature. Tom. 7 pag. 88.
(O Amigo da Verdade)

Os periódicos das primeiras décadas do século XIX, tinham uma característica comum. Logo no primeiro número, seus redatores e responsáveis explicavam aos leitores o objetivo do surgimento do periódico. Percebe-se que esta prática servia para apresentar as tendências políticas dos mesmos, pois os periódicos aqui analisados se posicionavam frente a questões que envolviam as discussões políticas da época, como o projeto de constituição, as eleições para deputados e o papel da imprensa no processo de civilização dos povos.

O advento da imprensa periódica em Minas Gerais, logo após a independência do Brasil, traz para cena pública um novo ator social: o redator dos periódicos. Mesmo restritos às oficinas tipográficas e até mesmo, em suas próprias casas, esses homens engajados na redação dos periódicos mineiros fizeram refletir seus pensamentos e ecoar suas vozes por entre as montanhas da província, chegando a extrapolar os seus limites geográficos, passando a compor o espaço público da província e interagir com ele.

Os primeiros periódicos surgiram na capital e durante quatro anos, de 1823-1827, Ouro Preto se destacou na cultura impressa, saindo na frente na arte da impressão. Somente a partir de 1827, a prática se espalhou pela província passando a fazer parte da vida cultural dos habitantes das Vilas de São João d'El-Rey, Mariana, Tijuco, Vila do Príncipe, Pouso Alegre. Cada periódico apresentou seu "discurso inaugural".

Entende-se como "discurso inaugural" os objetivos expostos pelos redatores ao lançarem ao público seus periódicos, bem como seus primeiros textos, o que identifica sua linha de pensamento e tendência discursiva. A partir da experiência vivida eram impulsionados pela expectativa de mudança associada à difusão de suas ideias que, em conjunto com os elementos textuais que compunham o periódico, configurava um repertório específico. Através dos discursos impressos, é

possível nos ocuparmos do tempo histórico no qual foram gestados. Para Reinhart Koselleck, tanto experiência, quanto expectativa são categorias adequadas para o entendimento de determinadas contemporaneidades vividas, "pois elas entrelaçam passado e futuro."[219]

Os espaços de experiências começavam com a própria convivibilidade social, atingindo o ambiente de trabalho dentro das tipografias. A partir da definição do repertório do periódico que, geralmente circulava duas e até três vezes por semana, dever-se-ia elaborar os textos e deliberar sobre o que publicar.

Dessa maneira, o horizonte de expectativas ia sendo definido de acordo com os propósitos pessoais dos redatores, discutido previamente entre seus pares, representantes da tipografia, responsável pela impressão.[220] Se partirmos do pressuposto de Koselleck que diz ser a história "concebida como conhecimento de experiências alheias"[221] e a partir da análise das fontes produzidas por diferentes atores em espaços e ritmos de tempos diferentes, a imprensa oitocentista se torna fonte e objeto imprescindíveis para o entendimento das ideias proferidas e discutidas não no passado, mas no presente de quem as concebeu.

Sabe-se da circulação de periódicos em Minas tempos antes, mas os mesmos eram produzidos e escritos fora, ou seja, em outras províncias e possivelmente em Portugal, França e Inglaterra. Porém, com o advento da imprensa local, os atores envolvidos por ela refletem determinadas identidades locais e regionais, pois se fala e sobre um lugar específico: as Minas. Isso quer dizer também que em Minas se liam as notícias, mas as mesmas ainda não eram produzidas na província.

---

[219] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006, p.308.

[220] Não queremos dizer com isso que existia uma previsão quanto à reverberação pública dos textos publicados pelos periódicos. A imprevisibilidade fazia parte da composição das notícias e textos, principalmente depois de certo tempo de circulação. Na medida em que o periódico era consumido, ou melhor, lido, aumentavam significativamente as correspondências de seus leitores. Essas missivas eram publicadas de acordo com a conveniência dos redatores, porém, mesmo assim, não deixa de assinalar momentos de ruptura quanto ao planejamento dos repertórios impressos. Koselleck adverte que existe um problema ao~~s~~ associar, com rigor, expectativa como resultado da experiência, pois "em primeiro lugar as coisas acontecem diferente, em segundo lugar diferente do que se pensa". Ibid., p. 312. Está ai uma ilustração do que pode acontecer quando se discute acerca da subjetividade dos atores sociais. Embora exista uma relação entre experiência e expectativa, acreditamos que é justamente o inesperado, a imprevisibilidade que promove o fato, e este se torna, no caso do discurso impresso, o motor das atenções, discussões e do próprio tempo em que se produz o conhecimento impresso nas Vilas mineiras.

[221] Ibid., p. 310.

Nessa perspectiva, antes do aparecimento da imprensa nas Gerais, as notícias chegavam através da circulação de outros periódicos vindos da Corte[222] e de outras partes do Brasil e, até mesmo do exterior. As informações impressas sobre o Brasil e sobre a Europa precederam o aparecimento do primeiro periódico da província.

As notícias abrangiam as Minas e se disseminavam através das múltiplas vozes que ecoavam pelas conversas em praça pública, ou seja, nas ruas, no teatro, nas vendas, nos adros das Igrejas etc. A partir da criação e circulação dos periódicos mineiros é que se pode vislumbrar uma via de mão dupla em relação às opiniões e ideias registradas pelos mineiros.

Aos poucos uma cultura oral e auditiva vai sendo substituída por outra, agora, produzida *in loco*, capaz de registrar através da palavra impressa as mais variadas visões de mundo e escolhas em relação ao que se publicar e tornar público[223]. Na intenção de registrar as opiniões e tomadas de posições acerca dos novos tempos que se anunciavam, no cenário político nacional, preparando o "Povo", no caso a "boa sociedade" para a instrução no seu sentido mais amplo.

Dessa maneira, apresentar-se-ão, neste capítulo, as motivações e objetivos dos redatores em publicar seus periódicos. Essas informações compunham as primeiras páginas serviam para apresentar ao público os assuntos que formariam o corpo editorial, ou seja, o repertório do periódico. A partir dos objetivos abordados pelos redatores é possível perceber as tendências das ideias "impressas" nos periódicos mineiros.

---

[222] Em sua décima primeira edição o Compilador Mineiro publicou um texto extraído do periódico pernambucano Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco. Este procedimento era comum entre os redatores. Tal atitude evidencia a existência de um trânsito cultural impresso entre os redatores brasileiros. O redator não apenas extrai o artigo como também cita a referência que no caso foi a de número 45 do periódico pernambucano. BN-SOR. Compilador Mineiro, sexta-feira, sete de novembro de 1825. Sobre o sentido apropriado pelo nome Sentinela, ver: MOREL, Marco. *As Sentinelas devem multiplicar-se .... op. cit.*

[223] Para Roger Chartier, a leitura constitui em uma prática ativa, se tornando um campo de disputa e espaço de poder. Cf. CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999; CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime.* São Paulo: Unesp, 2004.No caso específico das Minas, este espaço de poder vai se delineando na medida em que a imprensa vai enunciando as visões de mundo dos editores, redatores e correspondentes.

2.1. **Compilador Mineiro**

O primeiro periódico mineiro surgiu no final do ano de 1823, mais precisamente no dia 13 de outubro e deixou de circular em janeiro de 1824. Saia duas vezes por semana, as quartas e sextas-feiras e era impresso na "officina Patrícia de Barboza e Cia.". Se comparado aos periódicos subsequentes, percebe-se que sua apresentação gráfica era simples. Os editoriais compunham as duas colunas ao longo de suas quatro páginas bissemanais.

Trazia notícias estrangeiras e inúmeros artigos extraídos de outros periódicos, principalmente dos fluminenses. Publicava cartas de seus leitores que, inclusive contribuíam para formar o "repertório" do periódico, emprestando impressos para que lhes tirassem as notícias convenientes.

Interessante perceber que um funcionário da tipografia Patrícia de Barboza e Cia., responsável pela impressão do *Compilador Mineiro*, publicou uma nota esclarecendo aos "colaboradores" como se daria a devolução dos impressos, após sua utilização:

> Os Srs. que nos tem mandado impressos para delles extractarmos alguns artigos para nosso Periódico, logo que forem publicados, podem mandar pelos Impressos para não truncarem suas obras, o que o Redactor não faz por suas occupações, e muito lhes agradece o favor, e espera sua continuação.[224]

Talvez esta prática de compilar as notícias tenha influenciado na escolha do nome do *Compilador Mineiro*. Essa atitude nos leva a refletir acerca da existência de uma opinião pública pré-existente ao surgimento da imprensa local, pois demonstra que existiam assinantes e "consumidores" de imprensa em Minas Gerais. Observa-se em um exemplar do mês de novembro de 1823, uma compilação do periódico *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco,* cujo responsável foi o político liberal e jornalista Cipriano Barata.[225]

Este periódico havia surgido em Pernambuco há sete meses e já estava sendo citado em Minas em outubro, o que deixa explícita a intensa circulação dos

---

[224] Biblioteca Nacional, sessão de obras raras (doravante BN/SOR), *Compilador Mineiro*, 22/10/1823, p. 20.

[225] Sobre Cipriano Barata, ver: MOREL, Marco. *Cipriano Barata: Sentinela da Liberdade e outros ensaios.* São Paulo: Edusp, 2008.

periódicos e ideias por entre as províncias brasileiras. De acordo com Marco Morel, os periódicos "eram papéis impressos que alcançavam circulação de âmbito nacional, percorrendo as províncias, e vinculavam-se a outras formas de sociabilidade, como a corporação militar, eclesiástica, as maçonarias e associações de tipo patriótico".[226]

Marco Morel defende a ideia da existência de vínculos nacionais no Brasil da década de 1820 e 1830 através da imprensa, chegando a afirmar:

> E a imprensa se constituiu nesse contexto como um expressivo instrumento de agregação e publicização de vontades, forjando identidades e interferindo na cena pública, ou seja, gerando vínculos de sociabilidade através do papel impresso – ainda que tais vínculos não fossem eternos nem imutáveis. Nesta perspectiva, o papel impresso servia não só para informar ou refletir posições já existentes, mas como elemento criativo das interligações, realizando-as através de distâncias que o contato pessoal direto não poderia realizar com a mesma facilidade. A imprensa foi, portanto, um dos espaços privilegiados e específicos de articulação política e de criação de vínculos nacionais.[227]

Observa-se, através da compilação das notícias a extração de artigos de outros periódicos como: *Gazeta de Cádiz*[228], *A Estrella Brasileira, Constitucional*[229]. Outro fato que nos chama- a atenção é a maneira como dispunham os capítulos que compunham o projeto de Constituição e que estavam sendo discutidos na Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro, cujas sessões preliminares se deram entre abril de 1823 e o fechamento da Assembleia em novembro do mesmo ano. Dissolvida a Assembleia, o *Compilador Mineiro* ainda continuou a publicar as sessões referentes ao mês de outubro.[230] De duração efêmera, logo foi substituído pelo *Abelha do Itaculumy*.

2.2. **Abelha do Itaculumy**

---

[226] MOREL, Marco. *As Sentinelas devem multiplicar-se .... op. cit.,* p. 10.

[227] Ibid., p. 12.

[228] Periódico espanhol, edição de julho de 1823.

[229] Periódico francês.

[230] Não dispomos dos exemplares do final do mês de novembro, dezembro e janeiro para uma análise mais cuidadosa, acerca da repercussão da dissolução da Assembleia Constituinte.

Meses depois da criação do Compilador Mineiro, surgiu também em Ouro Preto, a 12 de janeiro de 1824 o primeiro número do *Abelha do Itaculumy*.[231] Circulava toda segunda, quarta e sexta-feira. Era editado na mesma oficina, Patrícia de Barboza e Cia., responsável pela impressão do *Compilador Mineiro*.

Poderia ser adquirido "avulso" na própria tipografia ou nas lojas dos "Srs. Coronel Nicolao Soares do Couto e, Capitão João de Deos Magalhães",[232] na capital da província. Seus redatores justificaram o seu surgimento informando aos leitores que o periódico seria uma continuação do *Compilador Mineiro*, como se existisse um projeto em relação à continuidade do trabalho impresso nas Minas.

Deixam transparecer a intenção de colaborar na redação do periódico com o objetivo de se criar na capital uma biblioteca pública[233], explicavam. As datas que separam o encerramento das atividades do *Compilador Mineiro* e o aparecimento do *Abelha do Itaculumy*, confirmam a hipótese da tentativa de um projeto de continuidade editorial.

O *Compilador Mineiro* sai de cena dia nove de janeiro de 1824, numa sexta-feira e dia 12 segunda-feira veio à luz o segundo periódico local. Antes mesmo do término da circulação do *Compilador Mineiro*, a pauta do *Abelha do Itaculumy* já estava decidida e quiçá impressa. O *Abelha do Itaculumy* circulou até o mês de novembro de 1824. "Vence ao trabalho tudo o que cansou seu espírito e seus olhos algu'hora Mostrará parte alguma do que achou". Com esta epígrafe justificavam seus objetivos que seriam "Trabalhar para o bem geral he a mais imperiosa obrigação, que a Natureza, e a Religião impõe ao homem na sociedade"[234]. A autoria da epígrafe não é identificada no periódico, mas sabe-se que foi extraída de um poema de António Ferreira, escritor e humanista português que viveu no século XVI.

Percebe-se também a menção à religião, inclusive traduções de cartas e textos de Giovanni Vincenzo Ganganelli, o papa Clemente XIV (1769-1774),

---

[231] De acordo com um texto da coluna"Variedades" onde os redatores escrevem sobre a posse do Presidente da província mineira, é possível identificar o significado da palavra Itaculumy. Assim, "Ita" significa pedra grande e "Columy", pedra pequenina. BN/SOR, *Abelha do Itaculumy*, 03/03/1824, p. 91.

[232] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 16/01/1824, p. 12.

[233] Projeto esse que só vai se concretizar de fato, anos mais tarde na Vila de São João d'El-Rey, pelas mãos de um mecenas local.

[234] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 12/01/1824, p. 01.

característica dos periódicos redigidos por párocos. Suspeita-se que entre os redatores do *Abelha do Itaculumy* estava o padre Viegas de Menezes. Ainda na primeira página, do primeiro número, os redatores justificavam que suas atividades não poderiam ser comparadas a de um mágico, metáfora bastante usada na época, para se referir aos redatores.

Constantemente os redatores eram comparados a cabalistas e alquimistas das palavras, por deterem uma habilidade incomum à população local, ou seja, ser letrado. Seus objetivos também giravam em torno de divulgar os princípios da moderação

> [...] amamos a moderação, e afincadamente a justiça: encaramos sempre o ídolo da Liberdade debaixo daquele ponto de vista em que convêm ao Cidadão e que torna o homem digno de tal epitheto, porque, quem ignora que a liberdade desenfreada transforma muitas vezes o homem das melhores disposições em monstro feroz? [235]

Não lhes enchiam os olhos as orientações de um Liberalismo Exaltado e, tão menos utilizariam o periódico com maledicência, intriga e vingança,

> [...] pois está sobejamente provado pela experiência, que de semelhantes escriptos o resultado têm sido ódios encarniçados [...]. Independência política, Imperador Constitucional e integridade do Império, eis os grandes objectos, que ocupão os ânimos, e os corações dos briosos Geralistas. [236]

No espaço dedicado a "Variedades", onde notícias diversas eram publicadas, o *Abelha do Itaculumy* trouxe notas informando sobre o ambiente político das principais províncias brasileiras como a Cisplatina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.[237] Chama-nos a atenção o significativo número de portarias e decretos publicados pelo periódico. Tais iniciativas lhe atribuem, aparentemente, um tom oficial. Em algumas edições, o número de comunicados oficiais ultrapassa significativamente às poucas notícias "interessantes" na sessão de variedades. Os próprios redatores chegaram a reconhecer tal tendência quando afirmam: "Talvez pareça ociosa a publicação nesta Folha de alguns decretos, ou Portarias, que não envolvem objectos em contacto com a Província; nós supomos o contrário".[238]

---

[235] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 12/01/1824, p. 01.

[236] Ibid., p. 01.

[237] Consultar as primeiras edições do *Abelha do Itaculumy*.

[238] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, op. cit., p. 01.

De acordo com o periódico, a razão e o motivo para tantos artigos oficiais era que se faziam necessários pelo interesse em divulgar as leis que eram de total desconhecimento da população, pois, a mesma deveria se inteirar da “legislação de seu Paiz”. Percebe-se nesta passagem um tom de patriotismo e orgulho ao informar sobre as decisões e rumos políticos de um país independente, e que ainda estavam por ser construídas as bases da nacionalidade, cabendo ao periódico um papel de relevância neste novo cenário político que se anunciava, pois era o principal e o único meio de informação impressa da época, produzido em terras mineiras.

No caso específico do *Abelha do Itaculumy*, o único periódico da província em circulação, a autoridade de seus redatores, como os principais instrutores da opinião pública, então irradiada da capital em direção ao restante da província, era significativa junto ao público leitor. Até a terceira edição, o periódico trouxe, na última página, uma relação de avisos constando discriminadamente, os itens que compunham o seu repertório, ou seja, o conjunto de notícias publicadas pelo mesmo. Os temas eram organizados da seguinte forma: primeiramente, destaca-se o objeto concernente à legislação seguida pelos “ditos” ministeriais de interesse direto da província, além de ofícios e documentos transmitidos pelo governo e demais autoridades de Minas Gerais. Na sequência, eram publicadas as correspondências e escritos referentes à instrução pública; e, por fim, os artigos “noticiosos”, em especial aqueles que se relacionavam diretamente à província.

Muitas vezes os próprios redatores redigiam as cartas, pois existem estilos idênticos entre as correspondências. Primeiro porque seria a chance do leitor participar, através da publicação de suas correspondências, do debate que se fazia público, despertando-o o sentimento de pertencer ao espaço das discussões e contribuir para uma nova prática cultural e também política, ao expor suas ideias e promover as opiniões, gerando um novo campo de se fazer representar e ouvir.

Não obstante, mesmo não participando ativamente através de suas correspondências, o “leitor passivo” seria receptor da informação difundida pelo periódico. Sobre os conhecimentos a serem publicados na intenção de promover a instrução pública de quem quer que fosse, os redatores registraram que a formação do homem deveria ser, em primeiro lugar, religiosa, seguida pela instrução civil, pois seu primeiro dever seria se tornar um bom “Christão” e gradativamente se tornaria,

caso desejasse, um bom “Patriota, bom Pai de família e logo cidadão pacífico, Magistrado inteiro, Militar honrado, e Amigo fiel”.[239]

Sobre a instrução propriamente dita, ou ensinamento “civil”, como costumavam escrever, é notória a crítica referente ao estado em que se encontrava o ensino na província mineira. Reclamavam que a falta de um método regular para os estudos seria a origem do atraso do ensino em Minas, pois sua existência seria de absoluta necessidade, principalmente, para as aulas de primeiras letras.[240]

Observa-se que este discurso a favor da criação de escolas vai ao encontro do discurso do padre Viegas de Menezes, que anos antes havia passado por esta experiência em Minas Gerais, o que lhe obrigou a continuar seus estudos em São Paulo e depois Coimbra. Informavam que a partir das primeiras letras, automaticamente, os meninos passariam para as aulas de latinidade. Investindo o jovem nas aulas de latim, começando “por luctar” com “lingoagens” e “Pretéritos”, “impretéritos” lá se vai um ano e com ele suas “Notas”.

Se quisesse prosseguir, deveria o aluno percorrer “Ovídios, Virgílios, Selectas etc”[241] durante três anos. Daí, se não aspirasse ao clericato ou não tivesse condição de frequentar alguma Universidade ou colégio, parava de estudar, por falta de oportunidade.

Questionavam então: caso o aluno deixasse os estudos por contingências da vida, saberia o que? Os mesmo respondem intransigentemente! Vagamente lembrar-se-ia de ligeiros traços da “História Antiga, algumas anedotas sobre Epaminondas e Péricles e de Scipião Nasica”.[242] As críticas recaiam também sobre o conteúdo estudado, pois através destes excertos, percebe-se que o foco era o mundo clássico greco-romano e os estudos das latinidades, que era, inclusive, o modelo baseado na erudição, até então.[243]

---

[239] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 16/01/1824, p. 09.

[240] Sobre o ensino na época ver: JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher: .... op. cit.,* 2008. (Tese de Doutorado em Educação); MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e uso da cultura escrita e difusão da escola*: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João Del-Rei, Minas Gerais (1750-1850). Belo Horizonte. FAFICH/UFMG, 2009. (Tese de Doutorado em História).

[241] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, op. cit., p. 09.

[242] Ibid., p. 09.

[243] Para Oswaldo Munteal, os intelectuais ilustrados se interessavam e se comprometiam com o estudo de variados temas que recebiam uma atenção voltada para alguma utilidade no objeto escolhido. No caso específico desta passagem, identifica-se a preocupação com o ensino e seus métodos. De maneira geral, identifica-se uma preocupação voltada para a história pátria, ou seja, do lugar de onde se falava e se

Ao continuarem as observações escreviam que o aluno sem oportunidade de prosseguir nos estudos envelheceria e morreria "impenitente" ignorando em que ponto da Terra habita e quais são os rios, as principais produções do seu país, suas serras e limites geográficos, bem como a fundação das Vilas e cidades, que compõe o seu espaço, o seu país. As críticas não paravam por ai. De acordo com os redatores não se aprendia sobre o "descobrimento" e tão menos sobre a povoação de sua "Pátria", no caso, Minas, pois a ideia de pátria, neste período histórico relacionava-se com região de origem.

Ao contrário, diziam, sabiam sobre Roma, Gália e Índia, pois desta última provinham as louças e pimenta "negra que de lá vem ainda hoje e muita gente a chama pimenta do Reino" [244] Sarcasticamente, implicavam com a falta de conhecimento ou pelo próprio vício de linguagem de alguns em se referir a uma especiaria que por séculos adveio de Portugal, no caso a pimenta, como sendo ainda do Reino, o qual já não existia mais... Não existindo um sistema regular de ensino,

> rogamos aos Senhores Professores de primeiras letras dirigidamente aos seus Substitutos, facão copiar desta Folha o extracto de huma breve discrição da nossa Pátria, que iremos publicando tanto em obsequio à memória do Sábio, que a redigio, e nos confiou por copia, como para servir de proveitoso entretenimento aos nossos Jovens nos intervallos do Cathecismo. O que escreve hum Patrício sobre seu Paiz he sempre mais exacto, que o relatado pelos Estrangeiros, ainda de abalisados conhecimentos, porque estes muitas vezes escrevem sobre informações.[245]

Tais escritos foram publicados numa sexta-feira, 16 de janeiro. Já no dia 19, ou seja, na edição seguinte, o periódico trouxe a lume a primeira de muitas partes da descrição geográfica e física da província mineira.

Esta rapidez evidencia que existia uma pauta a ser cumprida pelos redatores dos periódicos, além de pesquisa e seleção de textos previamente que iriam compor o repertório do periódico, uma vez que as escolhas sobre o que publicar já estavam previamente engatilhadas nas fôrmas tipográficas. Pois, logo depois de informar sobre o propósito de publicar textos acerca do conhecimento local, o que não deixa

---

produzia o discurso: a província mineira. FILHO MUNTEAL. Oswaldo. O liberalismo num outro ocidente: política colonial, ideias fisiocratas e reformismo mercantilista. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília, (orgs). *O liberalismo no Brasil imperial.* Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

[244] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 16/01/1824, p. 08.

[245] Ibid., p. 10

de ser uma preocupação em “ensinar” a história e geografia de Minas, seus redatores prontamente publicaram o texto prometido em edição anterior.

Sobre a geografia, dedicaram algumas edições sobre o clima, relevo e hidrografia da província. Dentre os autores citados encontram-se Conrad Malte-Brun, escritor, geógrafo e publicista francês, e Wilhelm Ludwig von Eschwege, geólogo, geógrafo e metalurgista alemão, que esteve em missão nas Minas Gerais na década anterior. Seus textos eram traduzidos por Guido Tomás Marlière, comandante militar francês e colonizador dos índios em Minas no século XIX.[246]

Chama-nos a atenção também a forma continuada de publicar tais ensinamentos, o que leva a supor a inauguração de uma prática voltada para os ensinamentos pautados em técnicas pedagógicas de coerências e continuísmo na forma de uma enciclopédia ao colecionar “edições”, caso os interessados/leitores acompanhassem as publicações semanais e as guardassem com propósito de colecionar os números. Reclamavam ainda da falta de consciência daqueles que possuíam livros, comprados “á pezo de ouro”.[247]

Segundo o periódico, encontravam-se, em algumas boticas, livros disponíveis em meio às mercadorias, mas estes não seriam vendidos... Irritados, porém, explicavam que os livros tinham uma serventia um tanto quanto curiosa. Suas páginas, ao contrário de servir para instruir, eram utilizadas para embrulhar as compras, ou, nas palavras dos redatores “incaparem materiais”[248]. Os livros “manuseados” pelos boticários serviram anteriormente, para ornamentar[249] alguns escritórios, além de mantimentos para alimentação das traças!

Quando da morte de seu proprietário, por exemplo, eram doados inadvertidamente pelos seus parentes aos boticários, sem haver preocupação de direcioná-los para a sua real tarefa: instruir e compor um acervo, como uma biblioteca pública. Um dos objetivos dos redatores do *Abelha do Itaculumy* era formar uma biblioteca pública, cuja manutenção se faria através dos recursos

---

[246] AGUIAR, José Otávio. *Points de vie étrangers: a trajetória de vida de Guido Thomas Marlière no Brasil (1808-1836)*. Belo Horizonte. FAFICH/UFMG, 2003. (Tese de Doutorado em História).

[247] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 16/01/1824, p. 09.

[248] Ibid., p. 09.

[249] Era comum a relação entre a manutenção de livros e o status, pois, a aparência de alguns livros e seus aspectos materiais, deixava transparecer não só a sua importância para a leitura, mas também para aparecer como figura decorativa. VILLALTA, Luís Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999, p. 201.

obtidos com venda do periódico, pois, “as condições, com que aceitamos esta tarefa, entre as quaes se comprehende huma dedução a pro da Biblioteca Publica provão á todas as luzes nosso desinteresse particular”.[250]

O *Abelha do Itacumuly* publicou em várias edições, textos ensinando sobre a história de Minas Gerais. Escreveram uma epopeia sobre a conquista dos índios e o interesse pela aquisição do ouro que motivaram os habitantes de São Paulo a romperem as matas que ocupavam e encobriam as regiões da minas. Não sabiam, ao certo, sobre os primeiros descobridores, mas que, estabelecida a povoação de São Paulo a vinte e cinco de janeiro de 1554, alguns de seus habitantes se interessaram em explorar a região e seus nativos,

> Sem munição alguma de boca, (ou seja, sem referência alguma dos caminhos a serem percorridos), providos somente de armas, pólvora e chumbo; os paulistas arrostrarão todos os perigos: a caça, peixe, e mel silvestre lhes servião de alimento ordinário. E na diligencia de captivar os Índios, lançarão os fundamentos á Capitania de Minas, á que depois derão nome de Geraes, por aparecer Ouro mais, ou menos em toda a sua extensão.[251]

O *Abelha do Itaculumy* registra que o “Sertão da Casca”[252] foi a primeira localidade em que chegou Antônio Rodrigues Arzão, acompanhado por cinquenta homens. Arzão fora enviado a Minas em 1693 por um natural da “Villa de Taybaté”, chegando a percorrer as capitanias do Espírito Santo e Rio de Janeiro com o intuito de encontrar meios e “gente” para compor suas expedições, em vão, explica O *Abelha do Itaculumy*.

Sem sucesso retornou a São Paulo e, gravemente doente “cometteo á Bartolomeu Bueno, seu cunhado, a continuação do Descoberto, cujas mostras havia

---

[250] De acordo com Luiz Carlos Villalta acerca das bibliotecas mineiras setecentista:“O tamanho das bibliotecas era diverso, não sendo determinado pela riqueza, mas pelo grau de refinamento intelectual e de escolaridade dos proprietários. Geralmente, padres, advogados e, em menor escala, cirurgiões possuíam as maiores bibliotecas. Havia, ainda, uma relação estreita entre, de um lado, a composição das livrarias e, de outro, a condição social e os ofícios dos seus proprietários. Aqueles que se dedicavam a ofícios, na maioria das vezes, possuíam livros relacionados às suas carreiras, enquanto, entre os demais, imperavam obras devocionais e, em menor escala, de medicina, história ou belas letras. Conclui-se, portanto, que os livros subsidiavam com suas informações o exercício de profissões, constituíam meios de acesso às “verdades sagradas” e também eram objeto de deleite, de recreio”. VILLALTA, Luís Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa .... op. cit., 1999. p. 198.

[251] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 02/02/1824, p.04.

[252] Nome derivado de uma aldeia de índios estabelecida em um lugar chamado “Cuyeté”, do “meio dia a cinco légoas do Rio Doce”. Ibid., p. 4.

dado ao manifesto".[253] Ao seguir o roteiro de Arzão e escoltado por amigos e parentes, Bueno sai de São Paulo em 1694, em direção às Minas.

Percorreram os caminhos mais difíceis e íngremes, porém, a empreitada e a decisão por ziguezaguear pelo topo das serras, fora estratégica: do alto se observavam os caminhos desconhecidos até então e se preservavam da surpresa em deparar-se, repentinamente, com os gentios e bandidos perversos da região, o que lhes custaria prejuízos e, até mesmo, o infortúnio de mortes.

Estabeleceram-se na serra de Itaverava e lá, tempos depois se encontraram com Salvador Fernandes Furtado, Manoel Garcia Velho e com outros conquistadores dos "gentios". Os mesmo foram reduzidos a cativeiro sendo empregados na extração do ouro nos "sertões do Cuyeté" e "Rio Doce"; "Faltavão-lhes pratica, e instrumentos de ferro, de que a lavoira mineral há mister: e portanto devião ser módicas as apurações, que faziaõ, em pequenos pratos de pão, e de estanho; dos cascalhos [...] ajudados de paos pont'agudos".[254]

Um dos companheiros de Bueno, chamado Miguel de Almeida trocou uma clavina[255] pelo ouro trazido por Salvador Fernandes. Conseguiu uma quantidade referida a doze oitavas. Em seguida essa quantia foi apresentada ao governador do Rio de Janeiro Antonio Paes de Sande.

Antes, no entanto, Manoel Garcia Velho ficou com o ouro numa troca feita com o Coronel Salvador Fernandes, lhe oferecendo duas índias, mãe e filha, chamadas, respectivamente de Aurora e Célia. De volta a "Taybathe", Garcia Velho negociou a quantia com Carlos Pedrozo que se dirige ao Rio de Janeiro para mostrar o governador Antonio Paes de Sande. Em recompensa, recebeu em seguida a patente de Capitão-mor de "Taybathe", o cargo de Provedor dos quintos e permissão para erguer casa de fundição, pois "Taybathe" era ponto de escala de quem voltava das Minas.

Logo as desavenças entre os habitantes das "Villas de Taybathe, e de S. Paulo" começaram, não causando espanto aos redatores na medida em que eram justificáveis pela cobiça e anseio, características naturais do ser humano. Embora tenham ocorrido desentendimentos, esses produziram felizes resultados porque

---

[253] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 12/02/1824, p. 04.

[254] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 02/02/1824, p. 40.

[255] Leia-se arma de fogo.

“desvairados huns e outros seguirão differentes rumos, donde vierão os diversos descobertos, e daqui a vantagem de se patentearem mais depressa as riquezas geraes”.[256]

Muitos foram os desbravadores que manifestaram suas “vozes” ao afirmarem participação[257] no descobrimento das Minas Gerais. Dentre eles, pode-se citar Diogo Pires Moreira, da Vila de “Jacarehy” e Francisco Alves Castilho de “Taybathe”. De acordo com o periódico tudo o que deles se pode com verdade dizer, é que foram os primeiros a informar o governador de São Paulo e Minas Gerais, uma descoberta entre Jaguary e Boqueira por volta de 1710.

Anos antes João Lopes de Lima, manifestou-se como descobridor de ouro no córrego do Ribeirão do Carmo, juntamente com Miguel Garcia, porém, “não podendo resistir a intemperança dos ares, desampararão o lugar”.[258] Mesmo enfrentando dificuldades climáticas onde “tão frias erão as águas, por terem correntesa a sombra dos Mattos serrados, que apenas consentião quatro horas de trabalho diário aos faiscadores”.[259]

Alguns alentados como o Coronel Salvador Fernandes Furtado, não mudou de “sítio” e nem de região. Nos arredores de Mariana e Ouro Preto, por entre os córregos e morros, foram descobridores o padre João de Faria Fialho, Antônio Dias, natural de “Taybathe”, e Thomaz Lopes de Camargo, primo do descobridor de Itaverava, Bartholomeu Bueno.

Os primeiros achados em Sabará se deram pelas mãos de Fernão Dias Paes. Por volta de 1681 ao retornar para São Paulo foi vítima de uma febre que o matou. Seu genro Manoel de Borba Gato assume as bandeiras em direção aos achados de Paes “onde a fama das Esmeraldas o conduzira”[260].

---

[256] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 04/02/1824, p.43

[257] De acordo com a professora Carla Anastasia, “anunciadas as descobertas, as bandeiras multiplicaram-se a partir da última década do seiscentos. O taubateano Antônio Rodrigues Arzão, em 1693, dava conta do descoberto de amostras de “ouro preto” que anunciava para Portugal a promessa das riquezas [...]uma vez descoberto o metal, a ocupação de área se deu de forma aleatória [...] se seguiu um vertiginosos deslocamkento de pessoas para a região, sem precedentes na América Portuguesa”. ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: .... op. cit.,* 2005, p. 30. Cf. também ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008; ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais*: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

[258] BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 16/02/1824, p. 64.

[259] Ibid., p. 64.

[260] Ibid., p. 64.

Com o intuito de revogar os poderes conferidos a Fernão Dias, o nobre Dom Rodrigo de Castelo Branco veio para Minas. Desentendeu-se com Borba Gato e seus sequitários prevendo maiores ânimos, temeram pela vida do bandeirante e acabaram por matar Dom Rodrigo.

Ao ser responsabilizado pelo assassinato, Borba Gato buscou guarida nos sertões do Rio Doce, se tornando temido pela fama perversa que adquirira. Anos depois, seus parentes lhe facilitaram o contato com o governador do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo Arthur de Sá e Menezes que lhe recebeu na última capitania e lhe concedeu perdão na condição de lhe manifestar as faisqueiras do Rio das Velhas, chegando a exercer o cargo de Tenente General das Praças do Rio de Janeiro.

O texto trata, após algumas discussões envolvendo as "tramas" das descobertas das minas e as "sagas" de seus descobridores, de um conhecido episódio da historiografia mineira: a Guerra dos Emboabas. O periódico traz à tona as principais personagens envolvidas no conflito como, Manoel de Borba Gato e o potentado Manuel Nunes Viana e um apanhado sobre os primeiros governadores da capitania de Minas Gerais.

Talvez a relevância em se publicar tais textos, acredita-se pela primeira vez em Minas, se deu pelo fato de ter sido em função da normatização administrativa que se inicia tempos depois da Guerra dos Emboabas, onde paulistas, portugueses, pernambucanos e baianos disputavam as áreas mineradoras e a exclusividade em explorá-las. Assim, diante do conflito a Coroa instaura um certo controle da região mineradora.

De acordo com Carla Anastasia "isso significou, entre outras medidas, separar a capitania de São Paulo e Minas do Ouro da do Rio de Janeiro e elevar, entre 1711 e 1715, vários povoados à categoria de Vila, de forma [...] buscando institucionalizar politicamente a região".[261]

O estudo sobre a escrita da história do Brasil no século XIX é hoje alvo de atenção de alguns historiadores[262]. Geralmente, o olhar investigativo é lançado

---

[261] ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: .... op. cit.,* 2005.

[262] Dentre os historiadores que se dedicam ao estudo da escrita da História no Brasil oitocentista, pode-se destacar alguns trabalhos, como: SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil.* USP, São Paulo, 2010 (Dissertação de Mestrado em História); ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813 - 1845)*, Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2003. (Tese de Doutorado em História); MOREL, Marco. Nação e revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX. In: CHAVES,

sobre a produção de um conhecimento histórico tido como “oficial” produzido sobre os auspícios do IHGB, por exemplo, bem como sobre obras clássicas da época.

A criação do IHGB, dentre outros propósitos se deveu à necessidade de se construir uma memória histórica eminentemente nacional. Embora a produção saída do IHGB tenha sido significativa e sem precedente institucional, torna-se necessário observar que sua produção se destinava a um público mais restrito e “letrado” e não teve a finalidade de sistematizar o conhecimento e torná-lo acessível, principalmente por se tratar de uma sociedade, onde a maior parcela da população era analfabeta.

Sabe-se, no entanto, que um instrumento eficaz na contribuição de comunicação mais rápida por entre os mais diferentes círculos sociais foi à imprensa periódica. Pois, necessariamente, para saber das notícias não era necessário ser alfabetizado, pois seu conteúdo confundia-se com os diálogos cotidianos travados nos ambientes mais variados, particulares e públicos, por onde circulasse.

Há bem pouco tempo falar de imprensa periódica seria endossar o caráter elitista de seus redatores. Não obstante, cabe ressaltar que à imprensa coube um papel primordial que fugia ao conhecimento produzido dentro dos institutos e sociedades literárias: o de divulgação de certos conhecimentos e ideias. Embora seus redatores se valessem de textos e livros de referência, estes tinham o cuidado de “traduzi-los” para o público leitor e muitas vezes comentá-lo o que facilitava o diálogo público.

Dessa maneira, onde estaria a inovação? Primeiramente, podemos entender o próprio alcance e preço dos periódicos adquirido por um público diga-se mais vasto e simples, seja pela leitura individual ou coletiva estes também se informavam. Deve-se pensar não em uma imprensa específica, mas sim numa rede de comunicação que se configurou por todo o império brasileiro antes mesmo da criação do IHGB, em 1838 e da publicação de obras de referência como “História Geral do Brasil”, escrito por Franciso Adolfo de Varnhagen e “Capítulos de História Colonial” de João Capistrano de Abreu.

Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio. *Território, conflito e identidade.* Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007, p. 197-198; GUIMARÃES, Lúcia Maria P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, n.388, p. 450-613, jul./set., 1995. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 5-27, 1988. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A história para uso da mocidade brasileira. In: CARVALHO, José Murilo de (org). *Nação e cidadania no Império .... op. cit.,* 2007.

De acordo com Marco Morel, “antes mesmo (e após) da criação do IHGB, a imprensa periódica se constituiu num campo privilegiado de elaboração de um passado nacional, revelando, em seus embates, considerável pluralidade de posições, que seria esmaecida com a hegemonia construída por tal entidade”.[263]

Sobre o papel desempenhado pela imprensa no campo da construção de um conhecimento histórico no momento da Independência, Cristiane Camacho analisa a inserção de discursos históricos que buscaram, cada um a seu turno, construir e moldar uma história brasileira, a partir de um ambiente regional.[264]

Dessa maneira, pode-se vislumbrar várias peças de um mosaico ainda disforme, em relação aos estudos sobre o conhecimento histórico oitocentista e o seu lugar de elaboração e produção, como a própria imprensa, por exemplo. Em estudo recente, Marco Morel chama a atenção para a existência de uma produção historiográfica que ocupou as páginas da imprensa entre os anos 1820 e 1840, para depois ganharem forma de livro[265]. Esta prática pode ser observada em Minas. Chama-nos a atenção os textos de história de Minas publicados pelo *Abelha do Itaculumy*. Embora não mencionem a autoria, sabe-se que o texto fora escrito por Cláudio Manoel da Costa, ainda no século XVIII, como veremos em seguida.

O texto original manuscrito se chama “Memória histórica e geográfica da descoberta das Minas” e foi publicado pela primeira vez, em 1813, pelo periódico *O Patriota*, no Rio de Janeiro. Cinco anos mais tarde, o mesmo texto também foi publicado pelo periódico londrino *O Investigador Português* que combatia *in loco* o Correio Braziliense. No periódico datado de 1819 e com o título “Memória histórica e Geographica da descoberta das Minas, extrahida dos Manuscriptos de Cláudio Manoel da Costa, Secretário de Governo daquella capitania”[266], foi divulgada esta memória ao longo de vinte e duas páginas impressas. Percebe-se mais uma vez o trânsito de leituras cruzadas que se fazia pela circulação dinâmica dos periódicos.

---

[263] MOREL, Marco. Nação e revolução .... op. cit., 2007, p. 197-198.

[264] SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro .... op. cit.*, 2010 (Dissertação de Mestrado em História).

[265] Marco Morel chama a atenção para o fato de que as escritas sobre a história publicadas pela imprensa se dava “de forma fragmentada”. Entretanto, especificamente no caso do *Abelha do Itaculumy*, observa-se uma continuidade da escrita sobre a história mineira. MOREL, Marco. Nação e revolução .... op. cit., 2007, p. 197-198.

[266] Este texto, bem como as edições do Investigador Português podem ser encontradas numa coletânea do periódico publicada pelo Harvard College Library, na Inglaterra em 27 de junho de 1921, traduzido por John B. Stetson Jr.

No entanto, o texto contido no *Abelha do Itaculumy* foi condensado e adaptado pelos redatores. Enquanto Cláudio Manoel da Costa preocupou-se em dar uma sequência em tópicos, o texto contido no periódico mineiro foi publicado numa única sequência, sem subtítulos explicativos, como no original. Os registros de memórias eram utilizados como fonte para se escrever a história no século XIX, aliás, uma característica daquela época, como informa Marco Morel.[267] De acordo com Moraes e Silva memória significava "a faculdade, que a alma tem de lembrar-se das coisas, que vierão ao seu conhecimento com advertencia dessa circumstancia".[268] No caso, memórias não eram apenas lembranças pessoais, pois também significavam, na época, narração, dissertação e relato de algum tema com algum propósito.

Cabe ressaltar, no entanto, que a "Memória" contida no título da narrativa de Cláudio Manoel da Costa não fora uma experiência vivida, um testemunho pessoal, mas antes a tentativa de registrar o seu conhecimento sobre a descoberta das "Minas".

O autor viveu algumas décadas depois do episódio narrado e, como existiam registros anteriores, como por exemplo os compilados por Caetano da Costa Matoso, ouvidor-geral da Comarca do Ouro Preto entre os anos de 1749 a 1752. Esse ouvidor reuniu documentos significativos que tratam dos mais variados temas mineiros, dentre eles as descobertas das Minas e a Guerra dos Emboabas, pode-se vislumbrar que o tenha tomado como referência. [269]

Acredita-se na possibilidade do "inconfidente" ter se valido da documentação organizada por Costa Matoso como referência para escrever sua "Memória" e eleger a importância do tema como um texto fundador da história mineira, dada a sua relevância no cenário institucional e administrativo, como exposto acima.

O discurso inaugural do *Abelha do Itaculumy* pode ser considerado um discurso mais elaborado no que se refere ao mundo das letras. É explícita a

---

[267] MOREL, Marco. Nação e revolução .... op. cit., 2007.

[268] SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza:* recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 286. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/memoria [online], capturado dia 13/03/2011.

[269] Cf. FIGUEIREDO, Luciano R. de A; CAMPOS, M. Verônica. (orgs.). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. Sobre o ouvidor, especificamente, FIGUEIREDO, Luciano R. de A. Rapsódia para um bacharel: estudo crítico. In: FIGUEIREDO, Luciano R. de A; CAMPOS, M. Verônica. (orgs.). *Códice Costa Matoso.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. v. 1

preocupação com o universo do ensino, seja ele institucionalizado, ou informal, através da imprensa, por exemplo.

Outra característica do texto que chama a atenção diz respeito à erudição dos redatores ao discutirem com certa propriedade temas relacionados à História antiga e a indicação de qual a História que realmente deveria ser ensinada! Especificamente defendem o estudo da História Pátria, bem aos moldes do século XIX.

Em artigo[270] sobre o periódico fluminense intitulado de *O Patriota*, Marco Morel faz uma digressão sobre o conceito Pátria. Ao dialogar com verbetes de dicionaristas como Raphael Bluteau e Antonio de Moraes e Silva, Morel traça um panorama temporal e semântico do termo. A partir de suas análises, é possível entender que o periódico mineiro se referia à Pátria no sentido de enfatizar o lugar específico de onde se fala, ou seja, a província de Minas Gerais e, não, na concepção entendida como país, o que nos faz refletir sobre a tentativa de construir uma história de dentro, que legitimasse a imprensa como difusora de uma história "pátria", local.

2.3. **O Universal**

"*Rien n'est beau que le vrai; le vrai seul est animable*" (Voltaire) .Com essa epígrafe, veio à luz o primeiro número do periódico impresso em Ouro Preto denominado *O Universal*. Antes de seu aparecimento, a província havia assistido a circulação de três periódicos.

Os dois primeiros foram o *Compilador Mineiro*, logo substituído pelo *Abelha do Itaculumy*. O terceiro periódico *Companheiro do Conselho*[271] ainda circulava quando surge *O Universal* a 18 de julho de 1825. De maneira crítica o redator do novo periódico escrevia que o *Companheiro do Conselho* deveria acabar em breve e

---

[270] MOREL, Marco. *Pátrias polissêmicas: Republica das Letras e imprensa na crise do império português na América*. Texto cedido pelo autor, a que agradeço a atenção.

[271] Não identificamos exemplares do Companheiro do Conselho.

estando os *"Illustres Redactores da Abelha"* [272]sem publicar, "eu me vi na necessidade de escrever para transmitir as notícias mais interessantes, que chegarem ao meu conhecimento."[273]

O colaborador, possível redator e responsável pelo novo periódico da capital era Bernardo Pereira de Vasconcelos. De acordo com José Pedro Xavier da Veiga, até o ano de 1827, Bernardo Pereira de Vasconcelos foi a principal referência e inspiração para o periódico,[274] e sua redação ficava sob responsabilidade de José Pedro de Carvalho.[275] *O Universal* saía todas as segundas, quartas e sextas-feiras e foi o mais longevo periódico mineiro ao longo do Primeiro Reinado, circulando de 1825 até o ano de 1842. O periódico era impresso na Tipografia Patrícia & Barboza, como os periódicos anteriores.

Dentre outras preocupações que cercava a vida de Bernardo pereira de Vasconcelos, o sistema de ensino vai ser uma constante em seus discursos, seja na imprensa ou na Assembleia, durante toda a sua atuação, como deputado eleito pela província de Minas Gerais. Segundo Vasconcelos, aproximava-se o dia da inauguração de duas escolas de ensino mútuo na província. Por isso, achava por bem escrever "algumas lições de tão importante ensino"[276].

Com o título de Educação Elementar, dedicou-se a publicar uma longa explanação sequencial em seu periódico acerca do ensino no Brasil e no exterior. Em seu conteúdo, apresentou um panorama do sistema educacional em alguns países da Europa como Inglaterra e França. Na Inglaterra, mais precisamente em Londres, há alguns anos fizeram-se associações de indivíduos particulares com o objetivo de colocar em prática novos sistemas de educação elementar, modelo seguido por outros países como a França, por exemplo. Explicava que desde o período colonial, a forma de se educar no Brasil sempre foi muito limitada.

Afirmava que "se a cultura do espírito augmenta a felicidade dos homens, não pode deixar de ser grande serviço a humanidade inventar meios, pelos quaes essa

---

[272] Arquivo Público Mineiro, sistema integrado de acesso do Arquivo Público Mineiro (doravante APM-SIAAPM). APM-SIAAPM, *O Universal*, 18/07/1825, p. 01.

[273] Ibid., p. 01

[274] VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras: 1664*-1897. .... op. cit., 1998. v. 3, p. 688.

[275] BN-SOR. *Astro de Minas*, 03/02/1829, p. 2. De acordo com Francisco José de Sales, editor do *Astro de Minas*, José Pedro de Carvalho era o redator do periódico ouro-pretano *O Universal*.

[276] APM-SIAAPM, *O Universal*, op. cit. , p. 02.

cultura se generalise".[277] Vasconcelos não queria dizer com isso que todo homem deveria ser matemático, médico ou jurisconsulto, mas asseverava-se de que "se deve dar a todos os homens a maior massa de conhecimentos, sem interromper as occupações ordinárias a vida a que cada indivíduo se destina"[278], o que aponta para uma maior qualificação da mão-de-obra nos diversos serviços e profissões.

Para Vasconcelos, não deveria se ocupar todos com as ciências, ou teorias abstratas, muito menos se os ensinamentos em nada tiverem ligação direta com os ofícios manuais, como os mecânicos, explica. Não obstante, certos ramos do conhecimento são sim, passíveis de serem apropriados e apreendidos por todos os homens, sem distinção de ofícios e ocupações, "essenciais para cultivar as faculdades do espírito." [279]

Geralmente, as ciências são restritas a poucos, como na Antiguidade e felizmente, enfatiza Vasconcelos, vivia-se em um século, "em que as letras não são propriedade de ninguém, e assim cada povo tem direito de reclamar aquella parte de instrucção, que he compatível com o resto de suas occupações"[280] O problema sobre a generalização do ensino estaria segundo Vasconcelos, entre as classes pobres que não poderia pagar para obter, ou receber instrução.

No entanto, ele defendia o novo método de ensino mútuo por ter a vantagem de um só professor poder se encarregar do ensino de cerca de novecentos ou mil "discípulos". As únicas despesas seriam o pagamento do "mestre", o aluguel da casa para funcionamento da escola, bem como "pedras, lápis, tinta, papel, e livros elementares". Além de econômico, o método seria mais eficaz, pois se aprenderia a escrever ler e contar em menos tempo.

Vasconcelos apontava três contribuições para a rapidez do aprendizado, a saber: "1 hera a applicação bem entendida da disciplina da eschola, a 2 a emulação bem dirigida, a 3 não retardar os progressos do discípulo de mais talento fazendo-o esperar pelos outros de menor empenho"[281]

---

[277] APM-SIAAPM, *O Universal*, 18/07/1825, p. 03.

[278] Ibid., p. 03.

[279] Ibid., p. 03.

[280] Ibid., p. 04.

[281] Ibid., p. 04.

Nos futuros ensaios, Vasconcelos procura continuar as descrições. O número dois trata de explicar a origem do Novo “Systema” na Inglaterra. Vasconcelos escrevia que não se sabia ao certo quem havia concebido primeiro o novo método, Dr. Bell ou José Lancaster. Dizia que pouco importava cansar o seu leitor com tais incertezas. De acordo com Vasconcelos, Lancaster havia feito uma campanha para apresentar seu plano aos homens ricos e nobres da Inglaterra.

O objetivo da campanha de Lancaster foi pedir-lhes ajuda para se estabelecer escola gratuitamente aos meninos pobres. Formou-se assim uma sociedade para promover as escolas. Anualmente contribuíam para manutenção das mesmas. Dentro das sociedades que se espalharam pela Inglaterra, formaram comitês para regular os seus negócios, distribuindo o dinheiro e administrando as escolas. A cada ano o comitê apresentava um relatório do ano precedente.

O tesoureiro, por sua vez, apresentava uma conta impressa da recita e despesa. Procedendo dessa maneira, a sociedade tinha a responsabilidade de nomear às mesmas ou outras pessoas para formarem o comitê responsável pelo ano seguinte. Andrew Bell, ou Dr. Bell como era conhecido, não teve a mesma sorte.

Enquanto Lancaster admitia crianças sem distinção quanto à religião de seus pais, ensinando-lhes as lições baseadas na Escritura Sagradas, Dr Bell não aceitava e nem recebia em suas escolas alunos, cujos pais não permitissem a instrução religiosa aos moldes anglicanos. Este método, porém, encontrava dificuldades de ser aplicado no Brasil, onde a Igreja católica era a oficial. Da Inglaterra, esse sistema foi imitado no Canadá, Estados Unidos, Escócia e Irlanda, informa Vasconcelos. No caso da França, verifica-se “hum passo a mais”[282]

Chegaram a estabelecer um jornal intitulado *Journal de éducation* “unicamente destinado a referir os progressos destas escholas em França, e a publicar as instruções necessárias para seu estabelecimento em outras partes”[283] Ao que tudo indica, Vasconcelos se espelhou neste jornal para escrever sobre o método mútuo de ensino, contribuindo assim, para divulgar suas vantagens no Brasil, mais especificamente em Minas Gerais.

Segundo Vasconcelos existia uma escola principal que se localizava em Londres e, aos poucos, devido à distância, estabeleceram-se outras em diferentes

---

[282] APM-SIAAPM, *O Universal*, 20/07/1825, p. 04

[283] Ibid., p. 04

pontos da cidade. Nestas os “subscritores”, leia-se contribuintes, tinham o privilégio de nomear os alunos de acordo com a sua ajuda.

> Destas escholas menores estabelecidas nos districtos, se tem seguido em Londres hum benefício da primeira magnitude, além da instrucção, que a geração futura não deixará de reconhecer com gratidão. As classes mais pobres da sociedade, como são obreiros, trabalhadores, serventes dos officios mechanicos, eta; e que não tem meios de pôr seus filhos nas escholas, nem achão emprego próprio para suas tenras idades, são obrigados a deixá-los andar vadios pelas ruas, aonde, em huma cidade tão populosa como Londres, contraem as crianças mil hábitos viciosos, acostumão-se á ociosidade, associão com pessoas depravadas, que os induzem a commetter crimes; e vem por fim a serem victimas do rigor das leis, quando se descobrem suas práticas. Estas escholas, por tanto, occupando utilmente o tempo destes meninos pobres, não somente lhes dá a instrucção em ler, escrever e contar, que tão proveitosa he aos mesmos indivíduos; mas impede que lhes se habituem á ociosidade, e tira-lhes a opportunidade de associar pelas ruas, com quem lhes deprave os costumes; porque as horas vagas, que restão da eschola, são aquellas em que seus pais tem voltado de seus respectivos empregos, e que estando em casa, podem ter seus filhos debaixo de seus olhos. Quando se considera, portanto, os milhares de meninos, e meninas filhos de gente pobre, a quem este systema de escholas para os pobres tem salvado do contagio dos vícios, e dos perigos da ociosidade não pode ficar dúvida alguma, sobre a utilidade desta invenção[284]

Informavam ainda que a escola central de Borough-road havia crescido significativamente e que por conta da expansão a sociedade nomeou um comitê de finanças, independente do comitê administrativo.

Aumentaram as contribuições e a função mais importante da escola central era educar os meninos com o objetivo de habilitá-los e conduzi-los à função de mestres em outras escolas, “para isto era necessário examinar os talentos e applicação dos indivíduos, sua aptidão para o emprego de pedagogo; e justeza de seu comportamento, no que respeita a moral.”[285]

Os educandos que se destinavam a mestres deveriam ser sustentados e observados pela “Sociedade” que arcaria com suas despesas em viagens para se implementar novas escolas, trabalhando como professor. A Borough-road se tornou uma referência internacional.

De acordo com *O Universal*, moços de New York, Philadelphia, Baltimore, Washington, e outras cidades passaram pela escola inglesa e de volta às suas cidades de origem nos Estados Unidos, estabeleceram escolas tanto para meninos, quanto para meninas.

Na Ásia, principalmente em Calcutá e Madras, também formaram escolas que instruíam, na sua maioria, os filhos dos portugueses, ou melhor, “descendentes

---

[284] APM-SIAAPM, *O Universal*, 22/07/1825, p. 01

[285] Ibid., p. 01.

mistos de Portugueses, e Indianos, que são mui numerosos na Península Indiana, e entre os quaes a língua Portugueza he a mais commumente entendida."[286]

Moços negros foram instruídos para estabelecer escolas em "Serra Leona" colônia inglesa na África com o propósito de "acelerar [...] a civilização dos Africanos".[287] E "pode dizer-se, que jamais houve huma instituição, que em igual tempo diffundisse por tanta gente, e em tão diversos paízes os abeis conhecimentos de ler, escrever e contar, juntamente com as santas lições da moral do Christianismo".[288]

Depois de instituída e consolidada, em Londres, a escola para os meninos, foi a vez de o público feminino poder contar com a instrução pública. "Duquezas e Condeças", juntamente com outras senhoras se empenharam para o funcionamento de escolas voltadas para a educação das meninas. Na quinta edição do Universal, foi publicada uma carta de um leitor reclamando de várias situações existentes na província e por não saber do que se passava no Conselho do Governo.

Assim, achou por bem escrever e pedir providências. Iniciou a carta reclamando do péssimo estado das estradas mineiras, o que vinha, segundo ele, prejudicando o comércio já que "o nosso principal commércio, ou todo he terrestre".[289] Chama-nos a atenção o que o correspondente escreve sobre a instrução pública: "a instrucção pública da Província nada vale".[290]

Foi o primeiro leitor do *O Universal* a se manifestar sobre o ensino e seu estado precário na província, ao mesmo tempo em que também foi o primeiro a interagir com os textos lançados a público pelo periódico, acerca do sistema de ensino mútuo implementado na Inglaterra.

Escrevia ainda que não possuísse os conhecimentos necessários para criticar a educação. Não obstante, o missivista estava sendo modesto, pois conhecia a tal ponto que escreveu algumas práticas por ele condenáveis. Existiam professores, mas alguns, informava, mal sabiam assinar o próprio nome e que utilizavam da

---

[286] APM-SIAAPM, *O Universal*, 25/07/1825. p. 16.

[287] Ibid., p. 16.

[288] Ibid., p. 16.

[289] APM-SIAAPM, *O Universal*, 27/07/1825, p. 18.

[290] Ibid., p. 18.

violência com seus discípulos, “rachão de bolos as mãos das innocentes crianças por não terem ideias innatas, isto he, por não saberem, o que devião aprender”.[291]

E chega a comparar o sistema de ensino com aquele utilizado em sua época de aluno, quando escreve: “Muitos bons Gramáticos Latinos houve no meu tempo; vinha muita gente do Rio aprender esta lingoa na nossa terra: mas hoje nem Mundus á Domino constitutus est sabem traduzir, eu conheço um Mestre, que julga breve a penúltima do participio constitutus. Isto Sr. Redactor precisa de muita reforma”.[292]

O correspondente estimulava o periódico a continuar, ou melhor, “copiar” as lições de ensino mútuo, embora muita gente “de gravata” o criticasse. Acreditava ainda que a iniciativa era plausível, pois “se alguns lêem, e vão ensinando por esse methodo a mocidade”[293], o periódico cumpria sua parte. Sobre as críticas que ouvia sobre O Universal, relatou: “Estando eu hum dia deste com certo Sr. que se tem na conta de grande cousa, chegou o Universal”[294], possivelmente este senhor seria assinante. Em seguida “leo-se, e quando chegou a lição, disse = Eis-ahi o Universal com suas lições sem nenhuma graça tenho fastio só em para ellas olhar”.[295] O correspondente ficou “estupefacto” e pensou que triste é a condição de um redator, pois se escreve contra algumas pessoas, “querem mata-lo” e se escreve “cousas interessantes [...] diz-se, que he fastidioso”.[296]

O remédio seria fechar os ouvidos e continuar servindo e fazer o bem à sua “Pátria”. *O Universal* já estava circulando há duas semanas e o correspondente dizia não ter visto nenhum mestre de primeiras letras comprá-lo, talvez “ainda delle não tenhão notícias” e que lhe informaria quantos comprariam o “interessante periódico” e que não era para o redator deixar de escrever sobre o assunto, pois “tem muitos apaixonados”.[297]

---

[291] APM-SIAAPM, *O Universal*, 27/07/1825, p. 18.

[292] Ibid., p. 18.

[293] Ibid., p. 18.

[294] Ibid., p. 18.

[295] Ibid., p. 18.

[296] Ibid., p. 19.

[297] Ibid., p. 19.

A publicação desta correspondência, assinada pelo “Seu constante leitor” deixa subentendido que estando Bernardo Pereira de Vasconcelos à frente do *O Universal*, veio a publicar uma opinião que lhe convinha. Vasconcelos criticava as autoridades por serem os culpados pelo entrave de se implementar o ensino mútuo, chamadas na carta, metaforicamente de gente “de gravata”. Naturalmente Vasconcelos ficava sabendo das destoantes opiniões acerca do sistema escolar.

Dessa maneira, a publicação desta carta, endossava seus propósitos, ainda mais que era a opinião de um leitor, ou seja, suas ideias eram comungadas por alguns na sociedade mineira. Por outro lado, parece que este correspondente também era distribuidor do periódico. Em duas passagens da carta, existem evidências desta hipótese. Primeiro quando diz que estava conversando com um senhor e o periódico chegou. Podendo ser um comerciante, no caso. Em segundo lugar, escrevia com propriedade que informaria ao periódico quantos professores comprariam o periódico! Quem, não estando diretamente envolvido com a distribuição e venda do *O Universal* poderia garantir tal observação? Ainda no mesmo número, são publicadas as vantagens do novo método “que nos propusemos a explicar”.[298] Interessante observar os detalhes expostos pelo periódico.

Em primeiro lugar diminuem o tempo necessário para a educação das crianças, juntamente com as despesas das escolas e também, por generalizar a instrução necessária as classes inferiores da sociedade. Para que realmente pudesse implementar o novo sistema, deveria se pensar nas salas, bem como no mobiliário conveniente:

> A salla deve ser hum parallelogrammo, proporcionando ao numero de meninos pouco mais ou menos dous pés quadrados para cada um. Os bancos postos em fileiras huns por tras dos outros, de maneira que os meninos tenhão todos cara voltada para o mestre: e huma abertura longitudinal em bancos, na frente da qual se acha hum lugar elevado para o mestre; que dali pode ver toda a escola. Cada banco tem diante de si huma meza estreita e comprida, aonde os meninos todos do banco possão commodamente escrever. Os meninos devem ser distribuídos por estes bancos em quatro classes segundo o grao de conhecimento, que tem adquirido”.[299]

O espaço, ou seja, a sala de aula deveria estar preparada para as atividades escolares. Por exemplo, no centro ou penduradas deveriam ficar dispostas as cartas

---

[298] APM-SIAAPM, *O Universal*, 27/07/1825, p. 19.

[299] Ibid., p. 19.

com as letras do alfabeto ou sílabas. Assim, na medida em que os alunos se sobressaíssem melhor no aprendizado, perante a turma, passaria para outra classe, esta superior.

Os monitores de cada classe, ou decuriões[300] como eram chamados no *O Universal*, podia contar com um ajudante, o menino mais bem instruído da classe. Descrições minuciosas chamam a atenção no texto como a disposição dos bancos, a necessidade de muitas e altas janelas para ajudar na ventilação, ao mesmo tempo, para que a paisagem não distraísse os alunos.

Dificilmente seria não atingir o progresso da aprendizagem, pois o aluno "preguiçoso" não retardaria aos mais "industriosos", pois aprendiam juntos, na mesma sala, separada por maior ou menor grau de instrução.

As classes deveriam ser divididas em oito, a saber: a primeira aprendia a formar *as* letras na areia, a segunda, palavras ou sílabas de duas letras, em seguida se aprenderiam "dito" de três letras, na quarta "dito" de quatro letras e a quinta seguia-se o mesmo ritmo. Na sexta classe, lições de palavras de muitas sílabas, na sétima a leitura da Bíblia e na última era feita a seleção dos meninos que melhor aprendeu até a sétima classe.[301] As classes de aritméticas estavam assim divididas: "combinação de unidades, dezenas, centenas, etc; somma; somma composta; subtração; subtração composta; multiplicação; divisão; divisão composta; reducção; regra de trez e pratica".[302]

Ainda por um extenso período de publicação, *O Universal* continuou a se dedicar a publicar artigos e textos referentes ao método de ensino mútuo.

Durante seus primeiros três primeiros anos de circulação, *O Universal* sempre publicava artigos, textos e análises sobre a instrução pública na província. De acordo com Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal, a propaganda sobre a superioridade do método mútuo de ensino foi intensa nas primeiras décadas do século XIX. O próprio Imperador, segundo os autores, obrigou a utilização do método em todas as escolas públicas de primeiras letras, a partir de 1827[303]. A

---

[300] Referência à hierarquia militar romana, onde cada decurião era responsável pelo controle de sua fileira em uma centúria, que correspondia a um quadrado de 10 por 10 soldados.

[301] APM-SIAAPM, *O Universal*, 01/08/1825. p.26.

[302] Ibid., p.26.

[303] FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 2000, mai-ago, n. 014,

instrução pública era assunto recorrente nos meios intelectuais da época, onde a França e Inglaterra eram entendidas como o berço da civilidade. Os escritos publicados pelo *O Universal* demonstram uma inclinação de seu redator para as ideias difundidas nestes países. Durante sua atuação parlamentar, Bernardo Pereira de Vasconcelos sempre apresentava propostas para a melhoria do ensino público no Brasil. Entendia ser a imprensa, um instrumento ímpar na veiculação de suas propostas e importante recurso capaz de politizar os assuntos educacionais. Compilou certa vez, do Aurora Fluminense, um artigo onde estabelecia a estreita relação entre a educação e a imprensa, apontada anos antes pelo "Seu constante leitor". Interessante artigo pois faz um levantamento comparativo entre as populações dos continentes e a quantidade de periódicos que neles existiam e circulavam.

Tabela 1 - Levantamento comparativo entre as populações e a quantidade de periódicos por continente

Nome das partes do mundo	População	Número de Jornais
Europa	227.700.00	2.142
América	39.300.00	978!
Ásia	390.000.00	27
África	60.000.00	12
Oceannia	20.000.00	9

Fonte: SIA-APM, O Universal, 06/02/1829, p. 18.

Observa-se que a quantidade de periódicos existentes na América vem acompanhado por um ponto de exclamação. O continente americano na relação população/número de periódicos, só perdia para o Velho continente. Em detrimento aos outros continentes do mundo ~~se~~ despontava com um significativo número de periódicos. Não foi discutida a relação para cada país. Lembravam, porém, que estes periódicos surgiam e desaparecia com facilidade, o que dificultava certo mapeamento do número exato para cada país. Mas, esta tabela compilada pelo O Universal servia para alertar os leitores do quanto era importante, o uso dos

São Paulo, p. 22. De acordo com os autores, em 1827, Bernardo Pereira de Vasconcelos informava o número de 23 escolas públicas e 170 privadas na província de Minas Gerais. Para um maior aprofundamento sobre o funcionamento das aulas públicas na primeira metade do século XIX em Minas Gerais, ver: MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e uso da cultura escrita e difusão da escola: .... op. cit.,* 2009.

periódicos para fins educacionais, bem como o espaço que os mesmo reservavam para as discussões públicas e políticas, conforme a proposta do periódico mineiro.

De acordo com Luciano Mendes de Faria Filho, "no jornal O Universal, é possível compreender algo de maior amplitude e importância na história da educação mineira [...]: a luta política por afirmar a importância da educação pública no processo de consolidação do estado nacional".[304] Somente anos mais tarde, no período das Regências, é que o governo provincial mineiro vai elabora a primeira legislação referente à instrução pública, através da lei n. 13 de 1835. Por conta deste feito *O Universal* retoma suas críticas e sugestões sobre a educação na província.

2.4. **Astro de Minas**

Corria o ano de 1827. Surge na Vila de São João d'El-Rey o *Astro de Minas*. A primeira página impressa do *Astro de Minas* trouxe uma explicação de seus redatores[305] de como as notícias se distribuiriam ao longo das publicações do periódico. Tal preocupação se justificava pela necessidade de ordenar os textos para melhor compreensão por parte dos leitores.

Continham na folha decretos e resoluções da Assembleia referente à província de Minas, juntamente com notícias nacionais e estrangeiras colhidas dos "melhores" periódicos, inclusive os franceses[306].O *Astro de Minas* circulava três

---

[304] FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira no século XIX. In: ARAÚJO, João Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti. *Novos temas em história da educação brasileira.* Uberlândia: Ed. da UFU, 2002, p.137.

[305] De acordo com Nelson Werneck Sodré, o redator de o Astro de Minas era o político e negociante local Baptista Caetano d'Almeida. Já nas proposições do viajante Robert Walsh, que esteve em São João d'El Rey em 1828, quando o periódico já circulava, o seu redator era um padre de nome Francisco Assiz Basiel, o mesmo que cuidava da Biblioteca ou Livraria Pública criada por Caetano d'Almeida. É praticamente impossível afirmar a quem competia a redação do periódico e, trabalharemos com a hipótese da existência de vários redatores e colaboradores. É conhecida a parceria que Batista Caetano d'Almeida tinha com Evaristo Ferreira da Veiga, responsável pela redação da "Aurora Fluminense" e com o Coronel Nicolau Soares do Couto, em Ouro Preto. Portanto, o que se percebe é que a imprensa, nesse momento, era um "lugar" de discussões políticas de grupos que compartilhavam atitudes e ideias. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. .... op. cit., 1999, p. 110.

[306] No número 25 do *Astro de Minas* encontra-se um aviso ao público leitor a respeito do assunto: "Muito agradecemos aos nossos patrícios a honraria, que nos hão feito de assignarem este periódico ainda antes de saberem a maneira, porque elle desempenha o prometido. Grato à tão exuberantes favores, esforça-nos-emos em desempenhar nossos deveres, e procuraremos, quanto em nos estiver, colligir todas as notícias políticas interessantes, e as mesmas commerciaes, com o preço dos gêneros tanto do Rio como cá, de sorte

vezes por semana: as terças, quintas e sábados e constava de quatro páginas por número, ou seja, por edição, exceto quando trazia algum suplemento, no caso, uma publicação extra.

Dentre os periódicos em tela, o *Astro de Minas* é o que mais "aviso" publicava. Em suas páginas é possível percorrer os mais variados avisos, desde venda de livros como compêndios de agricultura, o "Contrato Social" de J. J. Rousseau, poemas, a constituição do Império, além de anúncios de venda de casas, escravos, pianos, e oferecimento de prêmios e recompensas para quem encontrasse objetos furtados.

O *Astro de Minas* era publicado pela tipografia do mesmo nome "Typographia do Astro de Minas", em São João d'El-Rey. Era encontrado em várias partes da província e até mesmo fora dela. Baptista Caetano d'Almeida foi seu idealizador e principal colaborador. À frente da redação estava o padre Francisco de Assiz Braziel[307], também bibliotecário da Livraria Pública da Vila e o seu editor era Francisco José de Sales. O periódico era vendido na própria tipografia ou entregue em casa, no caso de assinatura.

Publicava também decretos, leis, resoluções da Assembleia, avisos como venda de escravo, chácaras e artigos vindos da Corte. Na capital da província mineira, o responsável por sua venda e distribuição era o coronel Nicolau Soares do Couto e na corte, o político e jornalista Evaristo Ferreira da Veiga.

Além desses tópicos que lhe atribuíam também um tom oficial, o *Astro de Minas* ainda reservava espaço para a publicação de correspondências para seus assinantes, cujo número chegou a trezentos[308], e variedades na forma de reflexões sobre assuntos específicos como: anedotas e traduções de trechos de obras clássicas, que eram incorporadas ao corpo do texto para melhor esclarecer e formar opiniões dos seus leitores.

Ao comparar a tarefa de "escritor" à figura de um comandante, o redator apresenta os objetivos da "folha": garantir, através da divulgação em seu periódico, a

---

offerecemos a nossos leitores pelo mesmo preço do Rio huma folha, que contenha as notícias dos diversos periódicos ali publicados, e mesmo de alguns estrangeiros. BN/SOR, *Astro de Minas*, 15/01/1828. Essas passagens de agradecimento aos assinantes serão corriqueiras no periódico. Constata-se, porém, que a venda dos periódicos está intrinsecamente relacionada à manutenção da Biblioteca Pública da Vila, criada por Baptista Caetano d'Almeida em 1827. Retomaremos esse assunto mais adiante.

[307] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 28/08/1829, p. 136.

[308] BN-SOR, *Astro de Minas*, 28/04/1829, p. 04.

propagação de ideias que elevaria todos os concidadãos, aceleraria os progressos da razão e multiplicaria as vantagens das “Luzes”. Inclusive, o *Astro de Minas* trazia um reluzente sol em todas as suas primeiras páginas como marca desse seu propósito, concebendo “luz de cima para baixo”.

N.° 2.

Subscreve-se para a presente folha no Rio de Janeiro na Loja do Sr. João Pedro da Veiga e C., no Ouro Preto em a do Sr. Coronel Nicolão Soares do Couto, nesta Villa na Officina do ASTRO.

O preço da assignatura por trimestre 2$500 réis, por semestre 5$000 réis, e 10$000 por anno: as Folhas avulsas vendem-se na Officina, e sahirão as Terças, Quintas, e Sabbados.

ASTRO DE MINAS

Figura 6 – Frontispício do Jornal O Astro de Minas
Fonte: BN-SOR. *Astro de Minas*.

Daí a sua epígrafe “Plus... l’instruction deviendra commune à tous lês hommes, plus aussi lês delicts serons rares dans la societé”[309]. Os vocábulos “luzes” e “razão” estavam associados à instrução pública e, metaforicamente, deveriam iluminar as cabeças *para* que as mesmas fossem capazes de agir pela sabedoria difundida pela imprensa. De acordo com o professor Francisco J. C. Falcon a respeito da palavra “Luzes”:

> O ponto de partida da ideia de “Luzes” é a multissecular metáfora da luz: a oposição entre luzes e sombras, entre o dia e a noite, cujas origens remontam às épocas mais remotas da humanidade, expressa nos cultos solares e em seus variados mitos. Ao longo dos séculos, muitos foram os valores e temas associados quer à noite, quer ao dia, sempre com tendência positiva do dia e da Luz.[310]

Assim como Francisco Falcon, Robert Darnton informa que a palavra *luzes* pode ser encontrada em escritos desde a antiguidade, mas que no século XVIII, ela adquire uma nova força, e exprime o nascimento da modernidade:

> É uma palavra arregimentadora, lançada contra as forças de repressão, ao lado de outras palavras-chave: razão, natureza, tolerância, liberdade, felicidade, progresso. Essas palavras delimitam um novo sistema de valores, pondo contra a parede as ortodoxias consagradas no Velho Regime, e se entrelaçam nas ideologias que

[309] “Quanto mais a instrução se tornar comum entre os homens, mais se tornarão raros na sociedade. Bonnin”

[310] FALCON, Francisco C. *O Iluminismo*. São Paulo: Ática, 2002, p. 15.

> sustentarão todos os regimes democráticos depois das revoluções da América e da França.[311]

Encontra-se nos objetivos dos periódicos apresentados até aqui a associação feita entre "luzes" e liberdade, progresso e felicidade, como afirmou Darnton são palavras-chave escritas e veiculadas contra o *Ancien Regime.* Nota-se a afinidade entre as proposições de Darnton e os objetivos lançados a público pelos periódicos mineiros

Porém, a ideia das "luzes" está mais explicita no *Astro de Minas*. Sempre divulgada, tanto pelos redatores do *Astro de Minas* quanto, pelos correspondentes, as "luzes" se relacionavam com o futuro, a instrução e o *progresso* trazidos pela informação através da leitura dos periódicos. O periódico, como o sugestivo título indica, a tudo e a todos iluminaria numa sociedade até então desprovida[312] de uma prática impressa comum às nações civilizadas, como a Inglaterra e a França[313].

À ideia de razão estava associada à de civilização, e a imprensa viria a proporcionar aos habitantes da Vila o conhecimento das notícias no calor dos acontecimentos, informando de maneira contínua sobre os aspectos mais significativos do Brasil e da Europa daquela época. Caberia aos "redatores" a especial tarefa de contribuir para *civilizar* os leitores e assinantes dos periódicos, pois civilizar, de acordo com Roger Chartier significava abolir todas as asperezas e as desigualdades "grosseiras" [314] e, para Jean Starobinski, apagar toda a rudeza[315] através da leitura e do diálogo. Escreviam que muitos redatores utilizavam a imprensa de má fé, sendo indiferentes às desgraças da humanidade,

---

[311] DARNTON, Robert. A eclosão das Luzes. In: DARTON, Robert; DUHAMEL, Olivier. *Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 21.

[312] Astro de Minas, sabbado, 28 de março de 1829. p. 2. De acordo com um leitor que se refere ao constante diálogo entre os correspondentes do periódico, essa prática servia para acelerar o "progresso que dia a dia faz da nossa Cara Pátria na carreira da civilisação, appresentando desde já em huma classe de Cidadãos, em que out'ora unicamente devisava-se estupidez e rusticidade, elevação d'alma, e nobresa de pensar"

[313] Era comum que o título dos periódicos estivessem associados à iluminação, às luzes, como forma de estabelecer uma metáfora com a instrução e a informação. É o caso, por exemplo, de um jornal que circulou no final do Primeiro Reinado, redatoriado por um liberal exaltado, Ezequiel Corrêa dos Santos, que tinha por objetivo combater D. Pedro I, e intitulava-se "Nova Luz Brasileira". BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 23.

[314] A palavra "grosseiro" tem, de acordo com Roger Chartier, uma carga negativa em relação às sociedades do Antigo Regime francês. Sobre o assunto consultar: CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores .... op. cit.,* 2004, p. 74.

[315] STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 26.

> ou não defende-las se não com uma vos fraca e tremula; quanto he perigoso, e reprehensivel afrouxar os laços da submissão dos povos para com o poder tutelar. Todos esses exaltados panegeristas de huma liberdade sem limites, e da igualdade natural dos homens, todos esses declamadores turbulentos, que se involvem no manto da filosophia, e não temem alterar a harmonia geral, são muito mais devorados da sede da fama, do que abrasados do amor da humanidade.[316]

E mais, amparados na liberdade de imprensa, escreviam que a mesma afugentava os tempos em que os pensamentos, opiniões e as verdades viviam oprimidas "no coração de um pequeno numero de Sábios"[317] e, por isso, após a conquista de se fazer ouvir/ler "não devemos [...] abusando de um bem tão inestimável publicá-la envolta no manto escuro de odiosas personalidades".[318]

Não aceitariam a inserção no periódico, de correspondências que em seu conteúdo tivesse se referindo às odiosas personalidades. Para se ter ideia do cumprimento de tais prerrogativas em relação ao repertório do *Astro de Minas,* na edição de número oito, praticamente menos de um mês após o primeiro número, os redatores publicaram um *"AVISO"*. Pediam ao "Sr. Amante da Pátria, e da humanidade" que enviasse alguém a tipografia para procurar a sua correspondência, pois não seria publicada por dois motivos: primeiro porque não estava assinada conforme a lei. Os correspondentes deveriam enviar as suas cartas assinadas e, ao mesmo tempo indicar um pseudônimo. De forma alguma, ou melhor, somente a pedido das autoridades no caso de um processo, pro exemplo, os redatores poderiam informar os verdadeiros autores. Caso contrário e em hipótese alguma se revelaria o verdadeiro nome do missivista. Em segundo lugar, a correspondência não foi publicada, pois continha "cousas oppostas ao nosso Prospecto"[319] e por conter personalidades públicas envolvidas em seu conteúdo.

Terminam o "texto inaugural" informando que a sessão de "Variedades" estava reservada para as reflexões, anedotas e traduções, com o propósito de tornar a leitura mais agradável.

Eram comuns as transcrições de outros periódicos. Verifica-se que os redatores mineiros assinavam outros periódicos, inclusive os impressos fora da província com a intenção de retirar-lhes as melhores notícias. As tipografias também

---

[316] BN-SOR, *Astro de Minas*, 20/11/1827, p, 02. Grifos nossos.

[317] Ibid., p, 02.

[318] Ibid., p, 02.

[319] BN-SOR, *Astro de Minas*, 06/12/1827, p. 04

contavam com um significativo acervo de periódicos de outras localidades, o que intensificava o "trânsito cultural" entre as ideias e leituras.

Nota-se a preocupação dos redatores de observarem as tendências políticas, bem como através dessas leituras paralelas, ficarem atualizados das discussões e polêmicas travadas pelos colegas de profissão. Dessa maneira, no final de dezembro de 1827, quando o periódico já contava com dois meses de circulação, resolveu publicar uma "Resenha Analítica dos Periódicos da Corte".

Tinham em meio a seus objetivos, transcrever as notícias de outros periódicos. Através dos excertos contidos nas páginas do *Astro de Minas*, percebe-se que dentre os mais lidos em São João d'El-Rey e mais frequentemente citados, estavam os periódicos fluminenses *"que encontramos nos diversos periódicos de nossa assignatura".*[320]

Esta iniciativa tinha o objetivo de alertar aos leitores do *Astro de Minas* sobre os artigos perigosos e de tendência duvidosa. É evidente, pois chama-nos a atenção o grande número de artigos e reflexões com este objetivo, vale ressaltar, a preocupação dos redatores do *Astro de Minas* em dedicarem muitos artigos analisando os periódicos da corte, intitulados de "resenha analytica dos Periodicos da Corte".

Além de ler os próprios periódicos, que eram assinados, os redatores podiam contar com os seus informantes que enviavam cartas para a redação e que eram publicadas pelo *Astro de Minas*. Dentre os colaboradores, o mais frequente nas páginas do *Astro* era o "O Perneira na Corte", que escrevia em uma de suas cartas:

> Cheguei à esta Corte no dia 21 de Dezembro e logo procurei adquirir noticias frescas para lhe fazer presente, lembrando do que lhe prometti ao despedir-me; mas não sendo eu grande cousa em Política, porque meos negocios me privão deste estudo, hoje tão da moda [...][321]

O alvo de críticas recaia sobre a Gazeta do Brasil[322], tido como um periódico que defendia as causas republicanas, pregando contra a Monarquia Constitucional e

---

[320] BN-SOR, *Astro de Minas*, 20/12/1827, p. 03

[321] BN-SOR, *Astro de Minas*, 19/01/1828, p. 02.

[322] Justificam seus posicionamentos em relação à Gazeta do Brasil, porque a mesma disseminava desentendimentos entre brasileiros e portugueses e, mais grave ainda, defendia os "Negros da Costa da África". Em uma edição de número 51, o periódico fluminense se declarou contrário aos castigos dados a algumas escravas nas praças públicas da Corte, e se não bastasse insultava os proprietários, chamando-os de desumanos e avarentos, além de suscitar revoltas contra os mesmos.

“praguejado a Assembléa [...] calumniado, e insultado os nossos honrados e sábios Deputados”[323]

Na edição de número 26, o Astro publicava, com letra minúscula, “A gazeta do Brasil” tem outro redator “de Carvalho passou a Costa; mas de Diabo a Demônio não há differença”[324]. Dentre os vários periódicos fluminenses, o *Astréa* ocupava lugar cativo nas páginas do *Astro de Minas*.

Este periódico sofria ameaças “absolutistas”, por defender a Constituição. Segundo o *Astro de Minas* sofria acusações da *Gazeta do Brasil*, porta-voz de um “partido” “*liberticida*”[325]. Em uma das páginas escritas em defesa do propósito político do *Astréa*, o *Astro de Minas*, publicou uma nota “Novo Periódico em o Rio de Janeiro”, informando o surgimento do Aurora Fluminense. Assim informavam ao público leitor:

> novo Periódico publicado em O Rio de Janeiro; e podemos asseverar aos nossos Concidadãos, que a Aurora, he mais hum Campeão, que se apresenta para defender a sagrada causa da Liberdade e do Throno Constitucional os seos Redactores assim o expressão em a sua epigraphe Pelo Brasil dar a vida, Manter a Constituição, Sustentar a Independência, He a nossa obrigação[326]

Nas páginas seguintes, na medida em que liam o *Aurora Fluminense*, publicavam um parecer a seu respeito. Seus redatores eram “moços” e o periódico “o mais noticioso da Corte, e suas reflexões, alem de sempre liberaes, merecem muita atenção pelo profundo conhecimento, que os Redactores possuem das nossas cousas”.[327] Para o *Astro de Minas*, o *Aurora Fluminense* era mais um “baluarte da Liberdade” que se unia ao *Astréa*, ao *Farol Paulistano*, ao *Constitucional Bahiense* e ao *Universal*.[328]

Estes periódicos se constituíam em referências para o *Astro de Minas*, pois eram frequentemente citados em suas edições, o que configura a existência de uma

---

[323] BN-SOR, *Astro de Minas*, 03/01/1828, p. 02.

[324] BN-SOR, *Astro de Minas*, 17/01/1828, p. 02.

[325] BN-SOR, *Astro de Minas*, 10/01/1828, p. 03.

[326] Ibid., p. 03.

[327] BN-SOR, *Astro de Minas*, 26/01/1828, p. 02.

[328] Ibid., p. 02.

rede de sociabilidade entre os redatores tecida por suas tendências políticas, e cerzida por um “discurso alinhado” na defesa do constitucionalismo.

2.5. **O Amigo da Verdade**

A partir da década de 1820, quando surgem os periódicos de opinião no Brasil, verifica-se ser comum à associação feita pelos seus redatores entre a imprensa, ou melhor, a arte e liberdade de publicar ideias e notícias, e um Tribunal. E *O Amigo da Verdade* não fugiu a esta tendência.

Assim como um tribunal, a imprensa serviria de “ambiente” de debate de opiniões e decisões. Porém, no lugar de juízes, os redatores e, das causas jurídicas, as ideias e pontos de vistas a partir de uma percepção subjetiva da realidade. O efeito de tal comparação poderia não ser positivo na medida em que o periódico publicasse notícias falsas e disseminasse injúrias afetando moralmente pessoas e instituições públicas, o que era comum na época. Tem-se então, outro problema de caráter pessoal envolvendo os responsáveis pela redação dos periódicos.

Quem julgaria uma notícia ou informação pelo fato de seu teor ser ou não verdadeiro? Seriam os próprios redatores e seus correspondentes. Daí pensar no jogo de interesse dos mesmos em relação aos argumentos de seus pares quando do comentário de uma notícia ou uma reflexão lançada a público. Caberia num primeiro momento a um “júri” decidir por endossar um dos lados.

Daí a expressão Tribunal ser complementada pela noção que lhe é atribuída de “Tribunal da Opinião Pública”[329]. A ideia de opinião, sempre esteve associada também à de liberdade de expressão. Era recorrente a participação da camada letrada da população através de correspondências e empréstimo de edições, aos próprios redatores, cujos escritos circulavam fora do circuito local, ultrapassando os limites naturais da localização da tipografia. Os redatores ajudavam a formar e mobilizar a opinião, a partir do seu periódico que, somadas à dos outros, configuravam várias apreciações de grupos que compartilhavam e tornavam

[329] MOREL, Marco. Em nome da opinião pública .... op. cit., 1998.

públicas as suas próprias opiniões. Opinião essa que pode ser classificada no plural, já que muitos eram os correspondentes.

O Amigo da Verdade veio à baila no mês de maio de 1829. Era impresso na tipografia de J. Maximiano Baptista e Cia, localizada na rua da Intendência, casa n. 167. Saia às terças e sextas-feiras. Dos discursos inaugurais apresentados até agora, o seu se fez com mais veemência e objetivo. Luís José Dias Custódio e o padre Verruga, redatores do periódico *O Amigo da Verdade* tiveram a preocupação em explicar a seu público leitor os motivos que levaram ambos "a espinhosa e árdua tarefa de redigir huma Folha".[330]

De acordo com seus esclarecimentos não se poderia confundir a liberdade de imprensa com livre vontade de escrever e publicar o que bem se quisesse. Mesmo existindo a liberdade de imprensa, esta deveria ser regrada, não apenas por leis que podariam e puniriam os abusos, mas acima de tudo pelo bom senso daqueles que escreviam nos periódicos.

Ao contrário, e de acordo com os padres, caberia à imprensa o papel da moderação, pois os erros considerados por eles como injúrias, *invectivas, impropérios*, não deveriam compor as páginas impressas de um periódico. A todo o momento, neste texto fundador do *O Amigo da Verdade*, os redatores especificam o que um redator não deveria escrever e publicar, como se algo, diretamente os incomodassem. Intrigas faziam parte deste universo das "letras negras", mas o problema gira em torno de outra questão que é, justamente, aquela envolvendo os julgamentos subjetivos.

Tais apreciações se configuravam numa rede de opiniões impressas, através de uma fórmula contínua de ação/reação de debates, que se apresentava da seguinte maneira: primeiro de noticiava e a partir de então as correspondências iam sendo publicadas gerando mais debates e posições acerca de um determinado assunto.

Essa prática formava uma espécie de desencadeamento verbal e pessoal, geralmente alimentado~~s~~ por sutis ofensas e, outras vezes, por afrontas diretas, recurso este que servia para "animar" as discussões públicas. Percebe-se então que os padres, Custódio e Verruga, defendiam uma causa perante o júri da opinião pública, qual seja: a das autoridades constituídas e da figura do Imperador. De

[330] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 08/05/1829, p. 01.

acordo com seus argumentos, era recorrente na imprensa o abuso em se criticar negativamente o governo. Sobre o estilo dos periódicos, incluindo o seu, escreviam que deveria ser "justa, moderada e sem acrimônia".[331]

Segundo os redatores, se a Liberdade de Imprensa

> he seguramente hum dos bens mais preciosos, que nos outorgou a Constituição Política do Império, por isso que por meio della alem de muitos, e vários conhecimentos, podemos ser instruídos da inexecução de huma Lei, dos vícios de uma outra, dos erros da Administração, das prevaricações dos empregados [...].[332]

Tal concepção deixa subentendido que a imprensa deveria desempenhar um papel de utilidade pública, através da instrução e sinalização dos problemas cotidianos. Porém, sublinha-se a necessidade de saber utilizar bem desta liberdade, pois, como disseram foi outorgada pela Constituição, portanto, uma atitude nobre daquele que a legitimou, ou seja, o Imperador D. Pedro I e,

> nenhum Cidadão honrado, e sizudo, verdadeiramente amigo de sua pátria, pode hoje desconhecer, que não nos convem, nem pode convir outro Governo, que não seja o Monarchico-Constitucional-Representativo adoptado, e jurado pela NAÇÃO, e pelo SEU AUGUSTO CHEFE.[333]

O discurso inaugural do periódico deixa entrever certo caráter oficial. Além de defender os atos do governo, percebe-se que este não se faria na sua totalidade, ou seja, em todas as suas instâncias representativas.

O objetivo real era defender, publicamente, cooptando opiniões e publicando as mesmas, a figura do imperador e do sistema monárquico, enfatizado em seus escritos de maneira veemente, "protestamos desde já não admittir na nossa folha qualquer correspondência, ou artigo, em que sejão atacados os Membros do Governo, e as Authoridades Constituídas".[334]

Dessa maneira, no final da apresentação do periódico, cujo texto denominamos de inaugural, resume e define as linhas de pensamento e objetivos dos redatores locais, que, inclusive eram funcionários do governo, pois recebiam mensalmente uma determinada quantia para sua sustentação, pois estando o clero

---

[331] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 08/05/1829, p. 02.

[332] Ibid., p. 02.

[333] Ibid., p. 02.

[334] Ibid., p. 02.

subordinado ao Imperador, ou seja, a Igreja ao Estado, este deveria ajudar na manutenção dos “pastores” divinos. Assim sendo, informam que:

> Sendo a publicidade dos actos, e providencias do Governo, e das Authoridades o meio mais próprio de chegarem ao conhecimento de todos, e de produsirem por isso seus desejados effeitos, inseriremos debaixo do titulo = ARTIGOS DE OFFICIO = as Portarias = Leis =Decretos &c = que nos forem communicados, e merecerem inserção: e não deixaremos de elogiar, ou censurar com a devida circunspecção, e dignidade os que forem dignos de huma, ou outra cousa.[335]

Percebe-se que existia uma preocupação em alinhar as notícias publicadas pelo *O Amigo da Verdade*. Interessante observar que, geralmente, os comentários acerca de uma notícia ou um comunicado oficial, ou seja, advindo da Corte e reproduzido pelo periódico, era sempre envolvido por textos e reflexões que tinham uma função complementar. Esta seria a de se fazer entender o texto através de citações de trecho de obras e lendas que tivessem em seu teor diretamente um fundo moral e, ao mesmo tempo, pedagógico. É o que acontece com uma portaria transcrita no *O Amigo da Verdade*.

A portaria foi redigida pelo então ministro do Império José Clemente Pereira e endereçada a João José Lopes Mendes Ribeiro, presidente da província de Minas Gerais. João Ribeiro resolve então comentar o conteúdo do documento, e publica uma carta no *O Amigo da Verdade* sobre uma rebelião surgida em Pernambuco.

O presidente se referia ao mal que estava se alastrando pela província de Pernambuco contra a Monarquia e, em contrapartida, faz circular uma portaria avisando as províncias restantes do Império de um princípio de rebelião. Tratava-se da Revolta de Afogados, onde nomes conhecidos como Luís Inácio Ribeiro Roma[336] e Antônio José de Miranda Falcão protestavam contra D. Pedro I, sendo eles a favor de um sistema republicano e federativo de governo. Miranda Falcão, um dos representantes da tipografia em Pernambuco, fora o impressor oficial dos acontecimentos da Confederação do Equador, publicando, em 1824, proclamações do governo republicano e textos de Frei Caneca e João Soares Lisboa, que foram mortos pela repressão ao movimento. Após passar alguns meses na cadeia, Miranda Falcão acaba comprando do governo a Tipografia Nacional, de

---

[335] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 08/05/1829, p. 02.

[336] Sobre as atividades de Luis Roma, ver: NERY, Diego Henrique B. *Representações do progresso e a cultura política inscrita nos periódicos pernambucanos (1837-1850).* Recife: UFRPE, 2010, (Dissertação de Mestrado em História)

Pernambuco, e em 1825 cria o Diário de Pernambuco, ainda hoje, como se sabe, o mais antigo jornal em circulação na América Latina. Miranda Falcão, além de tipógrafo de vários periódicos, redigiu também jornais, e foi um dos fundadores da Sociedade Federal de Pernambuco.[337]

Para *O Amigo da Verdade*, a prudência era uma característica de D. Pedro I, sempre relembrada no periódico que se manteve solidário não só ao divulgar, na íntegra, a portaria, mas ao comentá-la. "Em nome" da província mineira, argumentava sempre ter sido fiel ao Governo e que jamais "será capaz de sustentar princípios anárquicos e subversivos."[338] Os redatores do periódico sanjoanense comparavam metaforicamente a prudência do Imperador à de um médico, pois "(...) O Médico prudente quando se propõem a curar a infermidade [sic] do corpo humano, não só atende a parte affectada do mal, como também com promptos remédios previne, que este se não estenda por todo corpo."[339] A notícia chegou a Minas por intermédio de um exemplar do Diário Fluminense onde foi reproduzida a fala oficial do Presidente da Província de Pernambuco, pedindo, inclusive, para que tal discurso circulasse pelas províncias do Império.

Esta medida não significaria que as províncias deveriam se preparar em igual situação para combater, de maneira enérgica, a possível existência de facções contrárias ao governo, mas sim, "somente recommenda a vigilância do presidente sobre o público socego".[340] A portaria referia-se a um princípio de rebelião e não na existência de revolução e nem, tão pouco, manda por em prática os meios que se costumavam a dotar em ocasiões semelhantes, ao contrário recomendava a vigilância!

Desse ponto de vista, dizia *O Amigo da Verdade*, que a população do Império deveria estar reunida em torno de sólidos princípios, pois se assim estivessem "não podemos temer ruidosos projectos, dictados por homens esquentados." [341] Para isso, deveria se seguir o importante preceito de Benjamin Constant, onde "Nous

---

[337] FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco. *SECULUM*, Revista de História, João Pessoa, jan./jun. 2006, 57-73.

[338] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 08/05/1829, p. 04.

[339] Ibid., p. 03.

[340] Ibid., p. 03.

[341] Ibid., p. 04.

devouns tous nous reunir contre l'ennemi commun, et chercher à rendre cette crise profitable à la súreté du Throne, e à la liberte publique"[342].

Após citar as palavras de Benjamin Constant, duas outras citações ilustram a moderação como o caminho político a ser seguido. Estes de autoria de Montesquieu. Aliás, excertos da obra "O Espírito das Leis" compuseram o repertório moderado do *O Amigo da Verdade* por várias edições.

De tom mais filosófico e moral, *O Amigo da Verdade* pode ser considerado um periódico de combate às ideias expostas pelo *Astro de Minas*, que por cerca de três anos travaram árduas afrontas públicas na Vila de São João d'El-Rey. Tecia discursos como se estivesse se dirigindo diretamente a algum periódico e seu respectivo redator, "o erro de hum Escriptor, quando não é combatido, pode ser, e tem sido repetidas vezes mui funesto á Sociedade [...] Vê-se por tanto já, qual he nosso intento na redacção da presente folha".[343]

Não queremos enfatizar os "discursos inaugurais" como características originalmente encontradas nos periódicos mineiros, pois era comum nos periódicos da época, os redatores darem uma "satisfação" ao seu público leitor, logo nos primeiros números. Cada periódico mineiro, cuidou de discutir, inicialmente, um assunto que o preocupava. O *Compilador Mineiro* tratava das discussões em torno da Constituição; o *Abelha do Itaculumy* forjava uma história regional, enfatizando a importância da imprensa como difusora dos saberes locais; *O Universal* preocupado com a instrução pública, assunto constante em suas páginas, ao longo de sua longa circulação. O *Astro de Minas* discutia elementos, formadores de uma modernidade política, pautada no constitucionalismo, igualmente, compartilhado também pelo *O Universal.* Dentre os periódicos, podemos perceber a oposição feita pelo *O Amigo da Verdade*, quando traz à baila o combate, a seu ver, dos excessos políticos, com significativa dose de conservadorismo político. Juntos, estes discursos apontam para a pluralidade de posicionamentos, preocupações e visões de mundo daqueles responsáveis pelas páginas que passam a imprimir as conveniências da realidade de cada um.

---

[342] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 08/05/1829, p. 04.

[343] Ibid., p. 02.

3 **“HOMENS DAS LETRAS NEGRAS”: ASPECTOS BIOGRÁFICOS E SOCIAIS.**

“Para tomar o poder têm que tomar a palavra e difundi-la”
Robert Darnton

Nesta passagem introdutória do clássico “Revolução Impressa”, Robert Darnton afirma ter sido a palavra um instrumento ímpar no desenrolar da Revolução Francesa, principalmente “quando os revolucionários agarraram a alavanca da prensa e a fizeram baixar nos tipos travados na fôrma, enviaram um novo fluxo de energia através do corpo político.”[344]

Em contextos distintos, as palavras impressas se fizeram presentes em significativos momentos da história mineira. Manejados e dispostos a representar ideias, os *typos*, peças que dão formas as palavras no papel, se tornaram verdadeiras artilharias de combate no restrito mundo das letras. Deste mundo faziam parte homens letrados e envolvidos com as questões importantes de seu tempo.

O índice de analfabetismo no Brasil, nas primeiras décadas dos oitocentos, era bastante alto, o que restringia o número de letrados ativos na sociedade brasileira. Entendemos por letrados ativos aqueles envolvidos diretamente com as palavras, como: profissionais liberais, advogados, professores, padres, e magistrados em geral que estavam por trás das produções tipográficas.

Os princípios morais, filosóficos e, principalmente políticos norteavam, ao mesmo tempo em que alimentavam, a busca por se imprimir as múltiplas realidades que os cercavam. Estes homens eram, antes de tudo, argutos leitores do próprio produto que divulgavam.

Encontravam nas palavras os meios para serem lidos e apropriados pela sociedade mineira. Acumulavam às suas funções cotidianas, a tarefa de redigir determinados princípios que deveriam causar uma recepção de modo a serem referências em meio a uma sociedade iletrada.

---

[344] DARNTON, Robert. Introdução. In: _____; ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa .... op. cit.,* 1996.

Na senda da década de 1820, Minas assiste ao aparecimento desses protagonistas da cena impressa. Ao nos reportarmos aos redatores que ora serão apresentados, automaticamente pensamo-nos como escritores, elaboradores e divulgadores de conhecimentos, os mais variados, seja no campo filosófico ou político.

Homens de profissões diversas que, juntos, atuavam como os principais atores da "República das Letras" das Minas oitocentistas. Homens das letras, portanto, uma elite intelectual, ou no dizer de Maria Odila da Silva Dias, ilustrada[345], capazes de produzirem um instrumento de mediação entre a sociedade e o Estado.

Eram negociantes, padres, políticos, ou melhor, de acordo com Wlamir Silva, "comerciantes, proprietários de terras e escravos, magistrados proprietários, padres proprietários, proprietários comerciantes, padres advogados e padres professores"[346] e representavam significativa parcela da "boa sociedade" mineira, alocada em dois centros de referência cultural, econômica e, principalmente política, a saber: Ouro Preto e São João d'El-Rey.

Lugares marcados pelas reminiscências pautadas na história de suas famílias tradicionais, expoentes cívicos, riquezas minerais e agrícolas, lugares propícios ao cosmopolitismo cultural e servir de referência para as gerações dos redatores, editores, e responsáveis pelo negócio impresso: o periódico.

Ao se referir aos intelectuais, responsáveis por "construir" a "cidade letrada", Angel Rama[347] chama a atenção para o manejo, pelos intelectuais, dos instrumentos de comunicação capazes de desenvolver uma determinada ideologização do poder, e neste caso, identificado pela e na escrita.

Em Ouro Preto e na Vila de São João d'El-Rey, é possível identificar uma plêiade de religiosos, educadores, administradores e escritores capazes de manejar as tintas e dar forma as palavras. O presente texto tem por objetivo apresentar os aspectos biográficos dos redatores do *O Universal*, do *Astro de Minas* e do *O Amigo da Verdade*.

---

[345] DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

[346] SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Orgs). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.* Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

[347] Cf. RAMA, Angel. *A cidade das letras.* São Paulo: Brasiliense, 1985. Agradeço ao professor e amigo, Maços Vinícius Ferreira de Oliveira pela indicação bibliográfica.

Para isso, utilizaremos os dados obtidos na própria imprensa, na bibliografia de referência, bem como em efemérides e alguns documentos avulsos, encontrados no Arquivo Público Mineiro, no Arquivo Nacional, no Arquivo Eclesiástico da Cúria Episcopal da Arquidiocese de Mariana e no Arquivo da Universidade de Coimbra.[348]

Trata-se de investigar os elementos sociopolíticos de uma elite regional[349], envolvida com a atividade impressa nas Minas. Os atores sociais em tela tiveram uma significativa atuação política, dispondo, inclusive, de duas importantes armas: a tribuna e a imprensa. Ambas tinham como munição a palavra, oral e escrita, dominavam, por assim dizer, a retórica e se faziam representar por este mecanismo da fala, desenvolvendo uma habilidade com o a pena, o papel e os "typos", na época característica de poucos.

O ano de 1826 marca o início das atividades parlamentares da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Nessa época, Minas era representada na Câmara dos Deputados por um intelectual que já havia iniciado sua atividade impressa nas Gerais e há pouco retornara dos bancos universitários de Coimbra.

3.1 O redator estadista: educação, imprensa e política.

Bernardo Pereira de Vasconcellos nasceu em Ouro Preto[350], três anos após a condenação de Tiradentes à forca, no ano de 1792. Com dezoito anos foi para Portugal estudar direito na Universidade de Coimbra. Retorna ao Brasil com vinte e cinco anos, em 1820, para ocupar, de acordo com Magali Engel, o cargo de juiz de fora de Guaratinguetá.[351] Por tempos, a Universidade de Coimbra formou significativa parcela dos magistrados envolvidos diretamente com os serviços

---

[348] Essa pesquisa só foi viável pela generosidade de minha grande amiga e colega de Departamento Vitória Fernanda Schettini, ao desenvolver suas pesquisas em Portugal, por conta de sua Tese de Doutoramento, se dispôs a ajudar-me, levantando alguns dados biográficos do padre Luís José Dias Custódio, a quem muito estimo e agradeço.

[349] Sobre a expressão elite regional, ver: LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert. J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora da FVG, 2006.

[350] Cf. SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

[351] ENGEL, Magali. Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pg. 91.

administrativos e burocráticos, no Brasil[352]. Por onze anos consecutivos, foi eleito deputado (1826-1837) e senador por doze anos, de 1838 até sua morte. Também chegou a exercer o cargo de conselheiro do Estado por oito anos e, no período regencial, foi Ministro da Fazenda e da Justiça.

Em seu primeiro pronunciamento como deputado eleito por Minas Gerais "sem dúvida graças à influência da família em Ouro Preto"[353], Bernardo Pereira de Vasconcellos discursou sobre a necessidade de se estabelecer um curso jurídico no Brasil, bem como da formação e criação de escolas públicas, de primeiras letras. Desabafava que há quatro anos, ou seja, desde a Independência, se cogitava e se discutia sobre o estabelecimento em Minas, de uma sala de ensino mútuo[354]. Ao longo de sua trajetória parlamentar sempre discursou sobre temas educacionais. Desempenhou papel de destaque na criação do Colégio Pedro II[355], no Rio de Janeiro. Segundo Zeli Efigênia S. de Sales, o Colégio foi criado em dezembro de 1837, por um decreto expedido por Vasconcelos, quando ocupava o cargo de regente interino, naquele momento.[356]

Porém, esclarecia aos senhores deputados que nada havia sido feito neste âmbito, sobre o assunto. De acordo com Vasconcellos, os presidentes de província, em particular o de Minas Gerais, não se interessavam pela difusão de "luzes", "eles sabem muito bem [que] quanto mais luzes, menos mando absoluto, e mais quem note os erros e comportamentos"[357].

---

[352] VALADARES, Virginia Maria Trindade et al. Estudante da Universidade de Coimbra nas malhas da Inconfidência Mineira e na Independência no Brasil. In: ____. *Rumos e escrita da história.* Lisboa: Colibri, 2006; VALADARES, Maria Virginia Trindade. *Elites mineiras setecentistas .... op. cit.,* 2000.

[353] Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

[354] Sobre as concepções educacionais de Vasconcelos e a instrução pública em Minas Gerais, ver respectivamente: LAZARINE, Ademir Quintilio; MURASSE, Celina Midori. *Concepções educacionais na construção do Estado Imperial: as ideias de Bernardo Pereira de Vasconcelos e Zacarias de Góis e Vasconcelos.* Disponível no http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0485.pdf [capturado em 12/01/2011]. SALES, Zeli Efigênia Santos de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Instrução pública em Minas Gerais: políticas educativas e o Conselho Geral da Província (1825-1835).* Disponível no http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/225.pdf [capturado em 20/03/2011].

[355] De acordo com Lucia Bastos, o Colégio Pedro II, foi criado por iniciativa de Bernardo Pereira de Vasconcelos. NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. Colégio Pedro II. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pg. 147. Ver também: CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. Educação, espaço e poder no imperial Collégio de Pedro II. *Currículo sem Fronteiras*, v.10, n.2, pp.183-199, Jul/Dez 2010.

[356] SALES, Zeli Efigênia Santos de. Intelectuais e educação no século XIX. In: LOPES, Ana Amélia B. de M. et al. *História da educação em Minas Gerais.* Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. pg. 209.

[357] CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. .... op. cit., 1999, p. 43.

Acrescenta ainda que "se eles não querem aulas de primeiras letras, como hão de querer cadeiras de ciências maiores?"[358]. Vasconcellos criticava a forma como os governos provinciais tratavam os aspectos educacionais e de instrução pública. Sua crítica recaia também sobre elementos políticos que alimentavam a centralização do poder em torno do Imperador.

Indiretamente atacava os presidentes de província, ou melhor, a forma como se tornavam presidentes, ou seja, através da indicação e confiança do Imperador, a quem lhes devia fidelidade. Um ano depois, Bernardo Pereira de Vasconcelos escreveu e publicou pela Tipografia do Astro de Minas, em São João d'El-Rey, uma carta endereçada "Aos senhores eleitores da Província de Minas Gerais". De acordo com José Murilo de Carvalho, esta carta é um documento onde a atuação parlamentar de Vasconcellos é pormenorizada por ele mesmo.

Segundo José Murilo de Carvalho, a preocupação maior de Vasconcellos foi "colocar em funcionamento a monarquia representativa, acabar com os resíduos do absolutismo ainda vigentes na cabeça e nas práticas do imperador, de seus ministros e até mesmo nas leis." [359] Pode-se perceber neste valioso documento, em seu capítulo XV, que Vasconcellos se debruça novamente sobre a análise da instrução pública.

Com trinta anos de idade, implementou o terceiro periódico da província *O Universal*, sendo seu redator[360] por muitos anos. No capítulo anterior, apresentamos que a instrução, suas formas e métodos foi uma preocupação constante, veiculada pelo *O Universal*. Vasconcelos se utiliza das palavras impressas para discutir um assunto de significativa importância nos anos que se seguiram após Independência - a educação. A imprensa se torna um artefato político para manifestar seu ponto de vista sobre questões emergenciais. De acordo com Zeli Efigênia S. de Sales, Vasconcelos teve uma atuação constante em momentos importantes acerca das discussões sobre a instrução pública mineira.[361]

---

[358] CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. .... op. cit., 1999, p. 43.

[359] Ibid., p 17

[360] ENGEL, Magali. Bernardo Pereira de Vasconcelos. .... op. cit., 2002, p. 91; SALES, Zeli Efigênia Santos de. Intelectuais e educação no século XIX. .... op. cit., 2002. p. 206; MENDES, Jairo Faria. *O "silêncio" das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros.* São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo, 2007, (Tese em Comunicação Social); MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: .... op. cit.,* 2006. (Dissertação de Mestrado em História).

[361] SALES, Zeli Efigênia Santos de. Intelectuais e educação no século XIX. .... op. cit., 2002.

Para o deputado e redator mineiro, o conhecimento e sua difusão estavam até então diretamente relacionado à liberdade de imprensa, pois como poderia uma nação chegar ao conhecimento do bom e do mau procedimentos de seus servidores, se não houvesse liberdade de se publicar pela imprensa? Indagava.

Porém, por outro lado acreditava que o uso indiscriminado e sem responsabilidade das letras públicas poderia trazer sérios problemas como o abuso de alguns, que em nada contribuiria para o conhecimento público. Não obstante era o único veículo de informação que se poderia contar, senão como se obteria o conhecimento dos fatos? Vasconcelos sabia do que falava, ou melhor, escrevia na carta, pois ele mesmo foi um entusiasmado pelo poder de difusão das ideias pela imprensa periódica.

Vasconcelos provinha de família abastada e de prestígio, com raízes nos dois lados do Atlântico. Foram seus pais o Dr. Diogo Pereira de Vasconcelos e de dona Maria do Carmo Barradas. De Portugal veio seu pai, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos. Formado em Coimbra exerceu a profissão de advogado em Ouro Preto. Em seu círculo de amizade, podem-se destacar Tomás Antônio Gonzaga, seu padrinho de casamento, e Cláudio Manuel da Costa, personagens conhecidos pelo envolvimento na Inconfidência Mineira de 1789.

Após viver alguns anos de sua vida em Minas, seu pai se muda para a Corte e passa a trabalhar como juiz criminal até a morte. Seu avô materno foi advogado formado por Coimbra e dentre seus tios, um foi Ministro em Portugal e o outro se tornou reitor da Universidade de Coimbra, mesmo sendo brasileiros de nascimento. “A família era exemplo perfeito de integração entre as elites burocráticas da metrópole e da colônia.”[362]

Vasconcelos teve uma ativa carreira jornalística e, junto com outros jovens liberais, como Evaristo da Veiga e Baptista Caetano d’Almeida, se opôs[363] ao governo de D. Pedro I. Ao longo do Primeiro Reinado, atuou como deputado de oposição e desempenhou um papel fundamental na ascensão dos liberais moderados ao poder no momento da Abdicação. Morreu em primeiro de maio de 1850, vítima de febre amarela[364].

---

[362] CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. .... op. cit., 1999, p. 10

[363] ENGEL, Magali. Bernardo Pereira de Vasconcelos. .... op. cit. 2002, p. 91.

[364] Cf. Ibid.

Nos primeiros anos do Império, o acúmulo de cargos públicos pelos representantes locais era comum, o que legitimava o seu prestígio junto à comunidade e ao Estado. Dessa maneira, dentre os redatores mineiros, destaca-se também Baptista Caetano d'Almeida, que se tornou vereador, deputado, juiz de paz e advogado, pelo notório saber.

3.2 O mecenas das letras: comércio, política, livros e imprensa.

Baptista Caetano d'Almeida pertencia a uma família abastada de São João d'El-Rey. Nasceu em 3 de maio de 1797, dois anos após Vasconcelos, nas proximidades da vila, em Camanducaia. Essa observação sobre as proximidades de datas é significativa na medida em que acena para a existência de uma mesma geração de atores políticos envolvida na imprensa tanto em Ouro Preto, quanto em São João d'El-Rey. Nesta última Vila, Baptista Caetano d'Almeida chega ainda menino, para morar com um tio, o capitão Pedro César de Almeida Lobo, em 1812, com quinze anos de idade.

Não seguiu os estudos regulares, pois na Vila, havia apenas uma aula de gramática latina. Mas isso não o impediu de, por esforço próprio, aprender francês e adquirir os conhecimentos que lhe fizeram ter destaque na vida pública de São João d'El-Rey e na província mineira.

Logo que chegou a São João d'El-Rey, o jovem Baptista Caetano d'Almeida já demonstrou astúcia para os negócios e se envolveu nas atividades comerciais da família. Tornou-se, juntamente com um primo, Francisco de Paula d'Almeida, dono de uma casa comercial que manteve até o ano de 1828.

Mesmo tendo desfeito a sociedade com o primo, Baptista Caetano d'Almeida manteve outras duas casas de comércio com os seus amigos e sócios Martiniano Severo de Barros e João Martins de Carvalho, José Bernardo Teixeira e Sabino Januário do Sacramento. As casas comerciais, localizadas na rua da Intendência, ofereciam sortimento de fazenda seca, molhados e louças.[365]

---

[365] BN-SOR, *Astro de Minas*, 02/08/1828, p. 04.

Com vinte e cinco anos se envolveu na vida pública, tornando-se vereador em 1822, chegando a exercer no ano de 1829 o cargo de juiz de paz – foi beneficiado com a criação desse cargo em 1828, por D. Pedro I [366] – além de deputado por Minas Gerais.

Nessa época, cabia ao juiz de paz exercer a autoridade sobre demandas locais, além das responsabilidades de polícia, de vigilância da ordem pública das paróquias, além de preparar as listas eleitorais nos municípios[367], atividade que desenvolvia juntamente com o vigário da matriz. Percebe-se, no entanto que sua relação com o vigário não era nada amistosa, o que rendeu brigas e intrigas pessoais propaladas na imprensa local.

Em 1820, Baptista Caetano d'Almeida se casa com a jovem Mariana, uma das filhas de Francisco José Teixeira, conhecido político liberal mineiro – o Barão de Itambé, como mais tarde ficou conhecido. Baptista Caetano d'Almeida chegou a exercer a presidência da Câmara dos Vereadores de São João d'El-Rey e foi um dos responsáveis pela dinamização agrícola e comercial da vila e da lavoura cafeeira em Vassouras, no Rio de Janeiro.

Além das atividades comerciais locais, Baptista Caetano d'Almeida representou a província de Minas Gerais na Câmara dos deputados de 1830 a 1838, sendo reeleito para as legislaturas de 1838 a 1841. Porém, debilitado por motivos de doença, acabou substituído pelo Cônego José Antônio Marinho, seu amigo de longas datas, também conhecido por ser um homem culto e dedicado às letras[368].

Dentre seu círculo de amizades, pode-se destacar o próprio padre Marinho, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo Ferreira da Veiga, Honório Hermeto, o padre Feijó, Paula e Souza, entre outros partidários do liberalismo político. Esses

---

[366] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Jogando Caxangá: notas sobre as divisões jurídico-administrativas na Comarca do Rio das Mortes durante o século XIX. *Vertentes*, São João Del-Rei, n. 7, jan/jun., 1996, p. 30. Para o autor, o cargo de Juiz de Paz foi criado em 1827, diferentemente do que afirma José Murilo de Carvalho, em "A construção da ordem". Segundo este, o cargo teria sido criado em 1828. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem .... op. cit.,* 1981. Concordamos com Alencastro, pois, consta no "Astro" do dia 15-12-1827 uma Carta Lei que traz, na íntegra, a criação desse cargo pelo Imperador em 15-10-1827.

[367] Ibid., p. 30.

[368] APM-SIAAPM. Apontamentos biographicos de Baptista Caetano de Almeida, natural de Camandocaia, actual Cidade de Jaguary, da Província de Minas-Geraes (Pelo Dr. Frnacisco de Assis de Almeida). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1905, jan/jun, v. 10, fasc. 1 e 2, pgs. 37 - 40.

contatos foram possíveis, graças às legislaturas exercidas na Câmara dos Deputados.[369]

Em 1827 a Vila de São João d'El-Rey foi o palco de duas inaugurações que foram responsáveis por enriquecer a sua vida cultural. Uma delas foi a tipografia, responsável pela impressão do *Astro de Minas* e a outra, a inauguração da primeira biblioteca pública da Vila e também da província.

Não se pode deixar de registrar também o seu esforço em contratar o emigrado português Francisco Freire de Carvalho, professor de história e antiguidades em Coimbra, para lecionar a seus irmãos, bem como para abrir um curso público de belas-letras, que durou de 1830 até 1833.

Trataremos primeiramente da biblioteca. Há tempos, Caetano d'Almeida almejava a criação de uma biblioteca na Vila tendo conseguido aprovação para seu funcionamento anos antes. Implementar uma biblioteca, automaticamente, desperta a atenção para a atitude de uma vontade empreendedora do jovem comerciante.

Caetano d'Almeida é conhecido na história mineira do início dos oitocentos como um personagem envolvido em projetos que visavam dinamizar e civilizar[370] a vida cultural da Vila de São João d'El-Rey. Tanto o projeto da biblioteca, quanto sua concretização de fato, em 1827, pode ser considerado um *"lócus"* de referência na província e até mesmo no Império, pois o Brasil contava, nesta época, com cerca de três bibliotecas em toda a sua extensão. O fato de São João d'El-Rey ter abrigado uma biblioteca despertou o interesse de alguns viajantes quando da passagem pela Vila. Dentre os aspectos que mais chamou a atenção dos viajantes europeus como o Reverendo Walsh e Saint-Hilaire, foi o rico acervo de livros. A vontade de Caetano d'Almeida em inaugurar a biblioteca vinha de alguns anos.

Sabe-se, que o projeto da biblioteca havia sido aprovado pelo governo provincial desde 1824 quando a Câmara de São João d'El-Rey recebeu do Presidente da Província, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, visconde de Caeté,

---

[369] VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras: 1664-1897.* .... op. cit., 1998. p. 587.

[370] Cf. CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização .... op. cit.,* 1998. (Dissertação de Mestrado). Ver também: MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João d"El-Rei no início do século XIX:* a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária. Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, 2000, (Dissertação de mestrado); SILVA, Rodrigo Fialho. *Por ser voz pública .... op. cit.,* 2006. (Dissertação de Mestrado); MORAES, Christianni Cardoso. Luzes para a Vila de São João d'El Rey: os projetos de criação da Livraria Pública e da sociedade literária como estratégias de difusão do letramento (1824-1831). In: LOPES, Ana Amélia B. de M. et al. *História da educação em Minas Gerais.* Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

um parecer favorável ao pedido, ou melhor, à representação de Caetano d'Almeida, que se propunha criar uma biblioteca pública, oferecendo, inicialmente, para composição de seu acervo inicial cerca de 800 volumes[371].

Inaugurada, passou a funcionar em uma sala que abrigava os volumes ao longo das paredes e contava com uma mesa localizada no centro destinado à leitura dos livros e, inclusive, dos periódicos impressos em Minas, os provenientes de outras províncias e até mesmo algum do exterior, que chegavam semanalmente pelos correios ou pelos viajantes e tropeiros que pela Vila passavam. Em uma edição do *Astro de Minas*[372], Francisco de Assis Brasil, bibliotecário e também redator do periódico, publicou a relação dos periódicos disponíveis na Biblioteca para consulta e leitura, eram eles:

Tabela 2- Relação dos periódicos disponíveis na Biblioteca Pública

Farol Maranhense
Abelha Pernambucana
Constitucional Pernambucano
Diário de Pernambuco
Cruzeiro
Amigo do Povo
Gazeta Parahybana
Bahiano
Farol Paulistano
Diário Fluminense
Aurora Fluminense
Ástrea
Malagueta
Luz Brasileira
Jornal do Commercio
Courier
Universal
Amigo da Verdade
Astro de Minas

Fonte: BN-SOR, *Astro de Minas*, 29/10/1829, p.4.

Através de doações de particulares e de aquisições feitas pela própria biblioteca, aos poucos o acervo foi aumentando. Dentre os periódicos disponíveis

[371] CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei* .... op. cit., 1982. 2 v. p. 343.

[372] BN-SOR, *Astro de Minas*, 29/10/1829, p. 04.

para leitura e consulta na Biblioteca Pública, destacam-se em maior número os periódicos fluminenses, seguidos pelos pernambucanos, mineiros, um maranhense, um paraibano, um baiano e um paulista.

Como a Biblioteca estava estreitamente ligada ao *Astro de Minas*, supõe-se que os periódicos eram adquiridos pela vontade de Caetano d'Almeida. Sendo a maioria, periódicos liberais, advindos de províncias cujas tradições liberais se confundem com a sua própria história, como a de Pernambuco, por exemplo, vislumbra-se a predileção editorial e de referência de tendências "impressas" provenientes de longas distâncias do Império. Na Biblioteca as "múltiplas" folhas se cruzaram e suas leituras poderiam fornecer um panorama geral dos acontecimentos fora da província mineira, mantendo os leitores a par das discussões impressas na Paraíba, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, de acordo com a tabela acima.

Somados aos periódicos, a biblioteca também possuía boas centenas de volumes, somando mais de mil[373], um ano após sua inauguração. No ano de 1828, o viajante Robert Walsh visitou a província mineira e chegou a se estabelecer em São João d'El-Rey. De acordo com o viajante a Biblioteca contava com cerca de mil exemplares[374]. Destes destacava-se um significativo número de obras editadas na Europa,

> Os livros desse incipiente estabelecimento fundado nas montanhas do Brasil, onde, até há bem pouco tempo, era interdita a difusão de qualquer tipo de conhecimento, somavam cerca de 1.000 volumes dispostos ao longo das paredes, numa sala bem arrumada, com uma mesa de leitura no centro. Além de obras em português e espanhol, havia muitas outras em francês; a 'Encyclopédie', obras de Voltaire, Rousseau e Raynel, juntamente com outras que apareceram na fase inicial da Revolução Francesa. Ficamos surpresos, porém, ao encontrarmos num lugar tão remoto alguns livros ingleses, entre os quais 'O Revolucionário Plutarco', 'Riqueza das Nações', de Smith, 'Geografia', de Pinkerton, 'O Paraíso Perdido', 'Viagem Sentimental' e 'Trials of Adultery', ao lado de alguns periódicos, entre o 'Times' e o 'Chronicle'. Descobrimos que havia três pessoas na cidade que falavam inglês e eram membros da biblioteca, além de algumas outras que conseguiam ler a língua e estava fazendo progressos na conversação. Além desses periódicos, todos os jornais publicados no Brasil são recebidos ali e colocados na sala de leitura.[375]

---

[373] MAIA, Tom; FRANCO Afonso Arinos de Melo; MAIA, Thereza R. de C. *São João d'El Rey e Tiradentes*. .... op. cit., 1986. p. 17.

[374] Provavelmente, o reverendo Robert Walsh, visitou a Biblioteca após sua transferência para um dos salões da Casa da Câmara. Desde sua fundação em 1827, até o ano de 1828, a Biblioteca funcionou nas dependências da Santa Casa de Misericórdia, causando algum incômodo aos enfermos e aos visitantes leitores. No final do ano de 1828, a Biblioteca foi transferida para uma sala da Câmara. BN/SOR. Astro de Minas, terça-feira, 9 de setembro de 1828, p. 1.

[375] WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1985, v. 2, p. 78.

De acordo com Robert Walsh, a Vila contava com três moradores que falavam inglês, o que facilitava o entendimento das obras estrangeiras publicadas nesta língua[376].

No geral, a biblioteca dispunha de obras raras e antigas, escritas em português, inglês e francês, como informa Viegas:

> Entre muitas de suas obras antigas e raras, se destacam a Bíblia comentada por Cornélio A. Lapide. A Revista dos Dois Mundos, L'Encyclopedie Methodique – Diderot et d'Alembert (coleção completa), Le Moniteur Universel, publicação de dezoito anos ininterruptos, o Nobiliário de D. Pedro por Ivan Batista Lavaña, A Imblemata Frei Rafael de Jesus, a Crônica de Cistér por Frei Bernardo de Brito, a Crônica dos Carmelitas de Frei José Pereira de Santana e o Elucidario de Viterbo.Há aqui as obras completas do Padre Manuel Bernardes, de Alexandre Herculano, dos Castililhos, de Felinto Elisio, Garrett, Vieira e Camões; Homero e Aristóteles; Terencio, ,Tácito, Suetonio, Virgilio, Horacio, Tito Livio, Ovídio e Cícero; Bossuet, Buffon, Montesquieu, Voltaire, Lamartine, Chateaubriand e Victor Hugo; Shakespeare e Milton; Cervantes e Dante.[377]

Nesta mesma época, Baptista Caetano d'Almeida também estava envolvido em um projeto para se criar Universidades no Brasil, assim como seu conhecido Bernardo Pereira de Vasconcelos. Não obstante, José Honório Rodrigues[378] nos informa que existiu uma discussão maior em torno da criação de Universidades no Brasil e que se fazia presente na pauta dos deputados convocados por D. Pedro para a Assembleia Constituinte de 1823, anos antes.

Percebe-se então, pela carta publicada pela tipografia do *Astro de Minas*, de autoria de Vasconcelos, que este assunto era pauta há anos no Brasil e na província de Minas. Segundo Rodrigues[379], chegaram a transformar o assunto em projeto lei e que os vários deputados defendiam para a sua terra natal o assento de uma das duas universidades a serem criadas.

Muitos foram os parlamentares que optaram para que as universidades fossem criadas em São Paulo e Olinda, outros pelo Rio de Janeiro.[380] Vasconcelos defendia a instalação do curso no Rio de Janeiro ou então em São João d'El-Rey. No calor dos debates, em 1823, a Câmara de São João d'El-Rei, em consonância

---

[376] Cf. WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. .... op. cit., 1985. v. 1 e 2.

[377] VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João d'El Rey.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1953, p. 67-8.

[378] RODRIGUES, José Honório. *A Assembleia Constituinte de 1823.* Petrópolis: Vozes, 1974, p. 89-100.

[379] Ibid., p. 89-100.

[380] Ibid., p. 89-100.

com as discussões nacionais, enviou a “Sua Majestade Imperial” uma representação a respeito do assunto. Nesta época Caetano d’Almeida exercia o cargo de vereador.

> olhando a sua extensão e população lhe parece, que a primeira Universidade deve criar-se na Cidade de São Paulo; a segunda na Cidade de Olinda, em Pernambuco, e a extensão, uma população além de 260 mil almas, a fartura e abundância dos víveres de primeira necessidade, a sua exportação a põem à frente das maiores Comarcas terceira nesta Vila de São João d’El Rey; porque a sua grande de todo o Império junto a isto a mais sadia atmosfera[381].

A primeira biblioteca pública das Gerais foi criada em 1827, como já mencionado, no entanto, sabe-se da existência de bibliotecas particulares em Minas, desde o século XVIII.

Em estudo pioneiro sobre livros, ou melhor, sobre a biblioteca de um Cônego conhecido por sua erudição e considerado um conspirador da conjuração mineira pelas autoridades reais, Eduardo Frieiro[382] procura fazer um escrutínio para indagar o que era lido, no final do século XVIII mineiro pelo “brasileiro ilustrado”. Segundo Frieiro, oitocentos volumes, aproximadamente, compunham a biblioteca do Cônego Luís Vieira da Silva e, “mais de metade era em latim, cerca de noventa em francês, pouco mais de trinta em português, cinco ou seis em italiano e outras tantas em espanhol, além de vinte e quatro livros ingleses”[383].

E, ainda acrescenta, “o melhor da livraria de Luís Vieira da Silva não estava na quantidade, mas na qualidade das obras reunidas” [384]. De muitos dicionários dispunha o Cônego Vieira. Sabe-se que Caetano d’Almeida também possuía um dicionário de francês[385] e obras clássicas escritas por Rousseau, Diderot e d’Alembert.

Caetano d’Almeida preocupava-se com a instrução. No discurso inaugural da Biblioteca pública em 1827, afirmou que a constituição uma Biblioteca pública seria o caminho para a civilização, conforme citação abaixo. É interessante observar em sua fala, que também se preocupava em disponibilizar periódicos estrangeiros para que a “mocidade desejosa de aprender”, pudesse ler e consultar:

---

[381] CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei* .... op. cit., 1982. 2 v, p. 377

[382] Cf. FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. São Paulo: Itatiaia, 1981.

[383] Ibid., p. 24.

[384] Ibid., p. 25-27.

[385] Cf. MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida .... op. cit.,* 2000, (Dissertação de mestrado).

> o estabelecimento de uma Biblioteca Pública em um país é sem dúvida a primeira data de sua civilização: nenhuma sociedade pode ser verdadeiramente feliz sem que todos os seus membros tenham necessária sabedoria. Foi esta a máxima capital de que partiram esses espíritos sublimes, e filantrópicos, que nos tempos antigos ilustraram a terra. [...] Mas não basta que um, ou outro membro, que uma, ou outra classe da sociedade seja sábia é preciso que a sabedoria se extenda a massa geral dos povos; pois as mais importantes verdades lançadas no meio de um povo rude, ou ainda não capaz de as conhecer e avaliar, são como mais brilhante luz que, interceptada pelos corpos opacos, ou absorvida pelos escuros, se confunde com as trevas. [...] A mocidade desejosa de aprender achará nele a par de célebres historiadores os publicistas mais abalizados do nosso tempo: conhecerá o presente estado da Europa pela leitura dos jornais de Inglaterra, França, Espanha e Portugal: verá o andamento da nossa Causa pela de todos os periódicos do Rio de Janeiro, e então se persuadirá que a sabedoria é a única base da felicidade dos povos [...][386].

Além dos livros, a Biblioteca também foi um espaço responsável por dispor de um acervo de periódicos. Nota-se a preocupação em conservar os livros antigos e raros e ao mesmo tempo investir na cultura dos periódicos, pois estes "arejavam" o ambiente da Biblioteca, tornando-a mais atualizada. Tempos antes de sua inauguração, sabe-se, que alguns livros eram tidos como proibidos e sediciosos, e que chegavam até o Brasil, durante o período colonial, "sob capote"[387], mas sua circulação se intensificou nas primeiras décadas dos oitocentos, principalmente a partir da instalação da Corte lusa no Rio de Janeiro.

Iara Lis Carvalho Souza, ao analisar algumas redes de poder que se constituíram em torno da pessoa de D. Pedro I e que acabaram propiciando uma primeira noção de Brasil[388], informa que muitas foram as obras sobre o direito natural que chegavam no Brasil como: "Grotius, Puffendorf, Bularmarqui, Montesquieu, Adam Smith, Locke, Rousseau, entre outros" [389].

Lúcia Bastos, por sua vez, apresenta o frequente trânsito de clássicos no Rio de Janeiro, como: Rousseau, Mably, Rainae ou Raynal, Voltaire, Dupradt, entre os anos de 1820 e 1822 [390], bem como periódicos estrangeiros. Tanto os livros, quanto os periódicos, se faziam presentes em Minas e compunham o acervo da biblioteca pública, conforme a observação feita pelo Reverendo Walsh.

---

[386] Livro para a subscrição voluntária em benefício da manutenção da Livraria Pública de São João d'El Rey, apud BARATA, Alexandre Mansur. Sociabilidades, cidadania e identidade na Província de Minas Gerais .... op. cit., 2004, p. 11.

[387] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcunda e constitucionais .... op. cit.,* 2003.

[388] SOUZA, Iara Lis C. *Pátria coroada: .... op. cit.,* 1999.

[389] Ibid., p. 108-111.

[390] NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais .... op. cit.,* 2003, p. 36-7.

De maneira instigante, tal apontamento nos leva a crer que o manuseio e leitura destas obras não eram privilégio daqueles que se encontravam próximos aos portos de desembarque e locais de venda destas mercadorias na Corte, pois de acordo com as informações colhidas, a Biblioteca da Vila de São João d'El-Rey dispunha de um significativo acervo. Resta, porém uma investigação mais apurada da origem destes livros. Embora existisse a censura, segundo Lúcia Bastos, "a simples interdição pela censura despertava a curiosidade do público leitor" [391]. A autora se remete ao período que compreende a chegada da Corte e os momentos precedentes à independência.

Embora a censura fosse uma medida de controle sobre a obras que vinham para o Brasil, principalmente aquelas solicitadas junto à Mesa do Desembargo do Paço, o contrabando se fazia presente *sous le manteau,* isto é, sob capote.[392] Além de fundador da biblioteca pública, Caetano d'Almeida foi, ao mesmo tempo, o responsável pelo surgimento da imprensa local, ao instalar uma tipografia na rua Direita no ano de 1827.

Segundo consta, existia uma estreita ligação da tipografia, instalada na Vila de São João d'El-Rei e a Biblioteca Pública. Conforme o exposto sobre a Biblioteca Pública, sabe-se que seu projeto tramitou cerca de três anos desde o pedido de Batista Caetano até sua aceitação por parte da Câmara Municipal e do governo provincial mineiro, em 1827.

A partir de sua inauguração, o problema maior foi encontrar uma saída para a sua manutenção, pois não recebera ajuda alguma por parte das autoridades do governo, ficando suas despesas a cargo de seus idealizadores. O jeito seria então, angariar fundos para conservação e ampliação de seu acervo e, de acordo com Christianni Cardoso Morais[393], Caetano d'Almeida tomou a iniciativa de criar um grupo de subscritores que passariam a contribuir anualmente, com cinco mil reis, para a preservação da Biblioteca.

Noventa foi o número inicial de subscritores[394], porém, ainda no mesmo ano, nem todos pagaram a quantia e desistiram, em sua maioria, do empreendimento.

---

[391] NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. Corcundas e constitucionais .... *op. cit.,* 2003, p. 36.

[392] Expressões utilizadas por Lúcia Bastos Neves para explicar as formas de contrabando das obras.

[393] Cf. MORAES, Christianni Cardoso. Luzes para a Vila de São João d'El Rey: .... op. cit., 2002.

[394] Ibid., p. 523.

Sendo assim, o diretor ou presidente da Biblioteca, o Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho propôs a criação de uma Sociedade literária que receberia o nome de “Phylopolytechnica” com o mesmo objetivo de Baptista Caetano: o de zelar, manter e ampliar o acervo público. Essa associação dividir-se-ia em três institutos, a saber:

> O primeiro se chamaria “Gymnasio Literário”, onde os sócios se reuniriam para debater todos os assuntos do conhecimento humano, desde que de interesse comum, ligados à ciência, letras ou artes. O segundo, o “Gabinete de Estudos”, teria um objetivo educativo mais amplo, pois seus membros se dedicariam à leitura dos periódicos e recolhimento de informações para posterior redação de um extrato mensal. Esses extratos deveriam passar por uma comissão de censura, sendo escritos em linguagem mais acessível ao público em geral. Seu objetivo principal era o de informar a população acerca de novidades e descobertas científicas ocorridas na Europa. Os lucros obtidos com sua venda destinavam-se à compra de novos materiais de leitura para a Biblioteca. O último corpo da Sociedade Literária era a Diretoria, responsável por sua administração.[395]

Não obstante, essa ideia foi vetada por José da Silva Lisboa, Visconde de Cayru e tal atitude pautava-se no perigo do que uma “Sociedade” poderia significar para o governo como um todo e para a religião, pois se tratava de um projeto onde qualquer pessoa “culta” poderia participar dos círculos de leituras, ingressando assim, na “Sociedade”.

Sobre esse aspecto da proibição, Christianni Cardoso Morais enfatiza que o principal motivo que impediu a criação oficial da associação de homens de letras em São João d’El-Rei “foi o fato dela estar tão remota da Corte, e sem Inspecção de Authoridade. Talvez o maior perigo [...] seja o fato de se pretender estabelecer uma política de “leitura crítica”.[396]

De acordo com um constante correspondente do *Astro de Minas*, portador do pseudônimo de “o Amigo do Astro”, Caetano d’Almeida implementou a tipografia na Vila com a intenção, dentre outras, de prestar serviços à sociedade e para, através das assinaturas trimestrais de dois mil e quinhentos réis, bimestrais de cinco mil réis e anuais de dez mil réis, ajudar na manutenção da Biblioteca Pública.[397]

Eis a maneira encontrada por Caetano d’Almeida para garantir o funcionamento da Biblioteca, pois era um homem das letras, ligado às atividades comerciais e, principalmente, um homem político preocupado com a participação

---

[395] MORAES, Christianni Cardoso. Luzes para a Vila de São João d’El Rey: .... op. cit., 2002, p. 523.

[396] Ibid., p. 523.

[397] BN-SOR, *Astro de Minas*, 08/05/1928, p. 02.

ativa na vida política da Vila. Para se ter ideia da sua relação com a política e a imprensa, as atas das sessões da Câmara Municipal foram sendo publicadas pelo *Astro de Minas*.

Na primeira sessão da Câmara em 1829, Francisco José de Sales, editor do *Astro de Minas*, ofereceu gratuitamente, com o aval de Caetano d'Almeida, para publicar as discussões e decisões dos vereadores locais. Dessa feita, sabe-se da ativa participação de Caetano d'Almeida no legislativo municipal. Logo na primeira reunião, fez uma série de propostas, inclusive a de nomear uma comissão para estudar e informar sobre as mudanças ocorridas em 1828 sobre as atribuições das Câmaras em todo o Império.

Entre os nomeados estava o reverendo Francisco de Assis Brasiel, redator do *Astro de Minas*. Atuante e com trinta e dois anos de idade, Caetano d'Almeida discursou propondo à Câmara que separasse um dia de trabalho para uma leitura conjunta de todos os ofícios do presidente da província mineira, o que prontamente foi aceito e acordado entre os vereadores. O mesmo fez a doação de um terreno para a construção da nova cadeia, pois dispunha de um terreno próximo à ponte da Intendência.

Discutiu-se sobre a mudança dos cemitérios para fora do recinto das Igrejas, pedindo que se notificasse o vigário para comparecer em uma reunião para que juntos discutissem o assunto. Em outras sessões da Câmara, Caetano d'Almeida defendeu a leitura da Constituição do Império nas aulas, e propôs que os professores deveriam estimular tal leitura e interpretação das leis.

A medida deveria ser adotada e praticada em todo o termo e, "ainda que não sejão publicas para assim se hir acostumando a juventude deste Municipio a prezar e respeitar o Codigo fundamental da Nação Brasileira".[398] Ofereceu cinquenta exemplares da Constituição, provavelmente publicadas na tipografia do *Astro de Minas*, para serem remetidos aos fiscais, para que estes distribuírem nas escolas. Pediu aos mesmos fiscais que fizessem um levantamento da quantidade de alunos e alunas que receberam os exemplares, para ter maior controle das distribuições, assegurando a cada aluno o seu exemplar.

As reuniões dos vereadores se faziam em torno de uma grande mesa que possuía vários estrados. Em uma sessão Caetano d'Almeida pediu que se

[398] BN-SOR, *Astro de Minas*, 07/04/1829, p. 01.

mandasse tirar os estrados e com eles fizessem bancos para o “Povo” assistir as sessões, estimulando assim, a aproximação da população local das reuniões da Câmara. Ao completar quinze sessões, Caetano d’Almeida leu um longo discurso, publicado pelo *Astro de Minas*, onde fazia um balanço das atividades da Câmara, assim como o fez o seu conhecido, Bernardo Pereira de Vasconcelos, ao publicar as Cartas aos eleitores mineiros.

Levantou vários problemas encontrados na administração local, como a falta de verbas e dinheiro advindo de arrecadação municipal. Estes deveriam ser usados em reformas de prédios públicos, bem com na construção de cadeia, pontes e pagamento de funcionários, como os carcereiros, por exemplo. Diante das dificuldades administrativas e fazendárias, arrecadou muitas doações em dinheiro, para a construção da cadeia, demonstrando-as através do *Astro de Minas*.

Caetano d’Almeida era um homem público e envolvido com a causa política. No entanto suas benesses não o pouparam de viver desacordos. Em 1829, João José de Sousa Campos o acusou de ter sido o autor da agressão que sofrera por uma cajadada na cabeça. Por falta de provas, pois ninguém testemunhou contra Caetano d’Almeida, o mesmo foi absolvido[399]. Caetano d’Almeida também teve indisposições com autoridades locais e anos mais tarde, a Vila assistiria as contendas públicas contra um declarado inimigo.

3.3 O pároco facinoroso: religião, política e imprensa.

O ano era o de 1833. Nessa época, os moradores da Vila de São João d’El Rey, centro da Comarca do Rio das Mortes, viviam dias de expectativas, suscitados pelos rumores públicos acerca do estranho comportamento do pároco da Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Dizia-se pelas ruas, pelo adro da Matriz e em missas convencionais que Luís José Dias Custódio, estava deixando a desejar em relação às suas funções sacerdotais.

Alguns fiéis reclamavam que Custódio não estava cumprindo com suas obrigações de pároco e, por isso se tornara alvo dos olhos atentos da população

[399] Museu Regional de São João Del Rei, IPHAN. Livro de Querelas, livro 8, p. 28. 1829.

local que lhe espreitavam diuturnamente por onde quer que andasse, inclusive registrando os horários em que saía de uma casa em frente a Matriz, supostamente onde morava a sua amante.

Em resposta a tais queixas advindas dos "povos", foi instituída uma Devassa Eclesiástica[400] para apurar os rumores contra o padre. Este procedimento era comum entre as autoridades da Igreja. De acordo com Laura de Mello e Souza, as Devassas mineiras obedecem ao modelo apresentado pelas Constituições do Arcebispado da Bahia,

> onde estão determinadas, entre outras coisas, as atribuições dos visitadores, a maneira de se publicar o Edital da Visita e de se proceder ao interrogatório, arrolando-se também os delitos. Segundo rezam as Constituições, os visitadores deveriam sempre ser eclesiásticos, "sacerdotes virtuosos, prudentes e zelosos da honra de Deus e salvação das almas", podendo ser ou não letrados.[401]

De acordo com os depoentes, o Vigário explorava os seus fiéis de toda e qualquer forma, exigindo-lhes o pagamento de seus serviços religiosos que não deveriam ser cobrados já que era vigário colado, ou seja, concursado. Dessa maneira, como funcionário do Estado recebia a côngrua, uma contribuição mensal, para sua sobrevivência. Além disso, por algumas vezes, chegou a fechar as portas da Matriz e espancar com um bastão os fiéis que haviam conversado no momento da missa.[402]

Estando a população indignada com tais procedimentos, a mesma pede aos vereadores da Câmara de São João d'El-Rey[403], por meio de uma representação escrita, para interferirem no caso, com o desígnio de sensibilizar o Bispado de Mariana para inquirir Luís José Dias Custódio. Tomadas as providências, o visitador José Lopes Cançado fora enviado para São João d'El-Rey com o objetivo de dar início às investigações.

---

[400] De acordo com Laura de Mello e Souza, as Devassas Eclesiáticas existentes no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, em Minas Gerais, constituem inestimável acervo documental para o estudo da vida cotidiana das populações mineiras setecentistas. Não tenho notícias de outras Devassas do mesmo tipo, mas devem evidentemente existir nos arquivos das demais Arquidioceses que remontam à época colonial, tais como Salvador, Olinda, Rio de Janeiro, São Paulo. Pela riqueza de informações fornecidas pelas Devassas mineiras, creio poder afirmar, com segurança, que o estudo conjugado desse tipo de documentação propiciaria traçar com maior precisão o painel da sociedade colonial, obrigando talvez a reformulação de muitas das afirmações que vêm sendo feitas através dos tempos. SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p. 19.

[401] Ibid., p. 19-20.

[402] Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. (doravante AEAM), Livro de Devassa, 1833.

[403] APM, Câmara Municipal da Vila de S. João d'El-Rey. Representação de 0702/1833.

Muitos foram os depoentes que contra Luís José Dias Custódio prestaram juramento sobre a Bíblia. Dentre as queixas mais frequentes estavam aquelas que diziam ser Custódio, o redator de um periódico local onde se publicava textos maldosos contra as autoridades locais. De fato, o vigário Custódio era um dos redatores do periódico denominado *O Amigo da Verdade* que circulou entre os anos de 1829 e 1831. Polemizava questões políticas com o *Astro de Minas*, de responsabilidade de Baptista Caetano d'Almeida.

O vigário se tornou alvo de uma das práticas comuns existentes há tempos no Brasil e estabelecida pela Igreja; as visitações eclesiásticas ou diocesanas. Historicamente, as visitações Diocesanas ou Eclesiásticas foram realizadas desde o início do período colonial, porém na Europa, essas Visitações ocorriam desde o século XII e tinham a função de constatar e descobrir delitos de heresia.

Na metrópole lusa, as Visitações tinham uma função mais direta e institucional, pois eram responsáveis por investigar a vida de toda a sociedade lusitana para entregar os mais variados delitos ao Tribunal do Santo Ofício, que imperou por 285 anos, desde sua implantação em 1536.

No Brasil, não houve instalação de Tribunais do Santo Ofício e as Visitações ou "tribunais itinerantes"[404] cumpriam esse papel, porém na intenção também de zelar pelas obras de cada freguesia, inspecionando também o estado de conservação das paróquias. Algumas poucas visitas foram feitas ao Brasil, por inquisidores portugueses, como Heitor Furtado de Mendonça.

Em Minas Gerais, as Visitações encontravam-se reguladas desde 1707, pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, cuja subordinação existiu até a criação do Bispado de Mariana em 1745, que passou a deliberar e organizar as visitas, além de ser o centro do poder da Igreja Católica em Minas.

No início do século XIX, coube a Mesa de Consciência e Ordens ocupar-se de tais práticas reguladoras. A Comarca do Rio das Mortes estava subordinada a este Bispado que inquiriu e puniu, entre outros, muitos casos de concubinato.[405] A função dessas visitas, além de cuidar da preservação da Igreja, era sem dúvida alguma, a de regular, buscando desterrar os vícios, erros, abusos e escândalos que se

---

[404] Cf. FIGUEIREDO, Luciano R. de A. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

[405] LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Devassa nas Minas Gerais: observações sobre casos de concubinato. In: BARRETO, A. E. M. *História econômica: ensaios.* São Paulo: IPE/USP, 1983. p. 43-58

opunham ao bem espiritual e temporal. Assim a Igreja buscava alinhar a conduta de seus fregueses com os seus princípios religiosos.

O prazo de duração e o percurso de uma visita eram extremamente variáveis, podendo demorar meses e até anos, mas o que se buscava com a inquirição – a constatação da verdade e a punição – podiam tardar, mas a "justiça de Deus" não falhava. Muitos crimes foram julgados por esses tribunais itinerantes em Minas Gerais, tais como: heresia, blasfêmia, ódio entre as pessoas, curandeirismo ou feitiçaria, incesto, bigamia, concubinato, bestialidade. Os crimes e pecados podiam ser reunidos em seis grandes grupos, como mostram Francisco Luna e Iraci da Costa[406]: Crimes contra a Santa Sé ou contra a doutrina da Igreja; Crimes contra os costumes; Crimes relativos à própria devassa; Crimes de caráter econômico e Crimes contra a instituição da família; e por fim, crimes cometidos por clérigos.

O clero em Minas era composto basicamente por padres seculares. A Coroa julgava mais fácil o contrabando do ouro por membros de ordem religiosa (clero regular), que possuíam casas em diversos pontos no Brasil e no exterior, o que facilitaria os contatos podendo enviar ouro para diversos locais dentro e fora da Colônia, onde o poder público esbarrava no privado, ou seja, no mosteiro, que anulava o intento da ação punitiva dos prepostos da Coroa[407].

Luiz José Dias Custódio era natural da Vila de Penela, Comarca e Bispado de Coimbra. Filho de Dr. Antonio Dias Custódio e de Damásia Caetana Ribeiro da Conceição, era conhecido em meio à hierarquia eclesiástica e transitava em seus diversos escalões com facilidade, desde que viera para o Brasil. Tornou-se um

---

[406] LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Fipe/Pioneira, 1982.

[407] Caber ressaltar a importância do clero regular no processo expansionista na Colônia, pois segundo Eduardo Hoonaert apud SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 121 "para os monarcas portugueses, colonizar e evangelizar se colocavam em pé de igualdade, e muitas vezes se confundiam. Com freqüência os colonizadores identificavam a cultura europeia, e especificamente a cultura portuguesa, com o cristianismo. Evangelizar tornava-se sinônimo de aportuguesar. Essa mentalidade foi mantida em relação aos índios do Brasil: era preciso ao mesmo tempo colonizá-los e evangelizá-los, ou seja, em síntese, era preciso aportuguesá-los".

homem profundo conhecedor de literatura. Foi aluno da Universidade de Coimbra[408], onde cursou o bacharelado em Cânone[409].

No mesmo ano em que se formava, chegavam a Portugal as notícias dos acontecimentos na França. O ano era o de 1789 e a revolução tomava as ruas de Paris, enquanto o lastro das notícias assustava as nações vizinhas. Desde sua transmigração para o Brasil[410] e instalação em São João d'El-Rey, lugar onde mais viveu, Custódio manteve estreitos relacionamentos com a política conservadora em Minas Gerais, fato esse, que lhe custou querelas pessoais e intrigas políticas, pelos idos da década de na imprensa.[411]

Custódio foi colado vigário na Matriz de Nossa Senhora do Pilar em São João em 1824, porém antes dessa data, havia desempenhado as seguintes funções: "ofícios pastorais no bispado do Pará, vigário geral e pároco em Goiás, vigário da vara e pároco em Mato Grosso, secretário do governo da última capitania e agraciado com a mercê de cavaleiro da Ordem de Cristo, em 1814.[412]

Ainda em 1814, Custódio pede provimento para a Matriz do Pilar, em Ouro Preto. Lá passou por avaliações, prestando concurso para o cargo de vigário Colado, o que lhe daria estabilidade, caso fosse aprovado. Esse concurso foi legalmente oferecido pela Mesa de Consciência e Ordens, que era o órgão responsável pela administração eclesiástica do Brasil, desde sua implantação em 1808, no Rio de Janeiro, junto com o aparelhamento estatal da corte portuguesa.

No caso específico das províncias, o concurso foi oferecido pelo prelado de Mariana que era responsável por Minas Gerais. Junto com Custódio concorreram à vaga: Manoel Rodrigues Jardim, João da Costa Faria, Manoel Antônio Freitas Caldas e Francisco José Pereira de Carvalho.

Os três primeiros não compareceram ao exame e, concorrendo com Pereira de Carvalho, Custódio foi aprovado em 23 de setembro de 1814, contando com a

---

[408] Arquivo da Universidade de Coimbra/Arquivo Distrital de Coimbra (AHUC-ADC). Habilitação "de genere" para ordens menores, 1784. Este documento é uma descrição detalhada do levantamento do histórico familiar. Agradeço a Ana Maria Leitão Bandeira, assessora principal do AHUC (Arquivo Histórico da Universidade de Coimbra), pela atenção dispensada e pelos e-mails trocados acerca desta valiosa fonte sobre Luís José Dias Custódio.

[409] AHUC-ADC. Habilitação "de genere" para ordens menores, 1784.

[410] Não dispomos de dados precisos sobre a época de sua chegada ao Brasil.

[411] Retomaremos este assunto no capítulo seguinte.

[412] NEVES, Guilherme Pereira das. *E recebera mercê.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 153-54.

preferência do Procurador Geral das Ordens, graças aos serviços prestados citados acima. A Mesa, no entanto, beneficiou posteriormente a Pereira de Carvalho por ser natural do Brasil, o que lhe dava preferência segundo um decreto de 3 de julho de 1668! Recorrendo, Custódio pede ajuda ao deputado Vilanova Portugal que alegou ter ele mais literatura e serviços; mesmo assim a resolução de 14 de outubro de 1814, optou por Pereira de Carvalho.

Custódio ainda teria que aguardar dez anos para ser colado na freguesia de São João d'El-Rey e, nesse período de espera, tornou-se coadjutor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na cidade da Bahia[413]. Enfim, colado em 1824, Custódio foi ao longo do tempo sendo observado com desconfiança pelas "almas sanjoanenses", talvez por ser estrangeiro[414].

Os depoentes da Devassa afirmavam ter Custódio uma amante, cujo nome não foi identificado. Aos poucos, a descrença e a desconfiança no "homem designado por Deus por vocação", caminhavam em conjunto na tentativa de descobrir algo a mais sobre sua misteriosa vida particular e cosmopolita[415].

A instituição eclesiástica resolve apurar os rumores populares e escolhe dentre os habitantes, pessoas consideradas idôneas sob o seu ponto de vista, para prestar depoimento sobre "o que se via" e "sabia por ouvir dizer", "da conduta do referido vigário". Através dos depoimentos, percebe-se nos diferentes discursos, o consenso contra Custódio.

Homens dos mais variados ofícios compõem o público que relata a convivência de Custódio, portador de uma vida um tanto quanto agitada para um vigário colado da Matriz. Sapateiros, boticários, ourives e juízes de paz, relatavam o que sabiam sobre o padre.

A justiça "divina", representada na pessoa do Reverendo Visitador José Lopes Cançado, agia na instituição da Devassa, contribuindo assim, para o orgulho daqueles que, contra Custódio prestavam depoimentos. Porém, as querelas públicas

---

[413] Antiga denominação da cidade de Salvador, na Bahia.

[414] As desavenças locais sobre a nacionalidade do padre Luís José Dias Custódio serão tratadas no capítulo seguinte.

[415] SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, 2001, p. 31. O autor conceitua o termo cosmopolita da seguinte forma: "de acordo com o emprego francês registrado em 1738, cosmopolita é um homem que se movimenta despreocupadamente em meio à diversidade, que esta à vontade em situações sem nenhum vínculo nem paralelo com aquilo que lhe é familiar. Esse mesmo sentido da palavra surgiu em inglês mais cedo do que em francês, embora não fosse muito usado até o século XVIII. Por causa dos novos hábitos de se estar em público, o cosmopolita tornou-se o homem público perfeito".

eram substituídas por outras, onde se discutia o papel de um sacerdote, pois o que não poderia acontecer, porém, é o próprio sacerdote cair em contradição com os princípios religiosos. Afinal São Paulo Apóstolo já recomendava que "não confiasse ao serviço pastoral, senão homens dotados de uma alma verdadeiramente pastoral e sensível: exercitados na prática de boas ações, conhecidos por suas inclinações pacíficas e hábitos benfazejos: enfim de uma conduta exemplar" [416].

A pergunta que se fazia era a seguinte: os párocos foram feitos para os Povos? Ou os Povos para os Párocos? E, ao se basearem na oratória de São Paulo[417], declaravam que os párocos foram feitos para os povos, e não os Povos para os párocos. Portanto, a convicção e conveniência pastoral de Custódio são postas em pauta.

A partir do momento em que o visitador prossegue com o interrogatório com cerca de vinte depoentes, outros assuntos vieram à baila. Alguns depoentes se diziam desamparados por Custódio, por não contribuírem com os emolumentos. Entendiam que, ao pagarem o dízimo, cumpriam com suas obrigações com a Igreja. Achavam uma incoerência terem de pagar pelos serviços sacerdotais[418], pois cabia ao governo monárquico, a remuneração de seus funcionários através do consentimento da côngrua.

Embora fosse acusado pelos "fiéis", Custódio se relacionava bem com o Bispado de Mariana. Possuía um currículo profissional expressivo e havia ocupado vários cargos eclesiásticos, desde que chegou ao Brasil. Mesmo sendo vigário em São João, exerceu também de 1826 a 1828 em Mariana, as funções de Provisor e Vigário Geral, ou seja, delegado de jurisdição em certos distritos eclesiásticos, sob a inspeção de D. Frei José da Santíssima Trindade, o sexto bispo da diocese de Mariana.

O período de bispado de Santíssima Trindade estendeu-se desde 1820, quando chegou naquela cidade, ate 1835, ano de sua morte. Durante o período em que foi bispo, Frei José realizou inúmeras visitações com o intuito de inspecionar as

---

[416] APM, Câmara Municipal da Vila de S. João d'El-Rey, Representação de 07/02/1833.

[417] Ibid.,.

[418] Sobre a relação entre os padres e o Estado Monárquico brasileiro, ver: SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do altar à tribuna: os padres políticos na formação do estado nacional brasileiro. (1823 - 1841).* PPGH/UERJ, Rio de Janeiro, 2010. (Tese de Doutorado em História)

capelas e matrizes que estavam sob os seus cuidados[419]. No dia 06 de outubro de 1824, Frei José fez uma visita à Igreja de Nossa Senhora do Pilar, na presença do recém nomeado vigário colado e demonstra sobre ele estimado apreço. “Doutor Cônego Luís José Dias Custódio”, assim era chamado pelo bispo. Cônego, no caso de Custódio, era um titulo honorífico concedido pelo Bispo, e esse só o concedia a um sacerdote de méritos, fato curioso que acena para a existência de certa amizade entre o pároco e o bispo.

No entanto, os moradores da Vila, não pouparam a figura de Custódio. João Bernardes de Souza, branco, ourives e natural de São João d’El-Rey, foi o primeiro a jurar sobre a Bíblia e narrar o que sabia sobre a vida espiritual e pública de Custódio.

> Antes da vinda do Reverendo Vigário desta freguesia havia nesta Vila harmonia e fraternidade entre as famílias, e depois de sua vinda tem havido ódios, inimizades (...) e disse mais “quase todo o juízo da Igreja (N. Sra. do Pilar) esta encarregado a um coadjutor avançado em idade e que o Reverendo Pároco por si não leva sacramento[420].

Custódio não tinha hora certa para realizar o Sacrifício Conventual nos domingos e dias santos. Devido à distância da Matriz para alguns, os que se predispunham a escutar os ensinamentos litúrgicos muitas vezes encontravam a Igreja fechada e, em outras vezes, o ato já havia sido proferido.

Manoel Jacinto Cardozo, outro depoente, responde quando lhe é perguntado pelos pontos da petição da “queixa dos povos”, que Custódio não cumpria com os seus deveres como pároco e que por isso era imprudente. Quanto aos deveres, Custódio deixou a desejar. Somente perante o pagamento dos emolumentos, ou seja, gratificações além do ordenado, é que Custódio concedia os sacramentos como atendimento pró-viático (extrema unção) e a emissão do bilhete de desobriga, termo usado para indicar o tempo válido – ocasião da Quaresma. Para o cumprimento do segundo (confissão) e do terceiro (comunhão) preceitos da Igreja, referentes ao recebimento dos sacramentos pascais.

Insatisfeitos com essas atitudes, os fregueses não lhe pagavam essas vantagens pecuniárias, devido ao conhecimento de que Custódio recebia a côngrua.

---

[419] Sobre as visitações de D. Frei José da Santíssima Trindade, ver: OLIVEIRA, Ronald Polito; COELHO, José Arnaldo. *Livro de Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821 - 1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. (Coleção Mineiriana).

[420] AEAM, Livro das Devassas, 1833.

Custódio dizia palavras afrontosas aos seus fregueses dentro da Igreja, sem ter, segundo eles, motivo para tal atitude. João Bernardes de Souza, afilhado de crisma de Custódio, o denunciou, por ser membro de uma sociedade secreta intitulada "União e Lealdade". Custódio também foi acusado de ter espancado no meio da Igreja, Anna Joaquina Lopes, dando-lhe bastonadas e murros. O mesmo foi feito com a escrava Victoria, que apanhou de bofetadas e bastonadas dentro da Igreja. Assim está narrado o evento:

> dirigindo-se para as partes do Altar Mor ao passar pelo corpo da Igreja, voltou para o Povo e disse: Calem a boca que eu não importo que falem de mim, ei de leva-los a chicote, e ei de mandar vir para aqui varas de marmelo e voltou de cabeça baixa com bastão na mão e depois deu-lhe sobre os Povos.[421]

É sabido, porém que o pároco também excitava motins em épocas de eleições e, em certo movimento, chegou a pegar em armas. Pela defesa da ordem, Custódio causava a desordem, descrença e antipatia nos atores sanjoanenses.

Dessa maneira, Custódio ocupava vários espaços no universo social e político de São João d'El-Rey. Desentendia-se com escravos, fregueses, vereadores, juizes de paz e até com deputados. Após a conclusão da Devassa, o pároco levou uma suspensão de suas atividades por um breve tempo. Mas suas afrontas públicas não deixaram de ser sua marca. Ao longo de 1829, trava debates e polêmicas na imprensa local, até o ano de 1831, quando o periódico ao qual estava ligado deixa de circular. Em 1840 volta à cena imprensa redigindo o periódico *A Ordem*, que defendia o governo de D. Pedro II.

3.4 A imprensa como artefato político: espaço de representação.

Os redatores estudados tiveram trajetórias parecidas. Eram homens letrados, envolvidos com o comércio e com a política. Faziam-se representar pela imprensa periódica, deixando suas marcas e visões de mundo. Não obstante, não foram os únicos redatores. Foram "peças" principais da imprensa na época, pois são

[421] AEAM, Livro das Devassas, 1833.

significativos os apontamentos[422] que mencionam suas efetivas participações neste mosaico das letras impressas.

De maneira geral, estes protagonistas destacam-se por serem homens letrados, passíveis de serem pensados como componentes de uma elite intelectual. Exerciam várias atividades. Eram comerciantes, donos de escravos, vereadores, juiz de paz, deputados, párocos, porém a atividade tipográfica os unia. Assim, não pretendemos entendê-los como parte de uma elite dominante, mas, nos atermos às evidências e indícios das fontes trabalhadas, ou seja a imprensa periódica.

Sendo assim, trata-se de um grupo de indivíduos que estamos classificando como "intelectuais"[423], não obstante integrarem outros círculos de convívio social e de atividade econômica. Se partirmos do entendimento clássico de que as elites são um grupo restrito que detém o poder perante os demais, estaremos minimizando as potencialidades sociais vividas pelos atores em foco, na medida em que se busca perceber suas atividades como redatores e homens de imprensa.

Eram homens que participavam ativamente do "mundo do governo", seja em instâncias, municipais, regionais e nacionais. Tomavam a imprensa como um "tribunal" alternativo para se discutir questões pertinentes aos aspectos a políticos da sociedade. O periódico também se configurava como um "espaço" de discussão e combate pessoal, carregado de subjetividades e expectativas. Dessa maneira, o termo elite, se usado sem qualificação pode contribuir para um entendimento controverso, pois de acordo com Marco Morel, "o termo elite, se compreendido historicamente de forma abusiva, torna-se impreciso, pode elidir nuanças, complexidades e até contradições.[424]

Cabe ressaltar outra observação acerca dos protagonistas aqui apresentados. Estamos diante de uma "tela" aonde os pintores deixavam impregnadas suas tintas de acordo com suas visões de mundo. Para observar este ambiente das impressões, de certo, a formação profissional, resultante das escolhas pessoais foi

---

[422] SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa .... op. cit.,* 1999; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. .... op. cit., 1982. VIANNA, Helio. Contribuição à história da imprensa .... op. cit., 1945; VIEGAS, Augusto. *Notícias de São João d'El Rey*. .... op. cit., 1953; WALSH, Robert. *Notícias do Brasil.* .... op. cit., 1985. v. 1 e 2; MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida .... op. cit.,* 2000, (dissertação de mestrado); CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização .... op. cit.,* 1998. (Dissertação de Mestrado); MAIA, Tom; MAIA, Thereza R. C; IGLÉSIAS; Francisco. *São João Del Rei na história de Minas e do Brasil.* .... op. cit., 1986.

[423] Cf. HEINZ, Flávio (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora da FVG, 2006.

[424] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005, p. 171

determinante. Os redatores atuantes na imprensa mineira pertenciam a uma mesma geração e alguns se formaram na mesma Universidade além-mar, como no caso de Bernardo Pereira de Vasconcelos e Luís José Dias Custódio.

Nasceram no final do século XVIII e viveram a maior parte de suas vidas na primeira metade do século XIX. Alguns passaram pelos bancos universitários de Coimbra e então retornaram ao Brasil. Foram homens que viveram a experiência de participarem de momentos hoje caracterizados como modernidade. De acordo com a professora Lúcia Bastos, "o século XIX nasceu sob a égide do embate entre Antigo Regime e Luzes, um sinal, talvez o mais evidente, daquilo que muitos denominaram a Modernidade"[425]

Se a modernidade carrega em si traços do novo, o palco brasileiro das duas primeiras décadas do oitocentos, assistiu inúmeras experiências, que aos poucos e somadas, configuraram um ambiente novo no campo político e, principalmente, das ideias políticas. Não tratamos de autores de referência no campo filosófico, tão menos no campo das teorias políticas clássicas, mas, de homens comuns, embora conhecidos em seu meio social, que se projetaram na vida política e se fizeram ler.

Dessa maneira, os redatores, muitas vezes envolvidos diretamente com o "mundo do governo", foram capazes de alinhavar ideias, cujas referências, sejam teóricas ou filosóficas, foram pensadas e sistematizadas do lado de lá do Atlântico, seja por experiência acadêmica, mediante o ensino universitário, ou simplesmente pelas leituras cruzadas de obras então consideradas pertinentes ao embate político da época. [426]

A própria imprensa pode ser considerada um elemento significativo, resultante desta modernidade que se descortina no Brasil, quando do processo independentista e a *posteriori,* pelo esforço em delinear os traços da Nação. Foram homens que escreviam, votavam, elegiam, eram eleitos, publicavam e discursavam. Verbos esses conjugados graças à modernidade política soprada pelos ventos do liberalismo. Dessa forma, dever-se-á entendê-los num ambiente de incertezas e constantes discussões sobre o destino do país recém-independente, a partir de um lugar específico: o campo de atuação impressa.

---

[425] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs). *O liberalismo no Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 75.

[426] Trataremos deste assunto no próximo capítulo.

Por trás da cena impressa mineira, muitos outros atores estiveram envolvidos com a arte de se confeccionar, escrever e publicar os periódicos. Empregados, tipógrafos, redatores, editores e ajudantes de trabalhos mecânicos, não menos importantes como estender as folhas impressas para secarem, juntar as páginas e organizá-las para serem distribuídas e vendidas, enfim ganharem as ruas. Os periódicos eram produzidos em três diferentes tipografias, como foi explicitado no capítulo anterior. Era um trabalho de equipe, portanto, outros atores também foram responsáveis pelo trabalho impresso.

No caso do *Astro de Minas*, sabe-se que além de Baptista Caetano d'Almeida, outras pessoas estavam diretamente envolvidas com a sua tipografia, como o redator padre Francisco de Assis Brasiel, o diretor Francisco José Sales, advindo de Ouro Preto e o jovem tipógrafo José Maria Ferreira Garcia.[427] Na elaboração do *O Amigo da Verdade,* além do pároco Custódio, também trabalhava na tipografia e era igualmente responsável pelo periódico, outro padre com o codinome de padre Verruga, além do francês José Maria Jourdan e, em algumas ocasiões, o mesmo tipógrafo José Maria Ferreira Garcia.

Era comum, na época, a existência de padres que se dedicavam à redação de jornais[428], acumulando assim, as funções eclesiásticas e, portanto, de funcionários públicos, com as de jornalistas, como nos informam Isabel Lustosa[429]. E o pároco Custódio não fugia a essa tendência.

De acordo com Sebastião de Oliveira Cintra[430], José Maria Ferreira Garcia exerceu por mais de sessenta anos a profissão de tipógrafo, trabalhando, em épocas alternadas tanto no *O Amigo da Verdade,* quanto no *Astro de Minas* e também em outros periódicos de São João d'El-Rey como: O Cinco de Janeiro, O Escolástico, O Clarim, O Povo, O S. Joanense, A Situação, O Imparcial Semanário, A Tribuna do Povo, O Luzeiro, O S. João Del-Rei, A Opinião Liberal e a Gazeta Mineira.

---

[427] Cf. CINTRA, Sebastião de Oliveira*. Efemérides de São João del-Rei* .... op. cit., 1982. 2 v.

[428] Ver: SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do altar à tribuna: .... op. cit.,* 2010. (Tese de Doutorado em História)

[429] LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos* .... op. cit., 2000, p. 71.

[430] Cf. CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. .... op. cit., 1982. 2 v.

Pouco se sabe sobre o tipógrafo José Maria. Os dados que dispomos são os de uma efeméride de São João d'El-Rey, e nem mesmo nas efemérides mineiras é citado. Sabe-se que era filho de José Garcia Ferreira e Messias Antônia de Mesquita. Em 1829, começou a trabalhar na tipografia do *O Amigo da Verdade*, "órgão do Partido Conservador"[431], aonde aprendeu a arte tipográfica com o francês José Maria Jourdan.

Os tipógrafos se conheciam, bem como os redatores e os editores dos periódicos. José Maria Ferreira Garcia teve uma vida profissional intensa, trabalhou para tipografias de periódicos "adversários", cujos redatores eram inimigos e ofereceu seus serviços a outros periódicos. Teve oportunidade de trabalhar com homens de variadas tendências políticas e visões de mundo, além de imprimir suas percepções. Sua trajetória merece destaque e estudos, pois começou a exercer sua profissão ainda no Primeiro Reinado, passou pelo período regencial e adentrou o Segundo Reinado, por isso deve ter tido significativas "impressões" da época, embora trabalhasse nos bastidores.

A tipografia era o lugar de elaboração. Ponto de referência e de convergência dos grupos políticos e letrados. Entendemos estes grupos mineiros não só como uma elite letrada, mas sobretudo como uma elite intelectual. Antônio Gramsci[432] apresentou duas formas de se conceber os intelectuais. Uma diz respeito ao surgimento de grupos sociais advindos dos vários campos da sociedade. No meio destes grupos, surgem lideranças capazes de capitanear e deliberar sobre as funções próprias de cada campo, por determinadas capacidades adquiridas. Assim, cada grupo possui uma categoria própria e especializada de intelectuais. Aproxima-se dessa explicação o entendimento de Carlo Marletti, sobre os intelectuais.

De acordo com Marletti, o intelectual se distingue pela instrução e pela "competência, científica, técnica ou administrativa, superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas".[433] Paralelo a esta acepção Marletti aponta outra que diz respeito a relação com a cultura letrada. Para Marletti, os escritores são "engajados" e, por extensão, o termo

---

[431] Cf. CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. .... op. cit., 1982. 2 v, p. 12.

[432] Cf. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

[433] MARLETTI, Carlo. Intelectuais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, (Orgs). *Dicionário de Política.* São Paulo: Editora da UnB, 2000, p. 637.

se aplica também aos cientistas, artistas e estudiosos em geral, que “tenha adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e uma influência nos debates públicos”.[434] A segunda forma gramsciniana diz respeito a grupos de intelectuais inerentes ao processo histórico, por exercerem funções significativas.

A partir da década de 1970, o estudo de determinado grupo social específico ou limitado como os intelectuais se tornou um exercício comum entre os autores envolvidos com a renovação da história política. O estudo dos intelectuais como protagonistas da cena política é demasiadamente complexo, como informou François Sirineli[435]. Ser letrado, não quer dizer, necessariamente que atua na sociedade como escritor e expõem seus pensamentos de forma a contribuir para mudanças sociais ou políticas. Se filiado a um partido, só terá destaque se se enjagar numa causa, caso contrário será apenas mais um filiado, daí buscar, empiricamente a manifestação daqueles que têm as atribuições de ser letrado e ser participativo. Dessa maneira, as ações que procuram externar as variadas opiniões implicam em difundi-las.

Acreditamos que as fontes possam ajudar a esclarecer a existência ou não de tal complexidade. Partimos da explicação de Carlo Marletti sobre a relação do intelectual com a cultura letrada. O fato de se saber ler e escrever restringe, a potencialidade daquilo que estamos tratando, na medida em que essas prerrogativas, sozinhas, não dão conta da representação que o intelectual faz de sua realidade.

Para representar, é preciso escrever, registrar, persuadir e mobilizar as opiniões públicas. Numa época onde o principal meio de comunicação escrita era a imprensa periódica, é possível atentarmos para o entendimento que os atores mineiros aqui apresentados se faziam representar na agenda pública por meio das palavras. Cabe entender não somente as trajetórias de vida que evidenciam as funções de cada um, numa perspectiva coletiva, mas também seus registros e escritos impressos para então, tentar vislumbrar suas motivações. Dentre os redatores envolvidos com a imprensa na capital Ouro Preto e na Vila de São João d’El-Rey, sabe-se que eram, em sua maioria, eclesiásticos e políticos.

---

[434] MARLETTI, Carlo. Intelectuais .... op. cit., 2000, p. 637.

[435] Cf. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: René Rémond (org*). Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

Bernardo Pereira de Vasconcelos tinha formação jurídica e no início de sua carreira política aderiu às causas liberais. Embora Baptista Caetano d'Almeida não tenha frequentado os bancos de Coimbra como seu amigo, teve boa instrução e se enveredou pela vida econômica, por tradição familiar e na vida política, talvez por inclinação pessoal.

Luís José Dias Custódio, bacharel em Cânone pela Universidade de Coimbra, somava os conhecimentos religiosos, bem como a participação política ativa na vida política da Vila. Teve extensa experiência adquirida pela suas andanças paroquiais pelo Brasil, desde que chegara de Portugal, até se fixar em São João d'El-Rey.

Dessa forma, constituíam uma elite, no campo cultural e através de suas ações como idealizadores e redatores da imprensa, exerceram um papel preponderante na imprensa local. Liam autores clássicos e também outros periódicos, citados em textos próprios; cruzavam referência e tornavam públicos os seus pensamentos. Escreviam e publicavam suas reflexões. Daí pensá-los como uma elite intelectual, engajada com os aspectos políticos. Jean-François Sirinelli afirma que "o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um pequeno mundo estreito, onde os laços se atam".[436]

De acordo com o autor, uma revista ou até mesmo um conselho editorial exemplificam a afirmativa acima. Pois, "uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade"[437]. Dessa forma, uma tipografia também pode ser entendida como um espaço de convívio e de sociabilidade intelectual e impressa, pois, é no ambiente cultural e social que devemos perceber esses intelectuais, pois

> entre as atitudes ou práticas que fundam a sociabilidade intelectual está a elaboração de escritos comumente identificados como efêmeros, por possuírem o objetivo imediato de persuadir o interlocutor, através de argumentos nem sempre concluídos; do investimento em polêmicas; do recurso a frases de efeito; [...] da manifestação de impressões. Esse conjunto de textos inclui a correspondência privada, os artigos dados a ler em periódicos, assim como alguns discursos e assemelhados[438].

---

[436] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. .... op. cit., 1996. p. 248.

[437] Ibid., p. 248.

[438] GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro. Mauad: 2005, p. 263

Sirinelli estabelece, devido ao caráter polissêmico do termo intelectual, uma elucidação baseada em uma metáfora: “geometria variável”[439]. O autor propõe um tipo de investigação que procure perceber o intelectual em seu meio, lugar de onde se fala, bem como sua função exercida, para qualificar melhor suas atividades.

Nessa perspectiva, Quentin Skinner também acena para estabelecer um reconhecimento do “território” do autor a ser estudado[440]. Esse “território” era o das letras móveis e das múltiplas vozes que se faziam representar pelas palavras impressas nas tipografias mineiras, lugar agregador e disseminador de pontos de vista, eminentemente cultural por natureza.

[439] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. .... op. cit., 1996, p. 242.

[440] Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

4 DAS PENAS... ÀS TINTAS: UMA LEITURA DAS CORRESPONDÊNCIAS IMPRESSAS.

"A minha Penna he dirigida pelo sublime sentimento do bem ser da Pátria"

O autor das linhas acima escrevia com certa regularidade para as páginas do *Astro de Minas*. Dessa vez, justificava ao redator e aos leitores do periódico, a sua falha ao redigir tortuosas linhas que impediram a publicação de algumas de suas correspondências anteriores.

De acordo com o missivista, *O Observador*, essas falhas foram involuntárias, na medida em que acreditava ter se excedido ao transferir para o papel, tintas carregadas por exageros próprios daqueles que viam nas "penas", a possibilidade de registrar suas opiniões. Daí a afirmativa acima que exprime suas melhores intenções ao escrever em benefício de sua pátria.

As correspondências ajudavam a compor o repertório dos periódicos e inauguraram uma nova prática cultural: o ato de escrever para se publicar. Ser lido, se fazer representar e se fazer público envolvia aqueles que, por motivações diversas, lançavam mão de suas penas, remetendo suas introspecções ao universo público das letras impressas.

Em geral, os autores endereçavam suas correspondências à tipografia e caberia então ao editor, decidir sobre seu destino. Ganhar os "typos" e se tornar "letra redonda"[441] ou serem devolvidas ao remetente. Ás vezes, as cartas eram criticadas pelos próprios redatores, através de pequenas notas, que as julgavam impróprias de serem divulgadas por conter alguns excessos. Deste modo, quando da circulação do primeiro número dos periódicos, os redatores e editores se preocupavam em explicar aos leitores que não admitiriam injúrias e impropérios contra as autoridades constituídas e pessoas públicas.

Seria uma forma de prevenir qualquer mal-estar causado por uma correspondência tendenciosa. A imprensa não seria um "espaço" para troca de

[441] Expressão utilizada pelos redatores para indicar as letras impressas nas tipografias.

farpas e intrigas pessoais. Teoricamente, esta prerrogativa compunha o discurso inaugural das folhas mineiras, conforme exposto no capítulo anterior. O próprio *Astro de Minas* chegou a publicar: "desde já protestamos não inserir nesta folha Correspondência alguma, que contenha; [...] odiosas personalidades".[442]

Em 1825, quando do surgimento do periódico *O Universal*, a mesma instrução foi dada aos leitores "não terão lugar nelle outras correspondências, se não as que tratarem dos objectos em geral, e não contiverem personalidades, porque meu fim é a illustração publica, e não suscitar ódios entre os Cidadãos".[443]

A discussão e escolha sobre o que se publicar era um ato corriqueiro entre os editores. Com frequência, escreviam que cartas haviam chegado da Corte e eram interessantes de serem compiladas. Outras vezes, nenhuma notícia lhes enchia os olhos. Não obstante, se orientavam também pela lei de liberdade de imprensa que determinava as medidas a serem adotadas nas tipografias, responsáveis pelas impressões dos periódicos e folhas impressas em geral.

4.1 **Instruções impressas.**

Com o desígnio de instruir os leitores sobre a lei de liberdade de imprensa e até mesmo os juízes de "facto", o *Astro de Minas* dedicou-se a esclarecê-la em algumas de suas páginas, ao longo de três edições. A lei era composta por 46 decretos e foram divulgados aos poucos. No geral, os decretos informavam um leque de punições para cada crime cometido contra a liberdade de se expressar e se imprimir. [444] O conjunto das leis é bastante rico em informações e serve para elucidar as razões pelas quais tanto os redatores, quanto os missivistas se manifestavam acerca das consequências geradas pelos conteúdos polêmicos.

Inicialmente, a lei chamava a atenção para o cuidado que se necessitava tomar em conhecer todos os decretos. Toda publicação deveria seguir e ser

[442] BN-SOR, *Astro de Minas*, 20/11/1827, p. 02.

[443] APM-SIAAPM, *O Universal*, 18/07/1825, p. 1.

[444] Para uma análise resumida sobre a liberdade de imprensa no Brasil oitocentista, ver: NUNES, Tóffoli Tacia. Apontamentos sobre representação política e liberdade de imprensa no império brasileiro. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, v. 6, ano 3, n. 2, dez., 2008. Disponível no url: <www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>.

orientada pelas determinações da lei para não ter a sua liberdade cerceada pelas penalidades previstas. Assim, seria punido quem omitisse o lugar, ano e nome do impressor, bem como quem falsificasse essas informações prévias e necessárias.

Todos que abusassem da Religião Católica Romana, blasfemassem e zombassem de Deus, dos Santos e seus cultos seriam severamente punidos. Igualmente, seriam tratados aqueles que excitassem rebeliões entre os Povos, tema constante nos periódicos mineiros, e desobedecessem às leis, autoridades, e até mesmo aos funcionários públicos.

Os castigos referentes aos crimes contra a liberdade de imprensa poderiam ser: degredos, prisões e multas, variando de acordo com o grau de delito. No décimo quinto decreto, um adendo informa um fato curioso. Caso o réu não pudesse honrar o pagamento das multas que recaíssem sobre si, as mesmas seriam compensadas, ou melhor, comutadas em prisão. Acrescentar-se-ia um dia na pena por cada dois réis de multa não pagos. Outro fator interessante diz respeito aos responsáveis pelo julgamento dos crimes. Cada Comarca deveria criar um Conselho de Juízes de "facto".

Para que se pudesse formalizar o crime e julgá-lo, caberia à Comarca escolher um Juiz, preferencialmente, um Corregedor de Crime e seu Ouvidor. Deveria contar também com um Promotor de Justiça formado, ou escolhido entre os advogados reconhecidos pelos seus méritos, caso faltasse esse profissional na Comarca onde ocorreu o delito impresso.

Mesmo após esse esclarecimento público, o *Astro de Minas* registra inúmeras irregularidades contidas nas correspondências enviadas para a sua tipografia. Em uma sessão de *Avisos*, o redator escreveu ao *O Observador* que não poderia inserir sua correspondência por conter evidente abuso de liberdade de imprensa.[445] Em outros casos, o próprio redator pedia aos correspondentes para buscarem suas cartas na tipografia, pois continham *odiosas personalidades*.[446]

Não obstante, através da leitura das correspondências publicadas pelos periódicos mineiros, se percebe que as correspondências mais incisivas por criticarem algo ou alguém, alimentavam a circulação, aquisição e leitura dos periódicos, o que contrariava os seus objetivos e justificativas inaugurais. Mesmo

---

[445] BN-SOR, *Astro de Minas*, 17/01/1828, p. 04.

[446] Ibid., p. 04.

sendo de conhecimento público, a lei de liberdade de imprensa não era observada ao pé da letra pelos correspondentes. São exatamente as discordâncias de ideias e atritos pessoais, ingredientes necessários para alimentar a existência da imprensa mineira, dentro e fora da província.

4.2 **Ao abrir um periódico ... letras oficiais.**

Em meio às correspondências, textos, resenhas, artigos e avisos encontravam-se as informações oficiais, como: resoluções, decretos, discursos políticos e artigos de ofício e cartas de lei. Os atos oficiais tanto do governo de Minas e de outras províncias, quanto àqueles advindos da Corte, se serviam para alguns editores como mediadores entre as instâncias do Estado monárquico e o Povo, compondo um elemento necessário da modernidade política no Brasil. O *Universal* chegou a afirmar que algumas notícias seriam por demais pedantes, mas necessárias, pois "Preferirei sempre a publicação das leis, Decretos, e Portarias, pois apezar de que estes objectos não agradem tanto, como devem, sua vulgarisação he da primeira necessidade [...]".[447]

Associavam o exercício da leitura de leis e decretos a uma razão política, necessária à instrução e construção de um conhecimento politizado do Brasil recém-independente. Essa preocupação demonstra, de antemão, o papel da imprensa enquanto mediadora e também como um instrumento capaz de modelar e esculpir para o público, as tomadas de decisões dos principais atores políticos, de acordo com as conveniências de seus redatores.

O que se defendia no âmbito das concepções políticas era transferido para o papel impresso, sendo este um utensílio poderoso dos projetos de seus idealizadores, como pode ser percebido no caso do *Astro de Minas* e do *O Universal*. Ambos os periódicos tinham como mentores dois defensores do constitucionalismo, Baptista Caetano d'Almeida e Bernardo Pereira de Vasconcelos.

O redator do *O Universal* foi cobrado por não publicar os atos do governo provincial, embora fosse um de seus propósitos. *Hum que lhe doe* escreveu ao *O*

[447] APM-SIAAPM, *O Universal*, 18/07/1825, p.01.

Universal reclamando que havia endereçado uma correspondência à Junta de governo da Província, pedindo esclarecimentos sobre a eleição de um deputado, pois ~~se~~ corria à boca miúda, que o próprio deputado, não identificado na correspondência, não estava disposto a legislar. Não obteve resposta e reconheceu que

> emudecer-me, e calar-me seria melhor, e mais acertado expediente, mas lembrando-me do que dizia hum meo Tio que a Penna era o bordão ao pensamento do homem; e com effeito ou sem ela não podia dizer a V.m. e pedir para inserir no seu periódico as injustiças que tenho sofrido nesta Província [...].[448]

O fato de não ter obtido resposta lhe fez crer que o descaso nada mais era do que a permanência dos *ditos absolutistas*.[449]

Percebe-se num primeiro momento que a decisão em se publicar as notícias tocantes ao governo, em geral atribuem aos periódicos um caráter oficial e lhes confere credibilidade. "*Seu constante leitor"*, um colaborador do *O Universal*, não sabia "do que se tem passado no Conselho do Governo"[450], por isso vinha a público cobrar as melhorias das estradas que se encontravam em péssimas condições de se transitar, pois eram "atribuições do Exmo. Conselho a laboração das Minas".[451] Reclamava também que além de não cuidar das estradas, também não cuidava dos índios e que "a instrução publica da Província nada vale"[452] . Em compensação parabenizava *O Universal* por publicar os métodos de ensino mútuo, bem como tecia elogios à liberdade de imprensa, defendida pelo periódico.

Antes da liberdade de imprensa, os atos oficiais do governo monárquico eram publicados tanto pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro periódico criado no Brasil, quanto pelas folhas avulsas da Impressão Régia. As leis, decretos e artigos de ofício pertenciam ao "mundo do governo"[453] e girava em torno das deliberações e discussões próprias do governo monárquico. Eram notícias discutidas por uma elite intelectual e letrada, geralmente magistrada, responsável por difundi-la através da

---

[448] APM-SIAAPM, *O Universal*, 20/07/1825, p. 02.

[449] Ibid., p. 02.

[450] Ibid., p. 03.

[451] Ibid., p. 02.

[452] Ibid., p. 18.

[453] Cf. MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema*: .... op. cit., 1994.

veiculação da leitura capaz de promover uma cultura auditiva em círculos mais fechados.

Coube a essa elite reler estas notícias nos encontros que se davam nos salões, saraus, cafés, nos adros das igrejas, nas livrarias e nas barbearias, por exemplo. François-Xavier Guerra[454] informa que os atos oficiais tiveram seu valor historicamente construído. Para o autor, esses assuntos eram reservados a um público restrito: os letrados. Porém, com o advento da imprensa, os assuntos tendem a se tornar cada vez mais públicos.

Publicar artigos de ofício e decretos significava aproximar os leitores e ouvintes da nova organização político-administrativa do Brasil independente e assim contribuir para difundir a razão, benefício apontado por Guerra, capaz de torná-los mais próximo das discussões promovidas pelas instâncias do governo.

Segundo Guerra, essa prática se insere na configuração de uma modernidade política nascente. Percebe-se então que era característica desta modernidade política a amalgamação das notícias oficiais com as *correspondências mascaradas*[455] dos leitores que se transformavam em correspondentes que se faziam representar no espaço público através de suas cartas.

4.3 Virando as páginas ... cartas públicas.

De acordo com Teresa Malatian, “ao escrever cartas o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta”[456]. Embora a autora tome como foco de análise as cartas particulares, contribui para

---

[454] GUERRA, François-Xavier. Voces del pueblo: redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispânico (1808-1814). *Revista de Índias*, 2002, v. 62, n. 225, p. 357-84.O autor discute tais ideias para o mundo hispano-americano do início dos oitocentos, porém se observa essa prática impressa nos periódicos aqui analisados.

[455] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 08/05/1829, p. 2.

[456] MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195. Ver também: ABREU, Caio Fernando. *Cartas*. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed., 2002; MATTOS, Raimundo César de Oliveira. As cartas revelam: analisando o oitocentos através da correspondência. Rio de Janeiro, *XIV Encontro regional da ANPUH-Rio: memória e patrimônio*, 2010. Disponível no: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276191678_ARQUIVO_ASCARTASREVELAM.pdf [capturado em 04/ 04/2011].

assinalar algumas pistas sobre o gênero cartas, como por exemplo, o fato de demonstrarem "expressão de sentimentos, emoções e experiências"[457] de quem as escreve. Outra característica diz respeito ao "desejo de reciprocidade"[458]. Para a autora, o fato de um indivíduo endereçar uma correspondência, demandava automaticamente um pedido de resposta, pois, geralmente, as conversas se realizavam à distância. Acredita-se, entretanto, que se a expectativa da resposta despertava afeições e alimentava certa ansiedade, quando as cartas se tornavam públicas, ou seja, impressas, aguçavam ainda mais a reverberação, pois não era mais uma relação privada, do particular para o particular, mas do mesmo hábito para o público. Além de indivíduo, escritor e leitor, o mesmo compunha uma plateia de expectadores.

As cartas eram lidas em lugares diferentes e em temporalidades distintas. A resposta daquele que se interessasse em participar do debate público variava, seja por meio de atrasos em receber o periódico ou pelas próprias contingências diárias, como: distâncias entre vilas e cidades, mau estado das estradas, chuvas, assaltos pelos caminhos e até mesmo por uma indisposição de algum funcionário da tipografia. Como foi o caso do *O Universal* que deixou de publicar uma edição, em determinada ocasião, porque um de seus compositores, responsável por ordenar os *typos*, não estava bem de saúde.[459]

Temos então uma nova prática em meio ao tradicional exercício de se escrever cartas particulares: as cartas públicas. De acordo com Mônica Yumi Jinzenji, a inserção de cartas particulares na imprensa, contribuiu para formar um uma comunidade mais ampla de leitores[460]. Este gênero convive com o velho hábito das correspondências particulares, entretanto, com perceptíveis diferenças. As cartas públicas, ou endereçadas aos periódicos eram assinadas e identificadas por um pseudônimo, configurando o que entendemos como o aparecimento de uma

---

[457] MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. .... op. cit., 2009, p. 196.

[458] Ibid., p. 197.

[459] APM-SIAAPM, *O Universal*, 16/05/1828, p. 04.

[460] Cf. JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher: .... op. cit.,* 2008. (Tese de Doutorado em Educação).

cultura política do anonimato[461]. Eram divulgados os conteúdos, mas não os seus autores, salvaguardando a integridade de quem a escrevia.

Na maioria das vezes são conteúdos de ordem política, que versam sobre problemas cotidianos, onde se percebe a importância atribuída à duração curta de eventos singulares, pelos correspondentes. Se, por um lado a correspondência particular reuniu os indivíduos apreensivos por receber "notícias dizíveis (doenças, tratamentos de saúde, trabalho, detalhes do cotidiano) e apenas fazer supor as indizíveis (gravidez, problemas conjugais, dúvidas e incertezas religiosas, dinheiro, morte, sexo)"[462], as públicas acenavam para a instrumentalização impressa do discurso numa outra esfera: o da opinião pública.

Não queremos dizer que a opinião pública surge com o advento da imprensa, e tão menos, com as correspondências públicas, mas que ambas as práticas mobilizavam esta opinião, que se fazia através dos debates. Semanalmente, polêmicas variadas eram expostas pelas correspondências contidas nos periódicos, compondo o seu "universo discursivo"[463]. As mesmas induziam o leitor curioso a comprá-lo e a se inteirar, através da leitura direta ou indireta, ou dos diálogos contínuos que configuram múltiplos discursos cruzados.

De acordo com Iara Lis Schiavinatto, no início dos oitocentos, a leitura fugia aos nossos hábitos cotidianos,

> poderia ser em silêncio (na livraria, na cama, na sala) ou em voz alta (em família ou na taverna) [...] podia ainda ser recitada, ouvida de orelhada ou com suma atenção, em meio a outras tarefas (femininas, como a costura e o bordado, ou masculinas, como o barbear fora de casa) [464].

Quando um determinado assunto causava impacto na agenda pública, sempre continuava no próximo número e era lido e discutido em grupos, geralmente de amigos. Provavelmente, o fato de se ler em grupo, em reuniões de amigos, suscitava comentários que, de certo, seriam publicados através de correspondências

---

[461] SILVA, Rodrigo Fialho. "E a luz se fez": o nascimento da imprensa em São João d'El-Rey e a formação de uma cultura política do anonimato (1827-1829). *Dia-logos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 9-18, 2008.

[462] MALATIAM, Teresa. Narrador, registro e arquivo. .... op. cit., 2009, p. 197.

[463] Baseamo-nos na expressão de Dominique Maingueneau, que a define *como um conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em conjuntura.* MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes: Ed. da Unicamp, 1997, p. 16.

[464] SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre os manuscritos e os impressos. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (orgs). *Entre a Monarquia e a República:* imprensa, pensamento político e historiografia, 1822-1889. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 14.

por algum elemento do grupo. Vale destacar que, os leitores que se interessavam em ter as suas correspondências publicadas, pagavam um valor pecuniário, contribuindo para os trabalhos internos e despesas das tipografias.

A manutenção e funcionamento de uma tipografia não era tarefa fácil e qualquer contribuição era bem vinda. Certa vez, um correspondente do *Astro de Minas* lhe enviou uma carta, discordando de uma publicação que o periódico havia lançado. Chamou a atenção dos autores das correspondências que havia lido e a do editor do periódico, por tê-la publicado, pois seu conteúdo fugia às pretensões e linha editorial do periódico.

Assim escreveu *O Sertanejo, "*Li no seo N. 8 hum aviso, pelo qual previne aos seos correspondentes que não fará imprimir correspondências, que contenhão Personalidades"[465]. *O Sertanejo* julgava essa explicação muito vaga. Para ele, o periódico não deveria ter dado esta satisfação, pois corria o risco de atrapalhar o aumento do número de assinantes. Isso a seu ver, só dificultaria mais assinaturas e, por consequência, menos subsídio financeiro.

O fato de citar a leitura de números anteriores, demonstra certa vigilância moral por parte dos leitores em ler, reler e escrever sobre o assunto originalmente publicado. Um correspondente do *Astro de Minas* elogiou o *O Amigo da Verdade* por ter publicado reflexões filosóficas copiadas de um avulso que circulou na Corte, pelos idos de 1821, e dizia tê-lo guardado, pois era um colecionador.

Assim escreveu o "*Bibliophilo*", "vi no Amigo da Verdade N. 7 de hoje 20 de maio certas reflexões philosophicas sobre a liberdade e igualdade, copiadas de hum avulso, que no anno de 1821 se distribuio no Rio de Janeiro com esse titulo" [466]. O "*Bibliophilo*" chamava a atenção para alguns erros, que "talvez sejão typographicas"[467], porém pedia ao *O Amigo da Verdade* que não tomasse como ofensa, pois "também tenho tal avulso".[468] *O Sertanejo* havia comparado as correspondências publicadas pelo *Astro de Minas* a uma das justificativas do periódico quando da publicação de seu primeiro número, referente aos objetivos de sua existência e circulação. Os responsáveis pelo *Astro de Minas* escreveram que o

[465] BN-SOR, *Astro de Minas*, 11/12/1827, p. 03.

[466] BN-SOR, *Astro de Minas*, 30/05/1829, p. 04.

[467] Ibid., p. 04.

[468] Ibid., p. 04.

periódico não iria publicar nenhuma correspondência que atingisse diretamente e denegrisse a imagem de personalidades. Mas, *O Sertanejo* observava o contrário, por isso criticou a postura moralizante do *Astro de Minas* que não cumpria com que havia prometido.

Essa atitude deixa entrever que alguns leitores também colecionavam os números dos periódicos que lhe interessavam. São muitas as referências que fazem há números anteriores, para se respaldarem na hora de lançar suas penas a público. As edições colecionadas formavam uma espécie de compêndio e poderia render certo lucro.

Para se ter ideia um exemplar do *O Universal* era vendido avulso por oitenta reis. O mesmo periódico publicou avisos, onde pedia aos leitores para lhes vender alguns números e que pagaria por cada um cem reis, "Quem tiver os N. 36, 37, 38 do Universal e os quizer vender, taga-os a esta officina; que se lhe pagarão a 100 rs cada hum".[469] *O Universal* publicou avisos com o mesmo propósito em outras edições. O fato de comprar seus próprios números nos leva a cogitar duas hipóteses: *O Universal* vivia escrevendo estar sem profissionais para manter a regularidade das publicações, então, possivelmente as tiragens eram reduzidas e logo esgotadas. Por outro lado, alguns números eram mais importantes que outros, pois, dado o seu conteúdo, deveriam e mereciam ser arquivados.

O próprio *O Universal* anunciou na primeira página de um de seus números uma explicação aos seus leitores por aumentar o valor das assinaturas do periódico, dada a dificuldade em manter sua circulação. Por trimestre, se cobrariam dois mil réis; para semestre, cinco mil; e dez mil, por ano[470]. Esta decisão deveu-se ao pequeno número de assinantes do periódico, ao alto preço do papel e de outras condições onerosas. Não obstante, o aviso seria cobrado por linha escrita[471]. Cada linha custava vinte réis e o preço do periódico vendido avulso oitenta réis. Até o início de 1827, *O Universal* era vendido a setenta réis. Observa-se o alto custo da linha escrita, caso se quisesse publicar um aviso. Talvez esteja ai uma explicação para os avisos curtos e bastante objetivos veiculados pelo *O Universal*.

---

[469] APM-SIAAPM, *O Universal*, 18/01/1828, p. 04.

[470] APM-SIAAPM, *O Universal*, 16/07/1827, p. 01.

[471] Ibid., p. 04.

Ao se basear nos catálogos do livreiro Paulo Martins, Lúcia Bastos informa que um folheto, anos antes, era vendido na corte por um valor entre oitenta e trezentos e vinte réis. De acordo com a autora, "uma empada de recheio de frango custava 100 réis; a aguardente de cana, 80 réis a garrafa".[472] Essas informações demonstram que os periódicos não eram inacessíveis. O pouco número de assinaturas pode acenar para um fator interessante. De acordo com Marco Morel, as vendas avulsas preservavam os leitores de serem identificados com a linha editorial do periódico, bem como sua tendência política. Assiná-lo além de *um ato de opinião* sugere estar em conformidade com seus ideais e sofrer, consequentemente, acusações de *faccioso*[473].

Ao contrário, o *Astro de Minas* afirmava ter cerca de trezentos assinantes. O fato de divulgar tão expressivo número passa pela questão de legitimar e vangloriar o periódico, que aparentemente tem significativa aceitação do público leitor, porém em nenhuma de suas edições aparece qualquer evidência de quem seriam estes assinantes. Como o papel aceita qualquer traço de tinta, fica a dúvida quanto ao número de assinantes do *Astro de Minas.*

Se compararmos o *Astro de Minas* com *O Universal*, percebe-se que o segundo periódico passava por dificuldades evidenciadas pelas suas próprias páginas, enquanto no *Astro de Minas*, não encontramos qualquer reclamação quanto à manutenção de suas atividades e, tão menos, quanto a sua regularidade. Percebe-se que, por se tratar de uma prática nova, os responsáveis pelo periódico estavam dando os primeiros passos ao procurarem discutir sobre os assuntos lançados ao público pela folhas impressas, principalmente sobre os temas políticos, como as eleições, por exemplo, que tanta polêmica causavam. Por ser um tema polêmico por natureza, talvez os redatores tenham investido em discutir as eleições também com o propósito de aumentar as vendas dos periódicos.

De contínuo, as eleições foram objetos de desavença, embates e confusões públicas. Por serem abundantes, as correspondências sobre as tramas eleitorais acabam revelando o interesse do público em utilizar a imprensa como interventora

---

[472] NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Os panfletos políticos e a cultura política da independência do Brasil. In: JANCSÓ, István. (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: FAPESP: Hucitec, 2005, p. 647.

[473] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005. p. 212.

de suas opiniões, além de insinuar a predileção pelo tema eleitoral e suas facetas locais.

4.4 Virando as páginas ... rumores e contendas eleitorais.

> *Está chegando o dia 16! A minha cara Pátria vai lançar na urna a sua sorte = feliz = desgraçada = são as palavras que as cédulas encerrao! Eleitores amigos vede o que fazeis...vossa existência não esta so nas vossas pessoas; vossos filhos reclamãode vós a liberdade...se votardes mal, lançaes os ferros da ignomínia em vossa Pátria.*[474]

As eleições suscitaram a publicação de inúmeras correspondências nos periódicos mineiros. As discussões eram o reflexo da disputa pelo poder local e de representação política, além de acenar para a imprensa também como um mecanismo de informação e de acompanhamento do desenrolar do processo eleitoral. Daí a necessidade de se perceber os periódicos como um mural das conveniências pessoais daqueles que se interessavam pelas eleições, centralizando, por assim dizer, suas atenções sobre as discussões legislativas, acompanhando os rumos das instituições políticas[475].

Dessa maneira, o autor anônimo da epígrafe escreveu ao redator do *Astro de Minas* pedindo que suas palavras fossem publicadas antes das eleições, marcadas para o dia dezesseis de novembro de 1828. Pedido aceito. O *Astro de Minas* lança seus escritos à prensa com antecedência e as tornam públicas três dias antes do pleito.

De acordo com o correspondente anônimo, diferentes listas indicando e propagandeando nomes dos possíveis deputados estavam circulando pela província. As listas estavam causando discórdia entre os mineiros de diferentes vilas e comarcas. O correspondente anônimo se dispõe a escrever na intenção de defender algumas personalidades que, quando não estavam sendo injuriadas pelas

---

[474] BN-SOR, *Astro de Minas*, 13/11/1828, p. 03.

[475] Cf. SLEMIAN, Andréa. Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre estado e sociedade no Brasil, 1822-1834. *Lócus: revista de História*, Juiz de Fora, v.13, n. 1, p. 34-51, 2007.

listas, as mesmas as ocultavam, "pois listas indignas"[476] partiam das capitais das províncias brasileiras para suas partes e, em Minas, não foi diferente.

Uma das listas não continha o nome de Bernardo Pereira de Vasconcelos então, "alertava o anônimo, todas as listas, que não tiverem o nome deste grande Deputado, vos devem ser suspeitas". [477] Explicitava que os absolutistas lançavam boatos e afirmavam, para ganharem credibilidade, que os responsáveis pela distribuição e circulação das listas eram membros do próprio governo. Dessa maneira, pedia encarecidamente ao público que examinasse, com certa prudência, os conteúdos das listas que não tivessem o nome de Vasconcelos, pois "todos inimigos da liberdade, são inimigos de Vasconcelos [...] a cabala anti-brasileira, [...] dos Déspotas,[...] trabalha fortemente para exclui-lo das presentes Eleições".[478]

Vasconcelos concorreu às eleições e teve o número mais expressivo de votos para deputado para a segunda legislatura, em 1830. Observa-se que o *Astro de Minas* foi o primeiro a chamar a atenção para os rumores contra Vasconcelos, através da publicação de uma correspondência de um de seus leitores. Logo, *O Universal* se vale de tal correspondência para também sair em defesa do deputado eleito.

O Universal compilou do *Astro de Minas* um artigo, onde o redator sanjoanense afirmava correr o rumor que a reeleição de Vasconcelos para deputado se deveu, dentre outros fatores, ao apoio incondicional dos dois periódicos. O problema não estava no apoio dos periódicos, mas sim, na forma como foi cooptado para tal objetivo, o de apoiar Vasconcelos.

Dizia-se que Vasconcelos teria subornado e induzido ambos os redatores para veicularem somente boas notícias a seu respeito, pois corria à "boca miúda" que "Sr. Vasconcellos não goza de consideração alguma nesta Província. Sua reeleição é devida ao grande suborno do Astro e Universal".[479] Embora fosse uma denúncia de inimigos políticos, teve reverberação impressa.

De fato, Vasconcelos teve seus discursos publicados em ambos os periódicos. Diziam não ter problema algum ter recaído sobre os seus periódicos, o

---

[476] BN-SOR, *Astro de Minas*, 13/11/1828, p. 03.

[477] Ibid., p. 03.

[478] Ibid., p. 04.

[479] APM-SIAAPM, *O Universal*, 09/02/1829, p. 02.

ato de ter apoiado, direta ou indiretamente a candidatura de Vasconcelos. Os rumores também afirmavam que houve suborno entre os eleitores mineiros. Quanto a esta afirmativa, o *Astro de Minas* escreveu que antes mesmo das eleições primárias, o brado que se ouvia nas Minas era o de que Vasconcelos deveria ser reeleito. Esta era a opinião de setecentos e quatorze eleitores, explica o Astro de Minas.

> Não negamos, que o Universal e o Astro alguma cousa dicerão sobre Eleições, e Deputados, elogiando, ou censurando aquelles, que o merecião; e será isto soborno? Se os Eleitores Mineiros podessem ser sobornados, certamente o serão por esses, que se inculcavam emmissarios dos Agentes do Poder, e nunca pelos Redactores do Universal e do Astro, e muito menos pelo Sr. Vasconcellos que não é Ministro de Estado, Presidente &c, para poder prometter empregos, commendas, hábitos, &c, &c, &c[480]

Na citação acima é possível perceber que mencionam indiretamente o Ministro Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa, e aproveitam para criticar a permanência de antigos hábitos em torno da distribuição de mercês, próprias do antigo sistema político. O fato de livrar a responsabilidade do possível suborno feito pelos periódicos, o redator do *Astro de Minas* contra-argumenta deixando perceptível que tal prática era comum aos homens que governavam e que estavam mais próximos da órbita do poder executivo, pois insinua ser comum este procedimento entre os ministros e presidentes de província.

Certa vez, *O Pateta*[481], correspondente do *O Universal*, lhe perguntou se os presidentes de província deveriam tratar os membros do Conselho pelo pronome de tratamento, Excelência. O presidente era um cargo de confiança do Imperador e, por si só, deveria receber este tratamento, mas como o Conselho era eletivo*, O Pateta* ironizava para saber em que instância do poder da província estaria alocado o pronome de tratamento que tantos rogavam para si.

Outros boatos do tipo amedrontador eram lançados a público. Um tal senhor Amaral, em Ouro Preto e um cônego denominado Ignácio, na cidade de Mariana, espalhavam boatos que ecoavam na capital da província, que tropas de republicanos queriam tomar o poder[482].

---

[480] APM-SIAAPM, *O Universal*, 09/02/1829, p. 03.

[481] APM-SIAAPM, *O Universal*, 04/03/1829, p. 04.

[482] APM-SIAAPM, *O Universal*, 23/03/1829, p. 03.

O presidente de Minas havia mandado uma circular informando que não existiam republicanos na província. Os responsáveis por espalhar os boatos eram acusados de inconstitucionais, portanto; déspotas, absolutistas e republicanos. Politicamente, existem diferenças significativas entre os três conceitos acima elencados pelo redator do *O Universal*.

De certo, sabe-se, historicamente que não eram sinônimos, porém, eram desqualificadores e associados à desordem pública e ao abuso de poder, daí a associação com certa dose de miopia, perante o caleidoscópio de expressões e conceitos políticos trazidos pelos ventos liberais.

O meio de equilíbrio para afastar qualquer tentativa de manifestação destes preceitos políticos seria a manutenção e defesa da Constituição, ou melhor, da Monarquia Constitucional, como solução, pois deveria ser defendida a custo de "sangue e vida" [483]. Os rumores sempre foram comuns em qualquer sociedade e faz parte dos códigos linguísticos constitutivos do discurso, seja ele erudito ou popular[484]. No entanto, pouco se tem estudado sobre o assunto.

De acordo com Arnaldo Contier, antes do aparecimento e circulação dos primeiros periódicos, em São Paulo, "a comunicação entre os indivíduos restringia-se à divulgação dos mais diversos acontecimentos sob forma de boatos".[485] Em Minas, observa-se que os rumores se faziam presentes na imprensa e coexistiam com as notícias publicadas pelos redatores que empregavam o estilo oratório. O objetivo deste estilo era o convencimento dos seus leitores a respeito de problemas e assuntos da época, pois cabia à imprensa disseminar as notícias, causar os eventos e reverberar os fatos.

Ao justificarem seus discursos como imparciais e verdadeiros, através de uma linguagem intensamente moralizante, os redatores e os correspondentes incorporavam em seus textos os mesmos rumores transmitidos oralmente, que compunham o diálogo cotidiano. Contier chama a atenção para a função coletiva dos rumores. Ao mesmo tempo em que se manifestam individualmente, existe em

---

[483] APM-SIAAPM, *O Universal*, 23/03/1829, p. 04.

[484] Sobre a temática ver: CARVALHO, Marcus. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. *Tempo*, v.. 3, n. 6, dez., 1998; GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no chão:* murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII. Niterói. ICHF/UFF, 2008. (Dissertação de Mestrado em História).

[485] CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia .... op. cit.,* 1979, p. 45.

torno dos rumores, julgamentos e preconceitos que eram compartilhados por determinados grupos. Para Zeidi Trindade, os rumores ou a fofoca tem função de preservar certas identidades de grupos e de demarcar as diferenças entre os mesmos.[486]

Entendemos os periódicos como representação de grupos sociais politicamente similares e distintos, ao mesmo tempo. A imprensa periódica apresenta-se como um mural onde se expunham as opiniões, notícias, cartas, artigos e textos que se somavam a um repertório e simbolizavam as expectativas dos seus responsáveis.

Para se ter ideia do poder dos grupos divergentes, observar-se-á as contendas entre os periódicos em foco e o segundo processo eleitoral ocorrido no Brasil recém-independente para escolher os deputados, senadores, vereadores e também juízes de paz que se tornou um dos assuntos mais repercutido na imprensa da época. Nessa trama, o anonimato foi um dos principais instrumentos de ação política, utilizado pelos periódicos.

4.5 **Tramas eleitorais e atores ocultos.**

O assunto que mais rendeu discussões e trocas de correspondências foi o processo eleitoral. Seu volume impressiona não somente pela quantidade, mas, sobretudo pelo seu teor polêmico. As correspondências assumiram um papel de termômetro da trama eleitoral, na medida em que expressavam as opiniões dos eleitores. Dessa maneira e no intuito de identificar os atores sociais responsáveis pelos debates na imprensa, percorreu-se o processo eleitoral para compor a segunda legislação em 1830.

Com a Constituição de 1824, inaugura-se, no Brasil, uma prática política: a escolha da composição do corpo legislativo. Isso não quer dizer que, na América Portuguesa, essa prática não existisse, porém, ficava restrita apenas à composição

[486] TRINDADE, Zeidi Araujo. Comunicação e socialização do conhecimento: o boato e a fofoca como objeto de estudo em representações sociais. In: OLIVEIRA, Denize Cristina; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. *Representações sociais:* uma teoria sem fronteiras. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 78.

do corpo municipal. Ao longo do processo de independência, as elites mineiras se manifestaram heterogêneas do ponto de vista político.[487]

A partir de 1824, observa-se no Brasil, o esforço pelo exercício de um enquadramento institucional, capaz de delinear o aparato administrativo "Brasílico" em detrimento ao luso-brasileiro. As eleições seriam uma alternativa, no que tange aos contornos de representatividade legislativa provincial de se fazer presente nos debates políticos institucionais que então se inauguravam.

Nesta perspectiva, as elites mineiras divergiam quanto ao papel do Estado Monárquico e o da representatividade legislativa, sendo esta última, uma alternativa interessante para, senão descentralizar o poder, tendo em vista a existência do poder moderador, do Senado escolhido pelo Imperador e da indicação dos presidentes de província pelo mesmo, ao menos torná-lo menos centralizador.

É neste ambiente de perspectivas políticas que as elites mineiras, de acordo com Ana Rosa Cloclett da Silva[488], (re)inventam, a seu turno, a Monarquia pautada pela modernidade política, ou seja, tendo como moldura uma Nação a ser pintada, o liberalismo político manifestado na Constituição do Império.

Agora, esse exercício incluiria também a escolha dos deputados que iriam compor a Assembleia Legislativa, cujo processo se verifica muito diferente dos dias atuais. Não existia o sufrágio universal, ou seja, o direito de todo cidadão de escolher os seus representantes, pois o voto era censitário e indireto.

As eleições se dividiam em duas etapas, mais conhecidas por eleições de primeiro e segundo graus. Podiam ser eleitores e votar em deputados, senadores e membros dos Conselhos de província, todos os que participassem na eleição na assembleia paroquial, na qual sairiam escolhidos os eleitores. A única exceção resguardava-se àqueles que não tivessem uma renda líquida anual de duzentos reis por bem de raiz, indústria, comércio ou emprego; os libertos e os criminosos pronunciados em querelas e devassas, com inquérito instituído.

Um dia depois de outorgada a Constituição, em 26 de março de 1824, foi expedido o primeiro decreto mandando proceder à eleição dos cargos expostos

---

[487] Cf. SANTOS, Estilaque F. dos. *A monarquia no Brasil: o pensamento político da independência.* Vitória: Edufes/Ceg, 1999; SILVA, Ana Rosa Cloclett da. (Re) inventando a Monarquia: .... op. cit., 2007, p. 71-94; SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo .... op. cit.,* 2002, (Tese de doutoramento).

[488] SILVA, Ana Rosa Cloclett da. (Re) inventando a monarquia: .... op. cit., 2007. p. 71-94

acima. Para Edgard Costa[489], esse decreto pode ser considerado a primeira lei eleitoral do Império. As instruções foram distribuídas para as províncias brasileiras. Eram divididas em nove capítulos explicativos sobre o procedimento eleitoral, uma novidade num país que buscava a modernização de suas instituições, agora constitucionais, delineando, por assim dizer, os traços do Estado Monárquico.

No primeiro capítulo, estabeleciam-se as normas mais gerais. Determinava-se que, em cada freguesia do Império, se constituiria uma assembleia eleitoral, devendo ser presidida pelo juiz de fora ou ordinário que poderia contar com a assistência do pároco ou de seu legítimo representante.

Dessa maneira, toda paróquia teria tantos eleitores quantas vezes contivesse o número de cem fogos[490]; passando de cento e cinquenta, daria dois eleitores; de duzentos e cinquenta, três e assim sucessivamente. Não obstante, caso fosse o contrário, menor que a soma de cem, mais a sua metade, corresponderia a um eleitor. Essa etapa eleitoral era considerada primária ou de primeiro grau, pois, escolhidos os eleitores, esses, por sua vez, eram convocados a votar em deputados, senadores[491] e para os Conselhos Gerais, no plano provincial.

A Constituição propunha ainda um ritual a ser seguido. No dia indicado pelas Câmaras, o pároco reuniria os habitantes na igreja matriz às 8 horas da manhã, para assistir a missa do Espírito Santo, celebrada por ele. De acordo com Edgar Costa[492], em seguida, colocavam uma mesa no corpo da Igreja, onde o presidente da Câmara tomava assento em sua cabeceira e ao seu lado direito, se posicionava o pároco, no caso, Luís José Dias Custódio. Os dois escolhiam entre os presentes, duas pessoas para secretários e mais dois para a função de escrutinadores, responsáveis por contar os votos.

Após verificação da ausência de fraude, procedia-se a eleição. Depois os eleitores assinavam uma lista que continha seu nome e profissão. Então, um escrutinador passaria a contar os votos enquanto o outro e os dois secretários

---

[489] COSTA, Edgard. *A legislação eleitoral brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1964, p. 5.

[490] Fogo quer dizer a casa em que habitasse uma pessoa livre, ou uma família com economia separada, de maneira que um edifício poderia conter 2 ou mais fogos. Ibid., p. 5.

[491] Era a primeira etapa para escolha dos Senadores, pois seriam escolhidos a posteriori pelo Imperador.

[492] COSTA, Edgard. *A legislação eleitoral brasileira* .... op. cit., 1964, p. 6.

registravam, em voz alta, os nomes escolhidos na medida em que, concomitantemente, tomavam nota dos resultados.

Dessa forma, aqueles que tivessem obtido a maioria dos votos eram considerados os eleitores de paróquia. O total de eleitores dependia automaticamente do total estipulado para cada freguesia. Para cada província, a Constituição guardava um número de deputados relativo ao total de seus habitantes.[493]

No caso dos Senadores, cada província elegeria o número de senadores correspondendo à metade dos números respectivos de deputados; a província que tivesse um deputado teria, portanto, um senador, posteriormente escolhido pelo imperador. O segundo processo eleitoral ocorrido no Brasil ocupou, de maneira instigante, as páginas da imprensa sanjoanense e ouropretana.

O *Astro de Minas* registrou tanto os discursos oficiais de apuração e o resultado, quanto os boatos públicos que foram surgindo próximo às eleições para deputado, naquele ano de 1828. De acordo com José Murilo de Carvalho, nos processos eleitorais do Brasil do século XIX, era comum acontecerem fraudes e, "críticos da época não se cansavam de denunciar as falsidades de atas, a violência contra adversários, a aberta interferência do governo, a compra de votos, a motivação puramente pessoal e material dos votantes". [494]

Os periódicos *Astro de Minas*, *O Universal* e *O Amigo da Verdade*, divulgaram, cada um a seu turno, a trama eleitoral impressa na época, onde se verifica a existência das contendas citadas acima. "A Nação brasileira vai exercer a mais sublime de suas prerrogativas: a de eleger seus representantes".[495] Com essas palavras, o *Astro de Minas* trazia a público a trama do processo eleitoral.

De forma pedagógica, o *Astro de Minas* reproduziu uma história, que havia circulado pela Corte através das páginas do *Aurora Fluminense*. O diálogo entre um ancião e um jovem, ou melhor, pai e filho. O pai tratava de esclarecer para o menino,

---

[493] Minas Gerais encabeçava o número de vagas com 20 deputados, seguidos pela Bahia e Pernambuco com 13; São Paulo com 9; Rio de Janeiro e Ceará com 8; Alagoas e Paraíba com 5; Maranhão, 4; Pará e Rio Grande do Sul com 3; Província Cisplatina, Goiás e Sergipe com 2; Santa Catarina, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Piauí e Espírito Santo com apenas 1. COSTA, Edgard. *A legislação eleitoral brasileira*. .... op. cit., 1964, p. 7.

[494] CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, 1996, p.6.

[495] BN-SOR, *Astro de Minas*, 16/09/1828. p. 03.

alguns aspectos da vida política brasileira, representada pelas eleições. Pelo seu teor pedagógico e moral, embora extenso, merece aqui ser reproduzido:[496]

> Hindo hontem dar hum passeio para fazer exercício, presenciei huma scena mui agradável. Sentado a sombra de huma arvore estava hum venerado Ancião em companhia de hum Jovem, que teria quando muito seos quatorze annos; ao aproximar-me ouvi que tratavão sobre eleições; e como a matéria interessa a todo Cidadão, que ama sua Pátria, parei sem ser percebido, e fui testemunha do Dialogo seguinte:
> Ancião. – Meo Filho, os nossos concidadãos estão agora seriamente occupados nas eleições para os diferentes Cargos da sociedade.
> *Joven.* – Meo pai, tenho ouvido fallar-se muito em eleições, e infelizmente não sei o que ellas sejao?
> *Anc.* – Eleições vem a ser o acto, pelo qual cada Cidadão, que se interessa pelo bem de sua Pátria, concorre a designar aquelles, que em sua consciência reconhece, que são capazes de ser Eleitores.
> *Jov*. – E o que são Eleitores?
> *Anc.* – São aquelles, que devem declarar por seos votos os Cidadãos, que são chamados pela Constituição a occupar differentes empregos.
> *Jov.* – Quaes são esses empregos; pois eu me abraso no desejo de saber tudo, que he tendente ao bem geral da Nação.
> *Anc*. – São os membros do Conselho Geral de Província, os do Conselho do Presidente e os deputados à Assembleia Legislativa, etc.
> *Jov.* – Quais são as atribuições desses diferentes cargos?
> *Anc*. – Vos tendes a vossa Constituição, lêde os Cap. 2, e 5 do Tit. 4., e o Cap [...] do Tit. 7., ahi achareis que ella tem determinado a este respeito.
> *Jov.* – Todos os Cidadãos podem servir estes cargos?
> *Anc*. – Sim, com tanto que tenhão para isso as qualidades necessárias.
> *Jov*. – E que qualidades são essas, será ter algum posto, como Capitão, Alferes, major, ou ser Ouvidor, Juiz de Fora, Vigário, Cônego, etc.?
> *Anc*. – Não, meo filho, esses postos, ou empregos nada influem, e muitas vezes servem de opprobrio à aqueles, que os occupão sem mérito, muito principalmente quando elles são adquiridos por meios vis, e indecorosos, ou não são desempenhados com zelo, e desinteresse.
> *Jov*. – Então não posso adevinhar, que qualidades deverão ser essas, Será talvez fallar muito em Constituição, e liberalismo, e nos sacrifícios, que se tem sofrido pela causa do Brasil, e querer muito occupar algum emprego, do qual lhe resulte huma melhor subsistência.
> *Anc*. – Peior hum pouco: esses indignos Cidadãos não tem hum verdadeiro amor a Pátria, amão antes seos interesses em lugar do bem geral da Nação; por isso não devem ser lembrados, para occupar lugares, ainda os das mais pequena importância; assim como Vintenarios etc.
> *Jov.* – De vossa resposta eu colligo, que o amor da Pátria he huma das qualidades essenciaes, que se deve procurar em hum Cidadão destinado a encher funcçoes sublimes nos diversos encargos, a que a Constituição o chama?
> *Anc*. – Sim, meo filho; e sobre o amor da Pátria deve basear o amor da humanidade, da Justiça, e da tranquilidade publica: hum juízo são, hum coração recto, e bem formado nos verdadeiros princípios da Religião pura, e livre de supertiçoes, afferrado a seos deveres, e huma grande moderação devem ser os caracteres dos Cidadãos destinados a Representação Nacional, e aos mais cargos públicos.
> *Jov*. – Pois não bastaria hun espírito cultivado, huma imaginação activa, talentos oratórios, e huma brilhante eloquência?
> *Anc.* – Não: os talentos nada aproveitão sem o bom uso: a Sociedade necessita de faroes, que a esclareção, e não de chamas para, que a incendeiem, e destruao.
>
> Levantemo-nos, meo filho, vamos para casa, que já he tarde. Tu enches de prazer, e doces esperanças o coração de seo velho Pai: teos sentimentos honrão minhas [...]. Oxalá que Deos eterno, que nos deo a existência, fortifique esse gérmen Sagrado do amor da Pátria, para vires hum dia a seres o Phocion do Brasil!
> Confesso, Sr. Redactor, que fiquei extasiado, vendo hum Pai terno dando sabias Lições a seo filho e não podendo conter o meo transporte exclamei. Brasil quanto serás feliz, e venturoso, se todos os Chefes de família, a exemplo deste respeitável

[496] BN-SOR, *Astro de Minas*, 16/09/1828. p. 03 e 04.

> Ancião, inspirarem a seos caros filhos o amor a religião, da Pátria, e da Constituição! De certo não terás a invejar os triumphos da belicosa Roma, nem os trepheos da Soberba Carthago, nem os Heroes da virtuosa Athenas ! ...
> Se achar que estas linhas merecem lugar na sua folha digne-se publica-las com isto muito obrigado.
> Brasileiro

Existia a preocupação de informar sobre o procedimento e a importância da representatividade política, ainda mais em um país independente, que buscava delinear suas instituições. O *Astro de Minas* publicava trechos da Constituição sobre "Do modo de votar"[497] e outras instruções um tanto teóricas. Não obstante, tinha-se a necessidade de ilustrá-la de forma simples e em linguagem corriqueira, como observado no diálogo acima. O filho representava a esperança, a renovação perante a nova representatividade política, resguardada pela Constituição do Império e passível de ser revigorada a cada eleição.

O pai, como o texto informa, era um ancião, experiente e portanto, conselheiro na observação das virtudes capazes de conduzir politicamente o Brasil a uma Nação e, em contrapartida, perceber as más intenções de alguns representantes. Pela idade avançada evidenciada pelo diálogo, o pai havia participado da vida política do Brasil há tempos, enquanto pertencia a Portugal e vivido uma experiência nada satisfatória.

Na prática esta história publicada originalmente na Corte, se fez compilada pelo *Astro de Minas*, como uma cartilha moral a ser divulgada para os eleitores, o que configura um cuidado pedagógico no ato de informar, diante da inexperiência das nuances constitucionais e eleitorais dos "Homens Bons".[498]

De acordo com Lúcia Bastos era comum este tipo de publicação na época da independência. Segundo a autora, "os autores apresentavam as ideias de forma bastante organizada, utilizando algumas frases simples e diretas, destinadas a causar impacto sobre o receptor e a facilitar a compreensão da mensagem"[499], como pode ser evidenciado no texto do *Brasileiro*.

---

[497] BN-SOR, *Astro de Minas*, 04/11/1828. p. 01. Pela data desta publicação, um ano antes das eleições para Deputado, vereador e Juiz de Paz, pode-se perceber que os assuntos políticos eram uma preocupação constante do redator e editor do *Astro de Minas*.

[498] Embora fosse uma expressão tipicamente setecentista, a encontramos escrita com certa frequência pelos redatores na imprensa mineira do período em tela.

[499] NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Os panfletos políticos e .... op. cit., 2005, p. 646.

Por outro lado, os próprios atores envolvidos diretamente no processo eleitoral faziam da ocasião, um acontecimento, um conflito local, inflamando o cotidiano dos habitantes tanto da Vila de São João d'El-Rey, quanto da capital Ouro Preto. No dia sete de agosto, o Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, Aureliano de Souza Oliveira Coutinho e o pároco Luís José Dias Custódio, enviaram um ofício para a tipografia do *Astro de Minas*, contendo o edital da eleição a ser publicado.

Faltando alguns dias para a realização das eleições, o pároco da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e responsável pelo *O Amigo da Verdade* foi atacado na imprensa, ou melhor, pelo *Astro de Minas* por meio de uma correspondência assinada com o pseudônimo de *O Despertador*, aquele que chama a atenção e desperta os homens da sonolência. Essa correspondência acusava o pároco Custódio de omitir mais de um mil e quinhentos fogos em sua lista; "Por causalidade, me achava na Matriz quando Custódio pediu ao seu coadjutor para afixar na porta da Matriz a lista que continha um mil e quatrocentos e oitenta fogos, e achou um absurdo", dizia *O Despertador* [500]. Para o correspondente que despertara para o erro, faltava mais de um mil e quinhentos fogos para entrar na lista, o que somaria mais eleitores saídos por São João d'El-Rey. Acusava Custódio de ter cometido crime, ao omitir os fogos.

Uma semana depois, Custódio responde ao seu crítico no *Astro de Minas*. Sua resposta ocupou três das quatro páginas do jornal, "Bem quisera eu dispensar-me da penosa tarefa em que vou entrar, respondendo à correspondência do Sr. Despertador, que vi inserta no seo bem acreditado Periódico, Nº 115 que tenho à vista".[501] Mas por se tratar de uma discussão que envolve interesse público, dizia ser prudente, se justificar perante o mesmo público. A respeito do uso de pseudônimo do seu contendor, com tom de ironia pronunciava Custódio: "Triste causa é ter que lutar com a sombra; porém, enfim não há remédio vamos a ela".[502] Custódio havia afixado o resultado dia três, porém, sabendo do questionamento de algumas pessoas, conferiu com as listas dos comandantes de distritos e se certificou da existência de um mil e seiscentos e noventa e quatro fogos.

---

[500] BN-SOR, *Astro de Minas*, 12/08/1828, p. 03.

[501] BN-SOR, *Astro de Minas*, 19/08/1828, p. 02

[502] Ibid., p. 03.

No dia dez publicou esse resultado na Igreja e ficou furioso porque dois dias depois, aparece mais uma vez o "Sr. Despertador, com sua papeleta recheada de sarcarmos, de baixas, vis e infames expressões só dignas por certo da sua conduta, e caráter".[503] Ainda exclamava o pároco Custódio:

> Sr. Despertador deixe-se da mania de ser Filósofo, e Escritor, olhe que vai perdido; não se arroje a falar em matérias, que ignora. Dou-lhe um conselho bem saudável, e vem a ser, que quando por esse seu gênio trefego e inquieto não poder conter-se em falar, ou rabiscar; o faça sempre com decência, com moderação, com prudência, e com expressões dignas do homem de bem, e não próprias de bandalho, e mariola.[504]

"Sou seu pároco", dizia Custódio[505] e por isso, "mesmo que estejas indignado, é minha tarefa, fazer-lhe estas reflexões". Em seguida o *Astro de Minas* publicou um texto sem autor declarado e sem pseudônimo. O teor do texto era incisivo em reafirmar as críticas que recaíam sobre Custódio, elaboradas anteriormente pelo *O Despertador*. Registra o texto:

> Está chegando o tempo das Eleições, isto he, o tempo em que a intriga, o compadresco, e o suborno apresentão-se em campo para surprehender, corromper, e combater a simplicidade, boa fé, e inexperiência dos Povos, a fim de conseguirem o colocar no Augusto Recinto da Camara electiva seos afilhados, apaniguados etc.[506]

A citação acima deixa entrever a quem o texto se direcionava, pois dizia que "Os Corcundas"[507], não queriam perder a oportunidade e nem mesmo a ocasião de "minar"[508] os alicerces do "nosso Edifício Constitucional"[509], e que estavam espalhando listas a seu modo para eleitores de sua "facção"[510]. Mesma reclamação

---

[503] BN-SOR, *Astro de Minas*, 19/08/1828, p. 04.

[504] Ibid., p. 04.

[505] Por várias vezes, o vigário Custódio pede paciência ao redator em continuar sua carta. "Queria acabar aqui, Sr. Redactor, mas tenha paciência co'migo", "Ora basta, Sr. Redactor; parece-me, que tenho abusado hum pouco da sua paciência". Isso nos leva a crer, que embora pagasse por tal serviço, o quanto era dispendioso o trabalho de ler e selecionar as cartas a serem publicadas, principalmente as mais longas, como é o caso, deixa entrever também o tempo que se gastaria ao dispor os Typos para se publicar tamanha correspondência.

[506] BN-SOR, *Astro de Minas*, 21/08/1828, p. 02.

[507] Ibid., p. 02.

[508] Ibid., p. 02.

[509] Ibid., p. 02.

[510] Ibid., p. 02.

e observação feita anteriormente pelo correspondente anônimo do *Astro de Minas,* que saiu na defesa de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Dirigia-se indiretamente a Custódio, português de nascimento e, portanto, associado ao absolutismo monárquico que tanto era evocado nas páginas do *Astro de Minas*, como um mal a ser evitado e combatido. O texto se reportava àqueles que, a seu turno, por qualquer motivo, não se enquadravam e tão menos se posicionavam perante as fileiras constitucionais.

Nenhum dos dois textos foi sequer assinado por um pseudônimo, o que nos leva a crer ter sido escrito pela mesma pessoa. Como o *Astro de Minas* o publicou e sabendo das rixas entre Baptista Caetano d'Almeida e o pároco Luís José Dias Custódio, fica evidente o uso dos periódicos a favor de grupos rivais.

Essa associação deixa transparecer a existência de uma característica comum ao longo do Primeiro Reinado. O antilusitanismo acompanhou as relações sociais e de convivência antes, durante e após o processo de independência do Brasil. Sendo, nesta última fase, mais explícito em função de se buscar uma identidade que explicasse quem era o povo brasileiro face à miscigenação e à dominação europeia que, por séculos, deu o tom às questões relacionadas à identidade do brasileiro.

Ana Rosa Cloclett aponta a existência em Minas de rixas antilusitanas[511] advindas da formação de um sentimento patriótico despertado no contexto da independência e que se estende pelo Primeiro Reinado. Essa constatação fica nítida no caso em tela. O pároco Custódio era associado a um absolutista ao ser denominado pejorativamente, por um adversário de corcunda. No entanto, o pároco vivia no Brasil há cerca de vinte e nove anos e se considerava um brasileiro. Nesse caso, as intrigas pautavam-se pelo lugar de origem e nascimento e não pela tênue construção de identidades entre ser brasileiro e ser português e as atribuições e posicionamentos políticos que ambas as construções carregavam em si.[512]

Lúcia Bastos chama-nos a atenção para o uso do vocábulo corcunda. De acordo com a autora, o termo apresentava, na época da independência uma estreita

---

[511] SILVA, Ana Rosa Cloclett da. (Re) inventando a Monarquia: .... op. cit., 2007, p. 89.

[512] Sobre a construção das identidades e o antilusitanismo no Brasil da época ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. *Liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002; ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003. p. 365-388.

relação com o despotismo e queria dizer aquele contrário ao constitucionalismo.[513] Em contrapartida os "Liberaes", defendiam a causa contrária, apontando livremente os seus candidatos a serem votados como eleitores, pois, "o direito de apresentarmos pela Imprensa não nos pode ser disputado, visto que todos os membros da grande Sociedade tem voto livre".[514] Dentre os nomes indicados pelo periódico estava o de Baptista Caetano d'Almeida e o procedimento em recomendar determinados nomes "nenhum outro fim temos senão o de concorrer para a felicidade do nosso paiz".[515]

Ao escreverem na primeira pessoa do plural "temos", fica subentendido mais uma vez a existência de grupos que compartilhavam das mesmas ideias e que se faziam representar através do discurso impresso, pois raras são as vezes que se escreve na primeira pessoa.

Ao justificarem a iniciativa de oferecer uma lista de dezessete "bons"[516] eleitores, concluíam, persuadidos, que o "Paiz"[517] não pode ser feliz sem uma boa escolha de representantes, a qual depende de iguais bons eleitores, pois: "o bom Eleitor nomeará o bom Deputado, o bom Deputado fará boas leis, que unicamente podem fazer a felicidade da nossa Pátria".[518]

Utilizam a expressão "felicidade" de forma a atingir um sentimento pleno que por si só estaria na expectativa dos participantes diretos do processo eleitoral, pois, em nenhum momento se refere à felicidade da população em geral, ao contrário, faz referência à "grande Sociedade".[519]

De acordo com Ilmar Rohloff de Mattos, a sociedade imperial brasileira pode ser compreendida a partir de três categorias analíticas capazes de apreender as expectativas e experiências das classes senhoriais da época, a saber: o "mundo da

---

[513] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais .... op. cit.,* 2003, p. 132.

[514] BN-SOR, *Astro de Minas*, 21/08/1828, p. 02.

[515] Ibid., p. 02.

[516] Ibid., p. 02.

[517] Ibid., p. 02.

[518] Ibid., p. 02.

[519] Ibid., p. 02.

casa", o "mundo do governo" e o "mundo da rua". Para se fazer representar no "mundo do governo", era prerrogativa básica ser catapultado pelo "mundo da casa".

Deste ambiente, sairia o proprietário, no caso, de terras e escravos, com significativa renda e status social para ocupar os cargos políticos. Baptista Caetano d'Almeida era comerciante de cabedal e bastante conhecido na província e no Rio de Janeiro, um caso típico do "mundo do governo". Além de manter estreitos laços comerciais com a corte, pois O *Astro de Minas* poderia ser comprado ou assinado na loja de Evaristo Ferreira da Veiga, conforme exposto nas primeiras páginas do periódico, da mesma forma que o *Aurora Fluminense* era vendido na tipografia do *Astro de Minas*.

Dessa maneira, a busca incessante pela felicidade, através da representação política e, automaticamente pela expansão da riqueza se constituía em um dos objetivos fundamentais para as elites do "mundo da casa". Era uma prerrogativa capital na vida social e, de acordo com Ilmar Mattos, essa era a "razão essencial que os distinguia tanto do "povo mais ou menos miúdo" quanto dos escravos".[520]

Esses desígnios acabavam por colocar em realce "dois atributos fundamentais nesta sociedade: liberdade[521] e propriedade".[522] Outra expressão que se destaca na citação do *Astro de Minas* é Pátria, por eles referida como o lugar de origem e de onde está se falando, no caso, a província mineira e não o Império, pois se discutia as eleições nas Gerais, não alargavam suas indagações, proposições e expectativas ao Brasil e sim, de maneira endógena, para dentro província. Mesmo com essas "pendengas", as eleições aconteceram no dia dois de novembro e foram escolhidos para eleitores paroquiais em São João d'El-Rey os seguintes senhores[523]:

---

[520] MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. .... op. cit., 1994, p. 109. Cabe enfatizar, que o autor faz uma análise das elites políticas para um período posterior ao aqui abordado, porém, a "geração" dessa elite, deve ser levada em conta na medida em que se formaram ao longo das primeiras décadas do oitocentos.

[521] A expressão "liberdade" comporta uma série de ambigüidades. No caso específico utilizado pelo autor, se refere à liberdade de participação nas decisões do "mundo do governo" por ter garantida sua riqueza e expansão da mesma através da manutenção da propriedade. Ser proprietário designa ser dono de terras e escravos, garantia de status e participação política. Ao citar Sérgio Buarque de Holanda, Iara Lis Carvalho Souza, reforça que "a elite brasileira do início do século XIX e primeiro reinado era fortemente composta por negociantes, tanto preocupados em estabelecer e incrementar o mercado, quanto emprenhados em demarcar um espaço de participação política". SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: .... op. cit., 1999*, p. 48.

[522] MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. .... op. cit., 1994, p. 109.

[523] BN-SOR, *Astro de Minas*, 06/11/1828, p. 01.

Tabela 3 - Eleitores paroquiais em São João d'El-Rey - 1828

ELEITORES	VOTOS
Cap. M. João Pereira Pimentel	124
Sargento M. Antônio Felisberto da Costa	110
Rev. Francisco Antônio da Costa	96
Rev. João Ferreira Leite	89
Rev. Antônio Joaquim de Medeiros	89
Coronel Antônio Constantino de Oliveira	88
Doutor Ouvidor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	80
Rev. Vigário da Vara Miguel de Noronha Peres	79
Luís Joaquim Nogueira da Gama	77
Rev. Custódio de Castro Moreira	75
Rev. Vigário Doutor Luís José Dias Custódio	69
Comendador Francisco Izidoro Baptista da Silva	62
João Gonçalves Gomes	62
Cap. Antônio Joaquim da Costa	60
Francisco de Paula d Almeida Magalhães	55
Rev. Luís Carlos da Silva Rodarte	50
Alferes Antônio Fernandes Moreira	47

Fonte: *Astro de Minas*, n. 152, quinta-feira, 6 de novembro de 1828, p. 1

Fica evidente que dentre os eleitores paroquiais, a maioria era composta por militares, clérigos e magistrados, representantes da "grande Sociedade"[524] de acordo com o *Astro de Minas*. Porém, no mesmo dia em que foi divulgado o resultado das eleições de primeiro grau, no qual não constava o nome de Baptista Caetano d'Almeida e, sim, o de Luís José Dias Custódio, uma correspondência surpreende os leitores do *Astro de Minas.* Vale lembrar aqui que *O Amigo da Verdade* ainda não existia. Francisco José de Sales, editor do periódico e diretor da tipografia de Baptista Caetano d'Almeida, publica, a seu pedido, pois estava no Rio de Janeiro tratando de negócios, uma correspondência que contestava o número de eleitores proposto por Custódio.

O vigário apresentou uma lista contendo dezessete nomes. A correspondência afirmava ser o número exato o de trinta eleitores. Mas as primeiras eleições já haviam ocorrido. Baptista Caetano d'Almeida pediu ao amigo e editor para que entregasse sua carta ao prelo para que todos soubessem de suas verdadeiras intenções. Discordava de Custódio e afirmava ter trinta eleitores paroquiais na Vila de São João d'El Rey, ao invés de dezessete, "como quer o Sr.

[524] BN-SOR, *Astro de Minas*, 2108/1828, p. 02.

Vigário” [525], cuja palavra quer “equivalha ao - Fiat luz - do Eterno Ser Supremo Autor do Universo”.[526]

A carta foi escrita e enviada do Rio de Janeiro no dia vinte de outubro e publicada no dia trinta, pelo *Astro de Minas* e rapidamente chegou em Minas Gerais. No artigo onde se publica a carta de Baptista Caetano d’Almeida, Francisco José de Sales aproveita para narrar as contendas ocorridas no dia das eleições. Depois de nomeados os membros que deviam compor a mesa da Assembleia da Matriz de Nossa senhora do Pilar, Luís Custódio levantou-se e, em voz alta, apresentou a sua lista contendo as vagas para dezessete eleitores. Esbravejando e batendo sobre a mesa, proferiu insultos contra o vereador Baptista Caetano d’Almeida que não se encontrava presente, chamando-o de caluniador e prometendo desmascará-lo.

Provavelmente, Custódio já sabia da existência dessa carta antes mesmo de ser publicada e só aguardava o dia das eleições para se defender. Porém, os “homens bons”, presentes na matriz, condenaram a atitude do pároco por não dar exemplo para seu rebanho que o assistia assustado, alegando, inclusive, que há pouco tempo Custódio havia chamado a atenção de seus fregueses que conversavam alto durante uma missa conventual.

Nota-se na lista arrolada acima que Custódio foi escolhido eleitor e teria que votar como todos os outros, para escolher os deputados que representaria a província de Minas Gerais na nova legislatura. Isso poderia comprometer a eleição de Baptista Caetano. Numa terça-feira, dia nove de dezembro, o *Astro de Minas* divulgou o resultado de alguns colégios eleitorais[527] da província de Minas Gerais e os candidatos a deputados mais votados até então foram:

Tabela 4 - Deputados eleitos em Minas Gerais em 1828

LISTA PARCIAL DOS DEPUTADOS ELEITOS	VOTOS
Bernardo Pereira de Vasconcellos	633
José Custódio Dias	517
José Bento Leite Ferreira de Mello	475
Aureliano de Souza Oliveira Coutinho	457
Custódio José Dias	457
José Antonio da Silva Maia	382

[525] BN-SOR, *Astro de Minas*, 30/10/1828, p. 03.

[526] Ibid., p.03.

[527] Os colégios contidos no Astro de Minas eram: Campanha, Pitangui, Caeté, Villa do Príncipe, Marianna, São João d’El Rey, Barbacena, Baependy, Queluz, Sabará, Tejuco, Tamanduá, Curvelo e Ouro Preto. BN-SOR, *Astro de Minas*, 09/12/1828, p. 04.

Antonio Paulino Limpo de Abreo	357
Antonio Maria de Moura	327
José Martiniano de Alencar	326
Raimundo José da Cunha Mattos	310
José Cesário de Miranda Ribeiro	291
Manoel Gomes da Fonseca	285
Antonio Pinto Xixorro da Gama	273
Baptista Caetano d'Almeida	265
Martim Francisco ribeiro de Andrada	247
Candido de Araújo Vianna	219
Honório Hermeto Carneiro	218
João José Lopes Mendes Ribeiro	215
Evaristo Ferreira da Veiga	212
José Joaquim Vieira Souto	190

Fonte: BN-SOR, *Astro de Minas*, 29/11/1828, p. 04

Porém, levaram-se praticamente três meses para sair o resultado final dos deputados eleitos. Em fevereiro de 1829, o *Astro de Minas* publicou o resultado, que foi o seguinte:

Tabela 5 - Resultado final da eleição de 1828, publicado em 1829

DEPUTADOS ELEITOS
Bernardo Pereira de Vasconcellos
José Custódio Dias
José Bento Leite Ferreira de Mello
Aureliano de Souza Oliveira Coutinho
Custódio José Dias
José Antonio da Silva Maia
Antonio Paulino Limpo de Abreo
Antonio Maria de Moura
José Martiniano de Alencar
Raimundo José da Cunha Mattos
José Cesário de Miranda Ribeiro
Manoel Gomes da Fonseca
Antonio Pinto Xixorro da Gama
Baptista Caetano d'Almeida
Martim Francisco Ribeiro de Andrada
Candido José de Araújo Vianna
Honório Hermeto Carneiro Leão
João José Lopes Mendes Ribeiro
Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa
Bernardo Belisário Soares de Souza

Fonte: BN-SOR, *Astro de Minas*, 14/02/1829, p.04

Observa-se que dentre os eleitos, estavam conhecidos políticos do Primeiro Reinado, como Honório Hermeto Carneiro Leão, Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa, Antonio Paulino Limpo de Abreu, José Custódio Dias, bem como nomes conhecidos pelo envolvimento com a imprensa periódica de Minas, como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Baptista Caetano d'Almeida. Esta tabela acena para atentarmos para o raio de ação e convivência destes atores sociais e, agora políticos, dentro de Minas e, principalmente na Corte.

O resultado das eleições para deputado, divulgadas pelo *Astro de Minas*, gerou uma série de correspondências e textos em geral, sobre a suposta fraude na convocação dos eleitores, que alimentou por bons meses a leitura dos periódicos. Em 15 de janeiro de 1829, foi afixado nos lugares mais notáveis da Vila de São João, um edital onde o juiz de fora, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Rio das Mortes, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho[528] convocava a presença de nove "juízes de facto" para formarem um Conselho de jurados, onde seria decidida a existência, ou não, de criminalidade em uma correspondência publicada no *Astro de Minas*.

A fim de fazer com que a notícia da convocação fosse divulgada através da publicação desse edital e também na imprensa local, sabe-se que a correspondência referida dizia respeito à polêmica sobre a lista de eleitores

---

[528] Nascido em 21 de julho de 1800, filho do Coronel de Engenheiros Aureliano de Souza e Oliveira e de Francisca Flávia Proença Coutinho, na freguesia de Itaipu, pertencente à Vila Real da Praia Grande, hoje Niterói. Teve uma educação cuidadosa, primeiro no seminário São José, então um dos melhores colégios do Rio de Janeiro, onde se distinguiu como excelente aluno. Dali passou para a Academia Militar, mas não desejando seguir a carreira das armas, conseguiu uma pensão de D. João VI para estudar em Coimbra, dada pelo Rei como prêmio aos excelentes serviços prestados pelo pai nas fortificações da costa fluminense. Seguiu para Portugal em 1820, regressou em fins de 1825, portando um diploma de Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Coimbra. Com tal título e uma personalidade agradável e maneiras refinadas não foi difícil a nomeação para Juiz de Fora e Ouvidor em São João Del Rei e após, em Ouro Preto. Ainda em Minas Gerais, casou em São João Del Rei com Adelaide Guilhermina de Castro Rosa, filha de abastado comerciante. O trabalho realizado em Minas Gerais foi de tal forma apreciado pelo povo local que, ao regressar ao Rio de Janeiro, viu-se eleito deputado na segunda legislatura do Império (1830-1833). Devido a sua atitude moderada e discreta granjeou a simpatia dos deputados do chamado grau de moderados, que o indicaram para Presidente da Província de São Paulo que estava em efervescência com o assassinato do jornalista Libero Badaró. Ali permaneceu por apenas três meses se relacionando estão com o Padre Antônio Feijó. Regressando ao Rio de Janeiro foi nomeado Juiz de Órfãos e Intendente Geral da Polícia do Rio de Janeiro, tornando-se assim, o principal auxiliar do então Ministro da Justiça Diogo Feijó. Mostrou-se nessa ocasião um severo aplicador da Lei, repreendendo os motins e as agitações populares que tumultuavam o Rio de Janeiro, e as revoltas que ameaçavam abalar o Império. Nessa luta foi ajudado pelo seu irmão Saturnino de Oliveira Coutinho, membro da Sociedade de Defesa da Liberdade e Independência Nacional e como redator com Paulo Barbosa, do Jornal A Verdade. Com a saída de Diogo Feijó do Ministério da Justiça, que passou a ser dos membros da Regência Trina Permanente, Aureliano foi nomeado Ministro do Império passando para o da Justiça, fazendo então sua grande entrada no cenário da política nacional, acumulando também a pasta dos Negócios Estrangeiros em 1833. Em 1835 deixou o gabinete, voltando a Magistratura como Desembargador. LAGOA, Francisco R. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho: estadista do Império. IHP Tribuna de Petrópolis, 01/10/2000, [on-line] Disponível no url: http://www.ihp.org.br/docs/fprl20001001t.htm.

divulgada pelo vigário da matriz do Pilar. Segundo Oliveira Coutinho, Luís José Dias Custódio o procurou para prestar denúncia contra o *Despertador*, queixando-se de ter sido caluniado publicamente,

Reunido o Conselho, julgou como criminalidade a correspondência. Por sua vez, o vigário Custódio recorre para que fosse declarado o nome do autor do artigo, decisão essa também tomada pelo Conselho para que continuassem as investigações do processo. Francisco José de Sales, o editor do *Astro de Minas*, questiona a autoridade do juiz, por fazê-lo assumir a responsabilidade de tal ato.

Aureliano Oliveira Coutinho se baseou em uma lei de novembro de 1823, que "pelo abuso em qualquer desses casos será responsável o auctor, ou traductor; quando ou não conste casos estes sejão, ou constado, cahirá a responsabilidade sobre o impressor".[529] O fato se complica quando Francisco de Sales, conforme o pedido do Conselho, divulgou a assinatura. O padre Assiz Brasiel, um dos redatores do *Astro de Minas* e responsável pela Biblioteca Pública, foi identificado como autor do artigo sob o pseudônimo de *Despertador*. Ao retrucar as acusações, o padre declarou que não era o autor e tão menos responsável por nenhum artigo, o que gerou um mal-estar na tipografia. Furioso, Francisco José de Sales, por sua vez, questiona a posição tomada pelo juiz e encaminha o caso para que seja conhecido pela Assembleia Geral, pois:

> Admira, que havendo tantas Typographias e Periódicos no Rio de Janeiro, e em quasi todas as Províncias do Império, só em São João d'El-Rei hovesse a exótica lembrança de obrigar à hum Editor a assignar termo de responsabilidade pelo Periódico, que publica, e de comminar ao Redactor pena de suspensão do exercício de escrever, e à Typographia a mesma pena de suspensão dos seos trabalhos.[530]

No final do mês, o Ouvidor Oliveira Coutinho divulgou distinto edital apresentando outras denúncias do padre Custódio, dessa vez, contra correspondências inseridas no *Astro de Minas* número cento e quarenta e nove e no *Astreia*, um periódico que circulava na Corte, número trezentos e quarenta e três, respectivamente escritas por Batista Caetano d'Almeida e *Hum Parochiano de São João d'El-Rei*. As discussões tomaram significativas proporções, pois já eram comentadas em Ouro Preto e na Corte.

---

[529] BN-SOR, *Astro de Minas*, 03/02/1829, p. 02.

[530] Ibid., p. 03.

O padre Francisco Antonio da Costa publicou no *Astro de Minas* um artigo intitulado *Ao Público Imparcial*, se posicionando contrário ao discurso do editor Francisco José de Sales, pois havia escrito que todo cidadão tem direito de resistir à opressão. Para o padre Antonio da Costa, essa proposição além de provocar a desobediência entre os cidadãos, lançava as primeiras *sementes* "da anarchia".[531] Em suas explicações, o padre lança mão dos filósofos Thomaz Peyne, Volney e Mably para ilustrar como o homem deve resistir:

> [...] os homens unidos em sociedade, devem ter hum meio legal de resestência e oppressão, e depois de elles esmerilharem bem, em que se cifra a oppressão, concluem, dizendo, que o modo de resistir-lhe, deve ser regulado pela Constituição.[532]

A lei tem vigor desde que seja a expressão da vontade geral e sancionada pelo "Chefe"[533] do poder executivo, no caso o Imperador D. Pedro I, dizia o padre Francisco Antonio da Costa, pois, continua ele, o *Chefe* não executa por si as leis e sim os funcionários públicos, portanto, não cabe ao cidadão, individualmente, o direito de resistência à "oppressão", pois:

> Todo Cidadão poderá apresentar por escripto ao Poder Legislativo e Executivo reclamações, queixas, ou petições: e até expor qualquer infracção da Constituição, requerendo perante a competente Autoridade a effectiva responsabilidade dos infractores.[534]

Ao responder ao artigo, Francisco José de Sales reconhece que o homem, vivendo em sociedade, não deixa de ser livre mesmo sujeitando-se às autoridades. Segundo o editor do *Astro de Minas*, o que não podia acontecer é obedecer cegamente a todos os mandos de uma autoridade sem avaliar se são justas ou injustas as suas decisões.

O pensamento acerca dessa discussão girava em torno da existência da supremacia das leis para conciliar a liberdade do homem com a boa ordem da sociedade, estando sujeitos a ela tanto as autoridades quanto os cidadãos. Critica o padre por se basear e usar as citações de autores como Peyne, Volney e Mably, pois certo estava, ao contrário do padre, em se basear na Constituição do Império.

---

[531] BN-SOR, *Astro de Minas*, 03/02/1829, p. 03.

[532] BN-SOR, *Astro de Minas*, 10/02/1829, p. 01.

[533] BN-SOR, *Astro de Minas*, 03/02/1829, p. 03.

[534] BN-SOR, *Astro de Minas*, 10/02/1829, p. 02.

Sobre a acusação de incitar a anarquia, aqui entendida como desordem, Francisco José de Sales diz que foi uma maneira que o padre utilizou para indispô-lo junto aos leitores do *Astro de Minas*. Esses acontecimentos tiveram uma significativa repercussão na imprensa, através da participação do público leitor. *Hum Parochiano* se fez presente nos debates na imprensa, escrevendo sobre o comportamento de Custódio com os seus "fregueses" dentro da matriz.

> Quando os empregados públicos não cumprem com os seus deveres, então he que se vê quanto brilha a liberdade de imprensa fazendo-se pela mesma publicar seos erros a fim de serem cohibidos, ou receberem o castigo, que a lei lhes marca; fiado neste direito tão apreciável eu vou publicar fatos do Sr Vigário Luís José Dias Custódio, que devendo em tudo e por ser amante dos freguezes administrando-lhes os sacramentos, dando-lhes bons exemplos e conselhos, e fazendo tudo quanto está da parte de hum bom Parocho, pelo contrario nada disto cumpre [...].[535]

Indignado com as atitudes de Custódio, o *Amigo da paz e concórdia*, outro correspondente, atribuía ao episódio descrito acima como o dia em que o vigário "escolheo para soltar os diques da sua exaltada bílis".[536] Dessa forma, problemas envolvendo o vigário Luís José Dias Custódio e o negociante e político Baptista Caetano d'Almeida, ligados às eleições para deputado, vereador e juiz de paz, foram apresentados pela imprensa ao público leitor da Vila.

As eleições serviram para exaltar os ânimos entre os dois atores, e evidencia a existência de uma hostilidade precedente. *Hum dos seus assignantes*, pseudônimo utilizado por um leitor e correspondente do *O Amigo da Verdade*, já em circulação, leu uma notícia no *Aurora Fluminense*, onde o presidente da província mineira é censurado por ter denominado de comoção popular as confusões ocorridas nas eleições, na Vila de São João d'El Rey e resolveu transcrever o texto. No artigo, que logo foi publicado pelo *Astro de Minas*, seu autor original, ou seja, que o publicara na corte classifica as confusões como gritos de aprovação e desaprovação comuns entre o *Povo* pelas contingências ocorridas no processo eleitoral. Irritado *Hum dos seus assignantes* escreveu para *O Amigo da Verdade:*

> Não posso ver a sangue frio como certos Senhores Escritores cuidão sempre em ocultar como de nenhum momento as travessuras populares, que talvez elles mesmos promovem, e de que podem resultar bem funestas consequências a tranquilidade pública.[537]

---

[535] BN-SOR, *Astro de Minas*, 20/01/1829, p. 03.

[536] BN-SOR, *Astro de Minas*, 14/02/1829, p.04.

[537] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 12/05/1829, p.07.

De acordo com o correspondente, existiam dois partidos opostos, um que apoiava Baptista Caetano d'Almeida e outro que o desaprovava, denunciando, inclusive, suborno a seu favor, durante as eleições. Assim que fora feita a denúncia de suborno, teve início a agitação popular quando "mandarão emissários convocar parentes, adherentes, e povo para concorrerem a Casa do Concelho, não há quem ignore, que quase todos os que a hi concorrerão nessa occasião, e mesmo alguns Membros da Meza, hião armados de punhaes e pistolas".[538]

Caetano d'Almeida era próximo de Bernardo Pereira de Vasconcelos com quem mantinha alinhadas ideias pautadas no empreendedorismo tipográfico, na afeição filosófica em se promover as "luzes", em defenderem projetos voltados para o ensino público e por estarem diretamente envolvidos com a vida política mineira. O primeiro vereador e juiz de paz e depois deputado, o segundo, deputado por vários mandatos, ministro e senador. Percebe-se por isso o apoio dispensado a Caetano d'Almeida pelo *O Universal*, em Ouro Preto.

Em um discurso proferido na Câmara dos Deputados, mais precisamente na sessão de vinte e dois de maio de 1829, Vasconcelos atacou frontalmente o vigário Custódio, chamando-lhe de "extrangeiro e inimigo do Brasil" [539], partidário do general Madeira, além de acusá-lo de levantar *vozes* "ousadas"[540] e de "perturbar as eleições".[541] Como habitual, Custódio havia lido o *Astrea*[542], de número quatrocentos e trinta e cinco e ficou "atônito, assombrado, e possuido de hum tal espanto"[543] ao ler as palavras proferidas antes pelo discurso de Vasconcelos contra si. Ocasionalmente, o *Astro de Minas* se pôs a publicar as palavras do Deputado Mineiro.

Afrontado, Custódio se lançou às penas e redigiu uma correspondência a sair no *O Amigo da Verdade*. Nota-se que até o mês de maio de 1829, o *Astro de Minas* abarcava as contendas ocorridas nas eleições passadas, porém, agora, com *O Amigo da Verdade* em cena, as opiniões se polarizam, através dos dois únicos e

---

[538] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 12/05/1829, p.07.

[539] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 25/08/1829, p. 130.

[540] Ibid., p. 130.

[541] Ibid., p. 130.

[542] Os periódicos fluminenses circulavam com freqüência na Vila de São João d'El-Rey.

[543] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 25/08/1829, p. 130.

divergentes periódicos locais. Porém, o *Astro de Minas* poderia contar com o apoio do *O Universal*.

Observa-se também, o aumento significativo de correspondentes que tomam partido ao apoiar ou desaprovar ambos os atores envolvidos na trama impressa. Sem dúvida, o crescimento de cartas impressas divulga os sentimentos individuais daqueles que sentem a necessidade de se colocarem publicamente perante as discussões sobre um fato, presenciadas ou não por eles.

A carta de Custódio foi elegantemente redigida. Dentre as acusações, talvez, a que mais provocou fúria em Custódio foi a de ser acusado de estrangeiro e inimigo do Brasil. Em sua defesa, lançou mão da Constituição do Império e escreveu que no título dois, artigos quatro estavam às prerrogativas para se considerar brasileiro sim, pois, havia se mudado para o Brasil bem desde antes da independência, e a partir dela havia se naturalizado automaticamente.

Custódio vivia no Brasil há tempos conforme dito anteriormente, e não só aderiu à causa da independência, como foi "o oitavo no número dos que primeiro juraram a Constituição do Império".[544] Por frequentarem lugares comuns, Custódio conhecia e já vinha se encontrando com Vasconcelos, com alguma frequência, há pelo menos cinco anos, embora "felizmente nossas vozes nunca se tocassem"[545], explica Custódio com certa satisfação. O fato de frisar que nunca conversaram, por si só, demonstra a falta de afeição entre o vigário e o político, confirmada pelas discussões ora apresentadas.

De maneira a reforçar seus argumentos, Custódio desafia Vasconcelos a apontar um fato pelo qual se podia entender ser ele, inimigo do Brasil e partidarista do general Madeira. Segundo o vigário, se podiam buscar referências pessoais até mesmo entre alguns Senadores, seus conhecidos, e mais, que Vasconcelos em nada poderia afirmar, pois estavam presentes somente os membros da mesa e o alcaide quando do processo eleitoral.

Portanto, se não viu e nem presenciou o problema, como traçar observações sem fundamento? Questionava Custódio! A mesa estava reunida no quinto dia das eleições às dez horas da manhã, concluindo as apurações das listas e, repentinamente, apareceu um requerimento assinado por dezesseis homens

---

[544] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 25/08/1829, p. 130.

[545] Ibid., p.130.

denunciando suborno e ilegalidade nas eleições. O requerimento, de acordo com Custódio, foi apresentado ao presidente e médico da Santa Casa de Misericórdia da Vila de São João d'El-Rey, Antonio Felisberto da Costa que depois de lê-lo, passou-o às mãos de Custódio para os mesmos fins.

Depois de tomar conhecimento de seu conteúdo, o presidente pediu-lhe para que o passasse ao secretário José Maximiano. Baptista Caetano d'Almeida que estava sentado à sua direita pode, igualmente, ler ao mesmo tempo. Certo de que Caetano d'Ameida o havia lido, o presidente pediu-lhe para que o passasse adiante e de rompante, o arremessou descortês sobre a mesa. Arrependido, segurou-o nas mãos, fez uma rápida leitura e passou para o escrutinador o Reverendo João Ferreira Leite e este, por sua vez, ao outro escrutinador, o Coronel Antônio Constantino de Oliveira.

O conteúdo do requerimento criticava o fato de Baptista Caetano d'Almeida ser secretário indicado, inclusive, pelo próprio presidente da mesa. Como poderia concorrer ao cargo de Juiz de Paz e ao mesmo tempo participar como secretário do processo eleitoral? Indagavam. Imediatamente Custódio e o presidente começaram uma discussão diante da mesa, porém foi orientado pelos escrutinadores citados a não revidar as provocações do presidente que insistia na perseguição de Custódio contra Caetano d'Almeida e que o mesmo "sofria já suas alienações mentaes".[546]

Não satisfeito com a indiferença do vigário, o presidente pediu ao alcaide para chamar a Guarda, que já acompanhava o processo eleitoral desde o início. Este retornou com a notícia de que a Guarda estava a caminho e chamou Baptista Caetano d'Almeida, cochichando algo em seu ouvido. Em seguida, apareceram seus "apaniguados" e, ironicamente, chamados pelo vigário de "satélites", objetos que ficam na órbita de um astro!

Na mesma tarde, quando da abertura da sessão, um novo requerimento, com várias assinaturas pedia a substituição da eleição que estava prestes a ser concluída. Cerca de oitenta ou noventa pessoas apareceram para pressionar a favor da continuação das eleições. Surgiram então, os barulhos "em que tanto se tem fallado".[547]

---

[546] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 25/08/1829, p. 131.

[547] Ibid., p. 131.

Em meio ao “grande alarido” [548] de vozes, o Comandante da Guarda se apresentou perante a mesa, “fazendo ver, que elle tinha sido ali chamado legalmente não para apoiar a desordem, mas sim para evitar”.[549] O clima esquentou quando Custódio ouviu um jovem gritar no meio das pessoas “morra os pés-de-chumbo!”, referência atribuída aos partidários do absolutismo monárquico. Como Custódio era português, esse era um apelido comum aos lusitanos de nascimento, e se sentiu ofendido. De acordo com Lúcia Bastos, a origem do apelido, ou da expressão se devia a sola dos calçados dos portugueses, que eram cheio de cravos. De maneira dicotômica, os brasileiros eram denominados de pés-de-cabra, superiores em leveza, explica a autora[550].

Segundo Custódio, o que Vasconcelos cobrava no Parlamento era a falta de punição ao pároco, por estar por trás das denúncias contra Caetano d’Almeida. Em outras versões, como a de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, ouvidor interino da Comarca do Rio das Mortes, havia na Vila de São João d’El-Rey dois partidos, confirmando o que *Hum dos seus assignantes*, correspondente do *O Amigo da Verdade,* disse anteriormente. A seu ver, um que apoiava Baptista Caetano d’Almeida e outro a José Maximiano Baptista e que os dois eram mortais inimigos e, ambos, foram nomeados, imprudentemente para compor a mesa eleitoral. Eram chefes dos dois partidos[551] e estando Caetano d’Almeida com maioria dos votos para Juiz de Paz,

> o partido opposto apresentou a Meza hum assignado denunciando soborno sobre que houve grande questão na Meza, e o mesmo Juiz Presidente assentou mandar logo, e a toda a pressa chamar o Commandante do Destacamento com força armada: a presença da força assanhou a população, que logo se aquetou.[552]

Sabe-se, porém, que o termo “partido” na primeira metade do século XIX, tinha significado diferente dos dias atuais, mas de qualquer maneira, a reunião em torno de um propósito não deixa de ser o embrião para as organizações partidárias que de lá se desenrolaram, ao longo do tempo, no Brasil. De acordo com Marco Morel, “um partido político, na primeira metade do século XIX, era mais do que tomar

---

[548] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 25/08/1829, p. 131.

[549] Ibid., p. 131.

[550] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais .... op. cit.,* 2003, p. 219.

[551] BN-SOR, *Astro de Minas*, 09/05/1829, p. 02.

[552] Ibid., p. 02.

partido e constituía-se em formas de agrupamento em torno de um líder, por meio de palavras de ordem e da imprensa, [...]”[553].

Como se sabe, as notícias tomaram as páginas da imprensa mineira e fluminense e logo o presidente da província João José Lopes Mendes Ribeiro pediu explicações às autoridades políticas. Escreveu para Aureliano Coutinho, cobrando-lhe explicações mais contundentes do ocorrido na Vila. O ouvidor manifestou-se sua ignorância acerca dos acontecimentos, pois tomou conhecimento do fato pelos correios, ou melhor, pelo *Astro de Minas*, quando a situação havia tomado as páginas públicas. Talvez pela precisão em afirmar a existência de dois partidos contrários, o ouvidor tenha se deixado influenciar pelas palavras do correspondente do *O Amigo da Verdade.*

Por sua vez, o secretário do governo provincial também exigiu explicações do ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, pois “contando-me por notícias, que se espalhão nesta Imperial Cidade com a chegada do Correio de São João d’El-Rey, que alli houvera hum motim popular”.[554] Antonio Felisberto da Costa escreve um texto e o publica no *Astro de Minas* e, de acordo com o presidente das eleições, no dia quinze de fevereiro, início do processo eleitoral, para vereador e juiz de paz, foram lidas as leis e instruções gerais e perguntou se havia denuncia de suborno.

Ninguém se manifestou e, normalmente, foi organizada a Mesa que se procedeu a receber as cédulas. Três dias depois, pelas onze horas da manhã “me foi entregue pelo Alcaide hum reuqerimento, que dice ter recebido de hum escravo pardo de José Maximiano Baptista”.[555] No requerimento constava a assinatura de dezesseis cidadãos sanjoanenses e denunciava suborno por parte de Baptista Caetano d’Almeida *que tinha na apuração mais de duzentos e vinte votos para Juiz de Paz*[556]*.*

Por volta de cinco horas da tarde foi apresentado um requerimento a favor de Caetano d’Almeida e este constava com cinquenta e oito assinaturas. De posse deste ofício, emitido por Antonio Felisberto da Costa, Aureliano Coutinho se reportou ao presidente da província detalhando o ocorrido na Vila.

---

[553] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005.

[554] BN-SOR, *Astro de Minas*, 09/05/1829, p. 03.

[555] Ibid., p. 02.

[556] Ibid., p. 02.

Mais uma vez *Hum Parochiano* lança mão das penas para relatar o que sabia e via a respeito de Custódio e suas funções de pároco. Segundo o correspondente quando os empregados públicos não cumprem com seus deveres cabe a imprensa publicar seus erros,

> eu vou publicar factos do Sr. Vigário Luiz José Dias Custódio, que devendo em tudo, e por tudo ser amante dos seos freguezes administrando-lhes os Sacramentos, dando-lhes bons exmplos e conselhos, e fazendo tudo quanto esta da parte de hum bom Parocho, pelo contrario nada disto cumpre[557].

Poucas vezes vai a matriz, com exceção dos domingos e dias santos para dizer a missa conventual. Mesmo assim, a Missa não tem hora certa para acontecer, obrigando os fiéis a não cumprirem seus preceitos. Ao findar a celebração, mais que depressa o vigário "faz sair"[558] o povo que ainda se encontra em recolhidas orações, este é maltratado com palavras "injuriosas"[559] e, em outras situações, os fiéis chegam a apanhar com pancadas "como fez em huma creoula de nome Victoria, que injustamente fez correr o sangue daquella sua ovelha dentro do Templo Sagrado".[560]

Nunca levava o sacramento aos enfermos, não os visitava e toda a tarefa fora da Igreja era realizada pelo seu coadjutor o padre Joaquim José de Souza Lira. Era lhe dado ordem por Custódio em não emitir bilhete de desobriga na época da quaresma, se o solicitante não pagasse à vista as conhecenças. Era acusado pelos fiéis de não encomendar o morto sem lhe pagar adiantado, "como fez com Valério creoulo no enterro de huma sua filha".[561] Informava ainda que, se alguma pessoa dependesse de alguma certidão, levava dias para ser despachada, fazendo com que muitas pessoas que vinham de fora, ficassem nas estalagens por seis ou até sete dias esperando sua boa vontade.

Na edição seguinte, o *Amigo da pobreza* também teceu longas críticas ao comportamento de Custódio como vigário. Dizendo não ter ele preocupação e nem zelo para com os fiéis que estavam sob sua responsabilidade paroquial. Paralelos às

---

[557] BN-SOR, *Astro de Minas*, 20/01/1829, p. 02.

[558] Ibid., p. 02.

[559] Ibid., p. 02.

[560] Ibid., p. 02.

[561] Ibid., p. 03.

confusões envolvendo as eleições, os periódicos continuavam a publicar correspondências, em menor escala, sobre assuntos variados.

As discussões eleitorais além de desvelarem a disputa política entre a elite letrada de São João d'El-Rey e Ouro Preto, servem para se pensar nas motivações que estavam por trás do pleito. Trata-se de se perceber a existência além, das disputas políticas aparentes, de um jogo de palavras que retrata as diferenças pessoais e os conflitos locais preexistentes ao próprio surgimento da imprensa local. Outro fator que também chama a atenção é a constante interferência dos discursos produzidos fora da província que acabam reverberando os acontecimentos internos e arremessando-os para o universo da opinião pública.

Os periódicos foram os responsáveis e os agentes em promover uma história pautada nas idiossincrasias e suas relações com as letras negras, e também por serem os mediadores entre os homens políticos, reconhecidos pela história, e o homem comum que se escondia por trás das penas para se fazer representado. Dessa maneira este homem comum e anônimo contribuía de forma significativa para a formação de um pensamento político pautado nas reflexões cotidianas e se cruzava com os ensinamentos mais sofisticados dos letrados redatores, possuidores de certo conhecimento filosófico. Mesmo que os próprios redatores tenham se valido de pseudônimos, o que é uma incógnita, o que importa é vislumbrar a criação de meios de manifestação pública, por meio dos pseudônimos, que acabam por se tornar~~em~~ também personagens da atividade impressa.

Pode-se dizer que a discussão pública fomentava uma prática política ímpar. Não pertence tão somente aos tribunais, assembleias e gabinetes, agora tomam a praça pública e ajudam a transformar a vida social como principal meio de comunicação e expressão da época. Terminadas as apurações para vereadores e juiz de paz, constata-se que Baptista Caetano d'Almeida fora eleito para ambos os cargos.

De acordo com o *Amigo da Ordem* procedeu-se a eleição para vereador e juízes de paz e obtiveram a maioria de votos Baptista Caetano e seu suplente, o Capitão Mor João Pereira Pimentel. Ambos foram eleitos igualmente vereador, não obstante o capitão ter aberto mão da suplência, e passado a Augusto Leite de Faria, o emprego de suplente. Ao contrário Caetano d'Almeida ficou com os cargos. Indignado o *Amigo da Ordem* anexou à sua correspondência duas portarias, uma

expedida aos presidentes de Santa Catarina e do Espírito Santo que declararam ser incompatível o exercício dos dois cargos.[562]

Caberia à Câmara Municipal exigir de Caetano d'Almeida uma decisão, entendia o *Amigo da Ordem*, pois logo é necessário que Caetano d'Almeida declare qual dos dois empregos quer seguir. Nas edições posteriores, o *Amigo da Ordem* redigiu uma longa carta ao *O Amigo da Verdade*. Dessa vez, respondia ao *Amigo do Ausente*, provavelmente amigo de Baptista Caetano d'Almeida que estava em viagem ao Rio de Janeiro, pois defendera o mesmo no *Astro de Minas*.

Inclusive, o próprio editor do *Astro de Minas* criticou o pseudônimo *Amigo da Ordem* e outros tantos correspondentes do *O Amigo da Verdade* como: *Amigo da Verdade*, *Amigo das Leis* e mais Amigos, interrogando se seria a *folha*[563], a folha dos *Amigos*. Ao lançar mão do artigo cento e setenta e nove da *nossa*[564] Constituição para amparar suas elucubrações, o *Amigo da Ordem* se justificou:

> Não foi, Sr. Redactor, motivo algum particular, que me instigou aquella lembrança, e muito menos o espírito de intriga, ou o desejo reprehensível de reprimir Baptista Caetano d'Almeida, que nada me importa seja, ou deixe de ser Vereador, e Juiz de Paz ao mesmo tempo e nem de palavra alguma da minha correspondência se podem infirir aquelles sentimentos, que tão falsamente forão enunciados nas correspondências do Amigo do Ausente inserido no Astro N. 267 e 268, o que unicamente me moveo a suscitar aquella questão, foi so o bem geral, e os excessivos desejos, que me acompanhão, de ver marchar as cousas em boa ordem, não podendo de modo algum tolerar, que nosso Império tenhão as Leis Geares, e as Resoluções do Governo concernentes a objectos tão bem geraes diversos effeitos nas differentes Províncias do mesmo Império, que he o que se observa nesta Villa.[565]

De acordo com o *Amigo da Ordem*, muito se tinha debatido a questão pelos correspondentes do *Astro de Minas* e do *O Amigo da Verdade*, resultando em muitas correspondências publicadas em ambos os periódicos, como a do *Azourrague dos patetas* que censurou ironicamente o *Amigo do Ausente*, dizendo-lhe que provavelmente deveria estar louco, "dando motivos aos capetas de se escangalharem de riso, e nada mais" [566] com suas reflexões toscas.

---

[562] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 04/08/1829, p. 02.

[563] Ibid., p. 146.

[564] Ibid., p. 146

[565] Ibid., p. 146.

[566] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 18/08/1829, p. 121.

Os ataques a Caetano d'Almeida pelo *O Amigo da Verdade* logo se espalharam pela imprensa. O *Azourrague dos patetas* se encontrou com uns amigos, quando apareceu o distribuidor do *Astro de Minas*. O dono da casa que era um de seus assinantes o recebeu e, em seguida, o arremessou sobre a mesa, com ar de desprezo. A atitude logo chamou a atenção do *Azourrague dos patetas* que, de relance, lhe perguntou se não iria ler o periódico. Seu amigo respondeu-lhe que não deveria gastar tempo em leituras sem sabor e que estava acostumado a ler somente o final do periódico, porque às vezes trazia alguns anúncios e assim o fez.

Porém, surpreendeu-se com uma correspondência, "oh! Cá está huma correspondência! Há-de ser uma boa peça, vamos a Ella".[567] Era a carta do *Amigo do Ausente*. Após muitas risadas, disse que deveriam esperar o próximo número do *Astro de Minas* para acompanhar as reflexões daquele senhor. Ansiosos, os amigos esperaram pelo número seguinte e, de mão dele, entusiasmado, "tirei a caixa da algibeira, assoei-me, tomei tabaco, por que o caso era de pitada e disse; meus Snrs., apromptem-se para ouvirem o chorillo de asneiras, e sandices do Amigo do Ausente".[568]

Percebe-se nesta passagem, que as correspondências tinham um papel de instigar a leitura dos periódicos, como dito anteriormente. Eram responsáveis por dar um tom pessoal a um instrumento que se pretendia imparcial. Os interesses em adquirir o periódico também variavam de leitor para leitor. O próprio amigo do *Azourrague dos patetas* disse se interessar pelos anúncios, provavelmente, deveria ser um homem envolvido com os negócios, pois no final dos periódicos, se publicavam os mais variados assuntos, dentre os mais frequentes, estavam à venda de tecidos, alimentos variados, instrumentos, ferramentas, chácaras, casas, escravos sem defeito, bem como a devolução de mercadorias erradas entregues pelos tropeiros, subscrições para os periódicos, advertências aos correspondentes exaltados, além das fugas de escravos e anúncios de festas cívicas e religiosas.

4.6 Os disfarces impressos

[567] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 18/08/1829, p. 121.

[568] Ibid., p. 122.

O periódico se torna um agente histórico e assume para si, algumas prerrogativas próprias das tensões sociais e das tramas cotidianas. Não obstante, não são as correspondências em si, o único ingrediente fomentador das opiniões públicas, mas também a interdiscursividade estabelecida entre os anônimos que estabelecem entre os vários atores sociais, o método de pergunta e resposta, configurando discursos cruzados.

Aos poucos, vão se tornando co-autores ou co-redatores ao fornecer subsídios suplementares para o empreendimento dos redatores e editores, até mesmo porque, de acordo com Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke,

> o pedido de colaboração dos leitores através de correspondências fazia parte integrante do projeto do jornal, pois era decorrente da postura filosófica que erigia o diálogo como forma insubstituível de educação.[569]

Observa-se que os correspondentes dos periódicos mineiros faziam questão de escrever e enunciar que eram assíduos leitores e assinantes. Esta repetição acena para uma pronta adesão à sua corrente jornalística, reforçando os seus propósitos ao combaterem, com veemência, as penas alheias alocadas no periódico de sua predileção política. Sendo autênticas ou forjadas, eram as correspondências responsáveis por dar vida ao papel, pois eram ou deveriam ser verossímeis e garantir a cumplicidade do público leitor e assegurar sua circularidade.

A prática em forjar um pseudônimo e preservar as verdadeiras identidades também contribuía para lhe fornecer credibilidade, além de demonstrar certa solidariedade impressa em torno do ponto de convergência e difusão dos verbos: o periódico. Percebemos que significativa parcela dos pseudônimos que vieram à baila estabelecia uma relação cordial com o “seu” periódico.

Eram “Amigos”. Representavam uma relação de reciprocidade que reverberava entre o público, envolvendo-os numa batalha incansável de convencimentos em torno do melhor periódico. Com essa forma de tratamento, a opinião pública se dinamiza, na medida em que as palavras vão dando novas tonalidades ao ocorrido e deixam transparecer questões emergentes de caráter pessoal e, principalmente político. É principalmente, através dos adjetivos impressos

---

[569] PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *The Spectator:* o teatro das luzes: diálogo e imprensa no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 118.

e a tensão provocada por eles, que se pode pensar na existência palpável da expressão utilizada por Iara Lis Schiavinatto, denominada de "economia dos afetos"[570].

O texto impresso trás em si uma gama de características que nos leva a crer que funcionavam como um campo essencial, onde os atritos e discordâncias pautavam os editoriais. De fato, essa marca é associada aos periódicos mineiros, por assim, se apresentarem ao público leitor. Rixas, disputas, impropérios, discussões, mau uso das palavras e denúncias, compunham o repertório da imprensa mineira da década de 1820.

Mas, ao analisar detidamente as correspondências, se percebe que exatamente o fato de existir uma solidariedade entre os grupos de pessoas que na órbita dos periódicos "escreviam", é possível, não identificá-las, mas traçar um perfil a partir de seus questionamentos e tomadas de opiniões, se solidarizando ou não com as questões em pauta. Daí a busca em compreender não somente as "brigas" como uma expressão de sociabilidade, mas antes a solidariedade como determinante para manter as sociabilidades impressas e mais, definir os dois lados da disputa política local, escondida por trás dos pseudônimos.

Cecília Helena Oliveira, uma das primeiras estudiosas sobre o uso de pseudônimos na imprensa periódica da época, nos traz valiosas contribuições sobre a prática do discurso do autor escondido. De acordo com a autora:

> o anonimato permite a participação política sem implicar sanções diretas e sem comprometer a posição social do autor ou suas eventuais ligações com pessoas de prestígio, seja pelo fato de desfrutarem uma determinada condição econômica seja por ocuparem cargos administrativos importantes.[571]

Em uma sociedade hierarquizada, onde o "status" determinava o papel social e político, não seria interessante uma exposição iminente, embora se acredite que muitos atores envolvidos diretamente com a imprensa sabiam quem estavam por trás das "máscaras". José Murilo de Carvalho chega a afirmar que o anonimato permitia aos jornalistas que, segundo o autor, eram na maioria políticos, dizer na imprensa o que não podiam na tribuna da Câmara ou do Senado.[572]

---

[570] SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre os manuscritos e os impressos. .... op. cit., 2008.

[571] OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Na querela dos folhetos .... op. cit., 1984.

[572] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem* .... op. cit., 1981.

De fato, tal prática existia, porém, este é um raciocínio que essencializa a análise. No caso específico dos discursos impressos aqui veiculados, quando se tratava de defender acusações tidas como “infundadas”, os envolvidos, na maioria homens públicos, como Baptista Caetano d’Almeida, Luís José Dias Custódio, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho e Bernardo Pereira de Vasconcelos, para citar os protagonistas da cena impressa, assinavam suas “inserções” na impressa, o que torna questionável a afirmação de José Murilo de Carvalho.

Eram recentes os trabalhos parlamentares no Brasil e o próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos criticava o despreparo de alguns deputados para a atuação na Câmara. O próprio político mineiro utiliza a imprensa, como também o fez Baptista Caetano d’Almeida, como um instrumento de mediação entre os poderes instituídos e a população, sempre se movimentando dentro dos limites constitucionais que tanto prezavam e, nem por isso, ocultavam suas identidades, inclusive e até mesmo porque a imprensa era o principal meio para burilar o capital social desses atores políticos.

Se partirmos da proposição acerca do conceito de cultura política[573] e suas prerrogativas que entrelaçam um conjunto de valores, símbolos, atitudes, normas e linguagens que toma como objeto os fenômenos políticos, é possível pensar a partir das publicações nos periódicos mineiros, na formação na província de Minas Gerais, de uma “cultura política do anonimato”. As correspondências em si eram carregadas de simbologias, desde a forma de se escrever, pois geralmente eram bastante modestas, até a escolha do pseudônimo ou do disfarce, por parte do correspondente. Os disfarces constituíam uma nova prática política, a de escrever sem ser identificado!

Pautada na motivação de ver suas reflexões registradas e veiculadas em espaços reservados pelos redatores, não somente para dar eco a múltiplas vozes, mas, sobretudo para estimular e assegurar as liberdades individuais entoadas por uma polifonia impressa e anônima.

Para uma análise dos pseudônimos veiculados pelos três periódicos estudados, fizemos um levantamento com o objetivo de traçar um perfil dos

---

[573] BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultura*l. Lisboa: Estampa, 1998. p. 13-36. Ver também: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. *LPH: Revista de História*, n. 6, 1996. Especificamente sobre São João d’El-Rey ver: SILVA, Rodrigo Fialho. “E a luz se fez”: .... op. cit., 2008. p. 105-112

correspondentes. Selecionamos os pseudônimos encontrados nas edições dos periódicos publicados durante o ano de 1829. A escolha não foi aleatória, pois é o único ano em que dispomos dos números completos do periódico *O Amigo da Verdade*. Dessa maneira, vislumbra-se a possibilidade de uma análise comparativa entre os correspondentes, ou melhor, entre os pseudônimos, também chamados de disfarces.

Lidos de maneira avulsa, chamam a atenção para a existência de uma preocupação particular dos correspondentes, porém, juntos, os pseudônimos deixam indícios sociológicos, pois dizem algo a respeito de seus correspondentes. Dissemos anteriormente que a imprensa periódica inaugura uma nova forma e modelo de comunicação: as cartas públicas. Servem de "mural" para a manifestação dos homens comuns. Cria-se um novo hábito, ou seja um conjunto de atitudes capazes de constituir uma cultura política. Primeiramente faremos algumas considerações sobre cada tabela dos respectivos periódicos e, posteriormente, analisaremos os pontos em comum.

Tabela 6 - Pseudônimos dos Correspondentes do O Amigo da Verdade durante o ano de 1829.

Pseudônimos	*Nº de correspondências*
Hum dos seus assignantes	1
Redator	10
Verdadeiro Patriota	1
Proximo	1
Defensor da Innocencia	1
Amigo do Amigo da Verdade	2
Amigo do Justo	1
O meio termo	1
Hum eleitor imparcial	1
Editor	3
Constitucional Verdadeiro	1
Hum dos desenganados	1
Hum Constitucional	1
Hum inimigo declarado dos ilusores	1
O Sonhador	1
Hum Rosseiro	1
Inimigo da censura gratuita	1
O curioso perguntador	1
Hum dos que assim jura	1
Passeador	1
Hum inimigo dos excessos	1
Inimigo dos revoltosos	3
O inimigo das tentações	1
Amigo da Ordem	2
O Amigo das leis e do povo	1
Constante leitor	1

Pai Zuzé	2
Azorrague dos patetas	1
O vigario de São João d'El-Rei	1
O Mineiro Constitucional	1
Amor da Patria	1
O assustado	1
O gato escaldado	1

Fonte: BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 1829.

Geralmente, o redator não assinava seu verdadeiro nome e se apresentava ao público com a mesma alcunha de sua função na tipografia. Durante o período analisado, o redator do *O Amigo da Verdade* foi quem mais se fez representar.

Seguido pelo editor, pode-se dizer que ambos tiveram uma atuação bastante presente em suas folhas. A maioria dos pseudônimos apareceu somente uma vez ao longo de um ano, o que leva a crer que suas correspondências tinham um caráter contingencial, mas não menos importantes. Somam um total de trinta e quatro correspondências com teores variados. Vale lembrar porém que *O Amigo da Verdade* só começou a circular em maio de 1829, por isso um número reduzido de cartas se comparando com outros periódicos, como veremos.

Três pseudônimos se destacam nesta tabela, a saber: o *Amigo do Amigo da Verdade*, *Inimigo dos revoltosos* e *Pai Zuzé.* O primeiro como o próprio pseudônimo indica era um defensor do *O Amigo da Verdade* e se lançou a suas penas para defender o periódico de acusações promovidas pelos responsáveis do *Astro de Minas* e do *O Universal*.

O Inimigo dos revoltosos sempre defendia a ordem e tecia severas críticas a qualquer tipo de subversão, principalmente contra os boatos da existência de republicanos e absolutistas em Minas. Uma das figuras também emblemática lançada pelo *O Amigo da Verdade* foi o *Pai Zuzé*. Um correspondente que escrevia com erros de ortografia. Escrevia do jeito que se falava, não se preocupava com normas e tão menos com um vocabulário rebuscado típico daqueles que pretendiam impressionar pela palavra escrita. Ao contrário, sua característica principal era a rusticidade da palavra.

Sua inserção nas páginas do *O Amigo da Verdade* vem endossar a proposição de Wlamir Silva ao escrever que o público dos redatores não se resumia aos letrados, embora fossem a maior parcela de consumidores dos periódicos,

existia uma preocupação em alcançar o público mais simples.[574] Em uma de suas edições, o redator do *O Amigo da Verdade* deu uma satisfação a seu público sobre o um de seus objetivos em registrar no periódico.

Escreve enfaticamente na primeira pessoa do plural que: "ENCARREGADOS da laboriosa tarefa de redigir o presente Jornal, não temos o fofo desvanecimento d'escrever para os homens sábios, nem mesmo para os que são dotados de mediana instrucção".[575] Segundo o registro escrito, a justificativa se fazia pela lógica de acharem que a própria aquisição de instrução por uns "Cidadãos, pela continua licção d'autores clássicos, tem adquirido ideas mui superiores ás nossas".[576]

As suas reflexões não eram menos importantes, pois tratavam de discutir a realidade em sua volta, seja ela, internacional, do Império brasileiro, das províncias, principalmente a de Minas e das cidades e vilas, como Ouro Preto e São João d'El-Rey. Estava envolvido com o seu tempo, com a sua época. Mesmo que os autores clássicos, fossem lidos como prerrogativa de erudição, serviam como pano de fundo para se refletir sobre questões cruciais como a liberdade individual, a liberdade de imprensa e sobre o sistema político, por exemplo.

Acreditava-se, porém, que estes homens, os autores clássicos[577]eram quem deveriam lhes transmitir "luzes" e não o contrário. No entanto, existiam aqueles desprovidos de vasto conhecimento, cujo periódico deveria dispensar-lhes maior atenção. *Pai Zuzè* era um negro devoto de São Benedito e por ter "cabeça e miôro"[578] se arriscou a escrever para o periódico, pois a seu "ver mo he so os senôros baranco, que póre fará".[579] Estava em meio de uma novena para o santo de devoção, mas resolveu escrever. De acordo com *Pai Zuzé* nos negócios de branco, preto não mete o dente, ou seja, não comenta, mas resolveu contar o que havia presenciado.

---

[574] SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal .... op. cit., 2006.

[575] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 09/10/1829, p. 01.

[576] Ibid., p. 01.

[577] Discutiremos este assunto no último capítulo.

[578] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 11/08/1829, p. 02.

[579] Ibid., p. 02.

Segundo o correspondente, ouviu outro dia um branco lendo o que estava "zecrito em pape de retra redondo"[580], que os pretos também poderiam assinar a lista para escolher juiz de paz e vereador. Quem afirmava era um moço que havia estudado muito e lia constantemente as "Foia, que vem no zecoreio do Rio de Zanêro"[581], além de "zicreve no Mastro"[582], ou seja escreve no *Astro de Minas*.

O moço dizia que todos eram iguais e que gostaria de contar com o apoio do Pai Zuzé, para ser eleito juiz de paz, pois havia sido eleito para deputado para a legislação que se iniciaria em 1830. De fato, o moço "inteligente" se elegeu juiz de paz. Pai Zuzé riu da situação, pois sabia que não eram todos iguais e que não poderia assinar a lista de eleitores.

Escreveu uma segunda correspondência ao *O Amigo da Verdade* para dizer que fora alvo de chacotas dos sapateiros, alfaiates, ferreiros e até mesmo "Outro zimfim dava tamanho zigragaiada, qui ficou cate'hoje cum dou no zimbariga".[583]. Além de ser ironizado por jovens de cabelo de pimenta do reino[584]. Esta passagem leva a crer que Pai Zuzé se referia a Baptista Caetano d'Almeida, pois fora eleito deputado e juiz de paz e ainda escrevia no *Astro de Minas*.

Seria uma forma de *O Amigo da Verdade* criticar seu rival, pois o mesmo tentava persuadir eleitores a favor de seu principal candidato, Caetano d'Almeida.

Tabela 7 - Pseudônimos dos Correspondentes do Astro de Minas durante o ano de 1829.

Correspondentes do Astro de Minas durante o ano de 1829	
Pseudônimos	*N° de correspondências*
Hum dos trezentos assignantes do Astro	1
O toucinheiro do bairro das Antas	1
Hum applicado dos remedios	1
Amigo do Astro	5
O cidadão amante da boa ordem	1
Assignante do Astro	1
Hum dos mineiros offendidos	1
Linguarudo	1
Hum perneira	1
O Bibliophilo	1

[580] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 11/08/1829, p. 02.

[581] Ibid., p. 02.

[582] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 08/09/1829, p. 04.

[583] Ibid., p. 04.

[584] Ibid., p. 04.

Inimigo de emprestimos e tributos	1
Jovem mineiro	1
Amigo do ausente	1
O constitucional inabalavel	4
Amante da constitucição	1
Hum mineiro	1
O rustico	1
Perneira da corte	2
Hum do Serro	1
Inimigo dos impostores	1
O inimigo dos trezentos	1
Hum perguntador	1
O somnambulo	2
Inimigo da Chicana	1
O admirador	1
O maniaco por festas	1
Desconfiado	1
Amigo do Universal	1
Hum dos multados	1
O rustico constitucional	1
O inimigo dos falseadores e ladrões	1
Hum do povo	1
Hum Parochiano	1
Amigo da pobreza	1
O verdadeiro philantropo	1
Francisco José de Sales	3
Amigo do despertador	1
Francisco Antonio da Costa	1
O sapucahy mandu	1
Hum paulista constitucional	1
Amigo da paz e concordia	1
Antonio Felisberto da Costa	1
Luis José Dias Custódio	1
O tropeiro intrometido	2
Matraca	1
O curioso	1
Escandalisado	1
O temeroso	1
Medrozo	1
Hum duvidoso assustado	1
O roceiro	1
O comilão	1
O rustico lavrador	1
O espreitador	1
Hum dos applicados	1
Hum da Chicana	1
Hum pai de familia	1
O Redator	16
O que há pouco chegou a Patria	1
O especifico dos contagios	1
O amigo da justiça	1
O inimigo dos impostores	1

Hum de Pitanguy	1
Hum soldado miliciano	1
O trambolhista	1
Hum que suspeita	1
Hum vosso amigo	1
O inimigo dos despotas	1
O observador	1
O Astro	1
Baptista Caetano d'Almeida	1

Fonte: BN-SOR*, Astro de Minas*, 1829.

Os correspondentes do *Astro de Minas* somam praticamente o dobro daqueles veiculados pelo *O Amigo da verdade*. Dentre eles, o número elevado de correspondências de um único pseudônimo chama a atenção. Mais pessoas escreviam para os periódicos, o que deixa entrever que, geralmente, as correspondências também tinham um caráter contingencial. Por outro lado, não se pode afirmar que eram pessoas diferentes, já que o disfarce do anonimato escondia a verdadeira face, podendo uma mesma pessoa se utilizar de vários pseudônimos, inclusive os próprios redatores.

Em geral, faziam denúncias, pediam explicações, cobravam atitudes das autoridades, manifestavam-se contra ou a favor de decisões e decretos de lei, expedidos da Corte e do governo da província mineira. Por outro lado, o número de correspondentes que publicaram mais de uma vez também é significativo. Dentre setenta e um correspondentes, sete escreveram mais de uma vez, ou seja, cerca de dez por cento do total.

Essa reincidência demonstra a existência de um jogo de diálogos caracterizados por discursos cruzados, ou seja, o ato de escrever, replicar e às vezes treplicar o mesmo assunto... São eles: *Amigo do Astro*, *Constitucional inabalável*, *Perneira na Corte*, *Somnambulo*, *Francisco José de Sales*, O *tropeiro intrometido* e o *Redator*. *O Amigo do Astro* era seu defensor incondicional. Reverberava contra os opositores do *O Amigo da Verdade* e endossava seus posicionamentos. Como amigo, mostrava sempre as virtudes do periódico, através de um discurso de convencimento de suas boas intenções e objetivos.

O *Constitucional inabalável* defendia os princípios constitucionais e reafirmava a tendência política do *Astro de Minas*. Por seu turno, o *Somnambulo,* de forma irreverente, também se incomodava e até perdia o sono por conta dos boatos anticonstitucionais que se espalhavam pela província.

O *Perneira na Corte* era um constante informante do *Astro de Minas* e, do Rio de Janeiro remetia suas correspondências para serem publicadas em Minas. Neste levantamento ele aparece apenas duas vezes, mas fora um constante informante e importante aliado desde a inauguração do periódico, em 1827. Por estar, ou dizer estar perto dos acontecimentos ocorridos na capital do Império, passava certa credibilidade em suas cartas, o que acabava por refletir positivamente para a leitura e aquisição do *Astro de Minas*, passando uma imagem de periódico imparcial, o que, de fato, não acontecia. Seu pseudônimo correspondia a um imprescindível acessório de proteção das pernas para se cavalgar, provavelmente um tropeiro ou alusão a um, por ser uma profissão que permitia constantes contatos entre diversas regiões, inclusive entre Rio e Minas.

Mesmo não sendo um pseudônimo deixamos no quadro o nome de Francisco José de Sales, por ser o editor do Astro de Minas. Suas manifestações se deram por conta das acusações feitas contra o periódico acerca de uma caluniosa correspondência, conforme demonstrado anteriormente neste mesmo capítulo.

O *tropeiro intrometido* se fez presente por duas vezes e estava envolvido com questões próprias de sua profissão, como o mau estado das estradas, assaltos ao longo dos caminhos etc. E por fim, entre aqueles que mais escreveram estava o próprio *Redator*, com dezesseis correspondências, número significativo que aponta para uma participação bastante ativa. Discutia, analisava e informava sobre as questões locais, atuando até mesmo como conselheiro, comentando e repercutindo muitas correspondências e textos publicados pelo periódico. Era um mediador das palavras impressas.

Tabela 8 - Pseudônimos dos Correspondentes do O Universal durante o ano de 1829.

Correspondentes do O Universal durante o ano de 1829	
Pseudônimos	*Nº de correspondências*
O redator	4
Bernardo Pereira de Vasconcelos	6
O roceiro	2
O gandaya	1
Um mineiro	1
O constitucional marianense	1
Apaixonado leitor	1
O sapuchay mandu	1
O amigo da verdade	1
Um inimigo dos ladrões	1
Anti-telegrafo	1
Juiz de facto	1
O imparcial	1
O liberalão	1

T. G	1
Um brasileiro que não se verga	1
O enxota caes	1
O inimigo da impostura	2
Um liberalão curioso	1
O sonhador	1
Um christão inimigo dos abusos	1
Inimigo dos que exorbitão da sua jurisdição	1
O pateta	1
Um amigo dos Andradas	1
Um medrozo	1
O amigo dos bons juizes	1
O retirado	1
O mineiro	1
Inimigo dos patetas	2
Inimigo dos hipocritas	1
Por um amante da justiça	1
Inimigo dos atrevidos	1
Seus affetuoso e constante leitor	1
Um que passeia	1
Um mineiro	2
Panchymagogo	1
O observador	1
Um bom brazileiro	1
O constitucional paracatuense	1
O piolho viagante	2
O surucucuassu	1
O inimigo dos patifes	1
Philotaxias	1
Um dos liberalões	1
O duvidoso	1
O anachoreta	1
O jarreta	1
Por um mineiro no curso juridico	1
Constante leitor	2
Um baependiano	1
Um que suspeita...	1
O exorcista	1
Um dos seus assignantes	1
Os arraes	1
O amigo da razão	1
Viagante observador	1
O imperialista constitucional	2
Um juiz de facto que não tem medo do papão	1
Um imperialista liberal	1
O chicotinho fino	1
O panderga	1
O anti-capadocio	1
Um amigo da nova magistratura	1
A. J. R. B	4
E. R. M	1
O respeitador dos direitos do homem	1

Fontes: APM-SIAAPM, *O Universal*, 1829.

Quase com a mesma quantidade de correspondentes, *O Universal* foi o periódico que teve um maior número de reincidências de pseudônimos, cerca de quinze por cento. Dentre eles destaca-se Bernardo Pereira de Vasconcelos. Comunicava-se constantemente com seu eleitorado. Utilizava o periódico para dar satisfações de seus trabalhos parlamentares e até mesmo para se despedir de amigos e conhecidos, quando de suas idas para o Rio de Janeiro.[585] Depois de Vasconcelos, o *Redator* foi quem mais se manifestou, ponto comum entre os três periódicos.

Muitas eram as correspondências e em praticamente todas as edições se encontravam uma ou mais cartas. Porém, em termos de participação ativa os redatores se destacavam, conforme tabela abaixo.

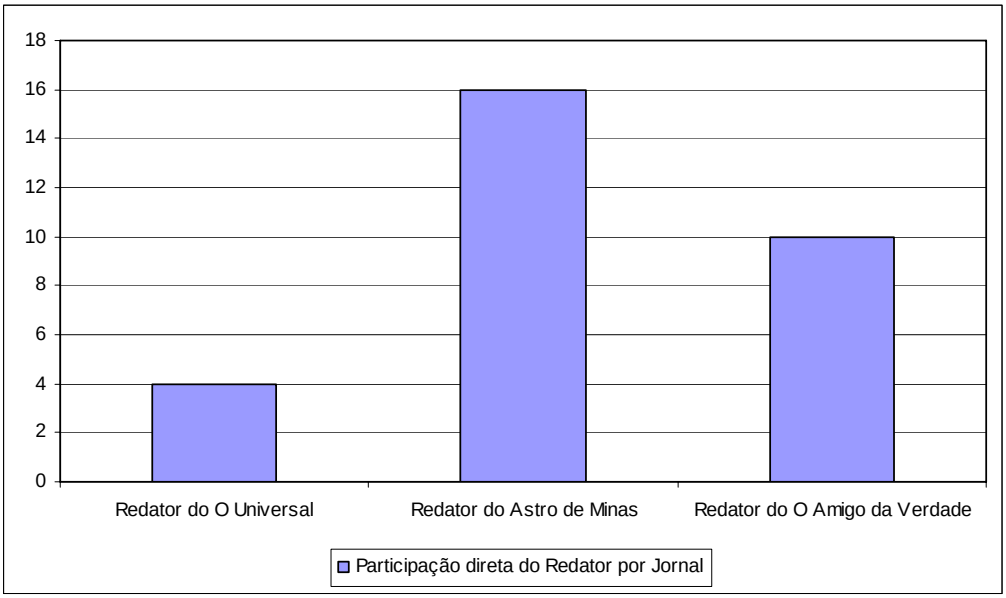

Gráfico 1- Participação direta do Redator por Jornal
Fontes: BN-SOR, Astro de Minas, O Amigo da Verdade/ APM-SIAAPM, O Universal, ano de 1829.

Percebe-se, porém, que dentre os próprios redatores, o do *Astro de Minas* teve maior atuação impressa, seguido pelo *O Amigo da Verdade* e *O Universal*. Estes dados se repetem para os demais anos de circulação, com exceção do *O Amigo da Verdade*, pois não dispomos de suas edições subsequentes ao ano de 1829.

[585] APM-SIAAAPM, *O Universal*, 23/04/1829, p. 04.

4.7 Tipologias dos disfarces: uma leitura possível ?

Dissemos que numa visão de conjunto, os pseudônimos podem nos dar algumas pistas heurísticas. Alguns codinomes parecem ter um perfil sociológico similar, por isso a tentativa de identificá-los e agrupá-los a partir de quatro categorias analíticas.

A primeira denominamos de ***disfarces operacionais***, ou seja, aqueles que explicitam suas funções cotidianas e sócio-profissionais, como: o soldado, o roceiro, o lavrador, o tropeiro, perneira, toucinheiro – pessoa envolvida com o comércio e distribuição de carne e gordura de porco – soldado e juiz. Observa-se na pluralidade de funções, os perfis dos leitores e correspondentes desde o homem mais simples até um magistrado. Juntos, esses disfarces acenam para a existência de um público plural e não restrito.

De fato, vai ao encontro das proposições dos periódicos em difundir e abarcar reflexões próprias de cada elemento social e participativo na arena pública, que então se configurava pelas letras impressas. Os correspondentes tinham a liberdade de criar seus pseudônimos. Poderiam, perfeitamente forjar uma atividade ou profissão. Dessa maneira, entendemos que as identidades profissionais informadas poderiam, nem sempre, corresponder à realidade de quem estava escrevendo.

Embora as imprecisões analíticas sejam pertinentes, o próprio fato de utilizar um “disfarce operacional” para identificar, seja o conteúdo da correspondência, ou o codinome de quem a escrevia, é interessante perceber o quanto era significativo evidenciar a ocupação social. Essa prática aponta para se pensar a imprensa como um espaço de participação popular, por dedicar espaço às múltiplas vozes que “ecoavam” de várias localidades, provenientes de vários atores da sociedade.

Talvez esses disfarces servissem para endossar o discurso dos periódicos, pautados em “esclarecer” e levar as “luzes” a um público mais simples, permitindo que estes também se fizessem ouvir e ler pelas suas correspondências.

Uma segunda categoria pode ser entendida como a dos ***disfarces qualitativos*** que informam as qualidades e características da personagem criada pelo correspondente que se valia da criatividade e humor, manifestando seus sentimentos perante o assunto abordado nas correspondências como: *o medroso*, *o comilão*, *o observador*, *temeroso*, *matraca*, *linguarudo*, *perguntador*, *desconfiado*, *o*

sonâmbulo, *assustado*, *passeador*, *curioso*. Estes, geralmente, tocavam em assuntos particulares e de seus interesses e utilizavam o periódico para expor alguma insatisfação por qual passavam, sejam pessoais, ou de ordem pública.

O periódico tinha uma função de ajudar-lhes a divulgar suas inquietações e expor seus pontos de vista. Alguns tinham um tom de ironia, outros de humor, o que tornava a leitura mais interessante e instigante. Eram disfarces que demonstravam certa capacidade de brincar com as palavras, carregadas de intencionalidades. Cabe ressaltar, que estes "disfarces" causavam reverberações interessantes, principalmente quando se buscava desqualificar o seu opositor. Eram sempre criticados ironicamente, pelas propensões naturais de suas qualidades e características.

A terceira categoria pode ser classificada como ***disfarces políticos***. No *O Amigo da Verdade* encontra-se: *Verdadeiro Patriota*, *Constitucional Verdadeiro*, *Hum Constitucional* e *O Mineiro Constitucional*. No *Astro de Minas*, manifestaram-se: *O Constitucional Inabalável*, *Amante da Constituição*, *O rústico constitucional*, *Hum paulista constitucional* e *O Inimigo dos déspotas.* No *O Universal*, lê-se, *O liberalão*, *Um liberalão curioso*, *O constitucional paracatuense*, *Um dos liberalões*, *O imperialista Constitucional* e *Um imperialista liberal*.

Esta categoria expressa politicamente o ambiente de embate entre as matizes de pensamentos e posicionamentos mediante o universo impresso, proporcionado pelos periódicos em tela. Embora a denominemos de "disfarces", esta categoria se diferencia das outras, por defender publicamente, tendências, ideias e grupos políticos, ainda que o autor fosse anônimo. A categoria defendia publicamente certas tendências políticas, capazes de delinearem um posicionamento ideologicamente orientado, enquanto defensores do constitucionalismo político. Desse ponto de vista, não disfarçavam seus sentimentos políticos, muito pelo contrário, se sentiam a vontade para transmitir para as penas, convicções e paixões, tornando-as públicas. Talvez seja a categoria que exprime com mais precisão as idiossincrasias dos correspondentes. São praticamente unânimes em se intitularem constitucionais. No caso dos pseudônimos do *O Universal*, uns eram liberalões, no plural, o que acena para a existência de mais liberalões, dando a impressão de consentimento do uso da expressão.

De acordo com Lúcia Bastos os termos "constitucionais" e "constitucionalismo", passaram a ser utilizados e integrados ao mundo luso-brasileiro

a partir de 1820[586]. De acordo com a autora, foi nesse período que a linguagem começa a se politizar e entrar na vida pública. De fato, a partir de 1824, com o triunfo do liberalismo político manifestado, em parte, na Constituição do Império do Brasil, o termo Constituição apresentar-se-á como um componente básico do ideário político do liberalismo.

Era empregada com certo excesso pelos redatores e correspondentes mineiros. Parte-se do pressuposto de que os redatores fossem mais instruídos que seus correspondentes, porém, o uso demasiado pelos missivistas, demonstra certa apropriação do uso da palavra. Em meio aos constitucionais citados acima, encontra-se um mineiro e um paulista. Fato curioso e interessante é perceber o quanto o *Astro de Minas* e *O Universal* citavam textos e artigos e até mesmo correspondências do *Farol Paulistano*. Em conjunto com os periódicos mais citados, estavam o *Aurora Fluminense* e o *Ástrea*[587].

Também no campo intelectual, o eixo centro-sul deixava sua marca de dominação. Na terceira categoria, identificada por disfarces políticos, o adjetivo constitucional era identificado por uma opção política, ou seja, aqueles que aderiam ao sistema constitucional. Por outro lado, existiam aqueles identificados por anticonstitucionais, associados aos déspotas e a seus signatários que se tornaram alvo de críticas de seus inimigos, como pode se perceber em um correspondente do *Astro de Minas*.

Os disfarces “amigos” e “inimigos” eram condições de adesão ou não a um comportamento, pensamento ou opinião, portanto variava de acordo com o assunto em pauta na imprensa periódica. Eram os disfarces mais utilizados, conforme podemos observar e constituem a quarta e última categoria a dos ***disfarces fraternais***.

Esta se baseia de antemão na observação da existência de um binômio amigo/inimigo, capaz de congregar as opiniões políticas a partir da *economia dos afetos*. Ao consultar as tabelas abaixo encontramos os seguintes disfarces de cunho fraternal.

---

[586] NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais* .... op. cit., 2003.

[587] Retomaremos este assunto no quinto capítulo.

Tabela 9 - Disfarces fraternais nos pseudônimos dos periódicos

Os “amigos” nos periódicos	Os “inimigos” nos periódicos
Amigo do Amigo da Verdade	Hum inimigo declarado dos ilusores
Amigo do justo	Hum inimigo dos excessos
Amigo da ordem	Inimigo da censura gratuita
Amigo do Astro	Inimigo dos revoltosos
Amigo do Universal	Inimigo dos impostores
Amigo do despertador	Inimigo dos patetas
Amigo da paz e da concórdia	Inimigo dos hipócritas
Hum vosso amigo	Inimigo dos atrevidos
O amigo das leis e do povo	O inimigo das tentações
O amigo da justiça	O inimigo da impostura
O amigo da verdade	O inimigo dos trezentos
O amigo dos bons juizes	O inimigo dos falseadores e ladrões
O amigo da razão	O inimigo dos patifes
Um amigo dos Andradas	
Um amigo da nova magistratura	

Fonte: Periódicos consultados

No dicionário de Raphael Bluteau, o vocábulo amigo[588] quer dizer aquele que está unido ao outro, portanto aquele que compartilha, que comunga, que mantêm laços de união, de fidelidade. No dicionário de Antonio de Moraes e Silva[589], amigo é aquele que é favorável. Favorável no sentido de ser adepto e partidário a alguém ou a uma causa. Verifica-se que eram amigos dos periódicos, da justiça, da verdade, da ordem, da paz, e de outros correspondentes como o amigo do despertador.

Estabeleciam vínculos de adesão ao outro, o que fortaleciam as redes de reciprocidade entre os periódicos e seus correspondentes e estes com os seus pares. O antônimo de amigo é representado pelos correspondentes não como algo ruim ou pejorativo, mas sim como uma continuidade dos afetos, pois não aprovavam o que era errado, como falseadores, revoltosos, hipócritas, tentações atrevimentos, impostores, as patifarias etc.

Dessa maneira, não eram inimigos daquilo ou daqueles que os amigos prezavam. Muito antes, defendiam o oposto do que consideravam hostis. Os “inimigos” acabavam por ser uma continuidade dos “amigos”. A economia dos afetos se fazia presente por laços de solidariedade que iam sendo tecidos pelos correspondentes ocultos, estabelecendo novos parâmetros de comunicação. No

[588] BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez*; latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v. p. 336. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/amigo [capturado, 12/01/2011].

[589] SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza:* recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. p. 121. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/inimigo [capturado, 12/01/2011].

dicionário Bluteau, inimigo[590] quer dizer aquele que nos tem ódio, ou aquele que nós temos ódio.

Neste caso, os inimigos denunciavam abusos de autoridades, perseguições pessoais, descaso do governo, mas uma concepção os unia, todos defendiam a constitucionalismo como princípio político e serviam para endossar a linha editoriais dos periódicos que se diziam constitucionais. Existiam mais amigos do que inimigos. Os amigos apoiavam seus periódicos pelo simples fato de indicar de quem eram amigos e os "inimigos" as dissimulações em geral, o próprio periódico funcionava como seu próprio contra-texto.

Vale destacar também, que acrescentamos na lista, correspondentes que, de fato, assinaram suas correspondências, como o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, o padre Antonio Felisberto da Costa, o editor *do Astro de Minas,* Francisco José de Sales, o vereador, comerciante e juiz de paz Baptista Caetano d'Almeida e o seu inimigo, o vigário da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, Luiz José Dias Custódio. A presença destes senhores nos periódicos se deveu às intrigas e acusações trocadas durante as eleições tanto para deputado, quanto para vereador e juiz de paz.

Foram a público, através de correspondências, para defenderem uns aos outros. Dissemos, em outra ocasião,[591] que os disfarces compõem uma cultura política do anonimato. O anonimato é a falta de identificação verdadeira. No caso, entendemos que por mais que ocultassem suas identidades através dos disfarces, criavam, por meio deles, uma nova forma de se fazerem representar.

Os periódicos tinham ampla circulação fora de São João d'El-Rey e Ouro Preto. Dessa maneira, poderiam contar com correspondentes de outras províncias. Porém, essa hipótese da existência de "correspondentes cosmopolitas" ainda requer uma análise mais apurada, pois a maioria das correspondências analisadas e publicadas pelos periódicos *O Universal*, *Astro de Minas* e *Amigo da Verdade*, tratavam de questões endógenas, ou seja, a partir do ambiente vivido, com preocupações locais e regionais, próprias da província mineira[592]. Discutiam, além

---

[590] BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez* .... op. cit., 1712-1728. 8 v. p. 136. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/inimigo [capturado, 12/01/2011].

[591] SILVA, Rodrigo Fialho. "E a luz se fez": .... op. cit., 2008. p. 9-18

[592] Não queremos dizer que as correspondências dos periódicos analisados só diziam respeito às questões locais, pois encontramos algumas que se referiam ao Rio de Janeiro e outras províncias, como Bahia e Pernambuco, porém, em menor quantidade. O que não nos impede de concordar com Mônica Yumi Jinzenji,

de questões pessoais, sobre o papel do Juiz de Paz, vereadores, deputados, sobre os preços de alimentos, sobre o estado de conservação das estradas, cadeias e prédios públicos, instrução pública e as eleições.

De acordo com os seus pseudônimos, os correspondentes procediam de várias camadas sociais, profissão e deixavam entrever suas predileções políticas. Numa visão de conjunto, os anônimos mantinham as discussões semanais dos periódicos e podem ser entendidos como um dos elementos substanciais para a manutenção, circulação e venda dos periódicos. Acreditamos, assim como Robert Darnton[593], que a leitura dos periódicos acaba por influenciar o autor, antes e depois de compor seu raciocínio, seja ele um correspondente ou o próprio redator. Dessa forma, acreditamos que os redatores[594] também se disfarçavam e se metamorfoseavam, podendo "brincar" com o poder das letras a seu favor, utilizando o humor e a criatividade para variar seus disfarces, contribuindo assim para movimentar, dinamizar e alimentar os discursos impressos e simular debates nas páginas da imprensa mineira.

---

ao afirmar que, através da leitura das cartas, os leitores "passavam a compartilhar de novidades e acontecimentos oriundos da Capital Imperial, de outras províncias e outros países". JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher: .... op. cit.,* 2008, p. 100. (Tese de Doutorado em Educação).

[593] Cf. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette:* mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

[594] Sobre o uso de correspondências e a utilização de pseudônimos pelos próprios redatores ver: MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: .... op. cit.,* 2006. (Dissertação de Mestrado em História). JINZENJI, Mônica Yumi.. *Cultura impressa e educação da mulher: .... op. cit.,* 2008, p. 100. (Tese de Doutorado em Educação).

5 ENTRE OS PERIÓDICOS, AUTORES E TEXTOS: AS REFERÊNCIAS POLÍTICAS DOS REDATORES MINEIROS.

5.1 Nas páginas... as palavras que saltam aos olhos.

Durante algum tempo, autores envolvidos diretamente com os encantos de "Clio" acreditavam ser a palavra, crua na superfície dos papéis, ou na sua *estrutura lisa*, como aponta criticamente Arlette Farge[595], o único objeto a ser analisado, quando se tratava de fontes escritas. Com o tempo e a partir da intensificação do diálogo com disciplinas afins como a Linguística, a Teoria Literária e Filosofia[596], a percepção e análise da "palavra escrita" foram se modificando e a História, aos poucos, se aproximou de tais ensinamentos.

As palavras carregam em si o sentido que a conferimos a partir de seus significados lexicais. De maneira geral, as classificamos de acordo com o seu conteúdo, identificado pela inteligência que adquirimos com sua intimidade e sentido atribuído. Porém, é desafiador estudar a linguagem, principalmente aquela carregada por um teor eminentemente político, dotada de enunciações, retóricas, metáforas e interdiscursos.

Esta é o tipo de linguagem com que nos deparamos ao abrir um periódico das primeiras décadas do oitocentos e os de Minas não eram diferentes[597]. Reler, de imediato, seus textos, correspondências e artigos em geral, logo saltam aos olhos uma "tribuna política" onde as dessemelhantes vozes ecoam cada uma a seu timbre, diante de uma atenta e restrita plateia, interessada na vida política da época. John

---

[595] FARGE, Arlette. Palavras sem história; histórias sem palavras. *Maracanan*, Rio de Janeiro, Ano II, n.1, agosto/dezembro, 2004, p. 92.

[596] Sobre a relação entre história e linguística ver: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História:* ensaios de teoria e historiografia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

[597] Durante o capítulo faremos apenas o levantamento de alguns conceitos "impressos" nos periódicos, sem analisá-los em profundidade.

G. A. Pocock, em um instigante texto[598], chama-nos a atenção para as leituras possíveis acerca daqueles que se interessam pelo estudo dos elementos que compõem a ordem do discurso político. Para o autor, é indissociável pensar a linguagem política da História do pensamento político. Para equacionar essas arestas próprias do campo historiográfico, é necessário pensar, sobretudo, no ambiente da produção de determinados pensamentos, registrados então, pela linguagem escrita[599].

Há alguns anos, estudiosos da área criticaram o estudo da linguagem por ela mesma. As obras clássicas, tratados, livros e manuscritos em geral, foram tomados à análise a partir de seu "corpus" acabado, com o intuito de extrair das entrelinhas de uma linguagem rebuscada e erudita, suas essências filosóficas.

No entanto, tanto para John Pocock como para Reinhart Koselleck[600], não basta nadar na superfície, mas sobretudo, como um escafandrista, mergulhar, para entender a profundidade, o todo, a densidade do que a superfície oculta em um primeiro olhar, para que o texto não permaneça, nas palavras de Jacques Derrida, sempre imperceptível[601]. O alvo da crítica consiste em não se levar em consideração que, antes de se tornarem textos "acabados", ou seja, em atos da linguagem, as ideias pertencem ao autor que, idiossincraticamente constrói seu discurso a partir de um determinado ambiente, propósito e contexto.

Assim, o texto é o produto final não apenas das reflexões, mas das intenções que os levaram à materialidade da palavra escrita e, no caso, impressa. De acordo com Pocock, os atos da linguagem são organizados de maneira inteligível na forma de textos e, *que esses textos têm autores*, ou seja, têm uma história *pré-editada*[602].

Isto posto, pensemos na linguagem que nos propusemos a estudar: aquela contida e difundida pela imprensa mineira. Não se trata de uma história dos conceitos, mas uma análise da veiculação de termos e expressões que foram

---

[598] POCOCK, Jonh G. A. O conceito de linguagem política e o métier d'historien: algumas considerações sobre a prática, In: ____. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

[599] Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas localizam essa preocupação de contextualizar o autor do texto e perceber o ambiente em que se inseria, no manual de Langlois e Seignobos, do final do século XIX. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. .... op. cit., 1997. p. 375.

[600] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado .... op. cit.,* 2006.

[601] DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005, p. 7.

[602] POCOCK, Jonh G. A. *Linguagens do ideário político*. .... op. cit., 2003, p. 66.

capazes de mobilizar a opinião pública mineira, na segunda década do século XIX, quando do surgimento da imprensa periódica nas Gerais.

Da mesma maneira, ao seguir os ensinamentos de Pocock, o exercício deve se repetir, porém, com um diferencial. Não se trata de obra clássica e tão menos de tratados políticos consagrados. São, ao contrário, textos cotidianos que circularam numa determinada época e lugar, com diferentes propósitos.

Textos comuns, escritos por autores desconhecidos, mas capazes de tecer a trama de uma sociedade contingencialmente condicionada à falta de leitura sistemática capaz, porém, segundo Marco Morel de *representar uma espécie de somatório das opiniões*[603]. Não obstante, é preciso entender que os autores clássicos não desaparecem da cena impressa mineira. Eram textos e autores de referência. Foram apropriados pelos redatores e correspondentes de forma a conceber inteligibilidade aos seus pensamentos e reflexões.

Por serem referências, são lidos, relidos e citados por homens comuns e por isso, *é preciso fazer um esforço de compreensão do que foi retido desses autores por aqueles que se dizem seus seguidores ou por aqueles que deles fazem uso*[604]*,* como nos ensina Pierre Rosanvallon.

De certo, o advento da imprensa causou certas mudanças nos hábitos, mas novos costumes só foram se configurando e sendo incorporados na medida em que os textos alimentavam e mobilizavam os leitores. As ações dos redatores foram responsáveis pelas variadas performances “representadas e realizadas” dentro de uma nova instituição: a imprensa.

Pocock[605] chega a assegurar que o campo formado pelos atos de discurso, seja ele oral, manuscrito ou impresso, é institucionalizado, ou seja, provém de mecanismos que criam determinados controles sociais, através de regras e normas, como a leitura, a escrita e, principalmente, a forma como essas práticas, juntas, são apropriadas e relidas por uma dada sociedade.

---

[603] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005.p.205 e 206.

[604] ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político: nota de trabalho. *Revista Brasileira de História,* São Paulo: ANPUH/Contexto, v. 15, n. 30, 1995, p. 17.

[605] Cf. POCOCK, Jonh G. A*. Linguagens do ideário político* .... op. cit., 2003.

Nesse ponto, o autor inglês se aproxima de Roger Chartier[606], no tocante a análise sobre representação e apropriação. Dessa forma, pode-se pensar que a institucionalização do discurso político e público nas Minas se deu pelo advento da imprensa. Não negamos a oralidade e as formas de leitura/escrita preexistentes à imprensa periódica, mas a partir dela, a linguagem política atinge e abrange pessoas comuns em lugares até então "despolitizados", como as residências, por exemplo. No capítulo anterior, os pseudônimos acenam – podendo até mesmo serem tomadas como representações descoladas da realidade – para a existência de leitores em várias partes da província, seja nos espaços urbanos ou rurais. Embora os periódicos tivessem ampla circulação, não quer dizer que eram lidos por muitos. Cabe ressaltar o alto índice de analfabetismo da sociedade mineira do período estudado. Porém a falta de dados precisos referentes ao número de edições de cada periódico e ao número de analfabetos, para uma reflexão comparativa, limita nossa análise.

Os periódicos também se inserem, para além dos ambientes formais da governabilidade como um todo como nas Câmaras ou nas Igrejas, em lugares onde as sociabilidades se manifestavam através da convivência comum, como em tabernas, boticas, barbearias, encontros formais e informais e na praça pública. É a passagem das práticas e características da comunicação típica do Antigo Regime, refletidas no Brasil de então para a modernidade política, que a imprensa auxilia a redesenhar os espaços públicos e sociais. É capaz de determinar novos parâmetros de pensamentos e comportamentos que se fazem públicos e a própria circulação dos pseudônimos serve para exemplificar certas mudanças.

De acordo com Marco Morel, a liberdade de imprensa, proporcionou uma mudança ímpar nas formas de comunicação, até então nunca vista no Brasil.[607] O autor chama a atenção, porém, para o cuidado que se deve ter em enaltecer a imprensa e obliterar as "formas antigas", pois as mesmas continuaram presentes mesmo após a consolidação da imprensa periódica, caracterizando o que autor entende por "formas hibridas" de comunicação pública. Da mesma opinião comunga

---

[606] CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

[607] MOREL, Marco*. As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005, p. 205.

Lúcia Bastos, ao identificar traços e expressões do Antigo Regime na imprensa luso-brasileira na época da independência[608].

São formas de comunicação que possuem uma característica sinérgica, na medida em que o novo aparece e não oblitera totalmente o velho. Em certa medida tomam novas expressões com objetivo de substituir e (re)inaugurar antigos entendimentos. Em outros casos, tenta-se destruir, por completo ideias, noções e expressões que julgam corromper e corroer os objetivos de delinear o Brasil independente, a partir dos traços constitucionais.

Aos poucos, *O Universal*, o *Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade* criam um mecanismo contínuo/crescente de comunicação e, segundo Antonio Gramsci, de contato recíproco[609], através das correspondências, artigos e textos, em geral, compilados entre seus redatores.

A partir de 1823 e durante todo o Primeiro Reinado, assiste-se a uma curva ascendente dos periódicos em Minas Gerais. Isto demonstra de antemão uma preocupação em manter a circulação, aquisição e consumo dos periódicos pelos grupos responsáveis pela imprensa. Não significa, porém, que todos os periódicos que surgiam se mantiveram circulando por muito tempo, dado o caráter efêmero de alguns. O que queremos evidenciar é que, circunstancialmente, e desde 1823, Minas pôde contar com os esforços de alguns atores sociais para manter consecutivamente os seus periódicos, preocupação esta que reforça a iniciativa dos moradores do Arraial do Tejuco, anos antes.

De acordo com Lúcia Bastos[610], alguns periódicos geralmente surgiam envolvidos por uma questão, ou polêmica circunstancial e depois desapareciam. Outros, aponta Marco Morel[611], persistiam por necessidade de constituir determinadas tradições no campo das ideias. Como dito anteriormente, os periódicos mineiros dividiam suas notícias em sessões pré-definidas nas edições semanais. Esses discursos alimentavam o repertório dos periódicos mineiros. Mas a regularidade esbarrava em alguns entraves como a distância dos centros maiores

---

[608] NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais* .... op. cit., 2003.

[609] Esta expressão é utilizada por Antonio Gramsci para entender os agrupamentos culturais a partir da língua. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. .... op. cit., 1978. p. 162.

[610] NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais* .... op. cit., 2003.

[611] Cf. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005.

como o Rio de Janeiro, por exemplo, e de atrasos contingenciais dos correios, que comprometiam a regularidade em que as notícias deveriam chegar ao público leitor.

Por outro lado, falhas técnicas também comprometiam a regularidade das publicações. A título de exemplo, logo quando *O Amigo da Verdade* começou a circular, seus responsáveis tiveram problemas com os *typos* móveis, pois os mesmos eram importados, o que causava problema ortográfico pela falta de algumas letras, por isso, pedia desculpas ao público[612].

Certa vez *O Universal* publicou um aviso em nome de seu impressor Barboza, anunciando uma vaga para compositor para imprensa[613], dada a dificuldade de se encontrar este profissional. Dissemos que o repertório dos periódicos era selecionado antecipadamente, pois sua regularidade de publicação exigia dos redatores a visualização e escolha do que se iria publicar. Mesmo assim, algumas notícias atrasavam com certa frequência, devido ao trabalho em aparelhar os *typos* nas formas, e a expressão "continuar-se-há" era uma *praxe* no fim dos textos.

O fato de não se publicar todo o conteúdo também se devia ao espaço destinado aos textos de cunho filosófico e político que ora nos interessa. Geralmente, esses artigos ou textos como eram chamados pelos redatores dependiam previamente de tradução. Eram longos, alguns parecem intermináveis, e bastante reflexivos. Não obstante, os redatores dependiam também de outros periódicos, os quais serviam de referência, onde seus textos eram reproduzidos e os excertos publicados. O que configura uma inclinação editorial e até mesmo de ideias comuns entre os redatores.

A questão da regularidade das edições nos chama a atenção, na medida em que se deveria dispor, previamente, de um expressivo acervo intelectual, tanto de livros, quanto de outros periódicos. Para isso, os responsáveis pelos periódicos deveriam manter reiterados contatos com livreiros e outras tipografias, dentro e fora da província e, até mesmo, adequadas relações pessoais com seus informantes e mensageiros.

---

[612] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 15/05/1829, p. 12. Transcrevemos o pedido de desculpas na íntegra."Somos obrigados a supplicara os nossos Leitores queirão por bondade sua desculpar a inexactidão, que possa encontrar-se na Orthografia pela falta, que temos de algumas Letras, e accentos, por serem estrangeiros os typos da Typographia. Igualmente rogamos aos mesmo Senhores desculpem alguma demora, que ocorra napublicação da nossa Folha, pois que achando-se sò o Editor empregado na sua Impressão, tornar-se-há algumas vezes impossível sahir á hora, que desejamos, por incovenientes, que sobrevem; o que tudo vai remediarse com a brevidade possível" Do Redactor.

[613] APM-SIAAPM, *O Universal*, 03/01/1827, p. 04.

Manter a regularidade exigia de antemão uma boa organização por parte dos editores/redatores para manter o fluxo dos repertórios, que só eram possíveis a partir da formação e manutenção de uma constante rede de contatos, dentro e fora da província mineira.

A informação em si era preciosa e as fontes para checá-las mais ainda. Por isso, encontra-se um significativo número de correspondências e excertos, onde se lê a constância dos leitores ao informar algo de interesse dos redatores.

5.2 A sociabilidade impressa: a "composição" dos discursos.

A sedutora leitura do "corpus" documental do qual dispomos, às vezes embaralha a visão perante as particularidades de cada página lida. Para fins metodológicos, levantaremos, ao longo de 1829, os periódicos citados pelo *O Universal*, *Astro de Minas*, *O Amigo da Verdade*, com o propósito de identificar a predileção por aqueles que podem ser considerados "periódicos colaboradores".

Partimos do pressuposto de que, se uns eram citados com mais frequência que outros, seria porque os discursos agradavam aos redatores e editores, que escolhiam os textos a serem compilados, configurando certa conformidade intelectual, pois ao compilarem discursos e excertos, se tornavam reprodutores ou contestadores, em alguns casos, de certas linhas editoriais, tendências de pensamento e ação política.

Com esse procedimento, acredita-se ser possível traçar uma leitura das referências de leitura e expressões feitas pelos redatores e, não obstante perceber a própria imprensa como "agente histórico" condutor e difusor de determinados pensamentos, criando certas tradições de ideias como assinalou Marco Morel[614].

O fato de citar com uma dada frequência determinados periódicos acena para confirmar a hipótese de que existia uma rede de sociabilidade impressa e de intenções e, até mesmo, um alinhamento editorial e de cunho ideológico entre alguns periódicos.

---

[614] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005.

Para se obter um melhor resultado, analisar-se-á o maior número de citações, separadamente, para então, após o levantamento gráfico e visual dos mesmos, apontar a reincidência dos periódicos. Por último, levantar-se-ão os autores citados. A partir de então contextualizaremos as "falas ausentes", ou seja, de autores de referência e caracterizaremos a existência da rede de sociabilidade intelectual entre eles.

De acordo com Marco Morel[615], durante muito tempo as sociabilidades foram citadas sem precisão conceitual. Era sinônimo de tudo e acabava por não representar nada, em termos de conjugação entre a instrumentalização empírica e conceitual. No dicionário de Raphael Bluteau, sociabilidade tem um caráter cordial, pois significa predisposição em conviver, ou melhor, "inclinação a viver em companhia de outros".[616]

Um século depois, o termo tinha o mesmo significado, como registra José Maria da Silva Pinto, em seu Diccionario da Língua Brasileira[617], ou seja a qualidade de ser sociável, de conviver. Ao compilar uma biografia do *Aurora Fluminense*, *O Universal* publicou-a, e ao longo do texto, a expressão sociabilidade aparece como sinônimo de convivência harmoniosa, aliás, é a única referência ao termo, em todo o *corpus* documental analisado. A biografia é de uma italiana chamada Bilisia Gozyadiri, que nasceu em Bolonha em 1209. Não quis se sujeitar aos "trabalhos da agulha" [618] e até a idade de doze anos se vestia de menino para poder estudar. Recebeu "o grau de Doutor entre os applausos de todos".[619] Por dois anos lecionou em sua própria casa para cerca de trinta alunos. Sua reputação havia se espalhado por toda a Itália. Por isso, Henrique, bispo de Bolonha, a nomeou professora em "matéria de Direito"[620] e passou a lecionar todas as manhãs para os muitos alunos.

---

[615] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005.

[616] BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez* .... op. cit., 1712-1728. 1712 - 1728. 8 v. p. 684. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/sociabilidade [capturado em 14/01/2011].

[617] PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. p. 125. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/3/sociabilidade [capturado em 14/01/2011].

[618] APM-SIAAPM, *O Universal*, 02/02/1829, p. 03.

[619] Ibid., p. 03.

[620] Ibid., p. 03.

O próprio Papa Innocencio a presenteou, certa vez, pelo trabalho prestado. Morreu em 1261, vítima de uma grande cheia que invadiu a casa onde se encontrava.

Era uma história atípica e por isso, chamou a atenção do *Aurora Fluminense* e logo foi editado pelo *O Universal*. O redator do periódico fluminense teceu comentários bastante interessantes sobre o papel da mulher na sociedade brasileira, defendendo sua maior participação na vida pública, "em uma palavra, nós não poderemos aspirar o título de Povo culto em quanto a mais bella metade da espécie humana for conservada na ignorância, e no idiotismo, em quanto passar em provérbio accreditado que á mulher basta a sciencia de arrumar bem um bahu".[621] Escrevia que se enganam aqueles que acreditavam que a mulher cumpriria melhor suas funções domésticas sem instrução e que por isso existia pouco espírito de sociabilidade. Desta forma, conferia ao termo o mesmo valor atribuído pelos dicionaristas citados acima.

Para fins semânticos, percebe-se que na contemporaneidade dos atores sociais do século XIX, o termo tinha uma conotação de convivência, de conformidade pacífica e social. De acordo com Marco Morel[622], as sociabilidades como instrumental teórico e metodológico foram sistematizadas e inseridas na pesquisa histórica por Maurice Agulhon que buscou caracterizá-las através do estudo das densidades de associações constituídas e suas mudanças definidas, dentro de um quadro geográfico e cronologicamente delimitadas.

Daí que, o levantamento dos dados quantitativos e comparativos seriam o método a desvelar a vida associativa de grupos em atividades variadas. No caso de nossa pesquisa, tratamos de perceber a existência de uma vontade associativa, porém impressa, manifestada por grupos que compartilhavam das mesmas intencionalidades, qual seja, a de imprimir os pensamentos e veiculá-los pela imprensa. Esse procedimento pode ser percebido tanto pelas constantes correspondências, quanto pelo cruzamento de textos de outros periódicos.

A imprensa em si, congregava as múltiplas ideias que acabavam por se cruzarem, e se decantarem em cada periódico, de acordo com suas conveniências, permitindo o agrupamento de tendências políticas, além da condução do debate numa escala ampliada, fora dos limites onde eram impressos. Dessa maneira, a

---

[621]APM-SIAAPM, *O Universal*, 02/02/1829, p. 03 e 04.

[622]MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005. p.220.

sociabilidade aqui serve para sistematizar certo espírito de grupo, compartilhado pelos redatores mineiros, além de definir escolhas e caminhos trilhados pelos mesmos.

A sociabilidade se fazia presente nos textos, que refletiam os objetivos de quem os escrevia. A imprensa, ou melhor, os trabalhos tipográficos podem ser entendidos como uma forma de associação, capaz de cumprir várias funções sociais, tais como: propagandas, textos informativos, análises políticas, anúncios de compra e venda de produtos diversos, inclusive livros, cartilhas morais, excertos de publicações de outros periódicos.

5.3 **Discursos cruzados: interlocuções e interferências impressas.**

Antes, porém da análise dos periódicos *O Universal*, o *Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade*, é interessante traçar alguns comentários sobre os periódicos que os precederam, dos quais dispomos de alguns dados. É sabido que o *Compilador Mineiro* teve vida curta, circulou por apenas dois meses, e nesse breve intervalo de tempo foi possível identificar a “compilação” de notícias de cinco periódicos.

Ao fazer *jus* ao seu título, reunia as notícias que em sua maioria eram estrangeiras. Esse exercício pode ter servido de referência para os demais periódicos surgidos posteriormente, principalmente, para *O Universal*, onde as notícias estrangeiras são mais constantes, em detrimento ao *Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade*.

O periódico parecia um mural informativo. Escrevia sobre a Espanha e França, bem como na sessão “notícias nacionaes” das províncias da Paraíba, Bahia e Pernambuco. Muita informação, essa era a marca do *Compilador Mineiro*. Nas poucas edições existentes, se percebe que um assunto era constante: o projeto de Constituição do Império do Brasil. Um de seus correspondentes, denominado de *O Bom Mineiro* comentou a defesa de um governo constitucional feita pelo redator do periódico e escreveu, “não me desagradou a maneira porque V. M. demonstrou em seu N. 4 a necessidade de huma Constituição Monarchicca, Representativa, e

hereditária, produzindo exemplos, e argumentos bem convincentes [...]".[623] O tema constituição é bastante presente no periódico e os outros jornais citados foram:

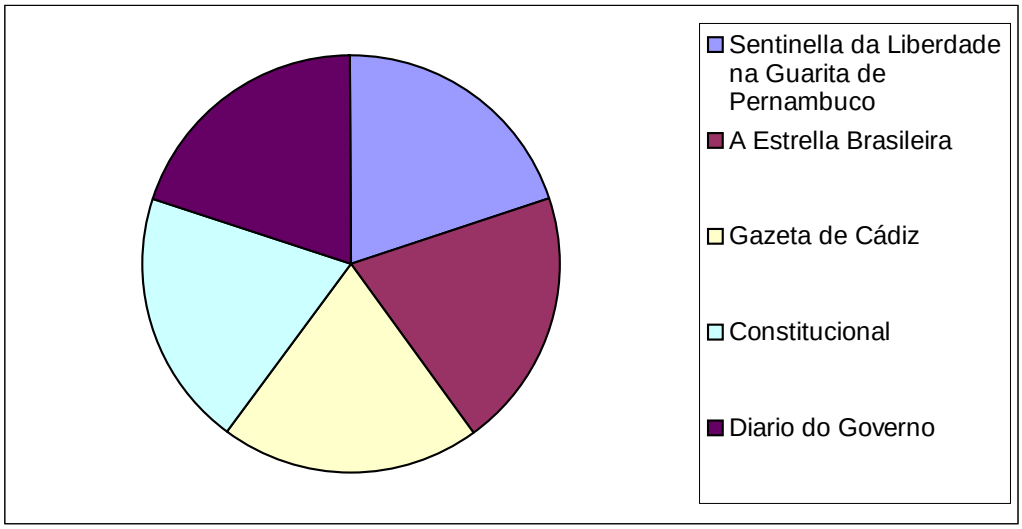

Gráfico 2 - Jornais citados pelo *Compilador Mineiro*[624].
Fonte: BN-SOR, *Compilador Mineiro*, 22/10 a 19/11de 1823

O Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco foi o periódico mais mencionado pelo *Compilador Mineiro*. Este periódico começou a circular no Recife a 09 de abril de 1822. O responsável pela impressão e redação foi o radical e exaltado Cipriano Barata[625]. Nasceu na Bahia em 1762 e estudou na Universidade de Coimbra. De volta ao Brasil, foi acusado de ter participado do processo de Conjuração baiana de 1798. Foi preso e teve sua biblioteca sequestrada. Envolveu-se na Revolução Pernambucana de 1817 e sua trajetória se confundiu com as

[623] BN-SOR, *O Compilador Mineiro*, 22/10/1823, p.19.

[624] Cada periódico foi citado uma vez.

[625] MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia / Assembleia Legislativa do Estado, 2001; TAVARES, Luís Henrique Dias. Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia. Salvador: EDUFBA; São Paulo: ENESP, 2003; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial.* UFRJ. Rio de Janeiro. 2004. (Doutorado em História Social); FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de república no império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834).* UFRJ. Rio de Janeiro. 2004. (Doutorado em História); FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Federação e república na imprensa baiana (1831-1836). In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a Monarquia e a República:* imprensa, pensamento político e historiografia, 1822-1889. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

inclinações republicanas[626]. Cipriano Barata publicou uma série de Sentinelas, em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, entre os momentos em que esteve preso e outros em liberdade, pois era perseguido por difundir suas ideias exaltadas contra o governo pedrino.

Marco Morel[627] traça uma geografia da publicação das Sentinelas. De acordo com o autor, se fizeram presentes em períodos e locais diferentes, redigidos por outros redatores, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, no Maranhão, no Ceará e em Pernambuco, caracterizando "outros fios da mesma teia".

Marco Morel demonstra a existência de vínculos simbólicos nacionais através de uma rede de sociabilidade impressa, que teve como fio condutor as ideias compartilhadas por determinados grupos políticos, ao longo da década de 1820. O texto de Morel e a citação do periódico de Cipriano Barata pelo *Compilador Mineiro* nos permitem pensar na existência, em Minas, de possíveis laços de identidade política com o liberalismo exaltado.[628]

Minas também contou com um Sentinela, o *Sentinela do Serro,* criado e redigido por Teófilo Benedito Ottoni,[629]entre os anos de 1830 e 1832. Ao contrário do inflamado[630] discurso, típico da época, da *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, do *Diário do Governo*, chamado de *Gazeta do Rio de Janeiro*, em sua primeira fase[631], antes da independência, se extraíam as notícias oficiais e dentre seus colaboradores, estava o próprio D. Pedro I.

O *Constitucional* também foi um periódico governista e teve vida curta, era redigido pelos mineiros, José Joaquim da Rocha e pelo padre Belchior Pinheiro de Oliveira.[632] O *Compilador Mineiro* selecionava notícias de periódicos com tendências

---

[626] FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de república no império do Brasil: .... op. cit.,* 2004. (Doutorado em História);

[627] MOREL, Marco. *As sentinelas devem multiplicar-se .... op. cit.*

[628] Esta evidência é negada por Wlamir Silva. SILVA, Wlamir. *"Liberais e Povo" .... op. cit.,* 2002, (Tese de doutoramento). Sobre o liberalismo exaltado ver: BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O império em construção .... op. cit.,* 2004. (Doutorado em História Social)

[629] Infelizmente as edições deste periódico se perderam. Sobre a biografia e trajetória política de Teófilo Ottoni, ver: ARAÚJO, Valdei Lopes de. *Teófilo Benedito Ottoni: .... op. cit.,* 1998.

[630] LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos .... op. cit.,* 2000.

[631] SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa .... op. cit.,* 1999. p. 65.

[632] Ibid., p. 69.

políticas divergentes o que aponta para uma imprecisão ideológica ou pela escolha de notícias diversas sem comprometimento político.[633] Em seguida surge o *Abelha do Itaculumy*,[634] o segundo periódico mineiro. Dispomos de poucas edições e durante os três meses consultados, percebe-se a inserção de dois periódicos, a saber: Estrella Brasileira e Diário do Governo. A participação dos artigos destes periódicos no *Abelha do Itaculumy* pode ser demonstrada da seguinte maneira:

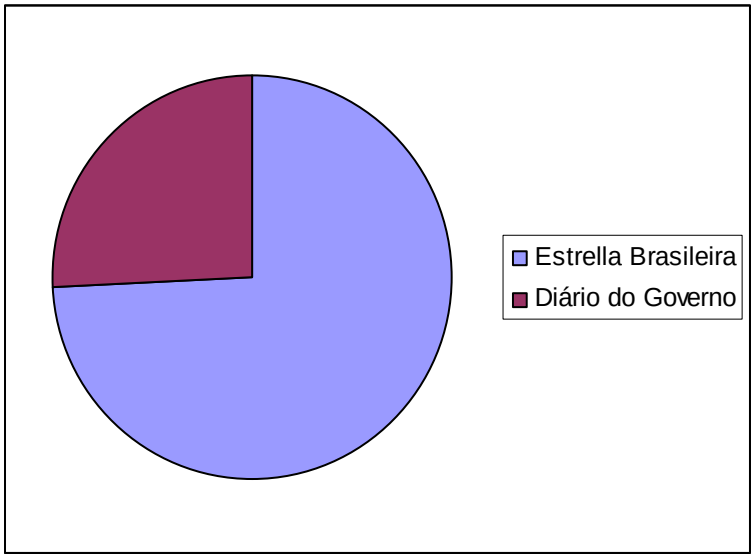

Gráfico 3 - Periódicos citados pelo *Abelha do Itaculumy*[635].
Fonte: BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 12/01/1824 a 17/03/1824.

O *Estrella Brasileira* foi o periódico mais citado pelo *Abelha do Itaculumy*. Circulou na Corte entre os anos de 1823 e 1824. Observa-se a permanência do *Diário do Governo*, sinal de que as notícias oficiais eram uma constante, até mesmo porque o periódico deveria ser prudente em acompanhar e informar aos leitores sobre as medidas políticas tomadas pelo governo imperial, em um momento quando as discussões sobre a Constituição do Império eram assunto da ordem do dia.

---

[633] Por falta de informações seguras, Wlamir Silva também aponta apara a imprecisão de tendências de alguns periódicos mineiros, dentre eles o próprio Compilador Mineiro. SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal .... op. cit., 2006. p. 42.

[634] Dispomos das edições de 12 de janeiro de 1824 a 17 de março do mesmo ano. Ao consultar as edições posteriores que se encontram na Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, percebe-se que a proporção de citações destas referências permaneceu até a extinção do periódico em 1825.

[635] O *Estrella Brasileira* foi citado três vezes e o *Diário do Governo* uma vez.

No ano seguinte surge, também na capital da província *O Universal.* Desde o seu aparecimento em 1825, publicou artigos e textos extraídos de vários periódicos. A partir de 1826, o *Astrea* foi o periódico mais citado e, no ano seguinte, dentre eles, pode-se destacar o *Diário Fluminense*, seguido pelo próprio *Astrea*, o *Farol Paulistano* e o *Aurora Fluminense*. Em 1827, o *Astro de Minas* também participa da lista de periódicos mencionados.

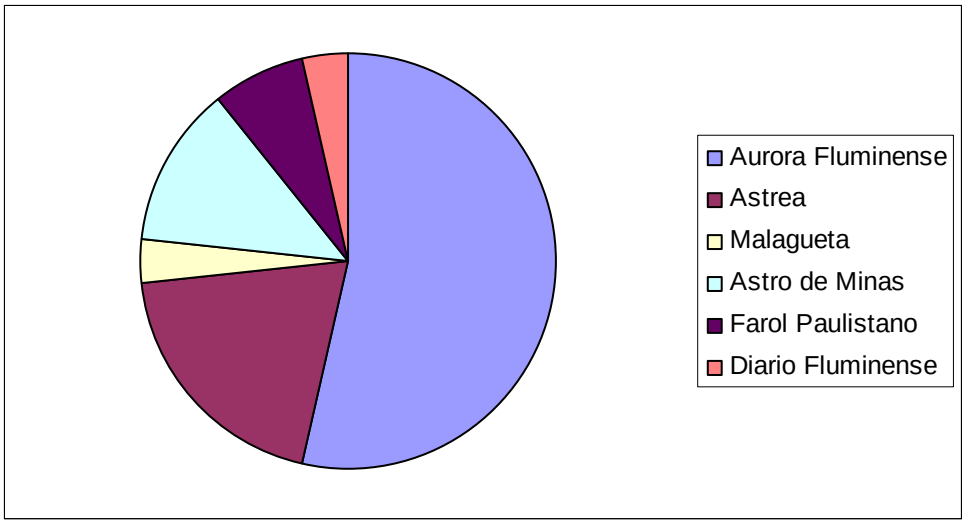

Gráfico 4 - Periódicos citados pelo *O Universal*[636].
Fonte: APM-SIAAPM, *O Universal*, 1829.

Durante o ano de 1829, verifica-se a presença de quatro periódicos três fluminenses, um mineiro e um paulista. Mais da metade dos excertos foram extraídos do *Aurora Fluminense*, seguido pelo *Ástrea*, *Astro de Minas*, *Farol Paulistano*, *Malagueta* e *Diário Fluminense*. Os mesmos periódicos foram citados pelo *Astro de Minas* quase que na mesma proporção.

[636] O *Aurora Fluminense* foi citado trinta vezes, *Astrea* onze, *Astro de Minas* sete, *Farol Paulistano* quatro e o *Malagueta* e o *Diário Fluminense* duas.

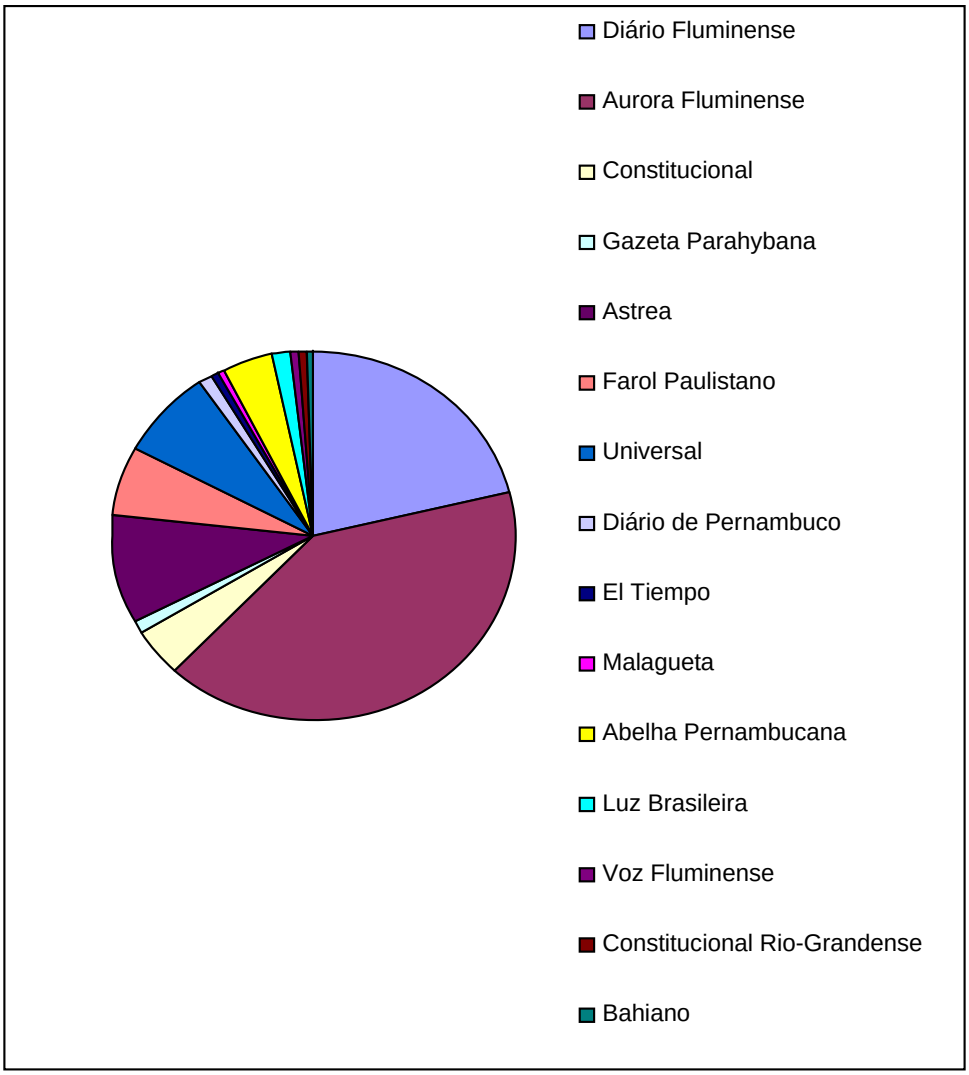

Gráfico 5 - Periódicos citados pelo *Astro de Minas*[637].
Fonte: BN-SOR, *Astro de Minas*, 22/11/1828 a 21/11/1829.

Assim, a partir dos dados colhidos acima é possível identificar que o periódico mais citado pelo *Astro de Minas* e pelo *O Universal* foi o *Aurora Fluminense*, de responsabilidade de Evaristo Ferreira da Veiga. Este começa a circular no Rio de Janeiro a partir de 1828 e, doravante, ultrapassa significativamente o *Diário Fluminense*, que fora o mais citado até então. Há 10 de Janeiro de 1828, o *Astro de Minas* publicou uma nota intitulada "Novo periódico no Rio de Janeiro" onde informava o surgimento do novo periódico:

> Vimos com summo prazer o primeiro N. da - AURORA FLUNINENSE - novo Periódico publicado em o Rio de Janeiro; e podemos asseverar aos nossos

[637] O *Aurora Fluminense* foi citado quarenta e cinco vezes, o *Diário Fluminense* dezenove vezes, Astrea onze, *O Universal* dez, *Farol Paulistano* nove, *Constitucional* e *Abelha Pernambucana* sete vezes, *Luz Brasileira* quatro, *Diário de Pernambuco* e *Gazeta Parahybana* três, os demais uma vez.

> Concidadãos, que a Aurora, he mais um Campeão, que se apresenta para defender a sagrada causa da Liberdade e do Throno Constitucional e os seos Redactores assim o expressão em a sua epigrafe
> Pelo Brasil dar a vida
> Manter a Constituição
> Sustentar a Independência
> He a nossa obrigação
> Por S. M. o IMPERADOR D. PEDRO I.
>
> Mil felicidades, bom êxito, he quanto podemos desejar a bem da Aurora; sentimos cordialmente não termos visto alguns outros NN. para podermos dizer mais alguma cousa sobre este excellente Periódico."[638]

Ainda no mesmo mês, o redator do *Astro de Minas* escreveu um texto sobre as características gerais do *Aurora Fluminense*. Pelo conteúdo inicial, percebe-se que ainda não conhecia seus redatores quando publica: "Dizem, que são ainda moços os Redactores deste periódico". [639]

Logo, os elogios aos jovens redatores são tecidos e tomam conta do conteúdo do alinhado texto. Escreveu que o patriotismo e o desenvolvimento da razão envolviam o teor daquele que passa a ser o periódico mais noticioso da Corte "e suas reflexões, além de sempre liberaes, merecem muita attenção pelo profundo conhecimento, que os Redactores possuem das nossas cousas".[640]

Aurora Fluminense, Ástrea, Farol Paulistano e *O Universal*, foram os mais citados, seguidos pelos *Diario Fluminense*, *Constitucional* e *Abelha Pernambucana*. A predileção pelos primeiros periódicos além de se evidenciar pelo levantamento, é confirmada no próprio texto elogioso ao *Aurora Fluminense*. O redator do *Astro de Minas* chega a afirmar que "He mais um baluarte da Liberdade, que se une à Ástrea; Farol Paulistano, Constitucional Bahiense, e o Universal, que a todos precedeo no tempo".[641] Porém, nota-se que o *Constitucional Bahiense* não foi citado sequer uma vez pelo *Astro de Minas*.

Em contrapartida, outros novos periódicos aparecem, são eles: *Constitucional, Gazeta Parahybana, Voz Fluminense, Abelha Pernambucana, Constitucional Rio-Grandense, Bahiano, Luz Brasileira, Malagueta, El Tiempo* e *Diário de Pernambuco*.

---

[638] BN-SOR, *Astro de Minas*, 10/01/1828, p. 03.

[639] BN-SOR, *Astro de Minas*, 26/01/1828, p. 02.

[640] Ibid., p. 02.

[641] Ibid., p.02.

Foram, na verdade, de menor expressão, na totalidade referente aos mais citados, não obstante, os periódicos *Aurora Fluminense*, *Diário Fluminense, Ástrea, O Universal* e o *Farol Paulistano*, permanecem na proa das citações. Estes prezavam o constitucionalismo como princípio político e teciam severas críticas ao governo de D. Pedro I, além de serem classificados pela historiografia como periódicos de cunho liberal moderado.[642]

Com ampliação dos periódicos de referência, se percebe a interação, mesmo que tímida, fora do eixo centro-sul, o que acena para a preocupação com questões publicadas em outras províncias, porém, não obstante, os mais citados continuassem os mesmos: O *Universal* e o *Astro de Minas*. Cabe ressaltar, porém, a reciprocidade entre estes dois. Ambos os periódicos se citavam mutuamente, o que configura certa cumplicidade editorial.

5.4 Imprecisões políticas: a razão de cada um.

Sabe-se que quem estava à frente dos periódicos mineiros eram os conhecidos e supostos amigos Bernardo Pereira de Vasconcelos e Baptista Caetano d'Almeida. Os discursos prezavam a moderação política e o uso dos periódicos como instrumentos políticos, deveriam polir os pensamentos, através do uso subjetivo da razão.

Assim, o ano de 1829, não foi escolhido aleatoriamente. Foi o ano posterior ao processo eleitoral para eleger deputados, vereadores e juízes de paz. Quando *O Universal* e o *Astro de Minas* afrontavam publicamente *O Amigo da Verdade*, tentavam descaracterizá-lo. Por seu turno, Luís José Dias Custódio, os acusavam de não serem moderados.

A moderação, de acordo com Marco Morel, é apresentada e discutida mais como um comportamento que um posicionamento político delineado.[643] Era apresentada como sinônimo de razão e, foi a partir de 1826, que começam a ter um

---

[642] Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa .... op. cit.,* 1999; VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa .... op. cit.,* 1945.

[643] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005. p. 119.

contorno como agrupamento político. Para Morel, existiam algumas palavras-chave que eram constantemente associadas à moderação, são elas: "jute milieu, liberdade limitada, monarquia constitucional, soberania nacional, além da recusa do absolutismo e do despotismo e ambiguidade diante da ideia de revolução".[644]

Ao levar em consideração as tendências políticas da época, ou seja, os moderados e os de tendências mais radicais, ambos inspirados por ideias liberais, pode-se enquadrar os periódicos em tela numa tendência liberal-moderada, porém, *O Amigo da Verdade* estaria mais próximo de um discurso conservador. Falar em conservadorismo político no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, logo nos remete a um questionamento, o que se buscava conservar? O panorama conceitual engloba leituras diferentes, desde a Ciência Política e a Sociologia, até a História. Ressalta-se, porém que se tentará discutir os conceitos, relacionando-os à realidade histórica brasileira, para então compreender a discussão teórica.

De acordo com João Camillo de Oliveira Torres, não é fácil definir o que seja o conservadorismo, porém, para o autor, o conservadorismo significa:

> Uma posição política que reconhece que a existência das comunidades está sujeita a determinadas condições e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar a continuidade entre o passado e o futuro. Podemos dizer que o traço mais característico da psicologia conservadora consiste, exatamente, no fato de que considera viáveis as transformações e mudanças feitas sem o sentido da continuidade histórica [...].[645]

Oliveira Torres distingue algumas modalidades de conservadorismo como o imobilismo político ou social e o reacionarismo. A primeira modalidade consiste num posicionamento que não aceita qualquer tipo de mudança da situação "atual", nega o tempo e reage a qualquer mudança. A segunda diz respeito a um comportamento que também nega o tempo, e de maneira mais radical que o imobilista, quer que ele reflua.

Opõe-se ao conservadorismo o espírito progressista. Esse, por sua vez, acredita, ao contrário dos imobilistas, que a História é sempre um campo onde se realiza um progresso contínuo, onde o novo é sempre bom. Para Paulo Mercadante,

> a ideia conservadora é inseparável de todas as instituições em todos os tempos e fases da civilização. É a primeira que surge no dia seguinte ao das revoluções para firmar-lhe as conquistas. Sem ela, a sociedade giraria desnorteada como no espaço

---

[644] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005. p. 120.

[645] TORRES, João Camilo de Oliveira. *Os construtores do império.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968. p. 1-2.

> os corpos privados do centro de gravitação... Nos domínios da razão e da consciência este instinto se traduz no desejo de conservar o bem que possuímos; de não abandonarmos irrefletidamente o certo pelo duvidoso; de não caminharmos para o desconhecimento senão à luz da experiência dos fatos sucessivos das ideias encadeadas como nas ciências exatas chegamos [...].[646]

Não obstante, historicamente a palavra conservadorismo é de origem recente. Começou a ser usada na Alemanha durante a década de 30 do século XIX e foi adotada oficialmente na Inglaterra em 1835. Segundo o sociólogo húngaro Karl Mannheim, foi Chateaubriand o primeiro que emprestou à palavra o seu significado peculiar ao intitular de "O Conservador" o periódico que publicava para defender as ideias de restauração política e clerical.[647]

Para Mannheim, existem dois tipos de conservadorismo: o conservadorismo natural ou tradicionalismo e o conservantismo moderno. A palavra tradicionalismo significa para ele uma "característica psicológica encontrada em todas as mentes individuais (...) e é considerada como reação a determinadas tendências reformistas".[648]

Mannheim explica que o conservantismo surgiu como uma corrente de pensamento que se opôs, de maneira consciente, ao pensamento burguês-revolucionário, baseado no direito natural, do século XVIII. Os conservadores começaram a criticar e questionar a ideia de um contrato social, de um estado de natureza, do princípio de soberania popular e os direitos do homem tidas como ideias progressistas.

Para Mannheim, o "conservador" é consciente ou inconscientemente guiado por um modo de agir e de pensar, que tem por trás de si uma história. Portanto, esse modo de pensar é orientado pelo que chama de uma "estrutura mental objetiva", que é o significado do conservantismo na sua forma política[649], dado o posicionamento que o indivíduo toma perante a sua realidade.

Outro ponto importante para o qual Mannheim chama a atenção é aquele que diz ser sempre o conservadorismo dependente de "um conjunto de circunstâncias

---

[646] MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora*: contribuição ao estudo da formação brasileira. Rio de Janeiro: Saga, 1965, p.290-1.

[647] MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo moderno. In: FORACCHI, Marialice. *Karl Mannheim.* São Paulo: Ática, 1982, p. 112.

[648] Ibid., p. 108.

[649] Ibid., p. 108-109.

concretas",[650] e uma das características essenciais do conservadorismo parece ser a maneira pela qual se agarra ao imediato, ao real, ao concreto e à reflexão, na pretensão de preservar o presente pela vontade da permanência do passado.

Para Mannheim, o conservantismo "é uma configuração estrutural objetiva e dinâmica historicamente desenvolvida".[651] O verbete conservadorismo do Dicionário de Política de Norberto Bobbio traz alguns esclarecimentos importantes e apresenta as origens históricas do conceito, talvez o mais interessante para a nossa pesquisa por ressaltar a relação do conservadorismo com o poder político[652].

A palavra conservadorismo se encontra mais definida na Ciência Política, cuja origem só pode ser explicada com base na história. Como foi dito, o termo conservadorismo indica o conjunto de ideias e atitudes que visam à manutenção do poder político existente e dos seus modos de funcionamento. Dessa maneira, se apresenta oposto às forças inovadoras que evidenciam uma atitude otimista quanto às possibilidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento autônomo da civilização humana e do indivíduo. Esses fatores são denominados por Tiziano Bonazzi de "progressismo", ou seja, as teorias que, a partir do século XVIII, se distanciaram da visão antropológica tradicional, e que reivindicam para o homem a possibilidade de melhorar o seu domínio sobre a natureza, na medida em que este se torna cada vez mais racional, sendo ele o núcleo ativo da antropologia revolucionária.

De acordo com Bonazzi, esse modo de pensar provocou fendas na consciência europeia, tanto na cultura quanto na política e chegou a promover o rompimento com a tradição. A título de exemplo, segundo Bonazzi, Edmund Burke, pensador e representante do conservadorismo, contestou a ideia ativa que os iluministas tinham da razão individual. Burke acreditava que o homem se realiza somente em uma sociedade determinada por leis baseadas no costume. Para ele, a sociedade se desenvolve menos por intermédio da razão e mais por meio dos hábitos, tradições, emoções e sentimentos, pautados em um direito costumeiro.

Na relação do conservadorismo e poder político, Bonazzi enfatiza que o conservadorismo pensou e aprofundou muito mais o problema do poder político que o progressismo, pois a perspectiva histórica criada pelo progressismo é apolítica,

---

[650] MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo moderno. .... op. cit., 1982, p. 108.

[651] Ibid., p. 110.

[652] BONAZZI, Tiaziano. Conservadorismo. .... op. cit., 2000, p. 242-6.

devido à crença em um homem livre e racional que é capaz de criar comunidades onde não exista a coação e prevaleça a cooperação espontânea. Ao contrário, o conservadorismo parte da consciência dos limites inerente ao homem e reconhece no poder e na coação política um fator importante e necessário na sociedade.

Segundo a expressão de Bonazzi, o poder político é para o conservadorismo o *cimento da sociedade* [653] e que, se confiado o poder a apenas um, e este não for controlado, pode virar tirania. Visando evitar essa consequência, o conservador se preocupa com os mecanismos políticos de preservação do poder no sentido de manter a ordem política e, principalmente, com a supremacia da lei.

Em ambos os jornais em destaque, são perceptíveis a coexistência de elementos liberais e conservadores. No caso do *Astro de Minas* e o discurso produzido pelos seus redatores, observa-se a defesa de um sistema político onde as leis deveriam ser a principal aliada. A Constituição significava para eles o esteio da sociedade e a Monarquia Constitucional Representativa, o forte e inabalável Edifício Social. Cercavam-se então este edifício com um muro, cujos tijolos eram representados pelos vocabulários que serviam não só para proteger os privilégios de se fazer representar através da prática política, como também em atacar ideias que corroeriam aos poucos esta proteção.

Dessa forma, pode-se entender o *Astro de Minas* como um periódico liberal moderado, pois não aspirava mudanças radicais para a política brasileira e mesmo que tenha sido atacado pelo *O Amigo da Verdade,* por divulgar notícias tidas por ele como sediciosas, como o ocorrido no caso da Revolta dos Afogados, não era sua intenção subverter a ordem estabelecida e sim, mantê-la.

No caso do *O Amigo da Verdade*, que se intitulava também como um moderado, entende-se que estava mais próximo de ser considerado um periódico conservador, portanto ministerial, e defensor dos princípios pautados na soberania do Imperador e não nos mecanismos que garantiam a representação da “boa sociedade”, como as eleições, por exemplo, e suas repercussões na vida pessoal das elites políticas. Até mesmo sua concepção de tempo se associa a um comportamento que pode ser classificado como conservador, pois se espelhava no passado sempre que discutia os aspectos políticos de ordem geral.

---

[653] BONAZZI, Tiaziano. Conservadorismo. .... op. cit., 2000, p. 245.

Não obstante, seus redatores, os padres[654] Custódio e Verruga, mantinham uma estreita ligação com a administração imperial no plano local, pois eram sacerdotes e defendiam a Monarquia. Guardavam e veneravam a figura do Imperador, atitude não encontrada nas páginas do *Astro de Minas* e tão menos nas páginas do *O Universal.*

Os redatores acreditavam que a Monarquia Constitucional era o melhor sistema de governo para o Brasil. Pensa-se dessa maneira, que os mesmos apoiavam então uma medida autoritária adotada anos atrás. Porém, tem-se que levar em consideração os seus diferentes discursos.

Em relação ao *Astro de Minas* acredita-se que funcionava como um instrumento de representação política de um grupo que via na Constituição e no Poder Legislativo, a chance de combater qualquer resquício absolutista e de se fazer representar politicamente. *O Universal* também comungava dessa premissa, ao defender a atuação legislativa como o esteio da representação política.

Dessa forma, Baptista Caetano d'Almeida além de mentor do periódico, dispunha de bens e rendas provenientes das suas atividades comerciais, o que lhe permitia a ocupação de cargos políticos através do processo eleitoral, ou seja, era um representante local do Poder Legislativo. O mesmo se passava com Bernardo Pereira de Vasconcelos, que mantinha propriedades e negócios, já de longas datas, fruto de heranças de sua abastada família.

Cabe lembrar que Luís José Dias Custódio havia sido eleito deputado em 1828, talvez por defender ideias conservadoras acerca da representação do poder imperial, em que, por exemplo, o Imperador e não os deputados, como acenavam o *Astro de Minas* e *O Universal*, seria a peça fundamental da engrenagem política, onde deveria residir a soberania política da Nação que então se constituía.

De maneira geral, entre os redatores dos periódicos encontram-se pelo menos dois inimigos políticos e pessoais declarados, por isso, a crença na existência de duas facções ou grupos políticos contrários entre as elites de São João d'El-Rei, conforme evidenciado pela imprensa. Porém, na segunda eleição, Baptista Caetano e Vasconcelos foram eleitos. Este último, no entanto, desempenharia seus trabalhos parlamentares pelo segundo mandato.

---

[654] SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do altar à tribuna: .... op. cit.,* 2010. (Tese de Doutorado em História)

As discussões políticas se tornam mais incisivas no final de 1828 e início de 1829, talvez pela necessidade de delinear caminhos a serem traçados na atuação parlamentar de ambos os atores sociais e políticos, recém eleitos. Para se ter ideia da intensa mediação impressa entre *O Universal* e o *Astro de Minas*, ao longo de 1829, o primeiro fez dez inserções de textos do *O Astro de Minas* e este, por seu turno, citou por sete vezes o periódico da capital mineira. A relação então, se mostra da seguinte maneira.

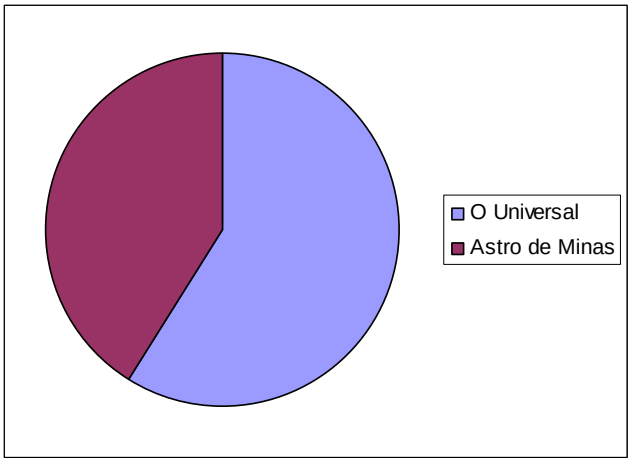

Gráfico 6 – Relação estabelecida entre os periódicos a partir das citações recíprocas
Fonte: APM-SIAAPM, *O Universal*, Astro de Minas, 1829.

Nota-se que nenhum dos dois periódicos chegou a citar *O Amigo da Verdade*. Por sua vez, o mesmo sequer mencionou *O Universal* e o *Astro de Minas*, como se pode notar no gráfico abaixo:

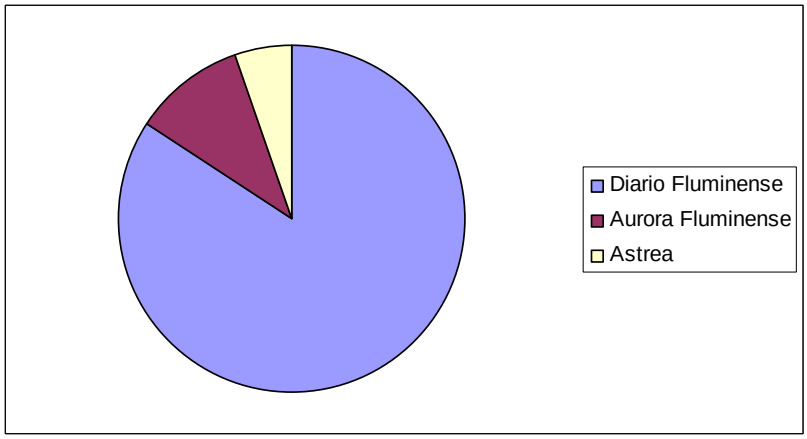

Gráfico 7 - Periódicos citados pelo *O Amigo da Verdade*[655].
Fonte: BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 1829.

[655] O *Diário Fluminense* foi citado dezesseis vezes, o *Aurora Fluminense* duas vezes e o *Astrea* uma vez.

O *Diário Fluminense* foi o periódico que mais ocupou as páginas do *O Amigo da Verdade*. Dispomos de pouca ou quase nenhuma referência bibliográfica e estudos, em geral, sobre o *Diário Fluminense*. Mostra-se insuficiente o que se sabe sobre sua atuação no cenário político do Primeiro Reinado.

Em pequenas citações aleatórias feitas por Werneck Sodré e Hélio Vianna, percebe-se que era um periódico conservador, áulico e que, inclusive era redigido, em determinadas circunstâncias, por D. Pedro I[656]. Teve outras denominações como *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Diário do Governo*. Interessante observar que esteve presente em todos os periódicos citados, e de maneira mais significativa nas páginas do *O Amigo da Verdade.* Caberia então, uma análise mais apurada para saber o grau de interferência em maior ou menor escala do *Diário Fluminense* no comportamento dos periódicos em tela, porém as escassas informações não nos permitem tal reflexão.

Em outubro de 1820, *O Universal* publicou, de acordo com suas conveniências, uma lista de periódicos e suas respectivas tendências políticas, com exceção dos periódicos marcados por asterisco, e nela, o *Diário Fluminense* e *O Amigo da Verdade* aparecem como órgãos ministeriais, como se pode perceber:

[656] Ver: VIANNA, Hélio. *D. Pedro I Jornalista*. São Paulo: Melhoramentos, 1967; LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I.* São Paulo: Cia das letras, 2006.

Tabela 10 - Lista de periódicos e suas respectivas tendências políticas

Periódicos	Província	Livres	Ministeriais
	Rio de Janeiro		
A Malagueta		X	
Ástrea		X	
Luz Brasileira		X	
Aurora Fluminense		X	
O Diário Fluminense			X
O Jornal do Commercio			X
O Analista			X
O Courrier Du Brésil			X
O Diário do Rio			X
Echo da Praia Grande			X
Periódicos	Província	Livres	Ministeriais
	Minas Gerais		
Astro de Minas		X	
O Universal		X	
Echo do Serro		X	
Amigo da Verdade			X
Telegrapho			X
Periódicos	Província	Livres	Ministeriais
	São Paulo		
O Pharol Paulistano		X	
Periódicos	Província	Livres	Ministeriais
	Rio Grande do Sul		
Constitucional Rio Grandense		X	
O amigo do homem e da Pátria		X	
Periódicos	Província	Livres	Ministeriais
	Bahia		
O Bahiano		X	
O Pharol			X
Gazeta da Bahia			X
Correio da Bahia			X
Periódicos	Província	Livres	Ministeriais
	Pernambuco		
Abelha Pernambucana		X	
O Constitucional		X	
Diário de Pernambuco		X	
O Cruzeiro			X
Amigo do Povo			X
Periódicos	Província	Livres	Ministeriais
	Ceará		
O Cearense*			
Periódicos	Província	Livres	Ministeriais
	Maranhão		
O Pharol Maranhense		X	
Observador Constitucional		X	
A Minerva			X
Periódicos	Província	Livres	Ministeriais
	Para		
Telegrapho Paraense*			

Fonte: APM-SIAAPM, *O Universal*, 05/10/1829, p. 4.

Cabe esclarecer, porém, que os excertos referentes ao *Aurora Fluminense* e ao *Ástrea* inseridos no *O Amigo da Verdade*, diziam respeito às reverberações das contendas ocorridas no processo eleitoral e em nada foram associados a qualquer tipo de conformidade de pensamento e, tão menos, de posicionamentos políticos entre os mesmos.

5.5 Expressões e sentidos no discurso impresso: palavras de ordem e palavras da ordem.

Em meio às infinitas palavras impressas nos periódicos aqui estudados, umas são enfatizadas mais que outras. Destacam-se por serem palavras de ordem, palavras-chave, conceitos e expressões constantes, que não saíam das cabeças daqueles que as veiculavam, eventualmente, com certa demasia. Mesmo impressas, eram ditas, faladas, verbalizadas em meio aos discursos oficias e àqueles próprios do cotidiano, às vezes sem comprometimento, outras vezes como ação política através do registro da prensa e pelas tintas dos "typos".

Dessa maneira, as palavras se embaralhavam, e seus sentidos eram caracterizados pelos redatores, cada um à sua voz, mas sempre tendo como seu diapasão o periódico. Seja ele de caráter "Universal", reluzindo como um "Astro", ou apenas como "Amigo" de alguns preceitos necessários à vida em sociedade, como a "Verdade", por exemplo. Dentre as palavras mais "imprensadas", o despotismo salta aos olhos.

Termo conhecido das relações políticas desde a Antiguidade e, principalmente, no Antigo Regime, se desloca da Europa e atravessa o Atlântico em direção ao continente americano e se aloca nas páginas mineiras, passando a traduzir um sentimento de repúdio a qualquer atitude considerada autoritária e centralizadora. "GOVERNAR, he reunir em commum interesse os membros de hum Corpo político, a fim de faze-los concorrer para o bem público" [657], registrava o *Astro de Minas*.

[657] BN-SOR, *Astro de Minas*, 09/10/1828, p. 01.

Este era o axioma defendido em todo o texto “Effeitos físicos, ou naturaes do despotismo” publicado pelo mesmo periódico, cujo autor não conseguimos identificar. Sabe-se que foram os panfletos, folhetos e os próprios periódicos os responsáveis por tornarem a expressão conhecida no vocabulário político da América Portuguesa, ao longo das duas primeiras décadas do oitocentos. Momento em que estes escritos adentram os espaços públicos e privados, transformando hábitos e transpondo valores entre as elites letradas. Assim, foi na conjuntura da Revolução Constitucionalista do Porto, o momento em que o despotismo, ganha colorações diferentes em território d’além mar. Passa então a ser registrado por letras negras!

O momento propiciou a propagação de impressos até então nunca vistos em terras brasileiras. Os mesmos difundiram, além de registrar, os sentimentos liberais que então se voltavam contra o centralismo político. Posteriormente, no processo de independência que se inicia a partir das discussões travadas entre portugueses e brasilienses, sobre o destino da localização do centro das decisões políticas, uma preocupação se faz presente no Brasil, e dizia respeito à forma como se constituiria o governo monárquico brasileiro.

Novamente o vocábulo vem à baila, compondo os variados discursos que ecoam pelas províncias do recente Império. De acordo com texto “profético”, inserido no *Astro de Minas*, por falta de conhecer seus próprios interesses, os governantes, ou melhor, os Príncipes, cometem erros lamentáveis, cujos efeitos cairão sobre eles, cedo ou tarde. Em seguida trata de definir a *persona* do déspota. “O déspota he hum chefe, que pretende, que a sorte de hum Estado seja regulada pela sua única vontade”.[658] A questão se coloca em torno da vontade do governante, e seus caprichos, pois, raras vezes, esta vontade se alinha com as regras da equidade, sempre separando seus interesses do interesse comum da sociedade.

O governo deve prezar a associação dos indivíduos, porém, ao contrário, o despotismo a dissolve, pois, “para governar, he necessário experiência, cuidados, vigilância, luzes, rasao; para tyrannisar, he só necessária a força”.[659] O despotismo é entendido, não como uma forma de governo, mas, antes como a ausência de um e o

[658] BN-SOR, *Astro de Minas*, 09/10/1828, p. 01.

[659] Ibid., p. 01.

aniquilamento de todas as regras sociais que devem edificar e conservar um governo.

Assim, não se pode considerar uma forma legal de comando, porque se funda no capricho e se opõe às leis naturais, e para o *Astro de Minas,* "tudo concorre para nos convencer de que o Despotismo, ou o poder absoluto he a licença, a anarchia, a violência de hum so, ou de seos complices, exercitada contra todos [...] que acaba por se tão funesta ao déspota, como à seos escravos"[660].

Observa-se que os termos violência e tirania, são evocados como sinônimo de despotismo. Outros termos também são lançados pelo periódico para melhor se fazer entender o despotismo.

O termo despotismo era demasiadamente utilizado pelo *Astro de Minas* e significava, no dicionário de Antônio de Moraes, *autoridades, poder absoluto, abuso do poder contra a razão, contra a lei, excesso de direito, que faz o que governa*.[661] Para explicar essa palavra, o *Astro de Minas* publicou uma *definição* de Montesquieu, retirada "Do Espírito das Leis", "onde o governo despótico he aquelle em que hum só sem lei, e sem regra dirige tudo a sua vontade, e a seo capricho".[662] Outra definição foi retirada de um periódico baiano o que era comum nos periódicos da época, preocupados em explicar os significados das palavras como forma de ensinamento: "Despotismo quer dizer – opprobrio, injuria [...], despreso e martírio do gênero humano".[663]

Percebe-se nessas duas noções de despotismo sutilmente diferentes que os redatores manuseavam conceitos. Trata-se, sobretudo de definições dentro de um contexto retórico, onde as palavras empregadas ganham sentidos diferenciados dentro das argumentações individuais.

Explicavam de maneira mais clara e ilustrativa, que a natureza estava submetida a leis físicas, ou seja, naturais criadas e estabelecidas pelo *Supremo*

---

[660] BN-SOR, *Astro de Minas*, 09/10/1828, p. 01.

[661] SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionário da língua portuguesa* .... op. cit., 1818, p. 598. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/despotismo [capturado, 18/01/2011].

[662] BN-SOR, *Astro de Minas*, 08/09/1829, p. 01.

[663] BN-SOR, *Astro de Minas*,19/11/1829, p. 04.

Architeto do Universo[664] e que o déspota, não conhecendo as leis, "he igual ao raio, o qual tudo destroe, e nada prepara, e nem cria".[665]

Em momento algum o *Astro de Minas* personaliza a figura do déspota. Sempre toca no assunto, mas não o identifica diretamente. Somente através de insinuações, é possível perceber que se referia à situação política na qual o Brasil se encontrava. Prezava muito mais a constituição do que aquele que a outorgou.

Dessa maneira, o texto chama a atenção do leitor para que "Abracemo-nos com a Constituição, e morramos política e moralmente com ella, amai a como hum dom, havido dos Ceos por hum Príncipe Sábio, Generoso, Verdadeiro, Filosofo para delle fazer nos gozar".[666]

Em outro conveniente texto intitulado "Do Despotismo", o redator do *Astro de Minas*, que inclusive assina o texto[667], discute e apresenta claramente seus argumentos contra o despotismo e demonstra, além de instrução, erudição ao citar autores da Antiguidade Clássica, como Políbio e Plutarco.

Confere ao texto um caráter mais teórico ao expressar as ideias de filósofos que, apropriados por ele, serviriam para prevenir seus leitores das práticas despóticas. Aliás, os textos, de maneira geral, tinham um caráter preventivo. Nota-se também a associação da palavra ao termo "Tyranno"[668], cuja personificação, se daria em um "Príncipe Tyranno"[669], ao longo da história, conforme o excerto abaixo:

> O **poder absoluto** foi, e será sempre a causa da **decadência**, e das desgraças dos povos, [...]. Esta verdade, confirmada pela experiencia de tantos seculos. Parece ser inteiramente ignorada pela maior parte daquelles, que governão o mundo [...]. São os lisongeiros os, que formão os Tyrannos, e estes os, que, **corrompendo** incessantemente os costumes das Nações fazem tão penosa e rara a virtude.[670]

Seguindo suas explicações, encontram-se os seguintes e seguidos argumentos filosóficos para a expressão:

---

[664] BN-SOR, *Astro de Minas*, 19/11/1829, p. 04.

[665] Ibid., p. 04.

[666] Ibid., p. 04.

[667] No caso, Francisco Assis Brasiel, um dos redatores do *Astro de Minas*, é quem assina o texto.

[668] BN-SOR, *Astro de Minas*, 06/05/1828, p. 04.

[669] Ibid., p. 04.

[670] Ibid., p. 04.

> com rasão disse Polybio que a **tyrannia** so devem atribuir todas as **injustiças** e **crimes** dos homens[671] e que a sciencia mais essencial [...] a quem quer governar sabiamente, he segundo Plutarco a de fazer os homens capazes de ser bem governados[672]

Essas explicações respaldavam-se tanto na filosofia clássica como nos ensinamentos da filosofia iluminista[673] e, consequentemente na razão como entendimento de discernimento político. A palavra razão significava uma afronta ao despotismo e como palavra de ordem do movimento iluminista, era associada às ideias liberais[674]. Por conseguinte, a bandeira dos liberais – que se baseava em clássicos do liberalismo como "Do espírito das leis" de Montesquieu, que, inclusive, estava à disposição na Biblioteca Pública da Vila de São João d'El-Rey para leitura, era corriqueiramente lançado ao público com sentido de esclarecimento político.

Lúcia Bastos nos ensina que o vocábulo despotismo, construído a partir do mesmo filósofo, é encontrado nos escritos luso-brasileiros da época da independência[675] e veiculado pela imprensa fluminense, o que demonstra um trânsito cultural das mesmas leituras em locais e tempos diferentes. De acordo com a autora, o despotismo "*surgiu como a principal palavra negadora da liberdade*".[676]

Ainda a respeito do despotismo, uma polêmica envolveu os correspondentes do *Astro de Minas*. Os redatores do periódico escreveram um texto criticando o uso de uma cláusula em patentes militares e em cartas de magistrados, que sempre se apresentava os dizeres *Eu Houver por bem*[677]*.* De acordo com o texto, essa frase, escrita na primeira pessoa do singular, denotava um resquício de um poder absoluto, já proscrito teoricamente, no Brasil desde 1821 e que até então "quando o Brasil fazia parte do Reino de Portugal; quando o Brasil só pesava os ferros coloniaes participava não só de todos os males, que opprimião os Portuguezes mas de outros muitos, e muitos pesados."[678] Em alguns casos, absolutismo era mais uma

---

[671] BN-SOR, *Astro de Minas*, 10/05/1828, p. 04.

[672] Ibid., p. 04.

[673] Cf. FALCON, Francisco C. *O Iluminismo*. .... op. cit., 2002.

[674] Ibid., 2002.

[675] NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais .... op. cit.,* 2003, p. 120.

[676] Ibid., p. 119.

[677] BN-SOR, *Astro de Minas*, 15/03/1828, p. 01.

[678] Ibid., p. 01.

acusação política a adversários do que referência a um sistema de governo. Dessa maneira, os magistrados e os oficiais militares eram inteiramente dependentes da "vontade caprichosa" desse governo despótico, pois eram seus representantes diretos na sociedade.

A crítica feita pelo periódico recaía então sobre os Ministros, por não tomarem providências para extinguir essa "fraseologia"[679] utilizada pelos mesmos. Tal questão foi comentada tempos depois pelos correspondentes, pois estes levavam de uma a duas semanas para reverberarem uma crítica. Assim, o correspondente denominado *Amigo do Astro* vai a público defender o redator do periódico, por ter injustamente sofrido acusações, pelo *O Amigo da Verdade*, de ofensa a "inviolável" e "sagrada" pessoa do Imperador, além de criticar os seus Ministros.

Essas acusações contra o redator não chegaram a tomar as páginas do *Astro de Minas*, a não ser pela única correspondência citada. Essa observação evidencia que muitos assuntos eram ainda, mesmo com o advento da imprensa periódica na Vila de São João, discutidos nas ruas e as pessoas ficavam sabendo dos mesmos pelos pregões públicos e, por consequência, "por ouvir dizer" e "por ser voz pública", marca da coexistência das formas antigas e modernas de comunicação.

Na verdade, não encontramos nenhuma correspondência publicada criticando o *Astro de Minas*, porém, na vila de São João d'El-Rey...

> Finalmente de tudo quanto pode fazer honra a hum escritor liberal se tem enchido quasi todas as paginas do seo Periódico; e entretanto, Sr Redactor, quem o crera! Aquillo, que no meo pensar deveria merecer-lhe a eterna gratidão dos Mineiros, he o mesmo, que o tem tornado odioso à alguns, que ou mal intencionados, ou pouco instruídos do nosso actual systema de governo altamente criminão o Astro por haver analysado a phraseologia usada por nossos Ministros nas Patentes Militares, e cartas de Magistratura, dizendo que a analyse inserta em o N. 51 do seo excelente Periódico he offensiva do respeito devido a inviolável e sagrada Pessoa de S. M. I !!![680]

Dessa forma, a luta impressa contra o despotismo, através da manipulação e veiculação de conceitos que se voltavam para adversários concretos, como o retorno do centralismo europeu, anos antes, no Congresso de Viena, provoca, por sua vez, reações que extrapolavam o próprio círculo do registro escrito, efeito esperado pelos redatores, pois as "vozes ausentes" nos periódicos também reverberavam seus ecos pela sociedade.

---

[679] Expressão utilizada pelos redatores do *Astro de Minas*.

[680] BN-SOR, *Astro de Minas*, 17/04/1828, p. 02.

No campo semântico do despotismo, a palavra servilismo[681] foi utilizada pelo correspondente *Amigo do Astro*, em meio às justificativas que levantara em apoio ao *Astro de Minas* para caracterizar um possível rumor absolutista, pois, segundo o correspondente, ao dizer que o *Astro de Minas* atacava o Imperador, estavam, de fato, propagando doutrinas despóticas.

Outro vocábulo frequente e associado ao despotismo é o termo absolutismo, sempre oposto ao governo constitucional e também identificado a práticas de governo do Antigo Regime. De acordo com Pierangelo Schiera, o termo absolutismo, e não o fenômeno político como forma específica de organização do poder, foi difundido na primeira metade do século XIX, "para indicar nos círculos liberais os aspectos negativos do poder monárquico ilimitado".[682] Ao se comparar esta definição de Pierangelo Schiera com os textos publicados pelo *Astro de Minas*, – um extraído da *Aurora Fluminese* e outro escrito pelo próprio redator –, percebe-se que atribuem o mesmo sentido ao termo absolutismo.

O texto é admirável, pois o seu estilo é de um diálogo explicativo acerca do absolutismo que seduz os leitores, chamando-o a uma conversa logo no início do texto: "bem sabem os nossos leitores, que absolutismo quer dizer o mesmo que despotismo, tyrania, cativeiro".[683] Comparava o absolutismo tanto à forma tirânica de governar quanto o associava ao tempo em que o Brasil foi colônia de Portugal, alertando para a existência de alguns infames que defendiam essa forma de governo no Brasil e, principalmente, na província de Minas Gerais. Utilizavam o recurso de atacar pessoas sem lhes apresentar ao público, mantendo a estratégia de deixar o discurso subentendido, tornando a leitura misteriosa e instigante.

Por isso, o *Astro de Minas* se atribuía o papel de anunciar e alertar os leitores de que os mineiros detestam esses infames "que dão os seos desvelos em attacar a Constituição, e convidão para o absolutismo".[684] Generalizava e se dava o direito de responder por "todos" os mineiros, valendo-se da tática da maioria legitimadora.

---

[681] A palavra **Servilismo** também era utilizada no *Astro de Minas* como sinônimo para **Despotismo** e **Absolutismo**, daí sua inserção no campo semântico dessas palavras.

[682] SCHIERA, Pierangelo. Absolutismo. In: Norberto BOBBIO; Nicola MATTEUCCI; Gianfrancesco PASQUINO, *Dicionário de Política*, Brasília: Ed. da Universidade de Brasília: São Paulo, Imprensa Oficial, 2000, p.1.

[683] BN-SOR, *Astro de Minas*, 05/11/1829. p. 01.

[684] Ibid., p. 01.

O redator divulgou que havia se espalhado um rumor em Minas Gerais de que se aproximava uma rebelião de caráter absolutista e que atribuíam falsamente aos liberais tais pretensões de rebelião. Pelo fato de culparem os liberais, o redator toma as dores dos mesmos, quiçá de si. Porém, o Astro de Minas esclarece: "malvados, que a vossa perversidade ajuntaes o nunca visto descaramento!" [685] Em contrapartida, para se defender dizia: "bem contra nossa vontade dissestes huma verdade, e he que o absolutismo he tão odiado em Minas, que o so boato de sua proclamação produzira hum alarme, hum terror em todos os ânimos."[686]

Ensinavam, portanto, a identificar o poder absoluto através de ações políticas ou pela falta delas, como foi o caso de Evaristo da Veiga no texto citado, ao dizer que o Brasil deveria passar por uma série de reformas para que realmente se tornasse constitucional. Entre elas, o jornalista aponta a fundação de escolas nas cidades e em vilas maiores, para a instrução pública da mocidade.

Porém, voltando aos artifícios utilizados para a formação de uma opinião acerca das questões políticas, o *Astro de Minas* publica, na sessão de variedades – espaço reservado para anedotas, notícias nacionais e estrangeiras – um texto comparativo entre o Rei e o Povo em um governo absoluto:

> Aonde o Monarcha so precisa da sua vontade para estabelecer as leis, e as pode abolir do mesmo modo, pode-se affirmar que não há governo. O Príncipe he déspota, o povo escravo. Os tyrannos não vêem na liberdade senão desejo de resistir as suas vontades armao-se para aniquilarem, para suffocarem em seo nascimento. O escravo a considera como huma situação mais doce de que o cativeiro, e que o livraria do jugo, que de não grado soffre. Os grandes olhão na como hum mar tempestuoso derrubão arvores mais elevadas até o cume das montanhas aborrecem nos outros com tanta mais razão, quanto maior he sua cegueira acerca das vantagens da liberdade, que conhecem, em quanto menos são dignos de a gozarem. O Povo contempla a liberdade como a seiva fecunda da felicidade sobre a terra.[687]

Nessa passagem, observa-se que o redator utiliza-se da palavra Povo com letra maiúscula. Conforme o professor Ilmar Mattos, Povo escrito dessa forma, representava a "boa sociedade", ou seja, o grupo dirigente proprietário de terras e de escravos[688]. Atreladas ao despotismo e ao absolutismo, outras palavras, como os

---

[685]BN-SOR, *Astro de Minas*, 05/11/1829, p. 02.

[686] Ibid., p. 02.

[687] BN-SOR, *Astro de Minas*, 06/11/1828, p. 04.

[688] Essa informação foi adquirida durante as aulas ministradas pelo professor Ilmar Rohloff de Mattos na disciplina Formação do Estado Nacional, no curso de Pós-Graduação em História do Brasil do PREPES oferecido pela PUC-Minas.

vocábulos “subversão” e “diabo”, vinham à baila para caracterizar os inimigos do sistema constitucional.

O *Astro de Minas* divulgou um texto da *Astreia,* onde os termos “subversivos” e “diabos” se referiam aos que propunham reformas do sistema de governo, as quais foram consideradas anticonstitucionais. Mais uma vez, é notória a preocupação e a necessidade de se explicar as palavras. No caso da subversão: “Tal he a significação da palavra subversivo que vem do verbo subverter, o qual significa fazer virar, e cahir huma cousa com huma força applicada à sua parte inferior”.[689] Subverter-se seria regenerar-se, reformar-se o que destruiria o Edifício Social, ou seja, o sistema Monárquico Constitucional. Portanto, os responsáveis por tal empreendimento eram os diabos subversivos. Nesse artigo, que fora publicado antes mesmo do aparecimento do *O Amigo da Verdade*, o *Astro de Minas* apresenta uma análise interessante sobre a situação das aspirações políticas de então.

Essa análise, mais tarde, serviria, como muitas outras, de motivo para dissensões com o novo periódico que estava por vir, pois, criticava, dentre outras coisas, e mesmo que de forma indireta, os cargos políticos ocupados pelas autoridades estabelecidas[690].

Era uso corrente a utilização da expressão espíritos subversivos. Essa expressão também foi utilizada por um jornal da corte denominado *O Analysta*, de cunho ministerial, para designar os partidários da “opposição e [...] que o fito delles he arruinar e destruir o Edifício Social da Nação”. [691] No mesmo texto, é proposta uma contra-análise à explicação acima, onde o redator da *Astréa* explica que “há dous modos de desmanchar, arruinar, e destruir hum edifício qualquer”. [692] O primeiro modo diz respeito à destruição de sua base: ao abalar o seu alicerce, ele “cairá de pancadas” até o chão, devido ao seu peso natural. O segundo se opõe a esse modo. Consiste em edificar a força destruidora pela parte superior, pois “este modo he o dos Subversores, ou destruidores que trabalhão por cima, mui distincto daquelle dos Subversores, ou destruidores que trabalhão por baixo”.[693]

---

[689]BN-SOR, *Astro de Minas*, 02/04/1829, p. 03.

[690] Como já demonstrado, os redatores do *O Amigo da Verdade* eram padres, portanto, funcionários públicos.

[691] BN-SOR, *Astro de Minas*, 02/04/1829, p. 03.

[692] Ibid., p. 03.

[693] Ibid., p. 03.

Postas essas noções, em seguida, são analisados os dois modos isolados para posterior comparação. Dois serão os motivos pelos quais se destruirá o Edifício Social. O primeiro motivo se baseia na vontade daqueles que querem simplesmente destruí-lo. O segundo pauta-se na necessidade de destruí-lo para consertá-lo e torná-lo melhor do que ele é. Para tornar o texto mais inteligível, uma tipologia do **"**subversor**"** foi criada. Percebe-se aí o recurso à metáfora. Edifício Social era um termo recorrente e utilizado pela imprensa, o que, de fato, aproximava as questões políticas à vida cotidiana dos leitores.

Dessa maneira, o "método subversivo" oferece três tipos de subversores, a saber: Subversores decididos maus, Subversores decididos bons e subversores por imperícia. A respeito do primeiro tipo dizia o artigo:

> Os Subversores decididos maus são a meo ver os revolucionários anarquistas, que não querem ordem nem lei, nem socego na sociedade: estes se o há netse Paiz devem ser considerados como os inimigos do gênero humano, e da Nação, e como taes punidos severamente, e postos na impossibilidade de fazerem mal à sociedade.[694]

Assim, os indivíduos dessa facção são desprovidos de caráter e de sistema fixo, ou seja, não defendem um sistema de governo e são guiados pelas contingências e, portanto, devem ser considerados "huns Protheos que tomão todas as formas". [695]

Sendo assim, são considerados ao mesmo tempo liberais, corcundas, constitucionais, absolutistas, moderados, ultras, enfim, são "vira casaca". Os Subversores decididos bons são aqueles que não gostam do regime atual, isto é, do sistema constitucional. Por sua vez, os Subversores por imperícia "são os nossos reformadores esquentados que querem que o Brasil ande a pulos, e que tenha barba antes do tempo". [696] São homens que têm o olhar voltado para o horizonte e em lugar de se aterem ao que a Nação mais precisa, discorrem sobre o que ela precisará daqui a um século e "poe o carro antes dos bois". [697]

Além dos subversores bons, acrescenta o periódico, existiam também os Subversores maus. Os bons são as "grandes pessoas" que não gostando dos

---

[694] BN-SOR, *Astro de Minas*, 04/04/1829, p. 03.

[695] Ibid., p. 03.

[696] Ibid., p. 03.

[697] Ibid., p.03.

sistemas estabelecidos, tentam destruí-lo pouco a pouco, a fim de aniquilar e arranjar outro para eles e para o público. Os Subversores maus são também as "grandes pessoas", isto é, os maus Ministros, maus Conselheiros e os *Zangões* de toda a espécie[698]:

> os quaes como estão com o poder, e a autoridade na mão trabalhão sempre por cima, e com a sua má administração vão pouco a pouco tirando as telhas, o madeirame, e as paredes do edifício social, emquanto a riqueza, vai para a sua casa, e a dos seos protegidos, e a Nação fica na miséria e na desgraça.[699]

Na conclusão desse texto, que mais parece um ensaio político, percebe-se, antes de tudo, um escrito cauteloso, uma precaução em relação às variadas tendências que se faziam presentes no Brasil. O artigo propõe um modelo de bom patriota: o homem de bem e verdadeiro amigo da Pátria, ou seja, do Brasil independente, não devendo tomar nenhuma das cinco direções. Em lugar de "calcular sobre as vantagens incertas acerca de qualquer derribamento projectavel, melhor sera conservarmos o Edifício que temos".[700]

O que se discutia, no entanto, não era somente o sistema de governo em si, mas a autoridade do soberano dentro do sistema e, em tom irônico, o artigo termina dizendo que os Subversores deveriam ser substituídos pelos obreiros "rectos", ou seja, justos, e que todos deveriam lembrar isto ao Imperador! Daí o papel da liberdade de imprensa, pois, de acordo com o *Astro de Minas*,

> [...] sem a liberdade dos Periódicos, que em todas as nações livres são os órgãos da opinião publica e o conducto mais commmodo da instrução[701] dos povos; a liberdade definha, e morre, porque a Imprensa he o seo mais firme esteio, e o maior azurrague dos prevaricadores.[702]

Por vezes, *O Amigo da Verdade* foi acusado ser um órgão a serviço dos "corcundas" e o padre Custódio de ser um legítimo representante dos "corcundas"

---

[698] Era comum nas publicações daquela época a demonização do inimigo político, sempre associado às metáforas de animais, monstros e deformidades físicas, o que lhe desqualificaria e seria motivo de chacota popular. Marco Morel informa que era muito frequente o uso dessas metáforas, no Rio de Janeiro, pelos jornalistas na primeira metade do oitocentos. Os absolutistas eram chamados de "*cães damnados"* e os dois últimos monarcas – D. João VI e D. Pedro I – recebiam o apelido de "*feras coroadas",* e os lusitanos ou "*portugueses partidários do Antigo Regime, quer dizer, os que se opunham à independência brasileira, eram por seu turno chamados de feras".* MOREL, Marco. *Animais*, *monstros e deformidades*: .... op. cit., 1999, p.5.

[699] BN-SOR, *Astro de Minas*, 04/04/1829, p. 03.

[700] Ibid., p. 03.

[701] BN-SOR, *Astro de Minas*, 22/04/ 1828, p. 02.

[702] Ibid., p. 02.

O Universal lançou-se às penas, ou melhor, aos “typos” com uma intencionalidade diferenciada e propósitos bastante claros. O principal alvo de críticas era inimigo declarado do periódico e de seu constante aliado *Astro de Minas*, identificado como absolutista, cujas imagens se associavam à velha ordem política, do qual o Brasil fez parte. Independente o país e constitucionalmente organizado, deveriam ser, de acordo com as elucubrações do *O Universal*, todos liberais por natureza e constitucionais por precaução.

As forças centralizadoras minar-se-iam na medida em que os trabalhos parlamentares fossem configurando uma maior participação das províncias, através de seus representantes políticos eleitos, catapultados para serem representadas na Corte.

A palavra impressa se torna o expoente das intenções de mudanças e as representantes legítimas das expectativas de cunho descentralizadoras, frente às prerrogativas “moderadas” da Constituição que freava a livre escolha dos presidentes de províncias e ainda contava com um poder capaz de, não somente, cercear os demais poderes, mas freá-los de maneira centralizadora. Dessa maneira, as palavras tomam sentidos políticos e passam a ser personificadas entre as guerras de penas.

Para dar sentido às críticas severas ao inimigo absolutista, ou melhor, ao corcunda, *O Universal* publicou verbetes de um dicionário “corcundativo”, de maneira a identificar para o público leitor, os entendimentos que aqueles faziam da realidade que se queria liberal e constitucional. Para Ivana Stolze Lima,

> tipografias, pasquins, periódicos, folhetos e impressos em geral eram instrumentos de luta, que tornavam a política algo público, algo a ser discutido nas ruas, botequins, teatros e quartéis, o que implicava uma vulgarização muitas vezes malvista por alguns setores não tão liberais quanto se imaginava. Um possível contraponto aos pasquins seria o dicionário, que produziria uma suposta estabilidade dos sentidos.[703]

O dicionário seria um instrumento capaz de congregar e definir de forma mais homogênea os vários significados atribuído às palavras pelos impressos. Vale ressaltar a íntima relação entre as tipografias e os dicionários que eram impressos por meio das técnicas empreendidas nos periódicos e folhetos em geral.

---

[703] LIMA, Ivana Stolze. Imprensa, língua, nação e política nas Regências. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (orgs). *Entre a Monarquia e a República:* imprensa, pensamento político e historiografia, 1822-1889. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 108.

Ainda, de acordo com Ivana Stolze a própria história dos dicionários modernos está ligada ao aparecimento e difusão das tipografias.[704] No caso aqui explicitado, não só as tipografias, mas os periódicos foram responsáveis por divulgar certa "estabilidade dos sentidos". Em abril de 1829, foram publicados pelo *O Universal* os primeiros verbetes do "diccionario corcundatico ou explicação das phrazes dos corcundas".

Como o próprio nome indica, os vocábulos serviam para identificar a escrita de um "corcunda". "Aballo", "Abdicação" e "Abollir", inauguraram as publicações. Em seguida, "Abraçar", "Adorar", "Adhesão" e "Adulação" seguem sugerindo maneiras de identificar o discurso "corcundático". Na terceira publicação o vocábulo "Corcunda" é definido e quer dizer:

> Phrase da moda. Homem, que afeito e satisfeito coma carga do despotismo, se a cuva como dromedario para recebe-la; e trazendo esculpido no dorso o idelevel ferret do Servilhismo, tem contrahido o habito de não erguer mais a cabeça, recheada das estonteadas ideas de uma sórdida cubiça.[705]

De acordo com o vocábulo, sua imagem é associada à de um camelo. Com corcovas, assume um formato de obediência, sempre encurvado perante alguma coisa. Servilismo também acaba se tornando seu sinônimo.

Para Lúcia Bastos, o termo servilhismo se tornou uma expressão adversa para os defensores dos ideais liberais e, "O servilhismo era próprio daqueles que eram considerados partidários dos despotismos, uma característica inadmissível do homem livre", [706]explica a autora.

O vocábulo independência, lançado pelo *O Universal*, endossa que seria um fantasma em que os absolutistas não acreditavam.[707] Em contrapartida, Luiz Maria da Silva Pinto publicou anos antes o significado de independência que seria a liberdade de viver e de fazer[708], o oposto atribuído às concepções dos partidários do despotismo. Comungava deste posicionamento Antonio de Moraes Silva, que

---

[704] LIMA, Ivana Stolze. Imprensa, língua, nação e política nas Regências. .... op. cit., p. 118.

[705] APM-SIAAPM, *O Universal*, 19/06/1829, p. 04.

[706] NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais* .... op. cit., 2003, p. 130.

[707] APM-SIAAPM, *O Universal*, 24/08/1829, p. 04.

[708] PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira* .... op. cit., 1832. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/3/independencia [capturado em 11/02/2011]

entendia a independência como o oposto a dependência e liberdade de sujeição, de se fazer o que quiser, sem dar obediência.[709]

O padre Custódio era, nas percepções do *O Universal* e do *Astro de Minas*, um "forasteiro" fora da paisagem que se queria pintada pelas tintas do constitucionalismo e emoldurada pelas palavras de seus periódicos. Destoava da realidade brasileira. Era um português, portanto, de maneira geral, identificado a um corcunda.

5.6 Homens constitucionais na província mineira.

Assim como o *Astro de Minas*, *O Amigo da Verdade* parte para o combate no campo das ideias políticas. Sabe-se que as notícias envolvendo revoluções ao longo da história, era um assunto sedutor e despertava tanto o interesse quanto o espanto dos letrados.

O editor do *O Amigo da Verdade,* em um texto intitulado "Reflexões", inclina sua pena contra os escritores que semeavam, do seu ponto de vista, discórdia e desconfiança, tentando dividir a nação em partidos, ou facções políticas. Era comum a indução do pensamento dos leitores, chamando-os a atenção para supostas tensões existentes entre grupos divergentes. A menção se refere a um artigo lançado anteriormente pelo *Astro de Minas,* que noticiava a descoberta de uma sociedade secreta em Pernambuco, o que era muito comum na época. *O Amigo da Verdade*, aproveitou o ensejo e se pôs a atacar o *Astro de Minas* e a defender a ordem estabelecida.

De acordo com a notícia, o objetivo desta sociedade que, inclusive, tinha suas ramificações espalhadas por diferentes províncias do Império, era o de arruinar o governo constitucional e estabelecer o absolutismo. Os ataques se tornam densos e ao interceder em outro excerto extraído do *Astro de Minas*, número duzentos e trinta e cinco, o editor do *O Amigo da Verdade* explica que não seria o absolutismo, e sim o republicanismo, o real interesse da misteriosa sociedade.

---

[709] SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* .... op. cit., 1813, p. 149. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/independencia [capturado em 14/02/2011].

De acordo com *O Amigo da Verdade,* não se tinha notícia e nem se sabia da existência de semelhante sociedade e "nem he crível, que em Pernambuco, a Província mais ciosa de sua liberdade, se congregassem homens para estabelecer a Absolutismo [...]".[710] Seria impensável acreditar no estabelecimento do absolutismo, informa. O editor partia do pressuposto de que ao governo monárquico constitucional é mister difundir as luzes, bem como uma boa educação moral, daí, como crer no retrocesso destes preceitos? Indagava. E mais, "que hum Governo Absoluto, que bem se pode dizer, esta em opposição com as luzes, com a boa educação moral, e com o bem geral da Nação".[711]

Luís José Dias Custódio, segundo consta nos autos de uma devassa que fora alvo, anos mais tarde, em 1833, participava de uma sociedade secreta chamada de "União e Lealdade".[712] Porém, algumas sociedades não eram maçônicas e podiam ser literárias, filantrópicas e políticas. De acordo com alguns depoentes, os chamados absolutistas estavam diretamente envolvidos nesta sociedade, daí se pensar na insinuação do *Astro de Minas* em escrever que a sociedade de Pernambuco defendia o absolutismo e se espalhava por outras províncias!

Um correspondente de *O Universal*, denominado de *Um seu assignante* afirmou que a sociedade secreta "União e Lealdade" era uma ramificação de outra sociedade secreta de Pernambuco e que estava "convidando com cântico de sereia os Cidadãos á defeza do Imperador [...]"[713], pois de São João d'El-Rey enviaram uma carta anônima endereçada para um cidadão de Queluz, convidando-o para assinar um livro e se aliar a causa da associação, tentando assim, cooptá-lo para participar da suposta sociedade.

O Universal compilou um artigo de *O Mentor das Brazileiras* sobre o surgimento da sociedade secreta da qual o vigário Custódio fora acusado de participar. Conforme as informações a "União e Lealdade" surgira sob os auspícios do gabinete secreto e tinha por objetivo *fazer frente ao partido dos federalistas*[714]*.* A partir do jogo de informações, mesmo que convenientes aos seus autores, vai

[710] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 12/06/1829, p. 41.

[711] Ibid., p. 42.

[712] AEAM, Livro de Devassas, 1833.

[713] APM-SIAAPM, *O Universal*, 18/04/1831, p. 04.

[714] Ibid., p. 02 e 03.

ficando evidente um comportamento reacionário de Custódio, identificado ao conservadorismo político.

Afirmava ser uma sociedade criminosa e opositora à ordem social, pois queria fazer reforma política pelas próprias mãos. O artigo 174 da Constituição do Império resguardava o direito de reforma das leis constitucionais[715], desde que discutidas e elaboradas pelos deputados e, não fora dos trâmites legislativos.

O Universal informa que a "União e Lealdade" queria combater um partido federalista que não existia, e por isso, tende a "revoltar o povo contra as Authoridades legitimamente constituídas".[716] Seu nome deveria ser desunião e infidelidade, informa originalmente *O Mentor das Brasileiras*, periódico sanjoanense que teve também como mentor e mecenas Baptista Caetano d'Almeida.

O Amigo da Verdade comentava que os acontecimentos de Pernambuco, principalmente, o mais recente, referindo-se indiretamente a Revolta dos Afogados, são classificados por uns como movimentos envolvidos por ares democráticos, o que seria uma ameaça, pois de acordo com Antonio de Moares e Silva, o termo significava uma forma de governo onde os poderes majestáticos residem no povo e por ele é exercido[717].

As tendências para a democracia "nada mais fazem, nem farão, do que dilacerar a Pátria, e talvez mesmo acarretar a [...] aniquilação do Systema Representativo"[718]. Paralelo a esta passagem, escrevia que certos escritores induzem prosaicamente o seu público leitor a acreditar na existência de uma tentativa de se estabelecer o absolutismo.

De toda a maneira, explica *O Amigo da Verdade*, queriam mitigar e atacar a imagem do "Immortal PEDRO I, Príncipe Singular nos Faustos da Historia"[719], pois a ela era associada à figura de absolutista. Caberia ao governo e todos os amantes da ordem e da monarquia representativa empregar seus esforços não só para a

---

[715] APM-SIAAPM, *O Universal*, 18/04/1831, p. 03.

[716] Ibid., p. 03.

[717] SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* .... op. cit., 1813, p. 528. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/democracia [capturado em 14/02/2011].

[718] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 12/06/1829, p. 42.

[719] Ibid., p. 42.

manutenção e sustentação desta forma de governo no Brasil, mas, sobretudo, para excluir qualquer outra "quer seja Democrática, quer a Monarchia absoluta".[720]

"Viva o nosso immortal, e radiante Astro! Mil vezes viva!! Isto he, que he Folha! Tudo o mais he zero, he pó, he nada!!! Elle afugenta, e dissipa as trevas da ignorância...Ilumina todo o vasto império do Brasil...esclarece o horisonte da verdade..., e prognostica futuros [...]".[721] De acordo com *O Amigo da Verdade*, estas frases eram pronunciadas ao tom de mil acenos, trejeitos e caretas pelas ruas de São João d'El-Rey, ironizando o "reluzente" *Astro de Minas*.

Ao ter observado esse procedimento que se fazia público pelas ruas da Vila, um correspondente, denominado de *Amigo do Amigo da Verdade*, escreveu-lhe uma carta. Para ele o *Astro de Minas*, do alto do cume do Lenheiro, alusão do título do periódico associado ao ponto mais alto da topografia local, acaba com a reputação de seus conterrâneos, pois seu "diabólico e encarniçado coração somados à negra e vil maledicência vivia contra os beneméritos cidadãos".[722]

Cada periódico se fazia representar melhor do que outro, através de reverberações e atribuições de valores que desqualificavam o adversário. Dizia ainda que os bons cidadãos não são da "Confraria", ou seja, não fazem parte do grupo em torno do *Astro de Minas*, acenando, por assim dizer, mais uma vez, a existência de grupos opostos.

O Amigo da Verdade entendia que as reflexões publicadas eram filhas da indignação produzida nos brasileiros pelas últimas tentativas de alguns exaltados de Pernambuco e, por isso, "acreditamos ser do rigoroso dever dos amigos da Monarquia Constitucional Representativa usar da liberdade de Imprensa em tal ensejo". [723]

Dever-se-ia, então, combater os escritores "alcunhados" da "oppozição". De acordo com um "Artigo communicado", os brasileiros sensatos percebem que a maior parte dos escritores de Minas e de outras províncias tende a abalar a confiança dos povos para então perturbarem a ordem estabelecida. A todo o momento tentam reverter o suposto caos à ordem, num incansável discurso

---

[720] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 12/06/1829, p. 42.

[721] Ibid., p. 42.

[722] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 29/05/1829, p. 28.

[723] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 15/05/1829, p. 10.

cosmogônico, do ponto de vista político. O inimigo seria o caos e o uso da palavra por um ou outro periódico, dependendo do lado em que se posicionava na cena pública, estabeleceria, através da adesão às suas proposições, a ordem.

O Amigo da Verdade escrevia com frequência que pretendiam derrubar por terra a Monarquia Constitucional para levantar, em seu lugar, o republicanismo, por isso não deveriam esperar que o mal crescesse para lhe aplicar o conveniente remédio. O diagnóstico do mal seriam as tensões e rumores veiculados pela imprensa e o remédio, o contra discurso implementado por suas páginas. Clamava aos leitores para prezarem o sistema de governo brasileiro, e para demonstrarem suas solidariedades, deveriam se reunir pelas vozes da imprensa e denunciar a "Hydra", sinônimo de serpente venenosa ou mostro de muitas cabeças[724], pois a mesma pretendia espalhar a anarquia, ou seja, a desordem civil[725].

O Amigo da Verdade registrava que aqueles escritores que apóiam o motim de Pernambuco estavam acostumados a instigarem os monstros de sua espécie, espalhados por algumas províncias do Império. Não obstante tentava obliterar o seu trabalho, qual seja, o de escrever no *O Amigo da Verdade*, desqualificando-o como fútil.

Em seguida o redator do *O Amigo da Verdade* defende a forma como o governo repreendia os movimentos. Entendia que eram atitudes prudentes pois,

> Os que censurão as medidas tomadas pelo Governo, chamando-as excessivas, talvez sejão do número dos que acharão muito insignificantes as que se tornarão, quando se disse, que alguém sonhava com o absolutismo na Bahia, e então a imparcialidade, que salta aos olhos, descobre espírito de partido, ou tendência para a democracia nos que adoção os factos recentes dos Republicanos, depois de haverem exacerbado os sonhos absolutistas [726]

Advertia, porém, não desprezar as faíscas que podiam produzir terríveis incêndios, principalmente, quando não faltava quem soprasse o fogo sobre os elementos combustíveis, pois se sabe "quanto são desprezíveis os que levantarão o grito de rebellião na malfadada Província de Pernambuco".[727] Apontados como

---

[724] PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira* .... op. cit., 1832. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/3/hydra [capturado em 20/02/2011].

[725] PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira* .... op. cit., 1832. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/3/hydra [capturado em 20/02/2011].

[726] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 15/05/1829, p. 11.

[727] Ibid., p. 11.

loucos, perversos e ensandecidos pelo *O Amigo da Verdade*, os rebeldes foram sufocados pelo governo, o que, a seu ver não poderia ser diferente, pois questionava com ironia o que a história de todas as revoluções "nos" ensinava, ou seja, desgraças e desordens.

Quem fora sempre os primeiros amotinadores do povo nesses lugares, sobre os quais a anarquia tem estendido "o manto dos horrores"? Questionava. A resposta foi a mesma para as duas inquietações. São causadas pelos espíritos desinquietos, que tudo tem a ganhar e nada a perder. São espíritos "escaldados" pelas doutrinas dos escritores imprudentes e dissimulados, escrevia.

As províncias do Brasil estavam infestadas por essas "matreiras rapozas [...] que preparão antecipadamente as revoluções por meios de escriptos incendiários".[728] O redator afirmava ter razões bastante fortes para abrir os olhos de seus leitores. Talvez, o ponto fulcral do texto se encontra na seguinte passagem, quando aconselha;

> que se ponhão em guarda contra as suggestões desses gritadores Universaes; Astros de pestífera influência. Pharoes que só conduzem a estuosos cachorros; Ástreas sem justiça, sem pejo, sem tino, e outros cometas de Mao agouro, que disfarçando a raiva dos tigres, e a voracidade dos lobos seus collaboradores, principiarão fazendo-se admirar nas trevas do Jornalismo [...][729]

Os elementos da ordem cósmica, citados acima, se referiam aos títulos dos periódicos tidos como inimigos pelo *O Amigo da Verdade*, que queriam, segundo seu redator, roubar o trono de D. Pedro I.

Assim, o caminho certo para manter a ordem seria a prudência da moderação. Ao contrário e na perspectiva do *O Amigo da Verdade*, os exaltados viam e acreditavam ser a moderação, uma fraqueza. Os melhoramentos precisavam do tempo e das sábias luzes e apressá-lo "seria o mesmo que deteriorar o fructo antes da estação própria a sua maturação".[730]

Em edições posteriores, *O Amigo da Verdade* retoma o assunto, onde a rejeição à república é evidente, onde se lê:

---

[728] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 12/06/1829, p. 43.

[729] Ibid., p. 44.

[730] Ibid., p. 44.

> Correi a Historia de todas as revoluções, e por toda a parte achareis o equivalente aos jacobinos. Elles fomentarão todas as desordens. Elles se tornarão momentaneamente os ídolos da multidão [...][731], por isso, sirva o passado de exemplo para o futuro!!![732].

Perece-se a associação feita aos jacobinos como um grupo capaz de ter provocado a desordem e o autoritarismo através da violência. De certo, foram os mais radicais partidários da Revolução Francesa, que mesmo tendo governado a França num curto período de um ano, entre 1793 e 94, deixaram marcas que agitaram as opiniões e serviram de referência para os anos que se seguiram.

Dessa maneira, dentre os autores citados pelo *Astro de Minas*, o abade De Pradt ocupa um lugar de destaque. Seu texto é o "Congresso de Vienna", conhecido por comentar a derrocada de Napoleão Bonaparte e seu respectivo entendimento sobre as ideias liberais, que então sopravam em todas as direções, inclusive para a América. De acordo com Lúcia Bastos, o Congresso de Viena inaugurou um momento denominado de política legitimista, clerical e restauradora, após o impacto causado pela Revolução Francesa e da "turbulência das guerras napoleônicas".[733]

5.7 Leituras cruzadas: reflexões de referência.

Dominique-Georges-Frédéric De Pradt (1759-1837) era um entusiasta dos processos revolucionários e das conjunturas políticas, em geral, se tornando referência para os intelectuais de sua época. Segundo Marco Morel[734], os livros de De Pradt compunham o acervo das bibliotecas dos homens de letras e da política, ao longo das três primeiras décadas do século XIX brasileiro. Fazia-se presente também nas prateleiras mineiras. De acordo com o abade, Napoleão reconheceu, ao partir para o exílio na ilha de Elba, que não fora a coalizão que o destronou, mas

---

[731] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 17/07/1829, p. 81.

[732] Essa frase se encontra citada no pé-de-página do texto publicado pelos redatores do *O Amigo da Verdade* e se refere à obra *Histoire de la Revolution de France* de Mr. Desodoarte.

[733] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo político no Brasil .... op. cit., 2001, p. 75.

[734] MOREL, Marco. Independência no papel: .... op. cit., 2005, p. 621

sim, as ideias liberais. Confessa que ao ofender a civilização de seu tempo, perdeu o seu trono "pequei contra as ideias liberaes, eu morro".[735]

De Pradt que foi, de acordo com Marco Morel, capelão do próprio Napoleão e recorre ao desenvolvimento do homem em sociedade e as mutações por este sofrida, ao longo dos tempos, para refletir sobre a derrocada napoleônica[736]. Segundo o abade, os homens não são mais os mesmos na medida em que a humanidade marcha em direção à civilização, pois o homem se move na mesma atmosfera, mas é animado por outros espíritos e necessidades. Cada povo tem colhido seus méritos em épocas diferentes sobre a terra, e cada ideia tem dominado o seu século[737].

De Pradt entende, de certa forma, que todo homem é filho de seu tempo e que o próprio tempo é passível de mudanças, cujas ideias são as responsáveis por essas variações temporais. Até então, se refere ao tempo da Revolução em França, onde a guerra e a religião "tem sido o emprego principal de todos os povos, e a história não consta de outra cousa"[738]. Para De Pradt, as transformações das ideias se deve, essencialmente, à comunicação, capaz de transformar o próprio tempo. De posse deste conhecimento, o *Astro de Minas*, reproduz o texto fazendo alguns comentários. Entendia também, assim como De Pradt, que a comunicação era o elo essencial do desenvolvimento dos povos e o periódico, representante legítimo deste preceito[739].

Assim que os povos começaram a se comunicar entre si, através das artes, da linguagem, das viagens, das correspondências e, por meio do comércio, a sua existência mudou, pois antes, "mettidos comsigo so as cousas que tinhão diante dos olhos excitavão sua attenção, e merecião seo culto e admiração, porque lhes faltavão objectos de comparação".[740] Utiliza metáforas para explicar o desenvolvimento das Nações, pois assim como as crianças se desenvolvem com a

---

[735] BN-SOR, *Astro de Minas*, 02/10/1828, p. 03.

[736] MOREL, Marco. Independência no papel: .... op. cit., 2005, p. 621. De acordo com Morel, o abade De Pradt, também chegou a ser arcebispo de Malines

[737] BN-SOR, *Astro de Minas*, 02/10/1828, p. 04.

[738] Ibid., p. 04.

[739] Ibid., p. 04.

[740] Ibid., p. 04.

instrução e com a idade, as Nações através de uma mútua convivência se confundem e passam a ver coisas novas e até desconhecidas, desenvolvendo seu espírito, que é estimulado, elevando e engrandecendo os homens que, gradualmente vão se formando[741].

Com o tempo, as discussões de direito sucedem as discussões de fato, provém daí, o *progresso natural das ideias*.[742] De Pradt se refere à passagem do direito costumeiro, consuetudinário, ao direito positivo, quando as palavras são sucedidas pelas leis escritas, estabelecendo regras postas, que vão delinear as Nações e afirma, "porque já os homens se não contentarão so com saber as leis em que vivião, mas quizerão indagar com que espírito erão feitas, que autoridade tinhao; e até donde trazião seo direito".[743]

Chegando o mundo a este ponto, de perícia civil e social, o mesmo deveria mudar de "figura". Mas, para o autor, como sempre acontecia, aparecem gênios poderosos na nova cena. Tornam-se protagonistas e tomam posse dela. Atribui ao processo de desenvolvimento comum às Nações à ideia cíclica, para ele, inerente aos interesses pessoais dos grandes líderes.

> A maneira dos entes celestes, estes escriptores remontarão-se até a origem das cousas, e nesta alta esfera se firmarão com a segurança. O resto dos homens marchou logo apoz elles, e se formou, por consequência, a opinião, que se dilatou, circulou, e penetrou por toda a parte: em taes circunstancias seria tão vergonhoso, pretender alguém alistar-se debaixo de outras bandeiras, como querer trajar a moda abolida pelo tempo. A communicação, estabelecida entre todos os povos, sérvio de vehiculo para esta mudança. Huma nova lingoagem se entroduzio em todas as classes; e os títulos do gênero humano, huma vez descobertos, entrarão a servir de cartilha para as novas gerações. Depois de cinco mil annos, o mundo veio [...] a saber, que nem sempre pertencera como servo a certos Senhores, nem a elles se havia entregado sem condições: então desde esta época também se vio, que todas as sociedades humanas datavão de hum contracto, e a natureza das antigas soberanias veio conseguintemente à mudar-se.[744]

Segundo De Pradt, nem todos os escritores tem a mesma motivação e chega a mesmas conclusões. Não obstante, têm um mesmo fim. Como um concerto, ainda que cada um toque um instrumento diferente, todos "hão dado hum som intelligivel".[745]

---

[741] BN-SOR, *Astro de Minas*, 02/10/1828, p. 04.

[742] Ibid., p. 04.

[743] Ibid., p. 04.

[744] Ibid., p. 04.

[745] BN-SOR, *Astro de Minas*, 06/10/1828, p. 03.

E sobre os aspectos educacionais, essenciais para lapidar o homem em sociedade, De Pradt entendia que a educação das Nações havia se completado há algum tempo, pois antigamente elas não se falavam e hoje, durante vinte e cinco anos, tem se falado por meio da Revolução. De certa maneira, a Revolução foi responsável por trazer alguns males à França, porém, teve o lado positivo na medida em que serviu, de forma pragmática, para o aprendizado do que se deveria evitar. Mais uma vez a revolução é tomada como contra-exemplo nas páginas mineiras e os periódicos em tela comungavam deste preceito.

Assim, o abalo causado pelas fases da Revolução Francesa, ao contrário, serviu, segundo De Pradt, para unir algumas Nações, embora as tenha assustado. Por toda parte se fez justiça e tudo o que nela houve de bárbaro e contrário aos direitos dos povos, causou horror e foi posteriormente rejeitado, e para os redatores mineiros, não foi diferente. De Pradt afirmava que a Revolução só deu déspotas à França, mas a civilização matou o despotismo na Europa e por toda a parte essa mesma civilização tem feito aparecer "Constitucionais", e em toda a parte ela tem feito sentir sua necessidade[746].

O enfrentamento entre despotismo e constitucionalismo era uma *práxis* comum na imprensa brasileira, desde a época da independência. Se fez presente, principalmente após 1824, quando, de fato, as leis que delineariam a nova ordem passaram a ser discutidas publicamente, através da imprensa periódica.

A utilização de exemplos e de teorias, que endossavam as perspectivas políticas dos redatores, não seguia uma ordem linear em suas exposições impressas. As leituras eram subjetivas e cruzadas. Eram apresentadas de forma a ilustrar um raciocínio que se queria tornar público, com a finalidade de civilizar, educar e induzir o diálogo. A mesma Revolução deu a Europa vinte anos de guerra, elevando esta arte e seu prestígio a um ponto que ainda não tinha chegado e a mesma civilização desacreditou-se da guerra que "até agora mais havia seduzido os homens, - o de conquistador; - e desterrou esta calamidade das Nações para os desertos da Tartaria".[747] Assim, assegurava De Pradt que "a barbárie queimou Moscou, a civilisação salvou Pariz"[748].

---

[746] BN-SOR, *Astro de Minas*, 02/10/1828, p. 04.

[747] BN-SOR, *Astro de Minas*, 06/10/1828, p. 04.

[748] Ibid., p. 04.

Na maioria das vezes em que um texto filosófico ou político era impresso pelos redatores dos periódicos, os mesmo intervinham com comentários e críticas. Dessa forma, nesta passagem em que De Pradt compara "barbárie" e "civilização", o *Astro de Minas*, em nota de rodapé acrescentou "se os Russianos por hum excesso de patriotismo, forão os que puzerão fogo a Moscou, então seria melhor que o Abbade Du Prat empregasse a phrase seguinte: A civilisação queimou Moscou; a civilisação salvou Pariz".[749] Acrescenta outros axiomas ao termo "civilização". A Revolução "baniu o comércio fazendo-o passar debaixo do jugo da força e da guerra, porém, a civilisação, auxiliando seo vôo, fez com que elle matasse seos carcereiros e escapasse da prisão".[750] Os chefes da Revolução sentiram o reflexo das arbitrariedades cometidas:

> Robespierre so morreo depois que reduzio a França a hum campo de carnagem civil, e acabava de banir toda a civilisação. Napolion, que em nenhum ponto deve ser comparado com elle, morreo igualmente, assim que reduzio a Europa a hum campo de carnagem militar, e quis formar huma civilisação a seo modo, fazendo-a sua escrava.[751]

Foi, sem dúvida, um espetáculo extraordinário conduzido por potentados, aponta De Pradt. Inconformado, o abade francês questiona o propósito de se ter criado escolas politécnicas, as mais completas, elevado os sábios a honra e a fortunas nunca vistas! Para que? Se diante dos benefícios adquiridos pelas artes e ciências, os homens foram obrigados a se tornarem "mudos", diante dos seus "pés", limitados a "compor unicamente hymnos em seo louvor!".[752] Porém, rapidamente recebeu a recompensa pela temeridade espalhada, quando afirma que "a explosão das luzes comprimidas engolio o autor deste systema anticivil".[753]

De Pradt assegura ser a "Nacionalidade", a "Verdade" e a "Publicidade", as três bandeiras debaixo das quais o mundo pretende daquela época em diante marchar. Recorre a François Fénelon, para explicar que os povos adquirem o sentimento de seus direitos e de sua dignidade, "sabem que são o principio e o termo de todas as sociedades e de todos os poderes, e que não existem para único

---

[749] BN-SOR, *Astro de Minas*, 06/10/1828, p. 04.

[750] Ibid., p. 04.

[751] Ibid., p. 04.

[752] Ibid., p. 04.

[753] Ibid., p. 04.

interesse de alguns indivíduos, mas que estes indivíduos so existem por interesse dos povos".[754]

Evidencia-se ser uma das maiores preocupações do abade francês a forma como o governo desempenha seu papel onde as "Nações" tomem conhecimento de seus próprios negócios e possam decidir incisivamente sobre eles e "que haja porém sobre isto regulamentos diversos".[755]

Indaga sobre as garantias de manter esta relação de reciprocidade entre as Nações e os governos. A resposta, de acordo com suas proposições, seria a "verdade e a publicidade".[756] Caberia à verdade o preceito de um governo transparente, pois já não seria mais possível poder enganar os homens depois de tudo que havia passado perante seus olhos.

Não obstante, "talvez ainda seja fácil encobrir-lhe alguma cousa, porém isto será so por hum instante; porque com os milhares de olhos, que estão sempre abertos sobre os negócios públicos, como se pode alguém persuadir, que aquillo que hoje he mistério não appareça amanhã exposto em praça publica?".[757]

De Pradt se refere, em seguida, aos meios de comunicação então existentes e capazes de desempenhar um papel de orientação pública acerca das decisões dos governos, pois "as mesmas azas, que lhe dão os correios, servem para lhes também dar maior publicidade".[758]

A sociedade é vista por De Pradt como uma espécie de tribuna. A sociedade europeia está cheia de leitores, escritores e homens acostumados a tratarem de negócios, portanto, a tribuna seria uma representação direta daquilo que podemos entender por opinião pública.

Explica também que no estado em que o espírito humano tem chegado, tudo que não é bem claro, desperta a desconfiança e reflete numa prevenção contra as autoridades que falam, que possuem o poder da oratória.

---

[754] BN-SOR, *Astro de Minas*, 06/10/1828, p. 04.

[755] BN-SOR, *Astro de Minas*, 09/10/1828, p. 03.

[756] Ibid., p. 03.

[757] Ibid., p. 03.

[758] Ibid., p. 03.

Assim, “o gigante da mentira apareceo na França”.[759] Neste ponto De Pradt recorre às explicações sobre o imaginário construído em torno de Napoleão Bonaparte. Mesmo passando uma imagem de grande chefe, fazendo com que todos lhe obedecessem, por entenderem que seria o melhor caminho para a reestruturação da França, há muito já desconfiavam de seu autoritarismo e arbitrariedade baseada na centralização do poder, pois, “he bem lembrar que em França existem ao menos quatro milhões de homens, que por sua educação, seos empregos, e sua fortuna, nunca perdem pessoas, dispostas a acreditar em tudo e por tudo na autoridade que falla, todos os mais estão alerta, e sempre em desconfiança”.[760]

Dentre os momentos marcantes e significativos da década de 1820, a Revolução Francesa, ainda encabeçava as discussões impressas nas Minas Gerais. Caímos nas armadilhas das divisões temporais da história, estabelecidas como marcos históricos e não nos damos conta dos reflexos diretos que tais marcos causam no imaginário social. Se até hoje, a Revolução em França é tema de discussão nos círculos acadêmicos como um momento onde tradições são obliteradas, ao mesmo tempo em que outras são inventadas, não é de se admirar a efervescência que tal tema causava ainda no calor de seus desdobramentos.

Para se ter ideia, o desfecho da Revolução, em Viena, havia ocorrido apenas há alguns anos antes da criação da imprensa em Minas e, anterior ao empreendimento impresso nas Minas, era tema recorrente nos periódicos que pelo Brasil circulavam, fossem nacionais ou internacionais.

De acordo com Bronislau Baczko, seus reflexos iluminavam as opiniões e as contingências das mais variadas ao longo do processo revolucionário, desvendando ao mesmo tempo em que alimentava o imaginário social[761]. A força e as transformações de estruturas sociais e políticas, em conjunto com a mobilização e presença das “multidões revolucionárias” deu um tom especial à imaginação social, a partir do entendimento que as expectativas causavam diretamente nos contemporâneos na França, durante as fases da Revolução.

---

[759] BN-SOR, *Astro de Minas*, 09/10/1828, p. 04.

[760] Ibid., p. 04.

[761] BACZKO, Bronislau. Imaginários sociais nas revoltas camponesas do século XVII e durante o Grande Medo de 1789. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: 1985, v. 5, p. 315-320.

É o que pode ser percebido nas palavras de De Pradt, observador das contingências sociais e políticas da época. Por conta, exatamente dessa observância é que De Pradt exprime seu ponto de vista. Segundo De Pradt as Nações se tornaram mais instruídas. Antes, as luzes caiam do alto e hoje, escreve o abade, entra por toda a parte. Faz uma análise interessante entre os governos e a Nações.

Os governos emanam suas próprias luzes e as Nações são os reflexos das luzes das massas, em geral. Conclui-se que ambas vão de encontro, partindo de dois pólos contrários que se cruzam. Dessa maneira, onde estaria a vantagem? Questiona. O mesmo responde que se poderiam tirar as conclusões devidas ao observarem tudo que acabara de acontecer. Não obstante, foram os povos que acabaram por levantar os governos e que, quase todos, um a um, haviam caído aos pés de Napoleão. Daí se entende a sobreposição da metáfora das luzes. Ao mesmo tempo em que o princípio imperialista se alastrava e se fazia representar pelo continente europeu, capitaneado pela França, ou melhor, por Napoleão, as Nações se "encolerisavao; procuravão refugio na dissimulação dos insultos; ardião por vingar-se; e quando juntavão suas bandeiras as tropas de Napolion, era para melhor desertar de suas fileiras, e irem engrossar a de seos inimigos".[762]

Em todos os países, uma nova potência tem despontado, explica De Pradt e que a potência seria a opinião, cuja força ninguém ousa subtrair. É através desta mesma opinião que por toda a parte se prometem

> Constituições aos Povos [...] Este acontecimento he um dos maiores que tem visto o mundo, e hum certamente daquelles que, por seos resultados, deve produzir incalculáveis benefícios sociaes [...] depois de vinte e cinco annos de erros e desgraças, todos tem assentado que se deve recorrer a este ponto essencial, como a hum pacto de salvação commum.[763]

Daí a constante associação de o sistema republicano de governo ao jacobinismo e a negação de ambos, na tentativa de afastá-los do horizonte do sistema monárquico constitucional brasileiro. A precaução para tal juízo se baseava na defesa do sistema constitucional.

Enquanto o *Astro de Minas* defende a Constituição por ser a maior expressão da representatividade política através da prática eleitoral – o que garantia a

[762] BN-SOR, *Astro de Minas*, 09/10/1828, p. 04.

[763] Ibid., p. 04.

representação das Províncias – *O Amigo da Verdade*, por seu turno, defendia a Constituição pela sua maior particularidade, o Poder Moderador e por ter sido iniciativa de D. Pedro e exemplo maior de sua personificação política:

> He nosso fim ratificar huma verdade hoje assas reconhecida de todos os bons Brazileiros, isto he, que nosso Augusto Monarcha, e seu Governo nada mais querem, do que a manutenção do systema representativo, ou do Governo Monarchico Constitucional por **Elle** oferecido a Nação, e por Ella adoptado, e jurado. (Grifo nosso)[764]

Um acreditava nos benefícios do poder legislativo e o outro se mostrava simpatizante do poder maior, o moderador, que lhes dirigia e que, por curiosidade, só existiu no Brasil, sendo um caso específico da história do constitucionalismo.

Dessa maneira, *O Amigo da Verdade* mostrava o seguinte entendimento acerca da Constituição: "Quem resiste aos Poderes temporais, resiste a Deos"[765], relacionando o poder do Imperador ao poder de Deus, principalmente quando esse pensamento é enfatizado na frase: "Em huma palavra, a Constituição faz o Imperador Semelhante a Deos, tirando-lhe o poder de fazer mal, e dando-lhe so o poder de fazer bem: he o Anjo exterminador dos vícios, a barreira, que separa os poderes Legislativo, Executivo, e Judiciario"[766].

O Amigo da Verdade era alvo do *Astro de Minas*, justamente por fazer apologia a elementos simbólicos, típicos do Antigo Regime, como a sacralização do poder político incorporado pelo rei divinizado. Mesmo que saiba distinguir as atribuições da Constituição e parecer concordar com a separação dos poderes - uma das características do pensamento liberal - percebe-se um significativo traço conservador ao atribuir ao imperador às funções de um deus, tal como era típico na cultura política do Antigo Regime[767].

Percebe-se aqui a coexistência de pensamentos divergentes a respeito do que seria, num primeiro momento, uma discussão puramente liberal, ao se debater e apoiar a Constituição. Isso mostra como os redatores defendiam suas próprias posições políticas, se compararmos esse discurso com aquele do *Astro de Minas*.

---

[764] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 17/07/1829, p. 81.

[765] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 15/10/1829, p. 09.

[766] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 15/05/1829, p. 10.

[767] KANTOROWICZ, Ernest. H. *Os dois corpos do rei:* um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Porém, convergiam em um aspecto: o de negar a revolução. Marco Morel explica que os moderados brasileiros tomavam como referência a Constituição francesa de 1791, "o que acabou levando-os a um paradoxo: pretendiam justificar e encerrar a Revolução sem jamais terem participado de uma".[768] Os redatores de *O Amigo da Verdade* comparam a Constituição ao "Evangelho político" da nação. Para eles, o Código seria "o nível da perfeita igualdade cívica (e não social!), a regra infalível da justiça, o Compendio de todas as obrigações [...] abalisa da arbitrariedade Ministerial, o balsamo medicinal de todas as enfermidades do Estado".[769]

Todavia, apresentadas as proposições que se entende como um projeto constitucional dos periódicos *Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade*, far-se-á um breve comentário acerca de como se entende a palavra envolvida por um discurso proveniente das ideias liberais, na tentativa de vislumbrar as proposições dos redatores.

5.8 Liberais por referência e constitucionais por convicção.

O liberalismo se manifestou na sociedade europeia do século XVIII como um sistema de ideias eminentemente burguês. Ao remontar a suas origens, nota-se que houve uma articulação simultânea entre o desenvolvimento do capitalismo e a crise das sociedades senhoriais, estando essa concepção vinculada a uma linhagem econômica do pensamento liberal difundida pela filosofia iluminista, de maneira geral[770].

Outra abordagem do pensamento liberal se refere aos aspectos políticos e jurídicos pensados pelas teorias contratualistas, ao destacar o papel da liberdade. Seja a liberdade individual para com o Estado e as liberdades concedidas pelo mesmo[771].

---

[768] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos .... op. cit.,* 2005. p. 118.

[769] BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 15/05/1829, p. 10.

[770]FALCON, Francisco C. *O iluminismo*. ... op. cit., 2002.

[771] ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1987; SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

Dessa forma, ao longo do tempo, novas proposições sobre a liberdade vão surgindo, como as garantias individuais, mantidas pelo Estado de John Locke[772], e pela defesa da soberania popular, onde o Estado representa a vontade geral proposta por Jean-Jacques Rousseau, chegando até as divisões do poder absoluto do Estado em Montesquieu. Ao explicar o uso do adjetivo liberal pela comunidade dos historiadores, Nicola Matteucci informa que:

> Para o historiador, é obvio e natural pensar que a única e possível definição de Liberalismo é a definição histórica, visto estar ele convicto de que a sua essência coincide com a sua história: o Liberalismo é um fato, isto é, um conjunto de ações e de pensamentos, ocorrido num determinado momento da história europeia e americana.[773]

Ao localizar o termo em meio às definições utilizadas historicamente, Matteucci escreve:

> [...] tal termo aparece, primeiro, na proclamação de Napoleão (18 Brumário), entrando, depois, definitivamente, na linguagem política através das cortes de Cádiz, em 1812, para determinar o partido que defendia as liberdades públicas contra o partido servil, e, na literatura, através de Chateaubriand, Madame de Staël e Sismondi, para indicar uma nova orientação ético-política em fase de afirmação.[774]

José Guilherme Merquior, no início de seu livro *"O Liberalismo:* antigo e moderno", afirma que o termo é, por si só, um fenômeno carregado de muitos aspectos que dificilmente pode ser definido[775]. Matteucci busca explicitar, então, a apropriação do conceito pelo historiador e chama a atenção para o fato de ser preciso possuir um critério definido do que é liberal e do que é liberalismo, caso contrário, serão confundidos os adjetivos liberais com o substantivo liberalismo que, a seu ver, não são sinônimos[776].

Dessa forma, é possível entendermos que alguém possa ter práticas liberais ou se diga liberal sem, entretanto, ser adepto do liberalismo. Assim, pode-se

---

[772] De acordo com Merquior, Locke foi o primeiro pensador liberal que teorizou um contrato social que estabeleceu um governo em termos individualistas, como foi proposto também por Hobbes no Leviatã em 1654. Porém, a diferença entre os dois está no sistema de governo que defendiam. Hobbes propunha uma monarquia absoluta ao passo que Locke defendia um governo limitado. Cf. MERQUIOR, José G. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

[773] MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norbert. *Dicionário de política*. Brasília: UnB/Imprensa Oficial, 2000, p. 687.

[774] Ibid., p. 687-688.

[775] Cf. MERQUIOR, José G. *O liberalismo antigo e moderno* ... op. cit., 1991.

[776] Ibid.

identificar o termo liberal como característica de quem requer mudanças nas formas como estão postas as estruturas políticas tradicionais, num certo contexto específico, sem que isso signifique adesão ao liberalismo enquanto sistema de ideias.

Então, passar-se-á ao entendimento do termo e suas apropriações no Brasil, o qual sofreu adaptações quanto à realidade social e política de um país recém-independente e escravista.

A elite dominante mineira que compunha o cenário social do primeiro quartel do século XIX era composta por padres, funcionários públicos, comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais com formação na Universidade de Coimbra ou em outras instituições europeias. Foram os homens dessa condição social que se fizeram representar junto ao "mundo do governo"[777] e pelas páginas da imprensa, na tentativa de manter os seus interesses econômicos, de preservar o *status quo* e, ao mesmo tempo, difundir suas percepções políticas. Esses grupos encontraram no liberalismo europeu sua principal fonte de inspiração[778].

Emília Viotti da Costa[779] e Alfredo Bosi[780] chamam a atenção para o fato da existência de uma adaptação do liberalismo à realidade escravista brasileira, pois, segundo os autores, faltava ao Brasil, nesse momento, as categorias sociais que protagonizassem as ideias liberais tidas na Europa como revolucionárias, e que se contrapusessem ao absolutismo monárquico, como a burguesia, por exemplo.

No tocante ao campo econômico brasileiro, o liberalismo serviu com mais clareza para inspirar os homens ligados à economia de importação e exportação, pautada pelo livre-comércio e na manutenção da escravidão, como Batista Caetano d'Almeida, por exemplo. Já na concepção política, as discussões liberais encontraram um terreno fértil na esfera jurídico-administrativa[781] sendo esse um aspecto significativo, na medida em que o constitucionalismo é fruto das discussões desse campo do saber.

---

[777] Cf. MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema* .... op. cit., 1994.

[778] COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república.* São Paulo: Brasiliense, 1987, p.132.

[779] Ibid., p.132.

[780] BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização.* São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p.194-245.

[781] A respeito da construção de um sistema jurídico brasileiro após a independência, ver: LOPES, José Reinaldo de Lima. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas na primeira metade do século XIX. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do estado e da nação*, São Paulo: Hucitec, 2003, p. 195-218.

Nessa perspectiva política, segundo Merquior, o liberalismo "nasceu como um prospecto contra os abusos de poder estatal"[782] e sua formulação clássica se caracteriza como um conjunto de formulações teóricas que busca defender, do ponto de vista político, um "Estado Constitucional e uma ampla margem de liberdade civil"[783]. Encontra-se nesta passagem um esclarecimento para se entender as constantes discussões entre os periódicos em tela. Defendiam a Monarquia Constitucional, mas suas atenções estavam voltadas para o direito de movimentação, de liberdade dentro desse sistema. O *Astro de Minas* via na representação do legislativo, o caminho para a manutenção das liberdades civis, o que era conveniente àqueles que estavam em torno do periódico. *O Amigo da Verdade*, defendia a liberdade desde que pautada na obediência majestática, ou seja, no poder do Imperador.

A respeito da afirmação de Merquior, sabe-se que antes mesmo de serem desfeitos os laços coloniais entre o Brasil e Portugal, as ideias, ou melhor, as obras liberais, já circulavam pelo continente americano e que, de certa forma, as elites intelectuais brasileiras chegaram a ter contato com elas, inclusive no que diz respeito ao constitucionalismo espanhol e lusitano, de 1810 e 1820, respectivamente. No caso específico de Minas Gerais, Wlamir Silva afirma que:

> A difusão do liberalismo do final do século XVIII, na capitania de Minas, se deu pela circulação de livros num meio de letrados. Ainda que a propriedade de livros tenha sido, graças a sua "civilização urbana", mais disseminada que nas outras capitanias, era restrita a uma "parcela insignificante da população". Foi, portanto, no seio de uma pequena elite de "proprietários, funcionários públicos e letrados", onde, em geral, associavam-se fortuna e formação intelectual, que germinaram as perigosas ideias francesas, inglesas e norte-americanas.[784]

No alvorecer do oitocentos brasileiro, as ideias liberais se manifestam, também através dos periódicos estrangeiros que circulavam pelas mãos de uma elite "intelectual e política"[785] e, mesmo após 1822, autores como Montesquieu, Voltaire e Rousseau eram lidos pela elite letrada, como ocorria em São João d'El-Rey, por exemplo. Somente para ilustrar o constante trânsito cultural, a tipografia do

---

[782] MERQUIOR, José G. *O liberalismo antigo e moderno* .... op. cit., 1991, p.17.

[783] Ibid., p. 35.

[784] SILVA, Wlamir. *"Liberais e Povo" .... op. cit.,* 2002, (Tese de doutoramento) p.134.

[785] A respeito da existência dessas duas categorias de elites, consultar: NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais* .... op. cit., 2003, p. 55-88.

Astro de Minas vendia, além da constituição, vários livros e dentre eles "O Contrato Social" de Rousseau.

Porém, a doutrina liberal clássica consiste, de acordo com as proposições de Merquior, em três elementos: a teoria dos direitos humanos, o constitucionalismo e a economia clássica. Dessa forma, o primeiro elemento buscou nas discussões sobre o jusnaturalismo a base da função do Estado para a sociedade; o segundo diz respeito à descentralização do poder monárquico que teve, na França de 1789, a sua maior expressão e, quanto à economia, os seus ideais liberais vão de encontro à intervenção do Estado absolutista nas relações comercias[786].

Nicola Matteucci ensina que o constitucionalismo tem a função de traçar os princípios ideológicos, que, segundo ele, são a base de toda Constituição e essa, por sua vez, implica a própria comunidade política organizada[787]. A definição mais conhecida do constitucionalismo é aquela identificada com a divisão do poder e tem como norte as formulações de Montesquieu, que baseou suas análises ao observar a constituição inglesa. Dessa observação, Montesquieu conclui que o melhor a fazer é a separação dos poderes em legislativo, executivo e judiciário, propostas logo no início do seu livro sobre "L´Espirit des Lois", de 1748. Portanto, na prática, o liberalismo "como rótulo político nasceu nas Cortes espanholas de 1810, num parlamento que se revolta contra o absolutismo"[788] e, de certo, a constituição espanhola influenciou o desenvolvimento da Revolução liberal do Porto, em 1820.

Segundo Gabriel Bittencourt: "muitos Estados limitaram-se, portanto, a adaptar cartas constitucionais de outros países ou fórmulas doutrinárias já experimentadas noutros regimes nem sempre documentos inovadores".[789]

O Brasil vai experimentar um fenômeno novo na história além do constitucionalismo. Não havia ainda sido declarada a independência política quando D. Pedro decretou, em 03 de junho de 1822, a convocação de uma Assembleia

---

[786] ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. .... op. cit., 1987; SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. .... op. cit., 1999.

[787] MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo .... op. cit., 2000, p. 247.

[788] Ibid., p. 247. Também comunga dessa ideia GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do estado e da nação*, São Paulo: Hucitec, 2003, p. 57.

[789] BITTENCOURT, Gabriel. O direito constitucional no Brasil: 1820-1934. *Revista do IHGB*, v. 159, n. 398, jan./mar., 1998, p.28-29.

Constituinte, instalada somente em maio de 1823 e dissolvida no mesmo ano. Outorgada pelo Imperador em 25 de março de 1824 e procurando assegurar maiores poderes para si, a primeira constituição do Brasil apresenta um misto de liberalismo/conservadorismo, pois incorpora as divisões dos poderes executivo, legislativo e judiciário e acrescenta um quarto, o poder moderador.

Acredita-se ser o poder moderador o primeiro ato reativo ao liberalismo, aproximando-se mais do conservadorismo político pelo fato de ter sido incorporado à Constituição como um quarto poder – fenômeno único na história do constitucionalismo – que foi decisão do Imperador contra as propostas liberais expostas na Assembleia Constituinte de 1823, que buscavam limitar os seus poderes[790].

Ao buscar o significado do poder moderador na nomenclatura da Ciência Política, João de Scantimburgo[791] faz uma leitura da inserção desse princípio à Constituição de 1824. De acordo com Scantimburgo, essa prática se baseou tanto em Montesquieu quanto em Benjamin Constant. Porém, as ideias de Constant mostraram-se mais influentes. Montesquieu foi, na proposição do autor, um teórico que não possuía a experiência vivida do poder e não cogitou em sua obra "L´Espirit des Lois", uma possível desestabilização dos três poderes, embora tenha defendido o exercício do poder executivo pelo monarca. Para Scantimburgo, foi Benjamin Constant o autor que se preocupou com a desestabilização do poder, ao apresentar a sua teoria do poder real que, no Brasil, foi denominado como Moderador[792].

O Poder Moderador "polarizou por muito tempo, o debate jurídico do Império. Conservadores e Liberais sustentavam teses opostas da concentração arbitral dos poderes nas mãos do imperador [...]"[793] e essas discussões se faziam presentes entre os periódicos sanjoanenses, como se pode perceber no diálogo transcrito anteriormente, onde o filho diz ao pai que se deve defender o Rei e manter os privilégios da nobreza.

---

[790] Sobre o poder moderador e seus desdobramentos na política, ver: BARBOSA, Silva Mota. *A Sphinge Monárquica:* o poder moderador e a política imperial*.* São Paulo. IFCH/UNICAMP, 2001. (Tese de Doutorado em História).

[791] SCANTIMBURGO, João de. *O poder moderador: história e teoria.* São Paulo: Pioneira, 1980.

[792] Sobre o poder moderador e seus desdobramentos na política, ver: BARBOSA, Silva Mota. *A Sphinge Monárquica* .... op. cit., 2001. (Tese de Doutorado em História).

[793] BITTENCOURT, Gabriel. O direito constitucional no Brasil: 1820-1934. .... *op. cit.,* 1998, p. 28-29.

A Constituição de 1824 foi elaborada por um conselho de Estado, instituído pelo Imperador e, por isso não se originou da representação da nação, mas fora concedida pela "magnanimidade" do soberano. Nessa época, como salienta Lúcia Bastos, vivia-se um ambiente tenso e agitado, no Rio de Janeiro, pois:

> se aparentemente a Constituição de 1824 estabelecia uma igual autoridade entre a Assembleia Geral e o imperador, este último tinha o direito de sancionar os decretos e resoluções daquela, antes de adquirirem força pela lei, da mesma forma que podia prorrogar, ou adiar a Assembleia Geral e dissolvê-la, aos casos que exigisse a salvação do Estado, devendo, no entanto, convocar imediatamente outra, que a substituísse.[794]

A autora explica ainda que, em torno dos debates da Assembleia, vieram à tona duas concepções de soberania: uma baseada na política tradicional "de uma autoridade herdada por via dinástica"[795] e outra, *a visão* "liberal, que estabelecia igualdade entre nação e povo, derivando sua autoridade da vontade nacional"[796]*.* Dessa maneira, ao longo desses anos até a abdicação do D. Pedro I, em 1831, "tal conflito ideológico se fez presente, como um elemento de tensão entre o imperador e a própria nação, representada pela Assembleia Geral".[797]

Pode-se, no entanto, verificar a existência dessas tensões entre os redatores mineiros, pois suas discussões em torno da Constituição[798] contemplam tais elementos e concepções contrárias. O *Astro de Minas* e *O Universal* acreditavam que a soberania deveria residir no povo, ao passo que *O Amigo da Verdade*, defendia a autoridade e soberania do Imperador.

Mesmo após quatro anos de outorgada a Constituição, os assuntos referentes a ela ainda se faziam presentes na imprensa e eram tomados como assunto da ordem do dia principalmente, ao se levar em consideração o fato de que Baptista Caetano d'Almeida tenha sido eleito deputado para a segunda legislatura e Bernardo Pereira de Vasconcelos reeleito para o cargo de deputado. Assim, tanto o *Astro de Minas* quanto *O Universal* passam a ser entendidos como instrumentos de seus

---

[794]NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Absolutismo ou ilustração? D. Pedro enquanto político. In: KERN, Arno A. (org). *Sociedades ibero-americanas: reflexões e pesquisas recentes,* Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000, p. 13.

[795] Ibid., p. 13.

[796] Ibid., p. 13.

[797] Ibid., p. 13.

[798] NEVES, Lúcia M. B. Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Constituição. In: FERES JÚNIOR, João (org). *Léxicos da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 65-90.

interesses políticos junto ao público leitor, e de certa forma, aos seus eleitores. Os periódicos são a representação de seus interesses. Por sua vez, Luís José Dias Custódio, perdera as eleições para deputado, o que demonstra, de certo modo, uma falta de adesão aos seus princípios políticos voltados para a simpatia em defender a "figura" do imperador.

Deve-se pensar os periódicos em tela, como artefatos políticos utilizados por grupos locais para expressar e mobilizar opiniões. Cabe aqui não perder de vista a constate intriga entre Baptista Caetano d'Almeida, mecenas do *Astro de Minas* e o vigário da matriz de Nossa Senhora do Pilar, um dos redatores do *O Amigo da Verdade*. O apoio constante entre *O Universal* e o *Astro de Minas* também configura uma rede de interesses recíprocos e de sociabilidades impressas e intelectuais, entre seus responsáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em abril de 1831, a imprensa mineira divulgou os festejos ocorridos na capital, devido à abdicação de D. Pedro I ao trono do império brasileiro. *O Universal* dedicou várias edições às comemorações que, inclusive, foram publicadas também pelo *Astro de Minas*. "O praser transluzia verdadeiramente nos semblantes de todos, que mutuamente se congratulavão pelo triumpho que a Liberdade havia alcançado sobre a tyrannia".[799] Com essa afirmativa *O Universal* retratou o clima de satisfação que se fazia presente em Ouro Preto. Músicas, hinos e luzes compunham o cenário da festa que marcavam também o início do período das Regências, considerado um dos mais conturbados e ricos, do ponto de vista da história política oitocentista.[800]

Enquanto *O Universal* e o *Astro de Minas* demonstravam seus contentamentos pela Abdicação, *O Amigo da Verdade*, por sua vez, publicava suas últimas páginas, saindo de cena, deixando de ser impresso. As contingências políticas não favoreceram a manutenção de sua circulação, pois o que tanto defendera, não mais existia. A atuação política de ambos os periódicos deixa transparecer as visões de mundo de seus redatores, compartilhadas por uma rede impressa capaz de fazer eco às pretensões políticas dos grupos envolvidos com a imprensa.

O Universal e o *Astro de Minas* eram publicações constitucionais e viam a Constituição como a maior expressão da representação política, ao passo que criticavam as atitudes do Imperador, tidas como autoritárias. Por sua vez, *O Amigo da Verdade*, defendia o inverso. Entendia que o poder político emanava do Imperador e que era personificado na figura de D. Pedro I, legítimo representante do Estado. Mesmo com pontos de vistas diferentes, os redatores dos periódicos utilizaram a imprensa como mediadora de suas discussões, fossem pessoais ou de cunho político.

---

[799] APM-SIAAPM, O Universal, 18/04/1831, p. 01.

[800] BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: .... op. cit.,* 2004. (Doutorado em História Social); MOREL, Marco. Período das Regências. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Sabe-se que, nos primeiros anos da década de 1820, mais precisamente a partir de 1826, data da abertura dos trabalhos legislativos, foi que a imprensa periódica tomou novas proporções, se fazendo presente em várias Províncias, e em número cada vez mais significativo. Observou-se que em Minas essa tendência também se fez presente. O *Astro de Minas* surge em um contexto propício às discussões sobre os trabalhos na Assembleia Legislativa do Rio de janeiro e, junto com *O Universal*, que circulava há dois anos, reverberam as discussões sobre o papel dos deputados, da instrução pública, das autoridades e da própria imprensa. Ao longo da década de 1820, os periódicos mineiros criaram uma nova maneira de perceber e "ler" a realidade, através do registro impresso. Valeram-se de mecanismos capazes de mobilizar as opiniões de seus leitores e deles próprios, buscando promover o debate político através de uma rede de sociabilidade impressa.

Publicavam notícias, tanto da capital do Império, como de outras províncias, como Pernambuco, Bahia, São Paulo e até mesmo do exterior, como França, Inglaterra, Estados Unidos, Venezuela, Argentina e da Província Cisplatina. A regularidade com que os redatores informavam as notícias de fora da província de Minas Gerais, demonstra a preocupação em ler outros periódicos e se atualizar em meio aos acontecimentos. Informavam sobre motins e sedições. Não somente criticavam o ensino no Brasil, mas propunham métodos educacionais para serem aplicados nas escolas públicas que tanto almejavam. Anedotas e histórias eram inseridas nos periódicos com o propósito de ilustrar seus pontos de vista.

Os redatores se tornaram o ponto de contato entre os leitores e o mundo que se buscava compreender e, principalmente conhecer. Nessa perspectiva, as cartas públicas tiveram papel preponderante. Foram responsáveis por alimentar as edições semanais com questões cotidianas onde o público e o privado se entrelaçavam, numa constante troca de informações e opiniões. Entendemos que a prática de se publicar correspondências foi uma forma de manifestação capaz de promover o diálogo impresso e estimular o debate público, além de contribuir para manutenção e circulação dos periódicos.

O periódico tinha um formato padrão onde às notícias e textos, em geral, eram dispostos e, consequentemente previstos pelos leitores, porém, as correspondências foram capazes de surpreender, pois a imprevisibilidade de seu conteúdo acabava por estimular a leitura do periódico. Os correspondentes

utilizavam os pseudônimos para assinarem suas cartas. Os “disfarces” tiveram um papel social que buscou evidenciar, senão apontar, a existência de um público leitor variado que, ao mesmo tempo, lia e escrevia, se tornando coadjuvante do trabalho dos redatores, que também se valiam desse artifício para promover o debate, fazendo da imprensa um “teatro das folhas impressas”.

Como os periódicos tinham tendências políticas divergentes, os correspondentes também acabavam por optar aonde publicar suas cartas em um ou outro, polarizando as discussões, de acordo com suas predileções políticas e pessoais. Além dos correspondentes, os excertos de textos, notícias e reflexões de outros periódicos também era uma presença constante na imprensa mineira.

Estabeleciam-se assim, um “discurso cruzado” entre eles, envolvendo também os periódicos de fora da província, dentre os quais os *Aurora Fluminense* e o *Ástrea* foram os mais manuseados, lidos e citados. Os redatores do *O Universal* e do *Astro de Minas* tinham predileção por esses periódicos e também mantinham relações com seus responsáveis. Os excertos traziam expressões e palavras imanentes do discurso liberal e giravam em torno de conceitos-chave como despotismo e constitucionalismo. Elevadas ao status de palavras de ordem, suscitaram desentendimentos ao colocar de um lado *O Universal* e *Astro de Minas* – que compartilhavam o alinhamento editorial liberal moderado – e do outro *O Amigo da Verdade,* periódico de caráter conservador.

Travaram verdadeira “guerra de penas”, articulada pelos textos impressos e endossada pelos seus adeptos leitores/correspondentes. As discussões eram constantes e os debates polêmicos, manifestados pelas afrontas e intrigas pessoais. Demonstravam erudição ao debater as ideias dos autores clássicos como Montesquieu e De Pradt, a respeito das formas de se conduzir as discussões e práticas políticas, em um Estado recém independente. Não obstante, os redatores mineiros ocuparam um lugar de destaque ao viabilizar, propor e conduzir raciocínios históricos, políticos e filosóficos, apropriando suas realidades e representando as mesmas pelos seus periódicos.

Embora Bernardo Pereira de Vasconcelos, Baptista Caetano d’Almeida e Luís José Dias Custódio fossem homens conhecidos em seu campo de atuação, seja na esfera política, econômica ou religiosa, suas atividades jornalísticas passam quase imperceptíveis pela produção historiográfica. Daí a necessidade de evidenciá-los neste estudo, como homens de imprensa, cujos talentos e habilidades lhes

renderam significativa atuação no cenário político, por onde quer que os seus periódicos circulassem, conduzidos pelos ventos liberais.

A leitura dos periódicos evidencia a existência de contatos pessoais entre Bernardo Pereira de Vasconcelos e Baptista Caetano d'Almeida e esses com Evaristo Ferreira da Veiga, porém é preciso um estudo mais aprofundado para alinhavar melhor esses contatos pessoais e através da imprensa. Os periódicos analisados ao longo desse estudo, demonstram que além de serem instrumentos de orientação, instrução e de formação de opiniões, foram, sobretudo agentes históricos de seu tempo. Capazes de interpretar e cotejar os eventos, além de promovê-los, os seus redatores e editores também contribuíram para difundir a leitura dos jornais nas Minas, como acenou o viajante Richard Burton, além de dedicarem parte de suas vidas aos *"typos", jornais e tintas*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Caio Fernando. *Cartas*. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed., 2002.

AGUIAR, José Otávio. *Points de vie Étrangers:* a trajetória de vida de Guido Thomar Marlière no Brasil (1808-1836). Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2003.

ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana (1750–1850).* Dissertação (Mestrado em História). Niterói. ICHF/UFF, 1994.

ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831).* Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2008.

ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime*: violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais*: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. A Província de Minas no Período Regencial. *LPH – Revista de História*, Ouro Preto, n. 8, p. 39-74, 1998/9.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do Tempo:* modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2003.

_____. *Teófilo Benedito Ottoni, política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro. PPGH/UERJ, 1998.

AZEVEDO, Djalma Alves de. *A imprensa em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2000.

BACZKO, Bronislau. Imaginários sociais nas revoltas camponesas do século XVII e durante o Grande Medo de 1789. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: 1985, vol 5, p. 315-320.

BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público; espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; CARVALHO, José Murilo de. *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Sociabilidades, cidadania e identidade na Província de Minas Gerais durante o Primeiro Reinado, 1822-1831. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14: 2004 jul. Juiz de Fora, MG. Caminhos da história: desafios da historiografia em Minas Gerais: anais eletrônicos, Juiz de Fora, ANPUH-MG, 2004.

BARATA, Alexandre Mansur; GOMES, Gisele Ambrósio. Imprensa, política e gênero. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 54, p. 42-55, 2008.

BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese (Doutorado em História). São Paulo. IFCH/UNICAMP,

_____. Autoridade e poder real: Benjamin Constant e a carta constitucional portuguesa de 1826. *Lócus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 10, n. 02, p. 07-22, 2004.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico.* Petrópolis: Vozes, 2005.

BASILE, Marcello O. N de Campos. *Ezequiel Corrêa dos Santos*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

_____. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial.* Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro. IFCS/UFRJ, 2004.

_____. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. *Topoi*, Rio de Janeiro: UFRJ, v.3, p.91-130, set. 2001.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean- Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BITTENCOURT, Gabriel. O direito constitucional no Brasil: 1820-1934. *Revista do IHGB*, v. 159, n. 398, jan./mar., p.28-29, 1998.

BOBBIO, Norbert. *Dicionário de política*. Brasília: UnB/Imprensa Oficial, 2000.

BONAZZI, Tiaziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norbert. *Dicionário de política*. Brasília: UnB/Imprensa Oficial, 2000, p. 245.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição:* o lugar dos impressos na construção da vida política; Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII – XX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 496-497.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização.* São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p.194-245.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CABRAL, Flávio José Gomes. *Conversas reservadas:* “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*.* Tese (Doutorado em História). Recife, UFPE/PGH, 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa periódica como objeto e instrumento de trabalho.* São Paulo. FFLCH/USP, 1975. (mimeo). Tese (Doutorado).

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização:* as vilas oitocentistas de São João d’El Rey e São José do Rio das Mortes, 1810/1844. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998. Dissertação (Mestrado).

CANAL, Jordi. Historiografia y sociabilidad en la España contemporânea: reflexiones com término. *Vasconia*: *Cuadernos de Historia-Geografia*, 33, 11-27, Donostia, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____. (Org.). *Domínios da história:* ensaios de teoria e historiografia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. *Série Estudos*, Mariana: NHED/ UFOP, n. 2, 1999.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais.* São Paulo: Nacional, 1968.

CARVALHO, André; BARBOSA, Waldemar. *Dicionário biográfico da imprensa mineira*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Brasília: UnB, 1981.

_____. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. Cidadania: tipos e percursos, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, 1996.

_____. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2006.

CARVALHO, Marcus. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. *Tempo*, v. 3, n. 6, dez., 1998.

CASTRO, Therezinha de. *Hipólito da Costa*: ideias e ideais. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

CAVALCANTI, Irenilda. R. B. R. Moreira. *O Comissário Real Martinho de Mendonça:* práticas administrativas na primeira metade do século XVIII. Tese (Doutorado em História). Niterói: ICHF/UFF, 2010.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998. v. 1 e 2.

CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama. A validade do conceito de cultura política. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto: UFOP, n. 6, p. 76-82, 1996.

CHAMON, Carla Simone. O cenário da festa. *Varia História*, n. 19, p. 183-204, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios, proposta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.97-113, 1994.

_____. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004.

CHIARAMONTE, José Carlos. Conceptos e linguajes políticos en el mundo iberoamericano. *Revista de Estudos Políticos (nueva época)*, Madrid, n. 140, abr./jun., p. 11-31, 2008.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei* . 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. 2 v.

CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo 1822/1842*. Petrópolis: Vozes, 1979.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-31, 2000.

COSTA, Edgard. *A legislação eleitoral brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1964.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Wilma Peres. O Império do Brasil: dimensões de um enigma. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.1, maio de 2005.

COSTELLA, Antônio F. *O controle da informação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CUNHA, Alexandre Mendes. Paisagem e população: algumas vistas de dinâmica espaciais e movimentos da população nas Minas do começo do dezenove. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12. *Anais*. Ouro Preto, 2002.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. Educação, espaço e poder no imperial Collégio de Pedro II. *Currículo sem Fronteiras*, v.10, n.2, p.183-99, jul./dez., 2010.

DARNTON, Robert. A eclosão das luzes. In: _____; DUHAMEL, Olivier. *Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Introdução. In: _____; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa:* a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *O beijo de Lamourette:* mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

_____; ROCHE, Daniel (Org.). *Revolução impressa*: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996.

DEAECTO, Marisa Midori. Os primórdios da imprensa paulista: José da Costa Carvalho, fundador de O Farol paulistano (1827-1831). *Revista de História Regional*, v. 12, n. 2, p. 29-50, 2007.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005, p. 7.

DEUTSCH, Karl. *Política e governo*: pensamento político. Brasília: UnB, 1983.

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole 1808/1853. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). *1822:* dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

DINES, Alberto (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense***.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / Correio Braziliense, 2002.

DUARTE, Regina Horta, O Aventureiro da Filadélfia: Theóphilo Ottoni e a Conquista do vale do Rio Mucuri. *Locus*, UFJF, v.4, n.2, 1998.

_____. *Noites circenses:* espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Campinas: UNICAMP, 1995.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição*. o lugar dos impressos na construção da vida política; Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII – XX. São Paulo: Annablume, 2006.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ENGEL, Magali. Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

FALCON, Francisco C. *O iluminismo*. São Paulo: Ática, 2002.

FALCON, Francisco C. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações*: contribuição a um debate transdisciplinar, São Paulo: Papirus, 2000.

FARGE, Arlette. Palavras sem história; histórias sem palavras. *Maracanan*, Rio de Janeiro, Ano 2, n.1, ago./dez., 2004..

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira no século XIX. In: ARAÚJO, João Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti. *Novos temas em história da educação barsileira*. Uberlândia: UFU, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 014, maio/ago., 2000.

FERREIRA, Tânia M. T. Bessone da Cruz. A imprensa no Brasil e os debates sobre propriedade literária no oitocentos. In: _____ et. al. (Org.). *D. João VI e o oitocentismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

_____. Bessone da Cruz. As sociabilidades intelectuais no Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX. In: Simpósio Nacional da ANPUH, 18, 1995, *Caderno d*e *Resumos*. Recife: UFPE, 1995.

_____. Bessone da Cruz. Leituras e correspondências no Brasil Imperial. In: XXV Intercom, 25. *Anais do Congresso*: Comunicação para a cidadania, Salvador, 2002.

_____. Bessone da Cruz. Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A. *Barrocas famílias:* vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Rapsódia para um bacharel: estudo crítico. In: _____; CAMPOS, M. Verônica. (Org.). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. v. 1

_____; CAMPOS, M. Verônica. (Org.). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FILHO MUNTEAL, Oswaldo. O liberalismo num outro ocidente: política colonial, ideias fisiocratas e reformismo mercantilista. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Org.). *O liberalismo no Brasil imperial.* Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de república no império do Brasil*: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ, 2004. Tese (Doutorado).

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito _____. Federação e república na imprensa baiana (1831-1836). In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república*: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____.Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco. *SECULUM, Revista de História*, João Pessoa, jan./jun., p. 57-73, 2006.

_____; CORRÊA, Maria Letícia (Org.). *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. São Paulo: Itatiaia, 1981.

GALVES, Marcelo Cheche. *"Ao público sincero e imparcial":* imprensa e independência no Maranhão (1821-1826). Tese (Doutorado em História). Niterói, ICHF/UFF, 2010.

GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no Chão:* murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII. Niterói, ICHF/UFF, 2008. (Dissertação de Mestrado em História).

GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado:* a construção do feminino no Brasil do oitocentos (1827-1846). Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora. PPGH/UFJF, 2009.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Org.). *Culturas políticas:* ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais.* São Paulo: Annablume, 2002.

_____. Jogando Caxangá: notas sobre as divisões jurídico-administrativas na comarca do rio das mortes durante o século XIX. *Vertentes*, São João Del-Rei, n. 7, jan./jun., 1996.

_____. O mosaico mineiro oitocentista: historiografia e diversidade regional. [On-line] <Disponível em: http://www.decis.funrei.br/rtgerais/n3/ artigos/mosaicos.pdf> Acesso em: 29/07/2002)

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRYNSZPAN, Mário. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *BIB*, *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 35-83, 1996.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István. *Brasil:* formação do estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

_____. *Modernidad e independências: ensayos sobre las revoluciones hispânicas*. Madri: Mapfre, 1992.

_____. Voces del pueblo: redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispânico (1808-1814). *Revista de Índias*, v. 62, n. 225, p. 357-84, 2002.

_____; LEMPÉRIÈRE, Annick. *Los espacios públicos en iberoamérica*: ambiguedades y problemas: siglo XVIII-XX. México: Fondo de Cultura Econômica, 1998.

GUIMARÃES, Fábio Nelson. São João Del-Rei e São José Del-Rei. *Revista do IHGB de Minas Gerais*, v. 18, 1981.

GUIMARÃES, Lúcia Maia Paschoal (Org). *Afinidades atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

_____. A Aurora Fluminense e o Liberalismo Moderado. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH, 5. *Anais*, Niterói, UFF, 1992, v.3, p. 734-747.

_____. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, n.388, p. 450-613, jul./set., 1995.

_____; PRADO, Maria Emília (orgs). *O liberalismo no Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n.1, p. 5-27, 1988.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HEINZ, Flávio M. (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*: o Brasil monárquico; dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Difel, 1972. v. 2

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLLANDA, Sérgio Burque de. *História geral da civilização brasileira*: o Brasil Monárquico: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Política econômica do governo provincial mineiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro: 1958.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

JANCSÓ, István (Org.). *Brasil:* formação do estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

_____ (Org) *Independência:* história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher:* lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832). Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte, FAE/UFMG, 2008.

JOUVENEL, Bertrand de. *As origens do estado moderno*: uma história das ideias políticas no século XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

KANTOROWICZ, Ernest. H. *Os dois corpos do rei:* um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

KURY, Lorelai (Org). *Iluminismo e império no Brasil*: O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro: Ed. da FIOCRUZ, 2007.

LAGOA, Francisco R. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho: estadista do Império. *IHP Tribuna de Petrópolis*, 01/10/2000, [on-line] Disponível eml: <http://www.ihp.org.br/docs/fprl20001001t.htm.>

LAZARINE, Ademir Quintilio; MURASSE, Celina Midori. Concepções educacionais na construção do estado imperial: as ideias de Bernardo Pereira de Vasconcelos e Zacarias de Góis e Vasconcelos. Disponível em: < http://www.sbhe.org.br/novo/ congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0485.pdf > Acesso em: 12/01/2011.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

LIBBY, Douglas C. Historiografia e a formação social escravista mineira. Rio de Janeiro: *Acervo*, v. 3, n.1, jan./jun., 1988.

_____. *Transformação e trabalho em uma economia escravista:* Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Ivana Stolze. Imprensa, língua, nação e política nas Regências. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito, (Org). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 108.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro*: a propósito da problemática da decadência. In: SEMINÁRIO SOBRE CULTURA

MINEIRA NO PERÍODO COLONIAL. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

LOPES, Ana Amélia B. de M (Org). *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX, In: JANCSÓ, István (Org.), *Brasil:* formação do estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

LOVE, Joseph. L; BARICKMAN, Bert. J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites.* Rio de Janeiro: FVG, 2006.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Devassa nas Minas Gerais: Observações sobre casos de concubinato. In: BARRETO, A. E. M. *História econômica:* ensaios, São Paulo, IPE/USP, p. 43-58, 1983.

_____. A vida quotidiana em julgamento: devassas em Minas Gerais, 1982. In: _____. *Minas colonial*: economia e sociedade. São Paulo: FIPE/PIONEIRA, p. 57-77, 1982 (Estudos Econômicos FIPE-PIONEIRA).

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I.* São Paulo: Cia das letras, 2006.

_____. *Insultos impressos:* a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MAIA, Tom; FRANCO Afonso Arinos de Melo; MAIA, Thereza R. de C. *São João d'El Rey e Tiradentes.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1986.

_____. *São João d'El Rey e Tiradentes*. Rio de Janeiro: Nacional: EMBRATUR, 1978.

_____; MAIA, Thereza R. C.; IGLÉSIAS; Francisco. *São João Del Rei na história de Minas e do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1986.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, Marialice M. Karl *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982.

MARLETTI, Carlo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, (Org.). *Dicionário de política*. São Paulo: Ed. da UnB, 2000, p. 637.

MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tânia Regina (Org.). *História da imprensa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ângela M. Século XIX: estrutura ocupacional de São João Del Rei e Campanha, In: SEMINÁRIO sobre a economia mineira, 5. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1990.

MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo, In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. *Dicionário de política*, Brasília: Ed. da UnB: São Paulo, Imprensa Oficial, 2000, p. 247.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema*: a formação do estado imperial. Rio de Janeiro: Acess, 1994.

MATTOS, Raimundo César de Oliveira. As cartas revelam: analisando o oitocentos através da correspondência. ENCONTRO regional da ANPUH-Rio*, 14: Memória e patrimônio*, Rio de Janeiro, 2010. disponível em:< http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276191678_ARQUIVO_ASCARTASREVELAM.pdf> Acesso em: 04/ 04/2011].

MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MELLO, José Barboza. *Síntese histórica do livro*. Rio de Janeiro: Leitura, 1972.

MENDES, Jairo Faria. *O "silêncio" das Gerais:* o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação Social). São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo, 2007

_____. O precursor nos estudos sobre jornalismo em Minas. *Observatório da Imprensa*, on-line, 2004 [capturado em 28/01/2008].

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora*: contribuição ao estudo da formação brasileira. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MERQUIOR, José G. *O liberalismo antigo e moderno*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MIRADOR Internacional. São Paulo: Encyclopedia Britannica do Brasil, 1972.

MORAES, Christianni Cardoso, Luzes para a Vila de São João d'El Rey: os projetos de criação da Livraria Pública e da sociedade literária como estratégias de difusão do letramento (1824-1831). In: LOPES, Ana Amélia B. de M. (Org). *História da educação em Minas Gerais.* Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

MORAIS, Cardoso Christianni. *Posse e uso da cultura escrita e difusão da escola:* de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João Del-Rei, Minas Gerais (1750-1850). Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte. FAFICH/UFMG, 2009

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política*: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2006.

MOREL Marco. Restaurar, fracionar e regenerar a nação: o partido caramuru nos anos 1830. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil:* formação do estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

_____. A política nas ruas: os espaços públicos na cidade imperial do Rio de Janeiro. *Estudos Ibero-Americanos* PUCRS, v. 24, n.1, p. 59-73, junho 1998.

_____. Animais, monstros e deformidades: a "Zoologia Política" no processo de construção do Império do Brasil, Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, n. 24, 1999.

_____. *As sentinelas devem multiplicar-se*: redes de sociabilidade, imprensa e formação nacional nos anos 1820-1830 no Brasil. [S.n.t.]

_____. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia / Assembleia Legislativa do Estado, 2001.

_____. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org). *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

_____. Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção. COLÓQUIO História e Imprensa. *Anais*. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998.

_____. Entre estrela e satélite. In: DINES, Alberto. (Org.), *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / Correio Braziliense, 2002, v. 30.

_____. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (Org). *Independência:* história e historiografia*.* São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.

_____. Mediações em tempos híbridos: entre pátrias e revoluções. *Almanack Braziliense*, v. 11, maio de 2010.

_____. Nação e revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio. *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

_____. Pátrias polissêmicas: Republica das Letras e imprensa na crise do império português na América. In: KURY, Lorelai (org). *Iluminismo e império no Brasil:* O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro: Ed. da FIOCRUZ, 2007.

_____; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder*: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. *LPH: Revista de História*, UFOP, Ouro Preto, n. 6, p. 83-91, 1996.

_____. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida:* um mecenas do projeto civilizatório em São João d"El-Rei no início do século XIX- a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMG, 2000, (Dissertação de mestrado).

NERY, Diego Henrique B. *Representações do progresso e a cultura política inscrita nos periódicos pernambucanos (1837-1850)*. Recife: UFRPE, 2010, (Dissertação de Mestrado em História)

NEVES, Guilherme Pereira das. *E recebera mercê*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

NEVES, Lúcia M. B. Pereira das (Org). *Livros e impressos:* retratos do setecentos e do oitocentos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

_____. (Org). *Estudos de Historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV:FAPERJ, 2010

_____. A história para uso da mocidade brasileira. In: José Murilo de CARVALHO (Org). *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Absolutismo ou ilustração? D. Pedro enquanto político. In: KERN, Arno A. (Org) *Sociedades iberoamericanas:* reflexões e pesquisas recentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 13.

_____. Colégio Pedro II. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

_____. *Corcundas e constitucionais*: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília. (Orgs). *O liberalismo no Brasil Imperial:* origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001, p. 75.

_____. Os panfletos políticos e a cultura política da independência do Brasil. In: JANCSÓ, István. (org). *Independência:* história e historiografia. São Paulo: FAPESP: Hucitec, 2005.

_____; CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos:* cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs). *História e imprensa*: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2006.

_____; NEVES, Guilherme Pereira das. Constituição. In: FERES JÚNIOR, João (org). *Léxicos da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 65-90.

NISBET, Robert. *O conservadorismo*. Lisboa: Estampa, 1987.

NUNES, Tassia Tóffoli. Apontamentos sobre representação política e liberdade de imprensa no império brasileiro. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, v. 6, ano 3, n. 2, dez., 2008. Disponível em: <www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>.

_____. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*, São Paulo, USP/PPGHS, 2010. (Dissertação de Mestrado em História).

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Heranças recriadas: especificidades na construção do Império do Brasil. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.1, maio, 2005.

_____. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 55-65, 1984.

_____. *O disfarce do anonimato*: o debate político através dos folhetos (1820-1822). São Paulo. USP, 1979. (Dissertação de Mestrado em História).

OLIVEIRA, Ronald Polito; COELHO, José Arnaldo. Livro de Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *The Spectator:* o teatro das luzes; diálogo e imprensa no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 118.

PAULA, Sérgio Goes de (org.). *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Ed. 34, 2001. (Formadores do Brasil)

PENNA, Lincoln de Abreu. O Brasil na imprensa de Toulouse (1815-1848). *Histórica*, ano 1, n. 3, set./dez., 1972.

PIMENTA, João Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, maio, 2010.

PINTO, Francisco Eduardo. *Potentados e conflitos nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes*. Niterói. ICHF/UFF, 2010. (Tese de Doutorado em História).

PIRES, Myriam Paula Barbosa. Zefferino Vitor de Meireles: impressão e civilidade na Corte do Rio de Janeiro (1808-1822). *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, maio, 2010.

POCOCK, Jonh G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen, o elogio da colonização portuguesa. In: *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Liberdade em construção:* identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

_____; FERREIRA, Tânia Maria T. B. da Cruz. (Org.). *Linguagens e práticas de cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder*. Brasília: Ed. UnB, 1995.

RIZINNI, Carlos de Andrade. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957.

_____. *A tipografia no Brasil* (1500-1822). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

RODARTE, Mario Marcos, *O caso das Minas que não se esgotam:* a pertinácio do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR (Dissertação de Mestrado em Economia).

RODRIGUES, José Honório. *A Assembleia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974.

RODRIGUES, Leda Boechat. *José Honório Rodrigues*: ensaios livres. São Paulo: Imaginário, 1991.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político: nota de trabalho. *Revista Brasileira de História,* São Paulo: ANPUH/Contexto, v. 15, n. 30, 1995.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*.São Paulo: Cia das Letras, 1987.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil:* formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

SALES, Zeli Efigênia Santos de. Intelectuais e educação no século XIX. In: LOPES, Ana Amélia B. de M. et al. *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

SALES, Zeli Efigênia Santos de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Instrução pública em Minas Gerais*: políticas educativas e o Conselho Geral da Província (1825-1835). Disponível em:< http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/ cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/225.pdf > Acesso em 20/03/2011.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos:*a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro:* a leitura do passado no processo de Independência do Brasil. São Paulo. USP, 2010. (Dissertação de Mestrado em História).

SANTOS, Estilaque F. dos. *A monarquia no Brasil:* o pensamento político da independência. Vitória: Edufes/Ceg, 1999.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, Marcella dos. As crônicas da quinzena da Revista Popular (1859-1862): o confronto entre as idéias nacionalistas e as influências francesas no século XIX. *Patrimônio e memória*. São Paulo: Unesp/FCLAs/CEDAP, v.1, n.1, 2005.

SCANTIMBURGO, João de. *O poder moderador*: história; teoria. São Paulo: Pioneira, 1980.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre os manuscritos e os impressos. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. (Orgs). *Entre a monarquia e a república:* imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____. *Pátria coroada:* o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. São Paulo: Unesp, 1999.

SCHIERA, Pierangelo. Absolutismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala:* ideias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1999. (Dissertação de Mestrado em História).

SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. (Re) inventando a monarquia: o modelo de estado dinástico na transição para a modernidade política mineira (1821-1831). In: GONÇALVES, Andréa Lisly; ARAÚJO, Valdei Lopes de. *Estado, região e sociedade:* contribuições sobre história social e política. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

_____. De comunidades a nação: regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 2, nov, 2005.

_____. Identidades políticas e a emergência do novo estado nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência:* história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. *A trajetória d'O Repúblico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência:* os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832). Rio de Janeiro. ICHF/UFF, 2010. (Dissertação de Mestrado em História).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Introdução: redefinindo a direita. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário crítico do pensamento da direita*: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 11-21

SILVA, Maria Beatriz Nizza da*. A Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822). Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

_____. A Idade d'Ouro do Brasil e as formas de sociabilidades baianas. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs). *História e imprensa:* representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006.

_____. História da leitura luso-brasileira: balanços e erspectivas. IN: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: FAPESP, 1999.

SILVA, Rodrigo Fialho. "E a luz se fez": o nascimento da imprensa em São João d'El-Rey e a formação de uma cultura política do anonimato (1827-1829). *Diá-logos,* Rio de Janeiro, n. 2, p. 105-112, 2008.

_____. "Páginas perigosas": O padre Luís José Dias Custódio, redator do "Amigo da Verdade" inquirido em devassa (São João del'Rey, 1833). In: SEMANA de História Política, 3. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: PPGH/UERJ, maio, 2008. [CD-Rom]. ISBN: 978.85.98370-03-3.

_____. A imprensa nas Gerais: um balanço historiográfico. In: ENCONTRO Regional de História, 16: 2008, jul. 20-25. *Anais eletrônicos.* Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008. CD-Rom. ISBN: 978-85-60087-03-7

_____. *A inversão da ordem sacra*: violência e sedição clerical na Comarca do Rio das Mortes, na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: PREPES/PUC-MG, 2002. (Monografia de Pós-Graduação)

_____. *Por ser voz pública*: intrigas, debates e pensamento político na imprensa mineira (Vila de São João d'El-Rei, 1827-1829). Vassouras: USS, 2006. (Dissertação de Mestrado).

_____. Por trás da imprensa: enfurecidos redatores na Vila de São João d'El-Rey (1827-1829). ENCONTRO Regional de História, 15. *Anais eletrônicos.* São João del-Rei: ANPUH-MG, 2006. CD-rom.

SILVA, Virgínia Rodrigues da. O Revérbero Constitucional Fluminense, constitucionalismo e imprensa no Rio de Janeiro na independência. Niterói: PPGH/UFF, 2010. (Dissertação de Mestrado em História).

SILVA, Wlamir, *"Liberais e Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2002, (Tese de Doutorado em História).

_____. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Orgs). *História e imprensa:* representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

_____. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora: por une histoire culturelle du politique. In: BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Axés e méthodes de l'histoire politique*. Paris: PUF, 1998.

_____. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

SLEMIAN, Andréa. Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil. (1822-1834). *Lócus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 34-51, 2007.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, p. 449-95, set./dez. 1998.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Discursos impressos de um padre político: análise da breve trajetória d'O Pregoeiro Constitucional. *Almanack Braziliense*, n. 5, 2007.

_____. *Do altar à tribuna: os padres políticos na formação do estado nacional brasileiro. (1823-1841).* Rio de Janeiro: PPGH/UERJ, 2010. (Tese de Doutorado em História).

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito:* aspectos da história de minas no século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: ENESP, 2003.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Os construtores do império.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968.

TRINDADE, Zeidi Araujo. Comunicação e socialização do conhecimento: o boato e a fofoca como objeto de estudo em representações sociais. In: OLIVEIRA, Denize Cristina; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. *Representações sociais:* uma teoria sem fronteiras. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial:* a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

VALADARES, Virginia Maria Trindade et al. Estudante da Universidade de Coimbra nas malhas da Inconfidência Mineira e na Independência no Brasil. In: *Rumos e escrita da história*. Lisboa: Colibri, 2006.

_____. *Elites mineiras setecentistas:* conjugação de dois mundos*.* Lisboa: Colibri, 2000.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Revista Varia História*. n. especial: Códice Costa Matoso, Belo Horizonte: FFCH/UFMG, n. 21, p. 181-189, jul.1999.

VIANNA, Hélio. *D. Pedro I Jornalista*. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João d'El Rey*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1953.

VILLALTA, Luís Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999.

VINHOSA, Francisco Luis Teixeira. Administração provincial em Minas Gerais (1822-1834). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 160, p. 279-99, abr./jun. 1999.

FONTES

Manuscritos

AEAM, Livro das Devassas, 1833.

AHUC-ADC. Habilitação "de genere" para ordens menores, 1784.

APM, Câmara Municipal da Vila de S. João d'El-Rey, Representação de 07/02/1833.

APM-CC 10078, cx. 3, Rolo 501, p. 1.

APM-CC, cx 3, 10078, Rolo 501, p. 1.

APM-OP, 013(01).

Museu Regional de São João Del Rei, IPHAN. Livro de Querelas, livro 8, p. 28. 1829.

Jornais

APM-SIAAPM, *O Universal*, 01/08/1825.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 02/02/1829.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 03/01/1827.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 04/03/1829.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 09/02/1829.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 16/05/1828.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 16/07/1827.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 18/01/1828.

APM-SIAAPM, O Universal, 18/04/1831.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 18/07/1825.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 19/06/1829.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 20/07/1825.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 22/07/1825.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 23/03/1829.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 23/04/1829.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 24/08/1829.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 25/07/1825.

APM-SIAAPM, *O Universal*, 27/07/1825.

BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 02/02/1824.

BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 03/03/1824.

BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 04/02/1824.

BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 12/01/1824.

BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 12/02/1824.

BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 16/01/1824.

BN-SOR, *Abelha do Itaculumy*, 16/02/1824.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 02/04/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 02/08/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 02/10/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 03/01/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 03/02/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 04/04/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 04/11/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 05/11/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 05/11/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 06/05/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 06/10/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 06/11/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 06/12/1827.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 07/04/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 08/05/1928.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 08/09/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 09/05/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 09/10/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 10/01/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 10/02/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 10/05/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 11/12/1827.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 12/08/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 13/11/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 14/02/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 15/01/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 15/03/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 16/09/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 17/01/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 17/04/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 19/01/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 19/08/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 19/11/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 20/01/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 20/11/1827.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 20/12/1827.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 21/08/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 22/04/1828.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 26/01/1828.

BN-SOR, Astro de Minas, 28/03/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 28/04/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 29/10/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 30/05/1829.

BN-SOR, *Astro de Minas*, 30/10/1828.

BN-SOR, *Compilador Mineiro*, 22/10/1823.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 04/08/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 04/09/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 08/05/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 08/09/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 09/10/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 11/08/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 12/05/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 12/06/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 15/05/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 15/10/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 17/07/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 18/08/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 25/08/1829.

BN-SOR, *O Amigo da Verdade*, 29/05/1829.

BN-SOR, *O Compilador Mineiro*, 22/10/1823.

APM-SIAAPM. Apontamentos biographicos de Baptista Caetano de Almeida, natural de Camandocaia, actual Cidade de Jaguary, da Província de Minas Geraes (Pelo Dr. Francisco de Assis de Almeida). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1905, jan/jun, v. 10, fasc. 1 e 2, pgs. 37 - 40.

AZEVEDO, Moreira de. Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico, e Ethnographico do Brasil*, 1865.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v. p. 336. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/amigo [capturado, 12/01/2011].

BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil, 25 de março de 1824. [s.n.t.]

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Itatiaia: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

D'ORBIGNY, Alcide Dessalines. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

MATOSO, Caetano da Costa. *Códice*. Belo Horizonte, FAPEMIG/Fundação João Pinheiro, [2000]. v. 2.

MENEZES, Furtado de. *Clero mineiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1933.

PINHEIRO, Fernandes. *Revista Popular*. Rio de Janeiro, 1859.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/3/sociabilidade [capturado em 14/01/2011].

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

RODRIGUES, Alfredo F. *Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul (1828-1845)*. Rio Grande do Sul: Liv. Americana, 1899.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca ao redor do Brasil*. 8 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza;* recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/memoria. capturado dia 13/03/2011.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1937.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagens pelo Brasil*: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. v.1

TRINDADE, José da Santíssima. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1821-1825*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa de Minas Gerais* (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro,* Ouro Preto, ano 3, jan./mar. 1898.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*: 1664-1897. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

VEIGA, José Pedro Xavier da. O fundador da imprensa mineira: Padre José Joaquim Viegas de Meneses. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 3, p. 240-249. jan./mar. 1898.

VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa brasileira* (1812-1869). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. v. 1 e 2.

Arquivos on-line

www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_monitorial_mutuo.htm [Acesso em 27/06/2008].

www.ihgb.org.br [capturado em 07/01/2008]